UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Artur Luiz Santana Moreira

Guerra das Malvinas: o impacto geopolítico do conflito no relacionamento entre a Armada da República Argentina (ARA) e a Marinha do Brasil (MB)

Rio de Janeiro
2008

Artur Luiz Santana Moreira

Guerra das Malvinas: o impacto geopolítico do conflito no relacionamento entre a Armada da República da Argentina (ARA) e a Marinha do Brasil (MB)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Área de Concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves

Rio de Janeiro

2008

Artur Luiz Santana Moreira

Guerra das Malvinas: o impacto geopolítico do conflito no relacionamento entre a Armada da República da Argentina (ARA) e a Marinha do Brasil (MB)

Dissertação apresentada, com requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política

Aprovado em _____

Banca Examinadora:_____

_____

Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves (Orientador)
Departamento de História da UERJ

_____

Profa. Dr. Mônica Leite Lessa
Departamento de História da UERJ

_____

Prof. Dr. Antonio Jorge Ramalho
Instituto de Relações Internacionais da UNB

Rio de Janeiro
2008

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Artur e Celeste, minha esposa Cláudia, e meus filhos, Lucas e Thiago, pelo amor incondicional demonstrado, e pela paciente compreensão nos eventuais momentos de ausência.

AGRADECIMENTOS

À alta administração da Marinha do Brasil por ter propiciado esta oportunidade única de aprendizado e crescimento pessoal.

Ao Professor Dr. Williams da Silva Gonçalves, meu orientador, pela segurança e estímulo transmitidos, além da paciência e competência demonstradas.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ pelo ambiente amigo e intelectualmente instigador que ajudaram a construir.

Aos servidores, civis e militares, do Estado-Maior da Armada (EMA), da Escola de Guerra Naval (EGN), da Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha (DPHCM) e do Serviço de Documentação da Marinha (SDM), que muito contribuíram para o sucesso das pesquisas desenvolvidas.

Ao Contra-Almirante (RM1) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis, Chefe do Departamento de Ensino da EGN, por saber transmitir a mim e aos demais instrutores daquela instituição de ensino uma visão desafiadora para o futuro daquela escola e do papel que a nós caberá.

Tudo nos une; nada nos separa.

Roque Saenz Peña

Presidente Argentino, 1910.

RESUMO

MOREIRA, Artur Luiz Santana. Guerra das Malvinas: o impacto geopolítico do conflito no relacionamento entre a Armada da República da Argentina (ARA) e a Marinha do Brasil (MB), Brasil, 2008, 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Por meio de tradicionais e novos conceitos da Geopolítica, são analisadas as especiais circunstâncias que cercaram as relações entre a Argentina e os principais países do mundo desenvolvido, os EUA e parte da Europa, durante a Guerra das Malvinas, para, a partir desse mesmo ferramental conceitual, verificar como esse episódio teve seu impacto nas relações de Brasil e Argentina na América do Sul. Os principais acontecimentos políticos, táticos e logísticos desse conflito são descritos para auxiliar nessa análise feita. A partir desse ponto de inflexão na história sul-americana, utiliza-se o conceito de Medidas de Confiança Mútua (MCM) para se verificar como as Marinhas de Brasil e Argentina intensificaram suas relações dentro do novo marco geopolítico acordado entre os dois países. São descritos os sucessos dessa política de aproximação em cinco fases históricas distintas, didaticamente elaboradas: duas anteriores à própria Guerra das Malvinas, e três posteriores. Destacam-se, neste estudo, justamente, as três últimas fases. Ou seja, a terceira fase, após a Guerra das Malvinas, onde são descritos, dentre outros aspectos, os encontros estratégicos organizados pelo EMFA (Brasil) e pelo EMCFA (Argentina) no final da década de 80 do século passado; a quarta fase, ao longo da década de 90, por ter sido o período em que as principais MCM de sucesso ocorreram; e a quinta fase, já na virada do milênio, onde são discutidos os limites atuais das MCM que vêm sendo adotadas e as possíveis perspectivas futuras. A primeira e a segunda fases situam-se ainda nos períodos iniciais e intermediários da Guerra Fria, mas, por já existirem ali algumas MCM embrionárias entre as Marinhas de Brasil e Argentina, importantes para desdobramentos futuros, estas fases têm também discutidas as suas importâncias históricas. Enfatiza-se que, na primeira fase, os principais episódios ocorreram sob grande influência dos EUA, enquanto, na segunda fase, já se constatava uma ligeira autonomia regional nas medidas adotadas.

Palavras-Chave: Geopolítica. Medidas de Confiança Mútua. Marinha do Brasil. Armada da Argentina. Relação Brasil-Argentina. Segurança Regional. Guerra das Malvinas.

ABSTRACT

There are analyzede, by means of traditional and new concepts of geopolitics, the special circumstances that surrounded the relations between Argentina and the main developed countries, the United States and part of Europe, during the Malvinas War, in order to, based on such conceptual tool, exam, how such episode impacted the Brazil-Argentina relations on South America. The main political, tactic and logistic events are described to help with the analysis. As of this turning point in the South-American history, it is used the concept of Mutual Confidence Measures (MCM) to verify how the Brazilian and Argentinean Navies intensified their relations in the new giopolitics milestone agreed upon between both countries. There are described the successful events in such approaching policy and politics in five different phases, didactically worked out: two prior to the Malvinas War and three afterwards. This study high lights precisely the three last phases, i.e., the phases after the Malvinas War. In the third phase, there are described, among other aspects, the strategic meetings organized by the EMFA (Brazil) and the EMCFA (Argentina) at the end of the 1980s; in the forth phase, are highly emphasized the 1990s since this is the period during which most of the MCM succeeded; and, in the fifth phase, already at the turning of the millennium, the current limits of the MCM, that are being adopted, are discussed, as well as the possible perspectives for the future. The first and second phases are the ones still during the beginning and intermediate periods of the Cold War. These phases are also discussed because they already presented some embryonic MCM policies between the Brazilian and Argentinean Navies, important for the way the events unfolded later on. In the first phase, there are stressed the main episodes that took place under the influence of the US, while, in the second, one can already notice a slight regional autonomy in the measures adopted.

Keywords: Geopolitics. Mutual Confidence Measures. Brazilian Navy. Argentine Navy. Brasil-Argentina Relations. Regional Security and Safety. Falklands War.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 Área I – Análise da Situação e Processos na Ordem Mundial e Regional..... 11

Quadro 2 Área II – Análise Geopolítica dos Atores..... 12

Quadro 3 Aspectos da Globalização..... 13

Quadro 4 Ferramentas primárias do Stimson Center..... 14

Quadro 5 Temas para as MCM Marítimas..... 12

Quadro 6 Exemplos de MCM nos anos que antecederam a Guerra das Malvinas... 12

Quadro 7 Exemplos de MCM após a Guerra das Malvinas..... 12

Quadro 8 Exemplos de visitas protocolares de Almirantes brasileiros à Argentina na virada do milênio..... 12

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAS	Área Marítima do Atlântico Sul
AMRJ	Arsenal de Marinha no Rio de Janeiro
ARA	Armada da República da Argentina
AROU	Armada da República Oriental do Uruguai
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
CAMAS	Coordenador do AMAS
C-CEM	Curso de Comando e Estado-Maior
CEE	Comunidade Econômica Européia
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CEN	Conceito Estratégico Nacional
CFE	Conventional Forces in Europe
CNTM	Controle Naval do Tráfego Marítimo
EGN	Escola de Guerra Naval
EMA	Estado-Maior da Armada
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas da Argentina
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FN	Fuzileiro Naval
GAE	Grupo Aeronaval Embarcado
IM	Infantaria de Marinha (ARA)
IM	Intendente de Marinha (MB)
IMO	International Maritime Organization
IPQM	Instituto de Pesquisas da Marinha (MB)
JID	Junta Interamericana de Defesa
LCM	Linhas de Comunicação Marítimas
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MCC	Medidas de Construção da Confiança
MCM	Medidas de Confiança Mútua
MFC	Medidas de Fortalecimento de Confiança

MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MFC	Medidas de Fortalecimento da Confiança
NAe	Navio Aeródromo
NApOc	Navio de Apoio Oceanográfico
NAFTA	North America Free Trade Agreement
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEM	Planejamento Estratégico da Marinha
PPA	Plano Plurianual
PRM	Programa de Reaparelhamento da Marinha
RAM	Revolução dos Assuntos Militares
RBJID	Representante Brasileiro na Junta Interamericana de Defesa
RIPEAM	Regulamento Internacional Para Evitar Abalroamento no Mar
RNIT	Rede Naval Interamericana
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SIAG	Serviço de Análises de Operações, Armas e Guerra Eletrônica (ARA)
SPAN	Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha
TIAR	Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca
UE	União Européia
UNIDIR	United Nations Institute for Disarmament Research
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
SDM	Serviço de Documentação da Marinha
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	**13**
1	**CONCEITOS OPERACIONAIS E HISTORIOGRAFIA**.....	**19**
1.1	**A Formulação dos Conceitos Operacionais de Análise**.....	**19**
1.1.1	A Macrolente da Geopolítica.....	**20**
1.1.1.1	A Geopolítica Clássica: uma síntese.....	**21**
1.1.1.2	Nova Geopolítica: tendências.....	**23**
1.1.1.3	Nova Geopolítica: uma síntese.....	**30**
1.1.1.4	Ferramental de Análise Geopolítica.....	**31**
1.1.2	A Microlente das MCM.....	**34**
1.1.2.1	Aplicabilidade das MCM no Âmbito Naval.....	**38**
1.2	**Historiografia da Geopolítica Recente do Cone Sul**.....	**40**
2	**A GUERRA DAS MALVINAS COMO FATOR DE INFLEXÃO NA GEOPOLÍTICA REGIONAL**.....	**50**
2.1	**Antecedentes Históricos e Imediatos do Conflito**.....	**51**
2.2	**Caracterização da Área**.....	**55**
2.3	**Cronologia do Conflito**.....	**55**
2.4	**A Logística Militar como Fator Decisivo**.....	**61**
2.5	**A Logística Inglesa**.....	**64**
2.6	**A Política e a Dependência Logística da Argentina**.....	**71**
2.7	**Conseqüências e Predisposições após o Conflito**.....	**73**
3	**OS SIMPÓSIOS ESTRATÉGICOS DO FINAL DA DÉCADA DE 80**.....	**83**
3.1	**Os Encontros de 1987 em Buenos Aires**.....	**83**
3.1.1	O Entendimento Sobre a Situação Momentânea do Conflito.....	**86**
3.1.2	A Dissuasão Convencional para Países como Brasil e Argentina....	**91**
3.1.3	Modelos de Cooperação Militar.....	**94**
3.1.4	Interesses Estratégicos Comuns.....	**97**
3.2	**Os Encontros de 1988 em São Paulo**.....	**99**
3.2.1	Identificação de Eventuais Interesses Estratégicos Divergentes.....	**100**
3.2.2	A Importância da Indústria Bélica para a Segurança Nacional.....	**103**
3.2.3	Participação Comum na Segurança do Atlântico Sul.....	**106**
3.2.4	Mecanismos de Defesa Comum na América do Sul.....	**111**

4 **O APROFUNDAMENTO DAS MCM ENTRE A ARA E A MB**..... **116**
4.1 **Antecedentes na Estrutura da Guerra Fria**..... **116**
4.1.1 As Primeiras Iniciativas Próprias..... **122**
4.2 **As Relações entre a ARA e a MB após a Guerra Fria**..... **131**
4.2.1 A Vertente das Boas Relações entre a ARA e a MB..... **145**
4.2.2 A Vertente MERCOSUL na Aproximação ARA e MB..... **168**
4.3 **A ARA e a MB Exercitam os Limites de sua Aproximação**..... **173**
4.4 **Perspectivas Futuras**..... **182**
5 **CONCLUSÃO**..... **189**
REFERÊNCIAS..... **200**

INTRODUÇÃO

Há, no Brasil, uma vasta gama de estudos sobre as Forças Armadas como atores importantes na arena política brasileira. Contudo, a historiografia brasileira não tem dado grande atenção ao uso de suas forças militares como instrumentos ativos da Política Externa.

Isso vem ocorrendo pelo fato do tema não constituir uma das ações prioritárias dos governos republicanos pelas mais diversas razões. Uma delas, no passado mais recente, foi a presença de militares no poder central brasileiro, por pouco mais de 20 anos, o que gerou bastante preconceito sobre o tema, tanto por parte dos políticos, quanto por parte dos intelectuais, que poderiam estar contribuindo, certamente, muito mais com análises, idéias e propostas.

Hoje, entretanto, alguns fatos novos estão propiciando uma ligeira alteração dessa situação. O aumento da presença militar brasileira em missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), tais como os contingentes enviados ao Timor Leste e ao Haiti, é um dos destaques nesse sentido, ao lado do pleito brasileiro para se tornar um membro permanente do Conselho de Segurança daquele mesmo órgão.

Além disso, a corrente liberal e o propagado fim da História de Fukuyama, onde implicitamente se anunciava uma paz perpétua entre as nações, foram colocados em cheque com os ataques de 11/09/2001 às torres gêmeas de Nova York. De fato, as guerras do Afeganistão e do Iraque, após a ascensão de George W. Bush ao cargo de Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), mostraram um ressuscitamento da ação bélica como instrumento de Política Externa do país mais poderoso do mundo. São ações bélicas que foram justificadas como sendo um combate às chamadas ameaças não-convencionais, no caso o terrorismo internacional, mas que, na verdade, parecem estar contribuindo, também, para a conquista de objetivos geopolíticos convencionais, embora estes não sejam reconhecidos publicamente.

Assim sendo, ao se buscar compreender como as Forças Armadas brasileiras, em particular a Marinha do Brasil (MB), vêm contribuindo para a manutenção da paz na América do Sul, região considerada por diversos analistas como uma das mais pacíficas do planeta, nos tempos mais recentes, é uma forma de se descortinar um aspecto da historiografia brasileira que é pouco abordado pelos acadêmicos em geral.

Pode-se mesmo arriscar a dizer que o Brasil de hoje tem dificuldades para visualizar quaisquer inimigos na sua área de influência e interesse imediata, não somente porque é detentor de uma sorte geográfica ímpar, mas também porque a sua Política Externa vem sendo

bastante eficaz, tanto por meio da diplomacia oficial, quanto, subsidiariamente, pela utilização das Forças Armadas. Isto, é bom repetir, é pouco estudado ou mesmo reconhecido.

Pode-se ainda arriscar a afirmar que esse uso das Forças Armadas brasileiras tem se dado muito menos pela dissuasão ou intimidação pela força, e muito mais pelo desenvolvimento gradual e paulatino de medidas que aumentam a confiança mútua nas relações bilaterais. Ou seja, criaram-se, inteligentemente, formas de colaboração e geração de sinergias, onde a sensação de segurança conjunta e mútua tem aumentado, contribuindo, assim, sobremaneira para que ocorram avanços significativos em outras áreas de relacionamento entre os povos do continente.

Há alguns indícios para se acreditar que parece ter sido exatamente esse o caminho percorrido por Argentina e Brasil, nos últimos 20 anos. Seus avanços nos entendimentos políticos de alto nível geraram expectativas nos campos econômico, comercial, cultural, tecnológico e também militar.

No campo militar, acreditava-se, quando a integração regional começou no meio da década de 80 do século passado, que os avanços seriam lentos e pouco promissores. É justamente o grau de sucesso ou insucesso nesta área, em relação a essa expectativa, que será discutido ao longo deste trabalho, em especial no relacionamento mantido entre as Marinhas de guerra desses dois países. Estarão a integração e o intercâmbio entre ambas as Marinhas caminhando mais lentamente do que seria possível, ou, por outro lado, mais rapidamente que a capacidade de integração dos sistemas econômicos dos dois países pode suportar ou apoiar?

A aproximação que se deu entre Argentina e Brasil foi algo que raramente se observou na história das Relações Internacionais, pois ambos eram antes de tudo países que se identificavam no concerto das nações como competidores e adversários regionais. Os dois países buscavam, cada um por si, a liderança e a hegemonia na América Latina, visto que, aparentemente, tinham condições para tal.

Assim sendo, o foco deste estudo no comportamento desses dois países no continente sul-americano se justifica, por serem justamente esses os que possuem a maior relevância econômica, populacional, territorial e mesmo militar na América Latina. Para onde esses dois países caminharem juntos na região, esse será quase certamente o destino dos demais. De importância também relevante, mas um pouco atrás ao menos nos aspectos econômico, populacional e territorial, destacam-se também o Chile e a Venezuela

Dar atenção a outras relações bilaterais, mesmo que não sejam irrelevantes, tais como Brasil e Uruguai, Argentina e Paraguai, Brasil e Paraguai, ou Argentina e Uruguai, só para se ficar com o núcleo duro do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) tende a ser um gasto

desnecessário de energia. Essas relações não foram determinantes, por exemplo, para a constituição desse bloco, nem o deverão ser para qualquer outra direção que se deseje para a América Latina. A decisão estratégica de uma aliança entre Brasil e Argentina tende a deixar esses outros dois países menores sem grandes alternativas.

A moldura temporal desse estudo inicia-se com a Guerra das Malvinas em 1982 e se estende até o final do segundo governo do Fernando Henrique Cardoso, em 2002, a partir de quando a maioria da documentação primária que foi utilizada, em particular as atas de reunião mantidas entre os Estados-Maiores dessas Marinhas, já começa a ter a sua acessibilidade restrita por conta dos sigilos de acesso atribuídos, que são no mínimo de cinco anos.

Foram feitas, entretanto, algumas breves incursões no período anterior. Ou seja, alguns episódios ocorridos, por exemplo, durante o período de fortes conflitos diplomáticos entre Brasil e Argentina, em decorrência das divergências sobre a construção da hidrelétrica de Itaipu (1976), podem ser úteis para as contraposições ou mesmo identificação de alguma gênese da aliança estratégica que se desencadearia. As eventuais aproximações ocorridas pelo fato de os dois países estarem sob a mesma influência hegemônica dos EUA, durante a Guerra Fria, também foram mencionadas

Como os aspectos militares são de grande relevância para esse estudo, o episódio da Guerra das Malvinas teve uma posição de destaque, por representar um ponto de inflexão na interpretação geopolítica que os pensadores militares dos dois países tiveram do conflito. Não se fez necessária uma análise tática pormenorizada da Guerra, mas sim das forças políticas internacionais que procuraram influenciar no seu resultado e das conseqüências estratégicas da mesma.

A partir dessas leituras do conflito e das mudanças correspondentes nos pensamentos estratégicos de cada país, houve um foco maior, enfim, na verificação dos processos práticos de aproximação e confiança mútua que foram desencadeados na área militar-naval, tais como controle de armamentos, prevenção de acidentes no mar, reuniões de oficiais de altas patentes, viagens, visitas e cursos de oficiais, cooperações navais diversas, busca e salvamento no mar, exercícios navais conjuntos, segurança operacional, controle de área marítima, transporte marítimo, cooperação em patrulha naval e meio ambiente marinho. Tudo isso tentando identificar se esse processo contribuiu, ou não, de forma marcante para a consolidação do MERCOSUL, ou se facilitou a decisão de sua criação.

O uso de fontes primárias administrativas disponíveis no Serviço de Documentação da Marinha (SDM), no Rio de Janeiro, tais como avisos ministeriais, ofícios, memorandos e relatórios de autoridades como o Ministro da Marinha e o Chefe de Estado Maior da Armada

(CEMA) foram as principais fontes desse estudo, por conterem as decisões formais, os pareceres e as trocas de impressões entre autoridade do então Ministério da Marinha do Brasil (MB) e, eventualmente, entre os da MB e as autoridades da Armada da República da Argentina (ARA). Alguns documentos, tanto de resposta quanto de indagação, recebidos daquela Marinha estrangeira também foram incluídos nesse conjunto.

Além disso, as atas de reuniões mantidas entre os Estados-Maiores que evidenciam cada passo dos projetos comuns desenvolvidos pelas duas Marinhas são amplamente utilizadas. Algumas interpretações geopolíticas contidas em estudos da burocracia militar-naval, em especial aquelas arquivadas no Estado-Maior da Armada em Brasília, também foram levadas em consideração.

A preponderância de documentação produzida e arquivada no Brasil fez com que o trabalho acabasse tendo uma leve perspectiva brasileira do conflito das Malvinas, das tensões entre Brasil e Argentina e da posterior aproximação estratégica.

Foram ainda consideradas fontes primárias, de caráter um pouco mais secundário, os trabalhos apresentados nos dois Simpósios Estratégicos entre Argentina e Brasil que se deram nos anos de 1987 e 1988, por representarem um marco na busca da eliminação de qualquer tensão que porventura existisse entre os militares desses dois países.

Ainda no campo das fontes primárias, foram desenvolvidas entrevistas com autoridades militares navais brasileiras que ocupavam cargos decisórios de alto nível na MB, durante o período em análise, como forma de procurar eliminar alguma lacuna não abordada pelos documentos primários utilizados.

O objetivo final e também principal deste trabalho é apresentar como se deu o processo de distensão militar-naval entre a Argentina e o Brasil na pavimentação dos caminhos que contribuíram para a formação e solidificação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), após a Guerra das Malvinas de 1982.

Para se atingir esse objetivo, fez-se necessário, antes, alcançar alguns objetivos intermediários, tais como: descrever, brevemente, os motivadores geopolíticos que dificultaram as aproximações anteriormente entre os dois países, buscando um nexo que justifique a situação que culminou com a formação do MERCOSUL em 1986; descrever, também brevemente, os antecedentes e o desenrolar desse conflito, bem como as suas conseqüências nos seus aspectos políticos, tanto interno quanto externos, para o Estado Argentino; utilizar e fazer referência, como pano de fundo, sempre que se fizer necessário, à situação geopolítica mundial e regional durante o período em análise, no que concerne aos atores principais influenciando os dois países, aos problemas básicos do mundo, aos poderes

hegemônicos vigentes, aos processos relevantes em andamento, à conjuntura econômica e aos conflitos em andamento; utilizar também como pano de fundo das análises feitas a leitura geopolítica tradicionalmente elaborada pelos pensadores e estrategistas de Argentina e Brasil, em relação à inserção de seus países na região e no mundo, que tenham facilitado ou dificultado essa aproximação; e identificar como os estrategistas dos dois países interpretaram os antecedentes e o desenrolar da Guerra das Malvinas para reposicionarem suas estratégias bilaterais.

Este estudo partirá da hipótese central de que um conflito bélico, no caso a Guerra das Malvinas de 1982, protagonizada pela Argentina e a Grã-Bretanha, criou as condições necessárias para uma aliança sem precedentes entre o Brasil e a Argentina, com importantes reflexos no relacionamento entre as Marinhas desses países.

Complementarmente, buscar-se-á afirmar ainda que, no campo militar-naval, o processo de aproximação e diálogo entre os dois países foi facilitado pelas políticas anteriores de defesa hemisférica patrocinadas pelos EUA durante a Guerra Fria; e que algumas medidas práticas de aproximação reforçaram a Confiança Mútua entre as duas Marinhas e representaram o caminho percorrido nesse campo para solidificação dessa aliança.

Essas chamadas Medidas de Confiança Mútua (MCM), bem como o próprio entendimento desse conceito, foram apresentadas mais detalhadamente na descrição dos conceitos operacionais desse estudo, ao final do capítulo 1. Ao longo desse capítulo, também, foram aprofundados os conceitos de geopolítica, os quais são considerados importantes para emoldurar a análise interpretativa dessas relações bilaterais. Ao final deste capítulo, discorreu-se, brevemente, sobre a escassa historiografia que apenas tangencia a história das MCM entre as Marinhas de Brasil e Argentina, ressaltando-se como esta aborda muito mais as conjunturas geopolíticas desses dois países, sem entrar em detalhes mais específicos inerentes às atividades profissionais castrenses que tenham intersecções com as relações internacionais.

No capítulo 2, é apresentada toda a conjuntura política regional e mundial nos momentos imediatos que antecederam a Guerra das Malvinas e durante o desenrolar desse conflito, bem como as dificuldades que um país periférico como a Argentina pode encontrar para levar à frente seu esforço de guerra, em termos logísticos, tecnológicos, e políticos.

No capítulo 3, são narradas, no detalhe, as discussões que tiveram lugar durante os dois primeiros simpósios de estratégia entre Brasil e Argentina, cuja intenção era contribuir na identificação e eliminação de possíveis fatores de tensão entre os militares de Brasil e Argentina. Busca-se identificar se esses simpósios foram realmente um importante marco no

incremento da confiança mútua entre os militares dos dois países, a partir das abordagens e tipo de idéias ali difundidas e discutidas e da relevância dos interlocutores presentes.

No quarto e último capítulo, é descrita a evolução das relações entre a ARA e a MB, em termos de MCM, desde os anos da Guerra Fria, sob a liderança dos EUA, passando pelas primeiras operações navais bilaterais sem a presença daquele poder hegemônico, ainda antes da Guerra das Malvinas, até o final da década de 90 do século passado, quando se busca identificar se há ou não uma tendência de aumento de intensidade nessas relações.

1 CONCEITOS OPERACIONAIS E HISTORIOGRAFIA

1.1 A Formulação dos Conceitos Operacionais de Análise

A aproximação ocorrida entre a Argentina e o Brasil a partir de 1982, em especial entre suas Marinhas, será analisada a partir de duas lentes sobrepostas. A primeira terá como função permitir uma leitura Geopolítica do mundo, da região e dos dois países em si, enquanto a segunda deverá apontar pragmaticamente como se deu essa aproximação na área militar-naval.

Estar-se-á trabalhando, portanto, com essas duas lentes por meio de um relacionamento dialeticamente estabelecido. Enquanto a primeira lente dá uma visão mais ampliada da realidade e evidencia os determinantes macros de possíveis ações pontuais, a segunda apresenta justamente quais são essas ações pontuais em seus aspectos militares navais, e eventualmente marítimos, por meio do conceito conhecido na bibliografia especializada como Medidas de Confiança Mútua (MCM).

Pode-se afirmar que essa relação é dialética, visto que as próprias ações pontuais possuem o potencial de alterar a geopolítica regional, assim como foram geradas por essa em certa medida.

Para melhor usar a primeira lente, faz-se necessário, primeiramente, entender o que vem a ser a Geopolítica tradicional, bem como quais são as novas roupagens que esta Geopolítica vem gradativamente adquirindo, a partir do último quarto do século XX, a ponto de alguns estudiosos chegarem a afirmar que existe uma Nova Geopolítica. Essa transformação que vem ocorrendo nesta área de conhecimento não foi apresentada de uma forma muito exaustiva por fugir ao escopo principal deste trabalho, mas, por outro lado, se evitou uma total omissão. Assim se procedeu porque essa nova faceta da Geopolítica foi também decisiva para a aliança levada a cabo por Brasil e Argentina.

Por fim, são apresentados, especificamente, quais são os parâmetros geopolíticos de análise, bem como, para haver o devido fechamento dos conceitos operacionais, as definições e circunstâncias que cercam as MCM, descrevendo, principalmente, quais são os fatores indicativos de uma aproximação militar-naval abarcados por esse conceito.

1.1.1 A Macrolente da Geopolítica

Tanto o firme crescimento econômico do século XIX, quanto as crescentes melhorias tecnológicas nos sistemas de transportes e comunicações, permitiram que uma forte competição entre os Estados mais desenvolvidos da Europa por áreas de influência transpassasse, ou ao menos tivesse um forte potencial para tal, as fronteiras nacionais e regionais originais em muitos milhares de quilômetros. É nesse contexto que se pode entender o surgimento da Geopolítica tradicional ou clássica em termos acadêmicos.

A Geopolítica, na forma como é definida por Mafra, "é uma parte da Ciência Política e não da Geografia, pois trata da Política do Estado quando este sofre influências das condições ou dos fatores geográficos." (MAFRA, 2006) Portanto, a influência da Geografia nos estudos, planejamentos e decisões políticas, ou mais especificamente, no estabelecimento e na fixação dos objetivos do Estado. [1]

Esta forma de entender a geopolítica sintetiza bem aquelas estabelecidas por outros pensadores e estudiosos do tema de maior renome e projeção. Conforme nos ensinou o professor Rudolph Kjëllen, criador do vocábulo, "Geopolítica é o ramo da Política que estuda o Estado como organismo geográfico ou como fenômeno de espaço, portanto como país, território, ou mais exatamente como Reich." (KJËLLEN, 18--?)

Segundo o geógrafo e também professor Karl Haushofer, criador de uma importante teoria Geopolítica, esta é a "ciência que estuda os vínculos que prendem os fatos políticos ao solo." (HAUSHOFER, 19--?)

Para Nicholas John Spykman, professor e criador de outra influente teoria sobre o tema, *a* "Geopolítica pode ser aplicada no planejamento de segurança política de um País, em termos de seus fatores geográficos." (SPYKMAN, 19--?)

Também o General brasileiro Carlos de Meira Mattos não se distancia muito desses precursores ao entender que a *Geopolítica é* "a arte de aplicar a Política nos espaços geográficos; e ainda visualiza um aspecto determinístico ao dizer que Geopolítica é destino". (MATTOS, 19--?) Essas definições, na verdade, são bem adequadas ao que se costuma entender como Geopolítica clássica. Para ser também adequada às duas fases da Geopolítica

---

[1] Mafra preocupa-se em deixar bem claro para seu leitor que Geopolítica tem diferenciações importantes de outros ramos semelhantes de estudos como a Ciência Política, a Geoestratégia e a Geografia Política. A Ciência Política contém a Geopolítica. A Geoestratégia é a arte de preparar e de aplicar o Poder, para a conquista e a manutenção dos Objetivos estabelecidos ou fixados pela Política, quando em decorrência das condições geográfica. Geografia Política é parte da ciência Geografia, estudando as relações do homem com o meio físico, sendo sensivelmente estática, como uma foto e não um filme.

acima citadas, faz-se necessário buscar um conceito que melhor defina sua área de atuação, suas interações com as demais áreas de estudo e seja, ao mesmo tempo, abrangente o suficiente para atender a dois momentos históricos distintos.

Ou seja, uma definição que não evidencie somente que se trata de uma correlação de forças entre os Estados, antes entendida fundamentalmente pelo seu aspecto militar, característica forte na Geopolítica tradicional ou clássica, mas também que permita incorporar as dimensões econômico-tecnológicas, culturais e sociais, que também fazem parte do processo, porém muito mais evidenciadas no que se pode convencionar chamar de Nova Geopolítica ou Geopolítica Moderna.

Fraga apresenta uma definição nesse sentido. Ele entende a Geopolítica como a grande auxiliar da política para ajudá-la a tomar as decisões políticas, que põem em marcha as ações estratégicas e administrativas na solução de conflitos. Ele define a “Geopolítica como o ramo da política que estuda e analisa a influência dos fatores geográficos físicos, demográficos, econômicos, sociais, ideológicos e culturais na vida interna dos Estados e em suas relações internacionais, a fim de extrair conclusões úteis para seu governo”. (FRAGA, 1985)

A Geopolítica assim definida ajuda o poder político a estabelecer os objetivos nacionais de projeção exterior de um Estado, os seus objetivos políticos, a competição com os objetivos políticos de outros atores, além de determinar e descrever os conflitos e ajudar a tomar as decisões políticas, levando em consideração não somente as relações de poder entre os Estados.

Ainda segundo esse autor, depois de tomada a decisão política para enfrentar os conflitos, a ação estratégica e/ou administrativa se inicia. Em ambos os casos, a Geopolítica continuará assessorando, como tal, a ação administrativa e, com o nome vulgarizado de Geoestratégia, a estratégia.

1.1.1.1 A Geopolítica Clássica: uma síntese

No chamado período da Geopolítica Clássica, a ênfase no Estado nacional era maior, ou seja, havia uma forte referência a um território nacional, a uma soberania sobre esse território, e a uma economia de contratos sociais basicamente limitados a essa territorialidade.

Pode-se considerar, portanto, como a época dominante da Geopolítica Clássica um longo período da história humana que se inicia aproximadamente em 1815 e termina em 1990, seguindo a moldura temporal estabelecida por Agnew & Corbridge (1995) [2].

A primeira data, segundo esses autores, marca o fim das Guerras Napoleônicas e o começo de um conceito de política externa independente, baseada em exércitos de conscritos recrutados a partir de populações politicamente mobilizadas, e na balança de poder militar entre Estados territoriais como princípio operativo, que surge como fator determinante das relações políticas globais.

A última data marca o fim da Guerra Fria e o início de um novo período na política internacional, na qual praticamente todo o mundo está finalmente incorporado na economia mundial moderna. Marca também o fim de uma série de características recorrentes nos autores geopolíticos clássicos que serão aqui sintetizadas, antes de qualquer aprofundamento nas características atuais.

Primeiramente, as relações internacionais, e conseqüentemente a Geopolítica, eram marcadas primariamente por preocupações com a segurança, mais precisamente com as ameaças militares colocadas por outros Estados. Esses estudos clássicos são nitidamente pontuados por projeções de alianças e domínios e pela mensuração dos fatores de poder, que as permitem e motivam, tais como a população, o território disponível e controlado diretamente, a matéria-prima utilizável etc. Ou seja, buscam-se essas projeções para se ter poder e se busca o poder para se ter as projeções. Os dois conceitos se confundem quase indistintivamente.

A Geografia era vista por uma concepção de espaço onde se enfatizava o que era fixo em detrimento da fluidez, fazendo, assim, com que a estabilidade fosse mais preponderante que a mudança. A Geopolítica, para esses autores clássicos, era como uma coleção de limitadores geográficos que dirigem as atividades dos Estados. Por exemplo, os fatores geográficos fixos do mundo, tais como a distribuição de continentes e oceanos, ou processos fixos de expansão territorial e econômica relativos à força militar, são vistos como determinantes ou fortes condicionantes das possibilidades estratégicas e dos limites particulares dos Estados. Ou seja, a natureza, em larga escala, controlaria os destinos de um Estado, quando não os determinava totalmente, em função da perenidade como os influenciava.

---

[2] Estes autores subdividiram o período em três partes, que eles chamaram de três ordens geopolíticas, conforme as mudanças que ocorreram na organização e significado do espaço. A primeira foi o concerto europeu ou ordem geopolítica britânica (1815-1875); a segunda foi qualificada de ordem geopolítica de rivalidade inter imperial (1875-1945); e a terceira foi representada pela ordem geopolítica da Guerra Fria (1945-1990).

De uma forma resumida, e ainda nas palavras de Agnew e Corbridge (1995), as premissas comuns para esse tipo de Geopolítica eram os seguintes: o poder dependia de uma habilidade invariável de fazer os outros realizarem o seu desejo como resultado de vantagens decorrentes da localização geográfica, população e recursos naturais; e o próprio poder, por sua vez, também representava um atributo dos Estados territoriais que tentavam monopolizá-lo na competição com outros Estados.

A economia era vista como um meio para o poder militar, mas não um fim em si mesma, ao contrário do que parece ocorrer hoje em dia, visto que a tecnologia, educação e crescimento econômico têm se tornado mais importantes do que os atributos geopolíticos tradicionais de poder na determinação do sucesso relativo no sistema internacional.

Eram circunstâncias históricas, nas quais os atores não-estatais eram desalojados do poder, de forma a privilegiar a interação entre os Estados. Considerava-se natural um mundo dividido em Estados territoriais, cuja hierarquia era mais ou menos fixa, e no qual havia centros e periferias, esferas de influência, pontos focais, zonas tampão e relações estratégicas.

O Estado territorial era um dado perene e independente da história humana, em que as forças direcionadoras da economia política internacional eram estáticas e imutáveis, ou seja, sincrônicas, em que o sucesso relativo ou a falha de regiões e localidades diferentes na política econômica internacional em um dado momento eram decorrentes dos recursos naturais disponíveis territorialmente, e não tanto da capacidade de uma sociedade se adaptar às mudanças de circunstâncias. A representação do espaço estava fortemente referenciada pelas fronteiras nacionais, modificando-se apenas levemente, muito mais para indicar possíveis alianças ou projeções de influência de um Estado hegemônico do que para traçar efetivamente novas linhas divisórias.

1.1.1.2 Nova Geopolítica: tendências

O mundo de hoje parece estar sendo configurado de outra forma, sem que haja, entretanto, condições para que se abandone em definitivo estes preceitos mais tradicionais, visto que os mesmos ainda possuem um peso significativo em muitas situações, mesmo já não sendo tão absolutos na maioria das formulações geopolíticas dos Estados.

Ou seja, quando se procura traçar as características de algo tido como novo ou moderno, há uma tendência de o analista fazer isso de uma forma dicotômica, como se o atual fosse significativamente diferente ou mesmo oposto, em todos os sentidos, a tudo o que

representa o passado. Quando se fala de Nova Geopolítica, este tipo de pensamento é quase inevitável. Mas, não se pode esquecer, antes de qualquer coisa, que há uma continuidade fundamental entre o que se procura chamar de Geopolítica Clássica ou Tradicional e o que se caracteriza como Nova Geopolítica, o que de certa forma já foi indica anteriormente neste trabalho, que é a presença do Estado nacional como referência principal no estudo da Geopolítica.

Se, por exemplo, as soberanias que caracterizam os Estados nacionais são apenas relativizadas, é porque estas ainda não são fracas o suficiente ao ponto de ser desconsiderada a relevância desses atores no cenário mundial. Mesmo os grandes Estados que estão se formando por toda parte, podem tanto estar calcados nas identidades individuais dos Estados-nação originais que os formaram, como parecem ser os casos da Europa, até o momento, ou mesmo do MERCOSUL, quanto podem simplesmente estar tentando criar uma nova identidade nacional mais ampla, como, em alguns momentos, parece ter sido o caminho que a Europa desejou tomar. Em qualquer dos casos, a referência não deixou de ser o Estado-nação.

Esta ressalva é importante, pois só assim poder-se-á melhor entender o que se pretende analisar como Nova Geopolítica ou Geopolítica Moderna. Esta continua colocando muita ênfase nos aspectos geográficos, mas relevantes mudanças nas condições ambientais, tecnológicas, demográficas, econômicas e mesmo militares ocorreram de forma tão significativa nas últimas décadas que os graus de importância de alguns fatores de análise tiveram seus pesos alterados, em relação à própria geografia. Cada Estado-nação responderá de uma forma a essas mudanças relativas na importância dos recursos de poder disponíveis. Algumas vezes, essas mudanças são bem palpáveis; outras vezes são meras especulações alarmistas

A integração Brasil e Argentina no campo econômico, por exemplo, pode ter sido influenciada por ideologias que passaram a circular a partir da primeira metade da década de 1980 e que se consubstanciaram no que Ianni (1996) chamou de Teorias da Globalização. Estas podem ter sugerido, de alguma forma, um cenário ameaçador para países economicamente mais fracos e mais sujeitos às forças de mercado. Redesenhar geopoliticamente o Cone Sul foi a solução encontrada por esses dois países diante dessa sensação de instabilidade e perda avassaladora de poder sobre o próprio destino. A Guerra das Malvinas pode ter ajudado a reforçar essa sensação.

Ou seja, parece haver uma Nova Geopolítica se formando, sim, que possui aspectos palpáveis e bem reais, mas parece haver também, em alguns momentos, muito mais um discurso ameaçador, ideológico e intelectual que antecede a própria realidade, fazendo com

que essa seja antecipada por meio das ações preventivas e pró-ativas de suas principais vítimas, os Estados nacionais mais fracos.

O fenômeno da Globalização, a Revolução dos Assuntos Militares (RAM), os novos desafios de caráter global e a presença de novos atores internacionais são aspectos dessa realidade, ora bem palpáveis, ora nem tanto, que influenciam na reformulação da releitura do mundo que a chamada Nova Geopolítica vem ajudando a realizar.

A Globalização, por exemplo, consubstanciadas em teorias científicas ou não, pode ser vista tanto como uma realidade como um conjunto de metáforas que induzem a uma releitura revolucionária do mundo. É, dos fenômenos listados acima, aquele que parecer ter a maior carga ideológica quanto a sua irreversibilidade, induzindo a decisões de adaptação dos Estados nacionais a uma realidade que parece iminente e da qual não se pode deixar de participar. A Globalização, na verdade, nas palavras de Ianni (1996) não pode ser explicada por meio de um "discurso único e acabado, mas sim por explicações multifacetadas" [3], que atendem aos mais diversos objetivos. Em comum, todas as explicações tendem a induzir para noções de integração, de mundo indivisível, de complementaridade indissociável e de tendência irrevogável, que até são bem reais em alguns setores econômicos, mas que estão longe de corresponder à verdade em todos os demais aspectos da existência humana.

Um Estado nacional que pense em termos de Nova Geopolítica deve estar bem atento para separar aqueles aspectos da Globalização que realmente podem consistir em uma ameaça para sua sobrevivência daqueles que não passam de soluções prontas para problemas que não existem, mas que o discurso afirma que tenderão a existir. A apropriação dessas soluções pode levar, unicamente, a facilitar a acumulação de capital de alguns setores da economia mundial, e, desta forma, fragilizar ainda mais a capacidade de gerenciamento da economia dos Estados nacionais mais fracos.

No que concerne à RAM, a Geopolítica tradicional possuía como instrumento de domínio territorial a possibilidade clara de aplicação do que Nye (2002) chama de poder bruto militar, o qual estava disponível, de forma mais ou menos generalizada, para todos os

[3] As metáforas mais comuns para essas explicações seriam economia-mundo, sistema-mundo, "shopping center" global, Disneylândia global, nova divisão internacional do trabalho, moeda global, cidade global, capitalismo global, mundo sem fronteiras, tecnocosmo, desterritorialização, miniaturização, hegemonia global, fim da geografia, aldeia global, fábrica global, terra-pátria, nave espacial, nova babel, além de outras expressões que povoam textos científicos, filosóficos e artísticos.

Estados.[4] Hoje, esta possibilidade de uso clássico do poder militar está fortemente restrito, por uma série de razões.

Primeiramente, as novas tecnologias militares, incluindo aí os armamentos nucleares têm contribuído intensamente nesse sentido. Estes últimos tornaram a guerra, no que se refere ao cálculo racional do seu custo em relação ao benefício que se pode auferir, algo pouco vantajoso para qualquer um dos Estados em conflito, caso ambos possuam o referido armamento. Neste caso, a paciência para se alcançar uma solução negociada aumenta enormemente. A Guerra Fria, na qual houve o equilíbrio militar convencional e nuclear mantido entre os Estados Unidos e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviética, é um exemplo deste fenômeno, aceito quase unanimemente por diversos analistas.

Os países de poder restrito, ou mesmo os de porte médio, dificilmente desejam se expor a uma sanção militar direta da superpotência, que ainda tem a possibilidade de aplicar sanções econômicas unilateralmente, ou em conjunto com as demais nações ricas.

Negri e Hardt (2005b), ao fazerem uma alusão à RAM, indicam que as tecnologias de informação e comunicação estão por trás desse fator, visto que se desenvolveram de forma esmagadora nos EUA, gerando assimetrias relevantes em relação aos demais países. Houve um fim do paradigma dos conflitos de massa, embora haja capacidade para se matar em grande quantidade a população e os exércitos adversários. As forças de terra, mar e ar estão mais integradas e associadas, ficando o Exército mais subordinado e dependente das ações de inteligência e informação para agir. São dadas preferências às forças terrestres de alta mobilidade e capacidade de coordenação entre si e com as forças de mar e de terra.

O gerenciamento dessa nova doutrina de uso da força requer um soldado caro, pois este deve ser capaz de não só operacionalizar as novas tecnologias, como também determinar para as populações eventualmente submetidas ou administradas normas culturais, jurídicas e de segurança a serem cumpridas.

A guerra, assim, não é mais um instrumento usual para se alcançar os interesses nacionais de um Estado, não somente em função das assimetrias acima descritas, mas também porque se perdeu muito da sua legitimidade tradicional. Estando as fronteiras nacionais já bem definidas e reconhecidas mutuamente, não faz sentido uma invasão do território alheio

---

[4] Esse autor divide os poderes de um País em poder bruto e poder brando. O poder bruto é decorrente de induções e ameaças para fazer com que um Estado mais fraco aja conforme o desejo de um Estado mais forte. Tanto o poder militar quanto o poder econômico são os exemplos mais comuns de utilização desse poder. Já o poder brando passa pela capacidade de seduzir e atrair. Essa atração geralmente leva à aquiescência e à imitação.

pelo simples fato do Estado alegar que precisa ampliar sua área vital. A pressão internacional é muito forte sobre quem assim proceder.

Mesmo os países mais poderosos não querem ser taxados de colonizadores e desrespeitadores da soberania dos mais fracos, não só porque isso contribuiria para diminuir em muito o chamado poder brando desses países, como também porque o próprio custo da manutenção de uma dominação direta posterior a uma guerra tornou-se muito elevado com a tomada de consciência nacional dos países do chamado Terceiro Mundo após a Segunda Guerra Mundial.

O normal, hoje, é que os países mais poderosos procurem garantir recursos de qualquer ordem por meio de acordos, alianças e redes econômicas, e a utilização do poder brando para se efetuar aproximações de confiança mútua. Os domínios do saber tecnológico mais avançado em todas as áreas, e do capital tendem a fazer com que essas alianças acabem se configurando em um domínio ou hegemonia muito mais eficaz que qualquer ocupação militar.

O uso da força, hoje, para ser legitimado necessita que haja um convencimento, embora não necessariamente baseado em fatos reais, da opinião pública, das principais lideranças políticas dos países mais ricos e de importantes dirigentes de organizações multilaterais de que um mal maior está sendo evitado, tais como o desrespeito a direitos humanos básicos, ou mortes e genocídios decorrentes de uma guerra civil. A propaganda e a contrapropaganda, que sempre precederam qualquer conflito humano, tornaram-se, por vezes, determinantes para o seu desfecho. O convencimento da opinião pública mundial quanto à justificativa moral da guerra permitem mais facilmente a utilização dos canais logísticos essenciais a forças tão flexíveis e móveis como as atuais.

Assim, um Estado nacional, ao pensar nos termos da Nova Geopolítica, deve ter, portanto, como premissa, no seu planejamento, que o uso do poder militar para atingir seus objetivos tornou-se bastante arriscado nos dias de hoje, em função da enorme assimetria que se verifica nesse poder a favor dos EUA, por serem os precursores da RAM, e da dificuldade encontrada para se legitimar mundialmente o uso da força contra outro Estado nacional

Quanto aos Novos Desafios de Caráter Global, estes influenciarão a elaboração de uma Geopolítica que não se restrinja apenas a alianças entre Estados-nação, cujo principal objetivo seja conter o poder adversário por meio da concentração de poderes. Esse tipo de aliança até pode continuar existindo, mas não será suficiente para responder aos novos desafios da agenda mundial.

A nova Geopolítica depende de cooperação e negociações para se chegar a soluções de compromisso, a partir das quais todos possam, no mínimo, manter sua posição atual de poder relativo. Isso porque o grande desafio deste início de milênio parece ser a capacidade de manter o planeta economicamente sustentável.

As economias estão realmente muito mais integradas, a despeito do discurso ideológico presente nos conceitos de Globalização, e os capitais espalhados pelos diversos países são, agora, multinacionais e não necessariamente controlados pelo Estado-nação que os abrigam.

O mundo encontra-se, na verdade, diante de um problema de governança global que exige soluções multilaterais que restrinjam, por exemplo, esse excesso de flexibilidade do capital. Um Estado-nação, ao pensar nos termos da Nova Geopolítica, terá que se preocupar com a costura de uma aliança com outros Estados nacionais implementadores de políticas públicas responsáveis para controlar os atores econômicos transnacionais que conseguem escapar ao controle desses Estados, ou mesmo se aproveitar da fragilidade de alguns deles.

Ou seja, a Geopolítica continua tendo o Estado nacional como sua grande referência, só que os atores econômicos entraram no jogo, transpassando todas as fronteiras nacionais e alterando o enfoque tradicional, onde os conflitos eram sempre entre Estados. Estes atores devem se preocupar com o bem-estar de seus cidadãos de uma forma geral. Os interesses privados, sejam decorrentes da ganância das grandes corporações, sejam dos egoísmos consumistas individuais, parecem estar se chocando, no aspecto ambiental principalmente, com esse propósito maior de todos os Estados indiscriminadamente.

Por falar em aspecto ambiental, nada é mais preocupante em termos de novos desafios de caráter global que o aquecimento do planeta. É um problema que exigirá intensas negociações políticas para ser solucionado. O uso da força, método comum na Geopolítica Tradicional, tem efeito inócuo neste problema, podendo, na verdade, agravar ainda mais a situação.

Para completar a complexidade inerente à Nova Geopolítica, há ainda o peso mais relevante de novos atores, tais como as empresas transnacionais já citadas acima, em relações que, no passado, eram quase que inteiramente restritas aos Estados nacionais. Doravante, esses atores tradicionais devem levar em consideração e relacionar-se, muitas vezes de forma conflituosa, com atores não-estatais de relevante atuação transnacional.

Há uma ampla diversidade de grupos tanto no que diz respeito as suas formas de organização, atuação e objetivos, quanto aos recursos de que dispõem, e que se tornaram ainda mais nítidos após a Guerra Fria. O ambiente e as regras internacionais modificaram-se

graças à diversificação dos centros de poder, e à emergência de uma agenda política mais descentralizada e menos hierarquizada. Criaram-se, assim, as condições de atuação dos novos atores mundiais, especialmente multilaterais e não-estatais.

Há organizações de cunho mais neoliberal e conservador como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial, etc., mas há também uma heterogeneidade de movimentos contestatórios transnacionais, abrangendo desde organizações anarquistas ou de revolucionários de esquerda até outras mais "pragmáticas", centradas em reivindicações específicas, bem como apenas reformistas da ordem mundial.

Essas divergências não impedem que estes grupos se unam, contingencialmente, em torno de uma questão específica. O surgimento, com força, de tais movimentos no cenário internacional deve-se, primordialmente, ao déficit democrático da globalização e aos limites da democracia representativa no interior dos Estados nacionais.

Sob a perspectiva do estudo das Relações Internacionais e da Geopolítica, o surgimento desses novos atores internacionais, como Organizações Não Governamentais (ONGs), blocos regionais, grandes empresas transnacionais, fóruns, mídia, redes científicas, etc. foram os responsáveis por um grande impacto teórico e metodológico na disciplina: o questionamento do papel hegemônico que desfrutava o Estado, como ator mais relevante, na maioria das análises realistas sobre política internacional desde o fim da Segunda Guerra.

Essa diversidade anárquica de novos atores tem gerado alguns problemas organizacionais para as relações internacionais e para a geopolítica, tais como:

a) a quase inexistência de fóruns de encontro e debate entre os diversos atores mundiais;

b) a heterogeneidade de propostas e de atores que integram a chamada corrente alternativa e contestatória;

c) a tendência de algumas ONGs de articularam-se diretamente com instituições internacionais e grandes empresas, em detrimento de órgãos estatais, sobretudo nos países mais pobres;

d) a falta de legitimidade de muitas associações;

e) a inclinação à utilização da violência por alguns grupos de contestadores da ordem mundial atual, dentre os quais se podem citar como os mais radicais, os grupos terroristas de diversos matizes.

Os Estados mais bem aquinhoados de poder vêm procurando já há algum tempo se articular nesse novo cenário de proliferação de atores, de forma a usufruir algumas oportunidades. Um dos exemplos mais tradicionais seria a forma como esses Estados se utilizam de organizações e instituições multilaterais como instrumentos de manutenção e, até mesmo, legitimação de seu *status quo*, ou seja, a consolidação de uma posição favorável e vantajosa, em termos políticos, econômicos, militares e até culturais. É o caso da atuação em fundos mundiais, como o FMI ou o BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento).

1.1.1.3 Nova Geopolítica: uma síntese

Vive-se, hoje, e já há algum tempo uma longa transição nos conceitos geopolíticos. Se antes os Estados os utilizavam, tendo como base o poder militar e como referências as fronteiras rígidas, hoje já procuram fazê-lo tentando acompanhar a fluidez do capital, o posicionamento vantajoso dentro das redes globais de produção, respeitando as leis de mercado sem fronteiras, as demandas por desregulamentação, os paradoxos de um poder tecnológico militar excessivamente destrutivo e os desejos de boa parte da opinião pública mundial pela manutenção de um meio ambiente saudável e economicamente sustentável, parte da opinião pública essa que procura se organizar por meio de novos atores internacionais, em especial as ONGs.

Paradoxalmente, esta busca por adaptação às demandas do capital enfraquece, em diferentes graus, o poder dos Estados nacionais, gerando problemas locais de governabilidade e a intensificação da divisão mundial das responsabilidades com instituições multilaterais e diversas Organizações Não-Governamentais.

Na verdade, essas organizações podem, grosso modo, vir a ser simples instrumentos indiretos de Estados mais fortes, tentando reviver com novas roupagens os antigos imperialismos, ou representar o prenúncio de um novo mundo em formação, com mais liberdade, mais democracia, menos segregacionismo, um mundo dominado, enfim, pela biopolítica e não pelo biopoder, utilizando os conceitos de Hardt & Negri (2005a). A Geopolítica Tradicional, nessa segunda hipótese, perderia, assim, sua funcionalidade.

Entretanto, não se pode antecipar, em seus detalhes, este processo, nem quando ele estará completo, pelo nível de incertezas e lutas envolvidas. Assim, os traços da Geopolítica Tradicional ainda deverão estar mesclados com as características e tendências da Nova Geopolítica por um bom tempo. Na verdade, pode-se afirmar que enquanto houver Estado

nacional e este mantiver um mínimo de poder nas relações internacionais, a Geopolítica Tradicional continuará presente. De qualquer forma, em relação ao período sobre o qual este estudo se debruça, não há dúvidas de que as características das duas geopolíticas realmente já conviviam. Como, entretanto, a maioria das análises foi feita a partir das perspectivas de dois Estados nacionais, haverá uma tendência a se enfatizar bastante os aspectos da Geopolítica Tradicional, talvez em maior proporção que os aspectos da Nova Geopolítica.

1.1.1.4 Ferramental de Análise Geopolítica

Ao se utilizar a Geopolítica como um dos principais conceitos operacionais de interpretação da realidade, uma espécie de roteiro ou guia metodológico dessa área de conhecimento faz-se necessário.

Esse guia deve possuir a dupla capacidade de facilitar tanto a análise de um estudioso do tema, quanto de ajudar um governo a resolver problemas de alto nível na condução do Estado. Ou seja, na elaboração deste trabalho, acaba-se adquirindo também uma dupla capacidade: a de possuir um instrumento que permita a realização de uma análise de próprio punho de uma realidade observada, e a de obter uma melhor compreensão da linguagem dos formuladores de políticas públicas que se utilizaram da Geopolítica.

Fraga (1985, p. 51) criou um guia nesse sentido e o dividiu em três áreas principais, de acordo com os seus fins[5]:

1) diagnóstico da situação e dos processos na ordem mundial e/ou regional;
2) situação geopolítica de atores estatais específicos; e
3) análise de conflitos em andamento ou latentes.

A “área três”, “conflitos em andamento ou latentes”, por ser muito específica, visto que ensina como se analisa uma situação geopolítica na qual dois ou mais atores específicos se encontrem no meio de um conflito em andamento, bem como auxilia a apontar as suas possíveis soluções, não é essencial para o propósito inerente a este trabalho que é orientar a indagação de como os atores estatais vêm interpretando a realidade a sua volta e decidindo a partir dessa.

---

[5] É importante se entender antes, entretanto, como Fraga define alguns conceitos utilizados por ele nesse guia. Ator é a pessoa ou associação de pessoas que perseguem objetivos. É uma definição típica da Ciência Política, aplicável também ao caso da Geopolítica, embora o ator principal a figurar, ou pelo menos a merecer as referências mais nítidas, em estudos dessa natureza, sejam os Estados nacionais. Situação é o estado de coisas, conjunto de feitos e circunstâncias valorados e relacionados segundo o ponto de vista de quem está tecendo as considerações. Processos são sucessão de situações vinculadas ao acionamento dos atores. Já o conceito de Região está relacionado a um âmbito específico que é definido, segundo um propósito determinado. Ou seja, não é necessariamente apriorístico, podendo variar em área, conforme as tecnologias disponíveis e os interesses geopolíticos dos atores.

Quadro 1

Área I – Análise da Situação e Processos na Ordem Mundial e Regional

Macro Aspectos	Micro aspectos
Visão geopolítica global	Quadro global de situação, que descreva a concepção geopolítica mundial, os alinhamentos políticos e ideológicos, os alinhamentos econômicos, as civilizações e culturas, as raças e as religiões, além de categorizações segundo os graus de desenvolvimento político-econômico.
Estruturas	Organizações de ordem mundial e regional, além dos principais tratados e acordos de ordem política, econômica e militar.
Problemas básicos do mundo	Principais problemas envolvendo população, alimentos, energia, petróleo, a ordem econômica e os limites de crescimento, em função dos determinantes críticos.
Poderes	Principais poderes políticos, econômicos e militares, polaridades existentes e estratégias gerais dos distintos poderes e alinhamentos.
Processos e atores	Processos em desenvolvimento na ordem mundial e regional, determinação dos atores nos distintos processos e as ações empreendidas por estes.
Quadro de situação regional	Regiões de interesse e situação geral de cada uma dessas regiões, tais como aspectos relevantes do espaço, interesses e aspirações de cada ator da região, aspectos históricos relevantes, aspectos democráticos, etnográficos, sociais, econômicos culturais e religiosos relevantes e tratados e acordos ou pactos referentes à região. Identificar ainda os processos que incidem na região e seus entrelaçamentos, o envolvimento da região em conflitos mais amplos, a presença de objetivos políticos competitivos e cooperativos, a existência, mesmo que potenciais, de conflitos entre atores na região, sejam internos a cada ator, entre atores da região, ou com atores de outras regiões. Procurar avaliar a geopolítica atual da região e as prováveis evoluções.
Conflitos	Objetivos políticos competitivos, conflitos ideológicos, econômicos, territoriais e geopolíticos.

Na análise da “área um”, “a situação e os processos na ordem mundial e regional”, esse autor leva em consideração sete macro aspectos, acompanhados de sete correspondentes micro aspectos, conforme descrito no Quadro 1.

Esses aspectos auxiliam a identificar os fatores mais significativos para a construção da moldura conjuntural de qualquer época que se deseje estudar. Porém, como a inserção, em si, dos diversos atores estatais envolvidos, em qualquer conjuntura, vai depender ainda de algumas de suas características individuais próprias, Fraga (1985) fornece também outro roteiro, o da “área dois”, “a geopolítica dos atores”, o qual é descrito no Quadro 2, de forma a dar conta dessa necessidade.

O Quadro 2 foi fundamental, portanto, para o autor deste trabalho tirasse suas próprias fotos de como se apresentavam a Argentina e o Brasil em momentos de inflexão importantes, como a Guerra das Malvinas, durante o período de formação do MERCOSUL e após a sua oficialização, em termos de objetivos, recursos, potenciais, fraquezas, riscos e oportunidades.

Como este modelo de Fraga é mais adequado ao que se está convencionando chamar neste trabalho de Geopolítica Tradicional, faz-se necessária também alguma ferramenta que auxilie a identificar os traços da Nova Geopolítica, obviamente já presentes nos fatos históricos descritos.

Quadro 2

Área II – Análise Geopolítica dos Atores

Macro Aspectos	Micro Aspectos
Fator geográfico	Descrição da posição, com vantagens e inconvenientes; da superfície quanto à forma e extensão; da orografia e da hidrografia, em relação à incidência geopolítica; do espaço terrestre, apresentando as características de cada zona; do espaço marítimo, descrevendo a extensão e as características e incluindo a localização das ilhas; da extensão das costas, discorrendo sobre seus portos naturais; das fronteiras terrestres, quanto a serem fechadas ou abertas; do posicionamento da capital, sua localização geográfica e geométrica, vantagens e inconvenientes; e do clima, distinguindo as diversas áreas e características.
Fator histórico	Recuperação de fatos relevantes quanto ao (à): nascimento do país, origem, emancipação e desenvolvimento; evolução do espaço histórico; envolvimento em guerra e conflitos; e atitude diplomática tradicional.
Fator demográfico e etnográfico	Caracterização quanto à (ao): quantidade e densidade da população; pirâmide populacional; taxa de crescimento; esperança de vida; índice de masculinidade; distribuição e localização; ecúmenos e anacúmenos; índice de urbanismo; porcentagens das características etnográficas; quantidade e distribuição de aborígines; imigrações; causas e tendências das migrações internas; causas e níveis de êxodo populacional; quantidade, origem e características dos estrangeiros; e população ativa e passiva.
Fator social e cultural	Virtudes e defeitos socioculturais; atitudes individuais e comunitárias; níveis sociais e mobilidade das classes sociais; legislação social e laboral; alfabetismo e escolaridade no idioma ou idiomas; influências externas e das imigrações; qualidade de vida; religiões; nível cultural e capacidade de irradiação; tradição e folclore; turismo interno e do exterior.
Fator econômico	Recursos básicos da economia; estrutura do comércio exterior, origens e destinos, evolução da balança comercial; dependência do exterior; produção e consumo de energia e alimentos; reservas e tipos de energia; localização, desenvolvimento e perspectivas da mineração; transportes, estradas, linhas férreas, aéreas e marítimas; produto interno bruto, produtividade geral e crescimento econômico; ocupação da população ativa e distribuição das fontes de trabalho; reserva monetária, dívida externa e estado financeiro; empresas nacionais; tendências dos indicadores econômicos e nível econômico; correntes econômicas distintas; e alienação econômica na ordem mundial.
Fator político	Evolução política, tendências históricas; estrutura política; projetos nacionais; evolução do pensamento político e ideológico; fatores de poder; principais partidos políticos, localização e tendências; características da diplomacia e da política exterior; alienação política e ideológica na ordem mundial e regional; alianças e tratados.
Fator geopolítico	Espaço político e geopolítico; ganhos e perdas territoriais; consciência territorial e marítima; influxos geopolíticos determinantes; estímulos e incentivos geopolíticos; principais problemas e opções geopolíticos; e principais pensadores geopolíticos, síntese de seu pensamento.
Determinantes críticos dos distintos fatores considerados, objetivos políticos de projeção exterior e prováveis conflitos.	- XXX -

Altvater & Mahnkopf (2002) dão um possível caminho para que se entenda essa chave. Como esses autores fornecem uma contraposição mais nítida entre duas realidades extremas e idealizadas, a tarefa de identificar as características da Nova Geopolítica que germina no mundo real, em meio à frondosa e antiga floresta da Geopolítica Tradicional, ficou bastante simplificada, e mesmo insuficiente para abordar também todas as tendências anteriormente descritas e inerentes à Nova Geopolítica, como os novos desafios da agenda mundial, a RAM e a presença de novos atores não-estatais. O Quadro 3 sintetiza o pensamento desses autores.

Quadro 3

Aspectos da Globalização

Período de maior presença do Estado Nacional	**Período cuja ênfase na Globalização é maior**
-fronteiras do estado nacional como referência	- mercado mundial sem fronteiras
-soberania sobre o território	-erosão sobre a soberania territorial
-economia imersa na sociedade	-economia desvinculada da sociedade
-política e poder	-economia e dinheiro
-direito e regulação	-desregulado
-territorialidade da sociedade politicamente configurada por meio, por exemplo, de um contrato social.	-mecanismos abstratos de socialização
-lugar concreto e regimes locais de tempo	-espaço abstrato e regimes locais de tempo
-competição local	-competição no espaço global
-valor de uso	-valor de troca
-organizações políticas do estado nacional, em forma de partidos.	-crise dos partidos; rede global de organizações não-governamentais.
-localização	-mercado mundial
-governabilidade dos governos nacionais	-governo global

Os títulos em negrito no alto de cada coluna do Quadro 3 são uma introdução deste estudo. Os mesmos têm a finalidade apenas de indicar como características, a princípio opostas e excludentes, na realidade ainda convivem nos sistemas políticos e econômicos mais recentes.

Ou seja, procura-se assim indicar que os Estados nacionais ainda são os grandes atores de peso no cenário internacional, seja quando reagem às tendências globalizantes presentes na Nova Geopolítica, seja quando se tornam instrumentos facilitadores dessas tendências no seu próprio território, ou em territórios alheios.

1.1.2 A Microlente das MCM

As MCM surgiram como uma necessidade de se evitar que crises escalassem pela má interpretação das ações de um Estado por outro. Estes procedimentos evoluíram até que, nos dias de hoje, possam ser visualizados não só como um repertório de regras, mas também como um processo que vem aproximando as Nações em todo o planeta.

Roth (2002) fez uma síntese da teoria em torno das MCM, as quais serão reproduzidas, neste texto, com as devidas inferências para o objeto desse estudo. Esse autor, cartesianamente, busca a definição de cada termo para, então, definir o conceito como um todo.

Assim, constata que medidas são providências, regras e normas; disposições no sentido de se evitar algo inconveniente. A confiança seria a segurança e o bom conceito que inspiram as pessoas de probidade, e que são, portanto detentoras de crédito. Finalmente, mútua, da mesma forma que recíproca, seria a correspondência que existe de parte a parte.

Integrando as definições anteriores, chega-se à conclusão preliminar de que MCM são normas que têm como objetivo evitar inconvenientes à segurança e à credibilidade dos atores em questão, e que exige a correspondência de parte a parte.

Esse autor observa assim que a confiança tem como componentes intrínsecos a segurança e a credibilidade. A segurança é verificada no sentimento de cada parte envolvida. O sentir-se seguro. Já a credibilidade, necessita de verificação de parte a parte, o acreditar no outro, o que gera a necessidade da verificação nas MCM. Para corroborar esse pensamento, cita alguns estudiosos sobre o tema que são também aqui reproduzidos.

McCall (1992) comenta que são "compromissos empreendidos por estados rivais para aumentar a transparência de certas atividades potencialmente ameaçadoras para reduzir suspeita mútua e as tensões".

Para Palma, o conceito se refere à promoção de

> um tipo de relação de alta qualidade de modo que ela torne possível o incremento da segurança entre dois ou mais atores internacionais; está-se falando em afastar, no sentido restrito, a possibilidade do conflito armado e, de maneira ampla, criar condições para o início de processos de limitação de armamentos e/ou redução do gasto militar. Em sentido mais amplo ainda, o termo confiança mútua concerne também ao contexto das relações interestatais e as possibilidades de interação harmoniosa. (PALMA, 1988)

De la Fuente agrega que elas "encorajam a percepção que uma estratégia de duplo ganho (em que acordos ou soluções são mutuamente benéficos) é melhor que um jogo de soma zero, onde os ganhos de uma parte são as perdas da outra". (DE LA FUENTE, 2002)

Krepon & Constable as entendem como

> medidas projetadas para aumentar a garantia mental da convicção na probidade dos estados e nos fatos que eles criam. Têm que promover a confiança em ambos os lados de qualquer disputa. Medidas assimétricas ou unilaterais não são aceitáveis para o outro lado e tendem aumentar as tensões em lugar de diminuí- las. (KREPON; CONSTABLE, 1999)

Krepon também agrega que as MCM "são instrumentos flexíveis que permitem aos líderes nacionais adaptar a situação para um ambiente de segurança radicalmente transformado".

Por fim, a Junta Interamericana de Defesa (JID), em seus documentos oficiais, as conceitua como

> medidas cujo objetivo é dissipar a desconfiança, fortalecer a confiança, e demonstrar as intenções pacíficas, facilitando a comunicação entre estados soberanos. Entre essas medidas, figuram (...) restrições que podem ocorrer quanto a algumas atividades e capacidades militares (...). (JID, 1998)

Roth (2002) conclui que se pode extrair, das definições apresentadas, as seguintes características que norteiam as MCM: reciprocidade, segurança, credibilidade, verificação, transparência, propósitos graduais e crescentes, estratégia de “ganho duplo”, mudança do ambiente reinante, comunicação e restrição. Além dessas, agrega a previsibilidade, que permite tornar evidente a aparição de condutas agressivas que contrastem com o padrão de relação estabelecido; e a exeqüibilidade, que evita, devido à retórica ou à boa vontade das partes, o estabelecimento de aspectos que não sejam possíveis de se realizar.

Tendo por base essas características anteriormente identificadas, definiu, por fim, as MCM

> como normas exeqüíveis de validade recíproca que, quando aplicadas, promovem sentimento de segurança e de credibilidade e a previsibilidade das ações entre as partes, produzindo assim mudanças favoráveis do ambiente reinante. Estas medidas, que exigem ações de comunicação, restrição, transparência e verificação, possibilitam, de forma gradual e crescente, ganhos mutuamente benéficos. (ROTH, 2002)

Dessa definição de MCM, pode-se observar que, por serem aplicadas de forma gradual e crescente, denotam a idéia de processo e não de um mero repertório de regras. Goulart (1999) identifica esse processo em duas fases distintas. Na primeira, destinada a criar a confiança, são removidos os impasses característicos das crises internacionais e das situações de conflito, através de um conjunto de ações que compõem as chamadas Medidas de Construção da Confiança (MCC). As MCC criam as bases para um ambiente propício para prevenir conflitos ou evitar o crescimento das hostilidades. As MCC têm ênfase no campo militar.

A segunda fase tem como objetivo fomentar a confiança, incrementar o relacionamento internacional e criar um ambiente favorável à cooperação, por meio de ações de Medidas de Fortalecimento da Confiança (MFC). As MFC procuram abranger todos os campos do poder.

Um dos objetivos deste trabalho é justamente agregar este conhecimento ao estado da arte nas relações entre Brasil e Argentina. A maioria dos atores não teve a oportunidade de dar a devida importância ao fato de que a aproximação entre estes dois países também seguiu, muito proximamente, esse padrão, ou seja, a criação de bases para um bom ambiente no âmbito militar, em especial entre as duas Marinhas dos dois países, pavimentando o caminho para que se aprofundassem as aproximações em outras áreas que não fossem exclusivamente político-militares.

Quadro 4

Ferramentas primárias do Stimson Center

MEDIDAS	PROPÓSITO	EXEMPLO DE ATIVIDADES
Comunicação	Manter abertos canais de comunicação entre as partes em conflito. Úteis para diminuir tensões em momentos de crise. Propiciam as condições para a institucionalização de mecanismos de consulta, reforçando seu efeito preventivo.	Linhas diretas entre autoridades (“Hotlines”), Centros de Comunicação Regional e Consultas Agendadas Regularmente.
Restrição	Manter certo grau de limitação de tropas e armas, bem como de alertas para as partes em questão.	Controle de Armas, Zonas de Emprego Limitado/ Zonas Desmilitarizadas e Requerimentos de Pré-Notificação.
Transparência	Obter das partes clareza no trato de suas capacidades militares e das atividades de suas forças armadas. São consideradas como o primeiro degrau do processo de MCM.	Intercâmbios de Informações e de Observadores.
Verificação	Coletar dados e permitir a averiguação do cumprimento das medidas acordadas anteriormente.	Inspeções Aéreas, Sistemas Eletrônicos de Sensoriamento e Realização de Inspeções Locais.

O Stimson Center (2002) apregoa que para implementar as MCM são exigidas ações chamadas de ferramentas primárias. Elas servem para tornar o comportamento dos Estados mais previsível, facilitando a comunicação, estabelecendo regras e/ou padrões de comportamentos para as forças militares, assim como os meios para verificar o cumprimento dessas normas. Foram classificadas nas quatro categorias descritas no Quadro 4.

As ferramentas do Quadro 4 são basicamente voltadas para o campo militar, ou seja, bastante úteis para implementar as MCM entre nações em conflito (ou as MCC, segundo Goulart).

As MCM também podem ser classificadas pelo grau de formalidade com que são adotadas. As MCM formais, também conhecidas por “track one” (trilha um), são estabelecidas por meio de um acordo ou tratado, onde as partes claramente formulam as medidas a serem adotadas. São documentos normalmente firmados por chefes de estado ou ministros plenipotenciários e ratificados pelos países. Já as informais, ou “track two” (trilha dois), são implementadas em função de conversações ou negociações, sem que sejam estabelecidos os documentos de alto nível anteriormente citados. Isso permite que as MCM sejam acordadas pelos diversos níveis e setores governamentais dos Estados.

Griffiths (2000) adverte que tratar as MCM por categorias é útil para se entender o que ocorreu no passado, entretanto tal ação pode restringir a visão daqueles que devem tomar ações práticas no presente.

Palma (1988), ao definir MCM, insinua que o processo evolui por meio de três objetivos a se alcançar. O primeiro objetivo, que é afastar a possibilidade do conflito armado, é um objetivo restrito, principalmente de cunho militar.

O segundo objetivo, evoluindo para o processo de limitação de armamentos e/ou redução do gasto militar, é um objetivo mais amplo que abrange os campos político e militar. Já o terceiro, quando se ampliam as possibilidades de cooperação, é um objetivo maior, que envolve todos os campos do Poder Nacional. Esta visão mostra que as MCM não são apenas parte do processo de obtenção da confiança e da segurança, mas o processo em si.

A existência de ferramentas, fases e formalidades para a implementação das ações reforçam a idéia de processo para a evolução das MCM. Entretanto, se houver o atrelamento somente às regras básicas para a sua condução, o leitor pode ser levado a pensar que as MCM são implementadas por meio de um simples receituário, onde, seguindo as instruções listadas, o resultado pretendido será alcançado.

Outro fator importante a ser considerado é o de que as medidas devem respeitar as características regionais onde o processo está sendo conduzido e variar de acordo com o número de atores. A diversidade de cenários existentes e de atores envolvidos faz com que os Estados convivam com assimetrias de poder, bem como interesses e práticas distintas. Por isso o processo de MCM se desenvolve de forma distinta nas diversas regiões do planeta.

1.1.2.1 Aplicabilidade das MCM no Âmbito Naval

Roth (2002) alerta ainda que as MCM aplicadas, na área naval ou marítima, se revestem de certas peculiaridades que as vêm favorecendo com um tratamento especial. Desde o início dos anos 90, estudos têm sido feitos sobre as “Naval Confidence Building” e as “Maritime Confidence Building”. A tendência tem sido a de se empregar a expressão MCM Marítimas, pois restringir os debates ao campo puramente naval seria limitar a visão aos casos dos navios de guerra e da aviação naval.

Quando se trata de segurança no mar, o campo é amplo, envolvendo as marinhas de guerra e mercante, as guardas costeiras, as polícias e as alfândegas, bem como as aeronaves civis e militares voando sobre o mar. O tema não se restringe somente aos aspectos militares, mas aborda também os aspectos econômicos, como as Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) e os recursos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE); os aspectos ambientais, como a preservação do meio ambiente marítimo; e os aspectos humanitários, como a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção de acidentes.

Uma perspectiva interessante aos se falar de MCM Marítimas, conforme lembra Roth (2002), é a maior facilidade de se empreender o diálogo para implementá-las. Cita Griffiths (2000) que apresenta seis fatores em prol dessa argumentação.

O primeiro fator é a influência do mar na vida dos profissionais que nele atuam. As experiências comuns criam um vínculo natural entre marinheiros profissionais, sejam militares ou não. Na guerra no mar, os alvos são plataformas e não indivíduos. A história marítima é rica em exemplos de ferozes batalhas navais seguidas de grandes esforços no resgate de sobreviventes e demonstrações de cavalheirismo. Enfim, a tradição, o uso e os costumes do mar facilitam o diálogo entre as partes.

O segundo é o emprego político do poder naval. Diferentemente das demais forças, é costumeira a ida de navios de guerra a outros países. Além da representatividade que possuem; a cortesia e a receptividade de suas tripulações, da e para a sociedade local, contribuem para a melhoria das relações diplomáticas entre os países.

Em terceiro lugar, vem a existência de uma histórica tradição de tratados, códigos e convenções internacionais relacionados com o mar. Do "*Mare Liberum*" de Hugo Grotius, de 1609, passando pelo Código Internacional de Sinais de 1857 e o ancestral de 1863 do "Regulamento Internacionais Para Evitar Abalroamento no Mar (RIPEAM)", até as convenções firmadas no âmbito da International Maritime Organization (IMO) e da ONU, foi formado um vasto compêndio de normas e regras marítimas internacionais.

O trânsito rotineiro de forças navais pelos oceanos é o quarto fator. As marinhas possuem maior facilidade de cruzarem os mares territoriais do que os exércitos e as forças aéreas de adentrarem no território ou espaço aéreo de outro país. O trânsito de uma força naval em exercício no mar é visto com menor apreensão do que os movimentos de tropas em treinamento próximo a uma fronteira.

O quinto fator é que a maioria das disputas tem no espaço terrestre o seu foco principal. Em contrapartida, os aspectos marítimos oferecem um campo alternativo para se atuar nas considerações sobre segurança, promovendo o diálogo entre as partes em conflito.

O último fator é que os interesses econômicos na área marítima raramente são de apenas uma nação. Os cardumes migratórios não reconhecem os limites desenhados pelos homens. Os recursos do solo e subsolo marinho podem estar localizados na jurisdição de um Estado ou numa área em disputa. Todos estes motivos fornecem um vasto campo para o estabelecimento de MCM.

Quadro 5

Temas para as MCM Marítimas

1. Controle de Armamento Naval	8. Segurança Operacional
2. Prevenção de Incidentes no Mar	9. Controle de Área Marítima
3. Reuniões de Oficiais de Altas Patentes	10. Transporte Marítimo
4. Viagens, Visitas e Cursos para Oficiais	11. Cooperação em Patrulha Naval
5. Cooperação Naval em diversas áreas	12. Meio Ambiente Marinho
6. Busca e Salvamento	13. Exercícios de Operações de Paz
7. Exercícios Navais Conjuntos	14. Construção e Reparo Naval

Roth (2002) acrescenta ainda um sétimo fator, o da indivisibilidade do mar. Na visão do marinheiro, todos os países são vizinhos, pois o mar é uno e indivisível. Através dele, a maioria das trocas comerciais é feita e, aqueles que não possuem limites terrestres em comum, interagem por meio de suas águas. Este é mais um motivo de aproximação entre os povos.

Esses fatores também reforçam a posição de que as MCM não devem ser calcadas em um repertório de regras preestabelecido, mas sim como atividades que possam trazer um novo proveito para as partes ou aprimorar os resultados anteriormente alcançados. As MCM marítimas exemplificam bem esse tipo de visão. Raramente elas são categorizadas. Apenas para conhecimento, são relacionadas no Quadro 5 os grandes temas que têm sido debatidos pelas nações para estabelecimento de MCM marítimas.

O Quadro 5 é um bom referencial para se estabelecer MCM a serem buscadas, porém o que realmente definirá o tema e o nível de sua abordagem são os interesses marítimos e os objetivos de defesa de cada Nação, bem como o grau de confiança preexistente entre elas.

1.2 Historiografia da Geopolítica Recente do Cone Sul

Na historiografia brasileira, e mesmo na argentina, são praticamente inexistentes obras relevantes que descrevam e analisem, em detalhes, as MCM, na área militar, desenvolvidas e mantidas por Brasil e Argentina. São encontradas apenas breves referências, como forma de dar respaldo a uma ou outra argumentação mais genérica sobre a aproximação estratégica entre os dois países. Em artigos acadêmicos, de circulação mais restrita ao meio militar, até é possível se verificar algumas análises mais específicas, em especial nas MCM marítimas. Destacam-se Roth (2002), já anteriormente citado, e Cardoso (2004).

Roth, como já verificado na seção anterior, fez uma detalhada explanação sobre o conceito de MCM no mundo para logo a seguir descrever alguns exemplos de como Brasil, Argentina e Chile vêm praticando essas medidas. Quando fala especificamente de Brasil e

Argentina, no que concerne às suas Marinhas, ele lembra alguns eventos importantes, que este trabalho também não poderá deixar de abordar.

Roth identificou o primeiro exercício operacional conjunto entre as duas Marinhas em 1932, quando uma flotilha argentina trouxe embarcado, em uma de suas unidades, o presidente Augustin Justo, que visitava o Brasil a convite do Presidente Getulio Vargas. Na ocasião, as forças-tarefas realizaram diversos exercícios, em águas brasileiras. Entretanto, teriam sido as Operações FRATERNO e ARAEX que realmente se constituíram nos principais marcos das relações entre essas Marinhas.

A FRATERNO vem sendo executada, desde 1978, ora em águas argentinas ora em brasileiras. Suas poucas interrupções só ocorreram justamente por ocasião da Guerra das Malvinas e de restrições orçamentárias por parte da Argentina. O seu planejamento é montado por um Estado-Maior Conjunto, um ano em cada país. Ela fez parte de uma espécie de diplomacia militar que se deu a partir de 1977, quando, o brigadeiro Délio Jardim de Matos, então Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti, membro da Junta Militar argentina, restabeleceram um clima de negociações, de forma a contornar a crise que a construção de Itaipu havia gerado entre os dois Estados.

A Operação FRATERNO geraria mais tarde a necessidade de se criar a ARAEX. Em 1992, continua Roth (2002). O porta-aviões 25 de Mayo da ARA encontrava-se em reparo e aquela Marinha necessitava testar seus aviões anti-submarinos recém modernizados. Surgiu, assim, a idéia de se utilizar como plataforma flutuante para esses aviões treinarem, em um primeiro momento, o navio-aeródromo Minas Gerais da MB, e mais tarde, após a baixa em definitivo do 25 de Mayo e do próprio Minas Gerais, o navio-aeródromo São Paulo também da MB. Ou seja, um exemplo raro de relacionamento entre Marinhas de Guerra.

Cardoso diz que a primeira operação ARAEX se deu em 1994, permitindo-se que aeronaves Super Etandard e S-2T argentinas operassem a bordo do Minas Gerais. Nem países com mais experiência em operações aeronavais costumam permitir o pouso de aeronaves de outros países nos conveses de vôo de seus NAe. Para ele, esses exercícios foram considerados um marco nas operações bilaterais entre as duas Marinhas, e pode ter sido o primeiro passo para uma possível integração e cooperação no âmbito da defesa regional entre os dois países.

No ano de 2002, a MB levou o seu novo NAe São Paulo para realizar uma operação ARAEX entre as duas Marinhas. Dessa vez, a MB teria levado na sua ala aérea aviões AF-1 e realizado exercícios com os aviões argentinos S-2T e Super Etendart, incluindo pousos e catapultagens, demonstrando a todos a plena capacidade e interoperabilidade dos seus meios sem restrições. No mesmo ano, aeronaves S-2T argentinas teriam embarcado novamente no

NAe São Paulo durante a Operação TEMPEREX, normalmente de cunho interno da MB, sendo empregados em exercícios anti-submarinos e esclarecimentos aéreos. Nesta mesma operação, também teriam sido realizados diversos testes do S-2T a bordo, pois existia a possibilidade da MB adquirir o mesmo tipo de avião da empresa aeronáutica brasileira EMBRAER.

Cardoso conclui que

> Certamente, o Atlântico Sul será palco de outros conflitos de interesses estratégicos que não foram ainda vislumbrados, mas independente de quais sejam, as suas Marinhas deverão continuar envidando esforços para uma maior integração e cooperação, contribuindo com os objetivos estratégicos e políticos dos seus países. Essas atitudes permitirão a criação de uma aliança ou bloco no Cone Sul, consolidando a sua presença e permitindo que os seus interesses sejam respeitados, criando uma capacidade militar regional de dissuasão eficaz contra quaisquer países que intencionem desestabilizar o Atlântico Sul. (CARDOSO, 2004)

Roth (2002) lembrou que muitas das aproximações entre as duas Marinhas, antes mesmo desse sucesso retumbante nas operações aeronavais, já haviam se dado em momentos que as relações entre os dois países não eram tão boas. Como exemplo ressalta que Argentina e Brasil, juntamente com Paraguai e Uruguai estabeleceram, em 1967, a Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS), com o propósito de efetuar o Controle Naval do Tráfego Marítimo (CNTM). Oficiais argentinos e brasileiros teriam se alternado no cargo de Coordenador do AMAS (CAMAS). Em 1968, a MB e a ARA realizaram ainda exercícios navais conjuntos, na chamada operação ATLANTIS.

Já em textos de circulação mais ampla no meio acadêmico, é possível se encontrarem boas análises conjunturais, embora não tão detalhadas sobre as relações entre a ARA e a MB, envolvendo as Políticas Externas de Brasil e Argentina, o episódio da Guerra das Malvinas, a Geopolítica Mundial e Regional e a consolidação da aproximação entre Brasil e Argentina respaldada pelas Forças Armadas de ambos, sem, obviamente, entrarem nesses mesmos detalhes das relações profissionais dos militares dos dois países.

O autor que parece apresentar com maior relevância essa importância dos aspectos de segurança na aproximação entre o Brasil e Argentina é Vizentini (2004). Faz isso, situando a questão dentro de uma moldura maior da conjuntura mundial, quando identifica crescentes dificuldades na cooperação do Brasil com os países desenvolvidos, que contribuíram, decisivamente, para o aumento dos vínculos brasileiros com o restante da América Latina entre 1979 e 1985.

A situação econômica e política mundial, segundo esse autor, teria se tornado dramaticamente adversa para o Brasil com o Segundo Choque Petrolífero decorrente da

Revolução do Irã e da sua Guerra contra o Iraque, bem como com o fim da détente em 1979, marcando uma vigorosa reação americana no conflito Leste x Oeste que se aprofundaria durante a Era Reagan. Além disso, durante os anos 70, teria se processado uma rearticulação da economia mundial por meio da reestruturação das formas produtivas, propiciadas pelo desencadeamento de uma Revolução Científico-Tecnológica, que voltou a ampliar a distância entre países capitalistas avançados e os desenvolvidos. Esta rearticulação levou a uma nova divisão internacional da produção.

O impacto negativo sobre o projeto desenvolvimentista brasileiro foi ainda maior quando, em 1981, Reagan promoveu uma violenta elevação da taxa de juros, tendo como um dos objetivos, aumentar a dívida externa dos países do Sul. Ao enfatizar este fato, Vizentini (2004) está realçando a importância de uma espécie de conflito entre as nações do Norte e as do Sul do planeta como um dos principais fatores motivadores para a aproximação, em especial, de Brasil e Argentina.

A própria Guerra das Malvinas de 1982, dentro dessa linha de raciocínio, para esse autor, teria reforçado a percepção do governo e da diplomacia brasileira de que estava se processando uma rearticulação do sistema internacional fortemente negativa para a autonomia dos países de porte médio do Terceiro Mundo. Esta teria sido a razão principal para que o Brasil viesse a apoiar integralmente a Argentina, inclusive com a venda secreta de aviões de combate durante a guerra, solidificando a cooperação entre ambos.

A partir desse ponto, esse autor, como todos os demais aqui a serem citados, não aprofunda como essa aproximação efetivamente ocorreu entre as Forças Armadas dos dois países, em especial suas Marinhas.

Seu objetivo restringe-se a análise de questões determinantes mais amplas, como a sua interpretação de que já desde o início do Governo Figueiredo a diplomacia brasileira tinha na América do Sul um espaço valorizado, cujo eixo central era o acercamento com a Argentina. A causa dessa política seria que o país observava, com extrema inquietação, a crescente pressão americana pela redemocratização do Cone Sul, interpretando o fenômeno como uma estratégia de desarticulação das potências médias e de legitimação do pagamento da dívida externa destas. O Governo Figueiredo, assim, adaptava a política externa brasileira aos novos ambiente interno e externo, ou seja, crise da dívida, Nova Guerra Fria, crise econômica interna e processo de abertura política também interna.

A Nova Guerra Fria teria sido particularmente preocupante justamente porque reafirmava a dimensão Leste-Oeste na política mundial, trazendo crescentes riscos para a

segurança internacional e mantendo certa estagnação no tratamento da problemática Norte-Sul.

Ainda segundo Vizentini (2004), a cooperação Sul-Sul, na qual o projeto de aliança com a Argentina estava incluído, tinha a função de reforçar o poder de barganha brasileiro em negociações econômicas globais, sobretudo se esta passasse de uma solidariedade de dimensão retórica para outra de dimensão concreta e econômica.

Esse foco mais determinado somente teria sido possível porque as Forças Armadas brasileiras, tanto no aspecto da insurgência interna, como no dos conflitos regionais e o da Guerra Fria, contribuíram para uma mudança no relacionamento Brasil-EUA, convergindo com o do Itamaraty. A Guerra das Malvinas, nesse contexto, teria dado o argumento determinante ao inserir a dimensão Norte Sul no lugar do eixo horizontal Leste-Oeste e ao demonstrar a falência do sistema interamericano de defesa, estruturado pelo Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (TIAR). A tese brasileira de desmilitarização do Atlântico Sul foi reforçada, tirando a ênfase do aspecto militar e colocando no político-econômico.

Esse processo foi facilitado pelas situações interna e externa da própria Argentina que, tendo sido derrotada numa Guerra na qual havia tomado a iniciativa, afastou-se, momentaneamente de seus principais interlocutores europeus e dos Estados Unidos, além de ver acelerado seu processo de democratização. Não lhe restava alternativa além de uma aproximação dos vizinhos que lhe apoiaram desde o primeiro momento.

A solidariedade com a Argentina, ressalta Vizentini, era a de quem possuía os mesmos problemas e enfrentava os mesmos desafios, embora menos desesperadores. Durante o rápido processo de democratização na Argentina teria havido um breve e leve afastamento dos militares brasileiros. O Itamaraty, entretanto, teria circulado com desenvoltura em Buenos Aires, antecipando uma agenda que futuramente seria tomada de questões econômicas e comerciais[6].

Essa crescente presença de temas econômicos na agenda dos dois países tem levado alguns autores a interpretar esse fenômeno como a verdadeira causa da aproximação, minimizando bastante ou simplesmente ignorando esses aspectos político-militares da aproximação na sua origem.

A maioria desses autores delimitou o horizonte temporal de seus estudos justamente a partir de 1985, quando a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai iniciaram, em 30 de

---

[6] Os diálogos mais intensos entre os militares dos dois países só recomeçariam, efetivamente, a partir de 1987, com o episódio do Primeiro Simpósio Estratégico entre Brasil e Argentina, o qual será analisado nos seus detalhes, neste trabalho, ao longo do capítulo 3.

novembro[7], o período de aproximações que culminaria com o Tratado de Assunção de 26 de março de 1991[8]. Entretanto, no meio da década de 80, as dificuldades político-militares ainda não estavam totalmente superadas e ainda havia algumas arestas a serem aparadas conforme poderá ser visto mais à frente neste trabalho.

Ginesta (1999) pode ser considerado um dos autores que seguem essa linha de interpretação ou ênfase, em decorrência da delimitação temporal escolhida para seus estudos (1985 a 1999). Quando ele lista os objetivos implícitos de cada um dos quatro países, percebemos claramente essa tendência. Ele afirma que, para o Brasil, a integração no bloco poderia lhe permitir expandir seu potencial nacional de forma madura, ou seja, uma ponte para futuras integrações na economia internacional de uma forma vantajosa para seus interesses, ao gerar poupança, investimentos e tecnologias de ponta, por meio do aumento gradual de suas importações e exportações. Pretenderia ofertar produtos estratégicos para exportação de alta tecnologia, gerando altas taxas de valor agregado. Ao mesmo tempo, liberaria as importações, mas sem correr o risco de expor a indústria nacional a uma competição exagerada e destrutiva. Naquele momento da criação, o MERCOSUL representava também um forte poder de barganha para as investidas dos Estados Unidos para criar um grande bloco hemisférico.

A Argentina teria objetivos similares, mas não idênticos. Esse país teria vivido uma redução de sua capacidade competitiva industrial. O MERCOSUL abriria o mercado brasileiro para sua produção agrícola e alimentícia, bastante competitiva, e também para alguns setores da sua enfraquecida indústria. Fez isso com temores de que o Brasil ganhasse muito poder econômico às suas custas, por isso chegou a negociar, paralelamente, uma possível entrada no NAFTA, que não foi adiante.

Ao Uruguai bastava aumentar seu mercado interno bastante exíguo, entrando nos mercados vizinhos com produtos agropecuários e manufaturas em condições vantajosas frente a terceiros países e em condições competitivas com a própria produção interna daqueles. Não queria também perder as vantagens que já havia adquirido no passado.

---

[7] Os presidentes Raúl Alfonsín, da Argentina e José Sarney, do Brasil, assinam a Declaração de Iguaçu, na qual expressam sua vontade de acelerar o processo de integração bilateral. Criam, para tal fim, uma comissão mista de alto nível, presidida por seus ministros de Relações Exteriores. Na mesma ocasião, assinam a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, que proclama os propósitos pacíficos da cooperação bilateral nessa área.

[8] Os presidentes da Argentina, Carlos Saúl Menem, do Brasil Fernando Collor de Mello, do Paraguai, Andrés Rodríguez, e do Uruguai, Luis Alberto Lacalle, assinam o Tratado de Assunção, visando à constituição do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a partir de 31 de dezembro de 1994.

O Paraguai pareceria apenas levado por sua tradicional ligação multilateral com a Argentina e o Brasil. Sua quase inexistente indústria pouco ou nada tinha a perder. Teria investido no futuro, de certa forma algo que o Uruguai também fez, ao apostar que poderá participar de uma economia de exportação desenvolvida.

Já Bandeira (2003), em seus primeiros escritos sobre o tema, “Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e Integração na América do Sul”, coloca a aproximação Brasil e Argentina dentro de um projeto histórico secular de projeção brasileira na Bacia do Prata. Na sua obra mais recente, “Brasil, Argentina e Estados Unidos – Da Tríplice Aliança ao MERCOSUL (1870-2003)”, não abandona completamente essa visão, mas a relativisa, ao dizer que a compreensão de um fenômeno político, e ou da política de um Estado, passa pelo conhecimento da história, pois, se nada é absolutamente certo, nada também é absolutamente contingente, casual.

Assim, a tendência para a integração do Brasil com a Argentina, que sempre teria existido simultaneamente com a rivalidade entre esses dois países, prevaleceu e os compeliu a formar o MERCOSUL, em face da crescente internacionalização da economia, apontando para a construção de um Estado multinacional, como a União Européia, mediante a integração de todos os Estados da América do sul, a partir do eixo Rio-São Paulo-Córdoba-Rosário-Buenos Aires, a região de maior desenvolvimento do subcontinente e que se estende por quase toda a Bacia do Prata.

Esse seu estudo mostra a integração entre a política internacional e a política nacional, ao analisar como e quando a política internacional condicionou ou influiu sobre a política interna da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e de outros países da América do Sul, bem quando investiga, igualmente, as causas econômicas e sociais e fatores de política interna que lhes determinaram as relações e a política exterior, no século XX, dentro de um contexto em que os EUA se tornaram a potência hegemônica no hemisfério.

Esse autor é o que menos enxerga apoio e colaboração entre Brasil e Argentina no episódio da Guerra das Malvinas. Ele entende que a decisão da Junta Militar argentina de invadir as Malvinas pode ser interpretada dentro de uma lógica tentativa de aproximação da Argentina aos EUA, em função de um afastamento conjuntural do Brasil de sua tradicional relação privilegiada com aquele país hegemônico, a qual o havia mantido, por muito tempo, como ator regional destacado.

A referida Junta teria imaginado que podia aproveitar a oportunidade oferecida pela Administração Reagan, para tornar a Argentina o país-chave na região, como intermediário das diretrizes estratégicas dos EUA, deslocando o Brasil, que, aliás, nunca teria pretendido

assumir tal função, na opinião de Bandeira, salvo durante curto interregno do governo Castelo Branco, pois sua aspiração fora sempre a de alcançar o status de grande potência e não de satélite privilegiado na América do Sul.

A Argentina teria reativado uma proposta, inspirada pelo Departamento de Estado, para o estabelecimento de um pacto político-militar no Atlântico Sul, envolvendo África do Sul, o que o Brasil nunca aceitara. Essa aproximação já havia sido marcada pela estreita cooperação argentina com a política Reagan para a América Central.

Diante dessa situação que se procurou criar, a Junta Militar argentina teria imaginado, por fim, que os EUA estariam também interessados em uma solução favorável à Argentina, no litígio sobre as Malvinas, uma vez que, muito provavelmente, a Grã-Bretanha não concordaria com o projeto estadunidense de instalar uma base militar naquele arquipélago, no que a Argentina não colocaria dificuldades. O Estabelecimento de bases norte-americanas ali e em outras ilhas mais ao sul funcionaria como uma chave do Atlântico Sul, permitindo aos EUA fiscalizar o transporte do petróleo originário do Oriente e vedando qualquer pretensão que o Brasil pudesse ter em relação à Antártida.

Sentindo-se abençoado pelos EUA e com diversos problemas na condução da política interna necessitando de um fator que unisse as diversas correntes, a Argentina jogou-se na aventura. O tão esperado apoio dos EUA não veio, mas sim o do Brasil, o da URSS e o dos demais países sul-americanos, exceto o Chile.

O Brasil, continua Bandeira (2003), aproveitou a situação para suprimir o sentimento de rivalidade, estabelecer confiança e fomentar as condições ulteriores para integração da Argentina no seu espaço econômico. Durante a guerra, propiciou inclusive facilidades para que a Argentina escoasse parte de sua produção agropecuária através do porto de Santos, Paranaguá e Rio Grande e burlasse o embargo comercial e econômico que a Comunidade Européia e os EUA lhe impuseram.

Para Bandeira (2003) essas ações que gerariam bons frutos no futuro não foram decorrentes apenas de visões estratégicas, mas também táticas. O Brasil temeu, segundo ele, que a Argentina ficasse isolada, e tomada da raiva de ter sido traída, tratasse de buscar ajuda militar da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ou ainda que lá algum regime de esquerda se instalasse, com a derrubada de Galtieri, o que envolveria diretamente o Atlântico Sul no conflito Leste-Oeste.

De qualquer forma, Bandeira (2003) acaba indo na mesma direção de Vizentini (2004) ao concluir que a Guerra das Malvinas serviu para solapar a confiança que a América Latina poderia ter depositado nos EUA. A partir desse episódio, o próprio Brasil passaria a adotar

como hipótese de guerra, nas suas escolas militares, conflitos contra potências hegemônicas no quais o país contaria apenas com seus próprios recursos.

Onuki (2005) aborda apenas tangencialmente a importância da Guerra das Malvinas na aproximação dos dois países. Para essa autora, o ponto chave de tudo estaria mais atrás, no Acordo Tripartite de Cooperação Técnico-Operativo, que permitiu o uso compartilhado das usinas de Itaipu e Corpus e a regularização da navegabilidade do Rio Paraná.

Este acordo teria dado início a uma aproximação inédita entre Brasil e Argentina que, além da necessidade de compatibilidade geográfica dos rios, é resultado ainda de dois outros fatores importantes: por um lado, começava a ocorrer a redução do poder militar da Argentina, que não tinha condições de continuar investindo na área militar em função dos problemas econômicos por que vinham passando, tendo a Guerra das Malvinas apenas acelerado esse processo e; por outro lado, a Argentina enfrentava o crescimento da economia brasileira e a expansão da sua hegemonia no Continente sul-americano.

A originalidade maior dessa autora reside, entretanto, em ter dado o devido peso a um aspecto pouco ressaltando pelos outros autores. Ela afirma que a desconfiança também teria sido reduzida, naquele momento, final da década de 70 e início da de 80 porque o Brasil transferiu sua fronteira estratégica da Bacia do Prata para a Amazônia, para onde passa a direcionar seus investimentos militares e suas principais hipóteses de conflito.

Fazia, portanto, todo sentido que as relações na Bacia do Prata tivessem que se tornar as mais previsíveis e pacíficas possíveis. Não se podiam dividir recursos escassos entre duas regiões tão distintas: no Prata, seria manter viva uma irrelevante implicância entre vizinhos e, e no Amazonas, se faria frente às principais nações hegemônicas do mundo, principalmente por meio da dissuasão, se necessário fosse.

Aqui, pode ser visto como ela diverge de Bandeira (2003). Este vê justamente a importância histórica da Bacia do Prata como uma das razões principais da aproximação. Não é uma questão de certo ou errado, mas apenas uma questão de ênfase. As duas coisas, na verdade, não são excludentes.

A forma como serão atingidos os objetivos estratégicos nas duas regiões é que, pragmaticamente, tiveram que diferir bastante. Na Bacia do Prata, a distensão militar e a integração econômica pareciam ser a medidas mais indicadas a serem adotadas naquele momento. Já na Amazônia, a pouca capilaridade social e econômica exigiam uma maior presença militar do Estado.

Pecequilo (2005) é uma autora que, nitidamente, não entra muito nos aspectos militares do continente, nem analisa a Guerra das Malvinas em detalhes, mas faz uma

profunda descrição da Política Externa dos EUA que permite ao leitor entender porque o Brasil, apesar dos aparentes objetivos estratégicos, aceitou ainda assim apoiar a Argentina, no que foi possível, no seu conflito militar com a Grã-Bretanha.

Sua argumentação ressalta que a Estratégia do Governo Reagan para a Guerra Fria representou a retomada da confrontação direta com a União Soviética e dos termos clássicos da contenção de barrar o avanço soviético e do comunismo. Assim, o sistema americano ganhou sua importância. Combateu todos os regimes hostis aos Estados Unidos especialmente na América Central e no Caribe, de forma a não permitir o surgimento de uma nova Cuba na região. Essa Administração acreditava que, devido aos recuos das presidências anteriores no Terceiro Mundo, na América Latina em particular, o comunismo tinha ganhado substancial margem de manobra, tornando essas regiões o ponto fraco da liderança norte-americana no sistema.

A América Latina, assim, segundo essa autora, e, de certa forma coincidindo com Vizentini (2004), encarava a cruzada anticomunista norte-americana somente como mais um capítulo do padrão intervencionista tradicional dos Estados Unidos para a região, desconsiderando sua agenda prioritária: a econômica. Os países dessa região, e o Brasil em particular, começaram a buscar, de forma bem assertiva, alternativas políticas e econômicas próprias. A aliança do Brasil com a Argentina fica assim mais inteligível e lógica.

Flores (1992), dotado de uma visão bem realista das Relações Internacionais, acredita que esse intervencionismo se tornou aparentemente pior após a Guerra Fria, o que reforçaria esse juízo de que Brasil e Argentina fizeram escolhas estratégicas corretas na década de 80. Para ele, por mais que o término do confronto Leste X Oeste tenha permitido a flexibilização das relações internacionais antes condicionadas por rígidos padrões de segurança, não havia grandes chances de as potências dominantes adotarem comportamentos contrários aos seus interesses maiores. Ele esperava, já em 1992, que os Estados mais fortes, liberados dos limites impostos pelo equilíbrio das duas superpotências, viessem a praticar condutas menos flexíveis no âmbito do complexo norte x sul. A aliança entre Argentina e Brasil daria uma espécie de proteção e força maior nesse jogo.

2 A GUERRA DAS MALVINAS COMO FATOR DE INFLEXÃO NA GEOPOLÍTICA REGIONAL

Este capítulo, como um todo, não tem por objetivo discorrer e analisar detalhadamente as táticas empregadas por Argentina e Grã-Bretanha na Guerra das Malvinas, nem descrever os momentos épicos dos combates, quando os combatentes superam seus medos e as eventuais deficiências de seus treinamentos, seja na guerra aeronaval, seja no desembarque anfíbio inglês, ou mesmo na defesa terrestre das ilhas por parte dos argentinos.

Entretanto, não se evitará totalmente tocar nesses pontos, visto que os limites organizacionais, estratégicos, logísticos e mesmo políticos, muito particulares do país platino, se evidenciaram na forma como as táticas foram aplicadas por cada país durante o desenrolar do conflito. As conclusões evidenciadas a partir dessas análises feitas abalaram profundamente a auto-estima da nação argentina e geraram conseqüências relevantes para as perspectivas de projeção desse país na região e no mundo.

A guerra das Malvinas, é importante que se diga, surpreendeu em grande medida a comunidade mundial porque colocou duas nações ocidentais e anticomunistas em oposição. Naquele momento, a principal preocupação político-militar era, justamente, um possível enfrentamento bélico entre os dois grandes blocos ideológicos, o capitalista e o socialista, ou, em um segundo plano, uma possível expansão das constantes crises do Oriente Médio. Uma disputa colonialista por algumas pequenas e gélidas ilhas no extremo sul do Atlântico era realmente uma hipótese muito remota.

Os antecedentes históricos imediatos do conflito, os aspectos da geografia local, a cronologia de alguns eventos durante o curto período de enfrentamento bélico e as principais dificuldades e soluções logísticas apresentadas pelas duas nações protagonistas são detalhadamente descritos por Duarte (1986), Sampaio (1985), Vidigal 1985, ESAO (199_?) e Wikipedia (20--?). A partir dos dados levantados por essas fontes, será possível se apontar, ao final deste capítulo, se o grau de dependência logística da argentina foi ou não determinante para a derrota frente à Grã-Bretanha e se esse aspecto, associado ao posicionamento político das nações hegemônicas diante da situação, foi relevante para uma mudança no teor e abordagem nas relações entre Brasil e Argentina.

2.1 Antecedentes Históricos e Imediatos do Conflito

Para se compreender a disputa anglo - argentina pelas Malvinas/Falkland é necessário se retornar um pouco no tempo, no fim da era das Grandes Navegações, quando as principais potências européias buscavam vantagens geoestratégicas que lhes garantissem a expansão de suas empreitadas comerciais e dos respectivos canais de comunicação e suprimentos, por meio da posse soberana de territórios.

No caso das Malvinas, durante a era dos descobrimentos e mesmo no século XVII, há vários relatos de navios que avistaram o arquipélago ou nele aportaram, mas foram presenças que não tiveram grandes conseqüências nas disputas entre as casas reinantes da Europa.

Em 1690, por exemplo, o navegador inglês John Strong tomou posse das ilhas, e batizou-as com o nome do patrocinador de sua expedição, o visconde de Falkland. No entanto, os ingleses não se fixaram no território, que foi ocupado por franceses, originários de um porto na Bretanha ao Oeste da França, chamado Saint-Malo. Daí veio o nome *îles Malouïnes*, que depois virou Malvinas, quando o Reino da Espanha as adquiriu da França, em 1766.

Os argentinos herdaram as Ilhas dos espanhóis, mas não tiveram condições de priorizar uma ocupação da região, ao se tornarem independentes, em 1816, em função de seus sérios problemas políticos internos para consolidação de um poder central.

Em 1833, porém, a Inglaterra, que era a maior potência colonial e naval do planeta, resolveu ocupar as ilhas, que estavam abandonadas, valendo-se de seu poderio militar. Desde então as Falkland/Malvinas pertencem ao Reino Unido e são reclamadas pela Argentina. Ou seja, há uma pendência secular, na qual não fica claro porque essas Ilhas são tão cobiçadas, visto que quase nada nelas parece valer à pena. O território possui um clima gélido e um solo rochoso, formado de colinas, montanhas e planícies onduladas. Pingüins fazem parte da fauna nativa.

Em outros tempos, nestas ilhas existiram importantes postos de caça de baleias, porém a prática provocou o desaparecimento de numerosas espécies destes mamíferos nos mares austrais e fez com que a importância econômica das Malvinas, como também das Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, fosse reduzida. Falava-se em grandes reservas petrolíferas, mas ao menos até o momento do conflito, elas nunca haviam sido encontradas ou exploradas. Assim, sua economia baseava-se na pesca, na criação de carneiros (para consumo da carne e exportação da lã) e, somente muito mais recentemente, no eco turismo.

O posicionamento Geoestratégico das ilhas no Atlântico Sul, a meio caminho do extremo sul da África e da América do Sul, servindo de portão de entrada para os Oceanos Índico e Pacífico e para o Continente Antártico, é o único motivo racional para a disputa. Pelo lado do simbolismo nacional, a Argentina tinha sérias dificuldades para acertar a soberania estrangeira dessas porções de terra ao largo de seu litoral. Sob o ponto de vista do Reino Unido, aquelas Ilhas remotas, além de serem um ponto de apoio logístico-militar no meio do extremo sul do Atlântico, eram também um dos poucos símbolos que restaram do seu passado glorioso.

Em 1965, a Argentina conseguiu que a ONU aprovasse a resolução 2065, qualificando a disputa como um problema colonial e convocando as partes para negociar uma solução; não obstante, as negociações ficaram infrutíferas durante os dezessete anos seguintes. De qualquer forma, as relações entre a Argentina, o Reino Unido e os habitantes das Ilhas até os finais da década de 60 e o início da década de 70 foram excelentes. Tanto é assim, que, semanalmente, durante grande parte dos anos anteriores à guerra, se operava uma ponte aérea entre a Argentina e Puerto Argentino (Port Stanley para os ingleses), da qual os insulares dependiam fortemente para sua provisão e para a assistência médica completa. Inclusive, a pista de aterrisagem original de Port Stanley que funcionou até o início da década de 70, feita em alumínio, foi construída pela Força Aérea Argentina.

No momento específico que se iniciou a guerra, havia alguns aspectos conjunturais que também davam importância àquele arquipélago. Conseguir a soberania sobre as Ilhas representava para o governo argentino, por exemplo, uma excelente oportunidade para a necessidade de revalidar a ditadura militar e afastar da pauta política possíveis críticas e contestações. O discurso oficial enfatizava o ufanismo nacionalista.

Quando o ano de 1982 se iniciou, a Argentina vivia sob uma ditadura militar, estabelecida por um golpe de Estado em 1976. O regime já estava desgastado, especialmente pela crise econômica a que arrastara o país. Por isso, o ataque às ilhas foi uma forma de estimular o nacionalismo dos argentinos, angariar simpatias ao governo do general Leopoldo Galtieri e canalizar descontentamentos para um inimigo externo, no caso os ingleses.

A princípio, as Ilhas eram um alvo fácil, pois não contavam com forças defensivas expressivas. A ocupação só não foi um verdadeiro piquenique porque os ingleses esboçaram alguma reação por meio dos poucos fuzileiros estacionados nas ilhas.

Às 8h30 do dia 02 de de abril de 1982, entretanto, os dois principais nomes da cúpula dirigente britânica das Malvinas naquele momento, o governador Hunt e o major Norman, após debaterem sobre como deveriam continuar reagindo, decidiram finalmente se entregar,

pois com forças tão pequenas não fazia sentido dispersar para o interior e iniciar uma guerra de guerrilha. Às 9h30 desse mesmo dia, o governador Hunt se rendeu nas ilhas Malvinas ao contra-almirante Busser. Um avião de transporte militar argentino o levou à cidade de Montevidéu, de onde voltou para Londres.

O Governo argentino chegou a avaliar que não haveria reações posteriores. Esta avaliação se baseou em duas características militares que, a princípio, pareciam certas:

a) A capacidade de guerra anfíbia do Reino Unido a meio mundo de distância não estaria à altura das circunstâncias, apesar do seu grande poderio aeronaval;

b) Não era provável que o Reino Unido iria realizar um contra-ataque em grande escala, afetando o território continental argentino ou não, e usando seus submarinos nucleares, por uma questão colonial sobre algumas ilhas remotas.

Essas avaliações excessivamente otimistas somam-se a outras também equivocadas de caráter mais geopolítico e diplomático, tais como:

a) Naquele contexto de Guerra Fria, a Junta Militar ignorou que a comunidade de nações poderia não ver com bons olhos uma intervenção violenta e isolada da Argentina, com forte potencial para motivar e desencadear, pelo exemplo, outras guerras regionais nos cinco continentes;

b) Nesse contexto ainda, os EUA davam mais importância à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), concebida diretamente para deter a URSS que ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), mais orientado para conter o comunismo na América do Sul e percebido como sendo de interesse secundário por Washington;

c) Uma ditadura de extrema direita não poderia esperar o apoio da maior parte das democracias ocidentais, visto que as graves violações dos Direitos Humanos cometidas pela Junta já eram de domínio generalizado da opinião pública;

d) As estreitas relações entre os Estados Unidos e o Reino Unido transcindiam e transcendem o marco da OTAN;

e) O fato de o Reino Unido ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, com direito a veto, lhe dava um poder diferenciado naquele órgão; e

f) O ano de 1982 era eleitoral no Reino Unido. Em uma pesquisa Gallup, realizada a poucos dias do início da guerra, 28% da população britânica

> chegaram a declarar que «a questão das Malvinas» iria a ser o seu elemento fundamental de decisão de voto.

Os militares argentinos, enfim, não esperavam que o Reino Unido, embora também enfrentasse problemas econômicos e na política interna, resolvesse revidar o ataque e lutar pelo que considerava um direito seu. A partir de uma análise errônea, o Governo argentino articulou um plano para a recuperação militar dos três arquipélagos em disputa chamado de Operação Rosário.

A Operação Rosário foi criada pelo Almirante Jorge Isaac Anaya, membro da Junta militar presidida por Galtieri, no final de 1981 e início de 1982. Esta consistia de uma série de ações de intensidade crescente destinadas a recuperação argentina das ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul que seriam executadas em sentido inverso (de Leste a Oeste e de menor para maior relevância política), iniciando-se de maneira mais discreta possível e culminando com a tomada do arquipélago das ilhas Malvinas e de sua capital, Puerto Argentino, mediante um assalto direto. A Junta logrou manter em segredo o plano de Anaya até apenas 48 horas antes do início das hostilidades.

A Inglaterra era, entretanto, governada pela Primeira Ministra Margaret Tatcher, a chamada Dama-de-Ferro, que já havia enfrentado uma ferrenha resistência interna, para retirar, por meio de medidas duríssimas, a Inglaterra da crise em que vivia. Ela simplesmente não demonstrou o menor receio de recorrer a uma reação armada e despachou de imediato as poderosas forças navais britânicas para o Atlântico Sul[9]. Paralelamente, já no dia 3 de abril, o Reino Unido logrou que a ONU aprovasse a resolução 502, que exigia a retirada das tropas argentinas dos arquipélagos ocupados como condição prévia a qualquer processo negociador. O Reino Unido também rompeu todas as relações comerciais com a Argentina, e começou a buscar aliados diplomáticos com um êxito muito maior que o da Junta Militar.

No dia 9 de abril, o Reino Unido já havia conquistado o pleno apoio da Comunidade Econômica Européia (CEE), hoje União Européia (UE), a OTAN, a Comunidade Britânica das Nações e a ONU. O resultado dessa e outras ações posteriores seria que dois meses depois, em 14 de junho, a bandeira do Reino Unido ou *Union Jack* tremularia sobre a cidade de Stanley, a capital das ilhas Falkland, após terem morrido nos combates navais e aéreos, 649 argentinos e 258 britânicos.

---

[9] Na verdade, no dia 30 de Março, quando se fez óbvio de que a invasão era iminente, o Governo britânico havia ordenado que o destróier HMS Antrim, seguido de outros dois navios de superficie e de três submarinos nucleares, se dirigisse às ilhas Geórgia do Sul para apoiar o HMS Endurance. O resto das unidades da marinha britânica foi posta em alerta de quatro horas.

2.2 Caracterização da Área

As Ilhas Malvinas (Falklands) ficam no Atlântico Sul, logo abaixo do paralelo 50ºS, a cerca de 740 km a leste da Argentina. As Ilhas Geórgias do Sul ficam a cerca de 1.400 km a leste das Malvinas e as Ilhas Sandwich do Sul, a cerca de 700 km a leste das Geórgias.

As Malvinas compreendem duas ilhas principais e, aproximadamente, 200 ilhas menores, com uma área total de 8.704 km2. As duas ilhas maiores, as Falkland Leste (Ilha Soledad) e Oeste (Gran Malvina), são separadas pelo estreito das Falkland ou San Carlos que, na sua parte mais estreita, tem 4,4 km. Stanley, a capital, rebatizada pelos argentinos como Porto Argentino, fica situada na costa leste da Malvina Leste e tinha, à época da retomada argentina, uma população de 1.200 "kelpers" [10], dos 1.800 que habitavam as ilhas.

A costa das Malvinas é irregular, com inúmeras pequenas e restritas praias. A parte mais elevada é a metade norte das ilhas, variando entre 400 e 700 m acima do nível do mar. A região interiorana é muito acidentada e difícil de ser atravessada, a pé ou por veículo. Havia, na época, somente 45 km de estradas pavimentadas nas ilhas. As poucas árvores existentes foram plantadas pelo homem.

O meio de transporte mais usado nas ilhas era o avião, havendo mais de 30 pistas de pouso espalhadas por elas, sendo que as cinco melhores permitiam o pouso de aeronaves C-130 Hércules. O maior aeroporto era o da capital, com uma pista de asfalto de 1.250 m. Seguem-se em importância os da ilha de Pebble e o de Goose Green.

Nas ilhas, predominam ventos fortes e temperaturas baixas. A temperatura média, no inverno, no período diurno, varia entre -7º C e 0º C. Em média, a precipitação pluviométrica é da ordem de 686 mm, espaçados uniformemente durante o ano, com queda de neve em cerca de 50 dias por ano. Os ventos sopram com 36 km/h, em qualquer época do ano, com mares bravios em torno das ilhas.

2.3 Cronologia do Conflito

No dia 02 de abril, o clima era de total euforia na Argentina continental, em particular na sua capital Buenos Aires, conforme pode ser verificado nos principais jornais da época naquele país: “Hoje é um dia glorioso para a pátria. Após um cativeiro de um século e meio,

[10] Denominação dada aos habitantes tradicionais das ilhas, que ali já estão instalados há algumas gerações.

uma irmã se incorpora ao território. As Malvinas em mãos argentinas. Em uma operação combinada de Forças de mar, ar e terra, recuperaram as Ilhas do arquipélago.” (HOJE...., 1982)

No dia 02 de abril de 1982, as forças argentinas chegaram às Ilhas Malvinas[11], onde, em função do pequeno efetivo militar britânico ali presente, pouca resistência encontraram. Mesmo assim, a única baixa do episódio foi do lado argentino. Um Capitão-de-Corveta fuzileiro naval foi atingido por fogo inimigo.

Na verdade, o ufanismo que dominou a mídia argentina pode ser compreendido pelo simples fato de que quando a guerra começou a maioria dos britânicos não saberia indicar a localização das Ilhas Malvinas em um mapa, enquanto que para os argentinos essas Ilhas eram uma convicção nacional. Dizia-se claramente que “as Ilhas Malvinas são nossas!”.

Entretanto, havia várias boas razões para que os ingleses defendessem seu patrimônio territorial. Em primeiro lugar, por orgulho nacional. Em segundo lugar porque era fundamental para a política exterior inglesa que este país não se mostrasse débil diante dos soviéticos ou diante dos demais europeus. Finalmente, Margaret Thatcher, primeira-ministra inglesa, encontrava-se em pleno período eleitoral necessitando ganhar as eleições legislativas programadas para princípios de 1983.

Esse conflito, entretanto, envolvia alguns riscos próprios para os ingleses, além da própria possibilidade de uma derrota militar. Uma ação militar para reconquistar antigas possessões coloniais poderia fornecer motivos para acalorados discursos socialistas e anticolonialistas por todo o Terceiro Mundo. Havia ainda a possibilidade de se ver diante de um possível apoio de países como Espanha, França e Alemanha à causa Argentina, por razões culturais e comerciais. Ainda assim, aquela governante não queria perder a oportunidade para colher os dividendos que uma vitória militar e diplomática poderia gerar.

---

[11] Ao longo de todo o conflito, a Argentina contaria com as seguintes organizações militares e efetivos: Brigada de Infantaria III, Comando e Companhia de Comando e Serviço, Regimento de Infantaria 4 (RI 4), Regimento de Infantaria 5, + 2 Seções da Companhia de Engenharia de Combate 3, Regimento de Infantaria 12, Grupo de Artilharia 3, reforçado com canhões 155 mm, Companhia de Comando 3, Companhia de Saúde do Batalhão Logístico 3 (40 homens), Elementos da Companhia de Material Bélico do Batalhão Logístico 3 (20 homens), Brigada de Infantaria Mecanizada IX, Regimento de Infantaria 8, Regimento de Infantaria 25, Companhia de Engenharia 9, Elementos do Batalhão Logístico 9, Brigada de Infantaria Mecanizada X, Comando e Companhia de Comando e Serviços, Regimento de Infantaria Mecanizado 3, Regimento de Infantaria Mecanizado 6, Regimento de Infantaria Mecanizado 7, Companhia A do regimento de Infantaria I (188 homens), Esquadrão de Exploração de Cavalaria Blindada 10 (com 12 viaturas Panhard), Companhia de Engenharia Mecanizada 10, Companhia de Comunicações Mecanizada 10, Elementos do Batalhão Logístico 10, Companhia de Comandos 601, Companhia de Comandos 602, Grupo de Artilharia de Defesa Aérea 601, Grupo de Artilharia Aerotransportada 4, Bateria do Grupo de Artilharia de Defesa Aérea 101, Companhia de Engenharia de Combate 601, Elementos do Batalhão de Comunicações 181 (44 homens), Batalhão de Aviação do Exército 601 (19 helicópteros), Elementos da Companhia de Abastecimento e Manutenção de Aeronaves 601, Hospital Militar "Comodoro Rivadavia", Hospital Militar "Malvinas", Seção de Inteligência "Malvinas", Centro de Operações Logísticas e Elementos da Companhia de Polícia Militar 181 (60 homens).

No mesmo dia 02 de abril, a Grã-Bretanha alertou sua Frota e convenceu o Conselho de Segurança da ONU a tratar, de imediato, a questão, o qual condenaria a agressão argentina e reconheceria o direito britânico a exercer a legítima defesa. Pouco adiantaria a Organização dos Estados Americanos (OEA) considerar justamente ao contrário.

Sua confiança residia no fato das Forças Armadas britânicas contarem com 350 mil homens, todos profissionais, não havendo dificuldades intransponíveis para enviar às Ilhas Malvinas, em curtíssimo prazo, um corpo expedicionário de 28 mil homens, incluindo forças de infantaria, fuzileiros navais e pára-quedistas, e mobilizar todos os recursos de sua Esquadra, que contava com 110 navios, sendo 33 de combate, além de 38 aviões de combate e uma centena de aviões e helicópteros de apoio.

As Forças Armadas argentinas eram o segundo Exército da América Latina com 230 mil homens 165 aviões e 20 navios de combate. Embora seu material bélico fosse antiquado, seus soldados estavam muito motivados e com a autoconfiança bem elevada por terem se saído bem na luta interna antiguerrilha. Entretanto, o Governo Militar mandou às Malvinas somente 12 mil homens, que, na sua maioria, eram conscritos pouco treinados, de brigadas de infantaria. O restante e mais bem preparado permaneceu em seus postos na fronteira com o Chile principalmente, país contra o qual ainda se alimentava um forte antagonismo regional.

Esse quantitativo não esteve no arquipélago simultaneamente. No ápice do conflito, a constituição do que se chamou Guarnição Militar das Malvinas (GMM) chegou a contar com cerca de 10.000 homens, distribuídos em quatro postos: Porto Argentino, com cerca de 7.100 homens, Goose Green-Darwin, Howard e Baía Fox, cada uma destas com cerca de 930 homens.

No dia 03 de abril, os argentinos informaram oficialmente que as Ilhas Malvinas, Geórgias e Sandwich do Sul estavam sob sua soberania. Londres reage a essa afronta, advertindo que aplicaria sanções econômicas. Em ato contínuo, resolve empregar uma Força Tarefa para retomar a soberania e efetuar a ação punitiva que se fizesse necessária naquela região do Atlântico Sul.

Na Força Tarefa a ser encaminhada, embarcaria a 3ª Brigada de Comandos de Fuzileiros Navais, reforçada por dois batalhões de fuzileiros, que por seu alto grau de profissionalismo teria papel de destaque nos combates que iriam se dar. O Conselho de Segurança, paralelamente, aprova a já citada resolução 502, que exige a retirada argentina das ilhas e o início de negociações.

Tão logo suas forças navais se posicionaram, a Grã-Bretanha anunciou o bloqueio naval de 200 milhas em torno das Ilhas, enquanto a Comunidade Econômica Européia passou

a apoiar as sanções britânicas, dando assim importante respaldo político àquele país no seu propósito de isolar a Argentina dos mercados consumidores de seus produtos e impedi-la de receber os essenciais sobressalentes militares e munições dos fornecedores mais importantes da Europa e da América do Norte. Mesmo com as intervenções diplomáticas norte-americana e papal, não se chegou a uma solução negociada para o conflito.

Conforme passava o mês de Abril, mais e mais navios da Royal Navy se dirigiam à zona de conflito em uma ação improvisada sob o comando do Almirante Sir John Fieldhouse que recebeu o nome de Operação Corporate. Seu objetivo era a reconquista das ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul para a Coroa Britânica, e se estenderia desde o dia 9 de abril de 1982 até o final da Guerra, no dia 14 de Junho de 1982.

Desde o princípio, foi evidente que o primeiro objetivo teria que ser as ilhas Geórgia do Sul. Isto porque havia um navio britânico na área, o HMS Endurance, e porque os dados da inteligência notificavam que a presença argentina nestas ilhas praticamente desabitadas era reduzida. Reconquistar as ilhas Geórgia do Sul proporcionaria um pequeno ponto de apoio terrestre à Frota Británica, e, sobretudo, proporcionaria um forte efeito propagandístico sobre as populações argentina, britânica e internacional. Para esse propósito, a denominada Operação Paraquat consistiu de uma serie de improvisações e despropósitos táticos e estratégicos que só se saiu bem por pura sorte e pela fraqueza das forças opositoras.

No dia 25 de abril de 1982, as Ilhas Geórgias são reconquistadas praticamente sem resistências da guarnição argentina, pois esta logo se rende. O primeiro ataque aéreo britânico a Porto Argentino ocorre, logo a seguir, em 01 de maio de 1982. No dia seguinte, os argentinos sofreram uma pesada baixa: o Cruzador Belgrano foi afundado pelo submarino nuclear Conqueror, deixando um saldo de 323 vítimas. A partir daí, a esquadra argentina praticamente se retirou do conflito, e se recolheu aos seus portos continentais, temendo a letalidade dos submarinos nucleares ingleses.

Em compensação, no dia 04 de maio, em meio a novas incursões aéreas inglesas contra Porto Argentino e Porto Darwin, aeronaves da Aviação Naval Argentina, equipadas com mísseis Exocet, de fabricação francesa, atacaram e afundaram o destróier inglês HMS Sheffield.

A Grã-Bretanha intensificou sua ação militar ao expedir no dia 12 de maio, a partir da Grã-Bretanha, a bordo do transatlântico Queen Elisabeth, 3.000 soldados da 5ª Brigada de Infantaria com destino ao Teatro de Operações. O desembarque desse grupo se deu no dia 21 de maio, quando foi estabelecida e assegurada uma cabeça de praia em Porto San Carlos. As tropas britânicas da 3ª Brigada de Comandos Fuzileiros Navais, reforçadas pelos 2º e 3º

Batalhões do Regimento de Pára-quedistas desembarcaram em quatro praias, antes do alvorecer, utilizando embarcações de desembarque e helicópteros. A rapidez dessas operações foi, em grande parte, possível devido ao largo uso de equipamentos de visão noturna, permitindo a rapidez da operação.

Um dos primeiros itens a serem desembarcados foram os mísseis antiaéreos Rapier, transportados por helicópteros Sea King e posicionados de forma a dominar o local de desembarque. Os combates aeronavais foram sem sombra de dúvidas os mais equilibrados e também intensos de toda a guerra, com fortes perdas de ambos os lados, destacando-se o afundamento da fragata inglesa Ardent. Estes combates prosseguem nos dias subseqüentes, com afundamento de outro destróier e de um transporte de tropas inglês, o Atlantic Conveyor. A ARA não sofreu mais perdas porque evitou uma exposição maior no teatro operacional.

A oposição em terra foi fraca devido à total surpresa tática alcançada. Tão logo houve a consolidação da cabeça de praia, os ingleses iniciam o deslocamento para a conquista do objetivo final: Porto Argentino, em um movimento de pinça. O braço mais ao norte dirigia-se diretamente contra a capital, enquanto ao sul investem sobre as localidades de Darwin e Goose Green, com as finalidades de proteger o flanco sul britânico frente às guarnições argentinas nestas localidades e conquistar as pistas de pouso ali existentes, de onde operavam as aeronaves Pucara da Argentina.

Ressalta-se que uma nítida vantagem à disposição dos britânicos neste conflito era a utilização de equipamentos de visão noturna, que equipavam, inclusive, alguns de seus helicópteros. Tal fato fez com que optassem pela realização de ataques noturnos durante as operações, já que os argentinos não dispunham destes meios.

O ataque contra Darwin, por exemplo, foi desfechado às 0200 horas do dia 28, contando com eficiente apoio de fogo naval. Os pára-quedistas ingleses se enfrentaram com os argentinos e ganharam, marcando o início de um avanço contínuo até Puerto Stantey, onde ocorreria a rendição no dia 14 de junho.

Dez horas mais tarde, ainda no dia 28 de maio, portanto, aquela posição argentina caía. Os britânicos prosseguiam contra a forte resistência de Goose Green. O ataque foi apoiado por potente fogo de morteiros e mísseis Milan, enquanto os argentinos utilizavam seus canhões antiaéreos 35 mm contra a tropa atacante. No dia 29, os cerca de 1.400 argentinos que guarneciam a posição renderam-se ao batalhão inglês de cerca de 600 homens.

O braço do norte encontrou um pouco mais de dificuldades somente por causa do terreno que era de difícil trânsito, visto que enfrentou pequena resistência. Conquistou a localidade de Teal Inlet, de onde as tropas poderiam passar a ser supridas por mar. Em 04 de

junho, era conquistada a posição de Monte Kent, a partir do qual se planejava o ataque final contra Porto Argentino / Port Stanley.

Os argentinos parecem ter optado por concentrar sua defesa na capital das Ilhas, onde poderiam oferecer uma última e desesperada resistência aos britânicos. Estes últimos buscavam identificar outras áreas taticamente importantes e logo descobriram que a região de Bluff Cove e Fitzroy havia sido abandonada. Cientes da importância desta região, eles enviaram uma pequena força para ocupá-la, por helicópteros, tentando reforçá-los com um batalhão da 5ª Brigada, enviado por mar. Posteriormente, seguiram outros navios com reforços e suprimento, especialmente munição.

Em 08 de junho, uma súbita melhora no tempo permitiu que os argentinos realizassem uma incursão aérea contra os navios que apoiavam este desembarque, afundando uma fragata e os transportes de tropas Sir Galahad e Sir Tristan, causando severas baixas. Os argentinos, no entanto, não exploraram a desorganização ali existente entre as forças britânicas, empenhadas no salvamento às vítimas do afundamento dos navios de transporte, deixando de aproveitar uma excelente oportunidade.

Em 12 de junho, enquanto as tropas britânicas avançavam rumo a Porto Argentino, faz-se a última vítima dos mísseis Exocet da aviação argentina: o HMS Glamorgan. O plano para o ataque final contra Porto Argentino era relativamente simples: uma sucessão de ataques noturnos, levados a cabo ora pela 3ª Brigada, ora pela 5ª Brigada, cercariam o inimigo, levando-o ao colapso final, por seu total isolamento logístico. Em 13 de junho, os ingleses penetram nas últimas defesas argentinas, em Porto Argentino. No dia seguinte á assinado o cessar fogo e a rendição argentina.

Os primeiros elementos britânicos a chegarem às Ilhas pertenciam à Brigada de Infantaria IX e ao Regimento de Infantaria de Marinha II, que foi substituído após a ocupação pelo RI 25. A partir de 12 de abril, a Brigada de Infantaria X foi enviada em reforço à guarnição. Posteriormente, o Comando do Exército decidiu enviar a Brigada de Infantaria III para compor seus meios nas Malvinas[12].

---

[12] A Grã-Bretanha participou do conflito terrestre, utilizando as seguintes organizações militares: 3ª Brigada de Comandos (Fuzileiros Navais), 40º, 42º e 45º Batalhões de Comandos, 3º Batalhão de Pára-quedistas (Exército), 29º Regimento de Artilharia, 59ª Companhia de Engenharia, 49ª Companhia de Explosivos e Destruições (Exército), Regimento Logístico, 148ª Bateria de Observação Avançada de Artilharia Naval, Bateria T do 12º Regimento de Defesa Aérea (Exército), com 12 lançadores de mísseis Superfície-ar Rapier, Pelotão de Reconhecimento Médio (Exército), com 7 viaturas blindadas: 2 Scorpion,4 Scimitar e um Samson, Companhia de Quartel-General e Comunicações, Esquadrão Aéreo (helicópteros Gazelle e Scout), 845º e 846º Esquadrões Aeronavais (helicópteros Sea King), Turma de Observação Avançada do 4º Regimento de Artilharia de Campanha (Exército), Destacamento de Ligação de Retaguarda do 30º Regimento de Comunicações (Exército), 2ª, 4ª e 6ª Seções SBS - Special Boat Service (Forças Especiais da Marinha), Equipe de Guerra na Montanha e no Ártico (FN), Destacamento Logístico de Barcaças de Desembarque e Meios Flutuantes, Pelotão Y de Comunicações, Equipe de Apoio Cirúrgico (Marinha), Seção do 19º Batalhão de Saúde (Exército), Banda de Música (FN), também com missão de padioleiros, 5ª Brigada de Infantaria (Exército), 1º Batalhão do regimento de Guardas Galeses, 2º

2.4 A Logística Militar como Fator Decisivo

A Argentina teve o privilégio da iniciativa e, portanto, em tese, tempo suficiente para preparar o desembarque e planejar uma resposta adequada às diversas possibilidades de reação inglesas. Mas, o desenrolar de acontecimentos no campo de batalha demonstraria que aquela hipótese de guerra não fora devidamente tratada nas escolas militares, nem meticulosamente elaborada pelos estados-maiores da forças.

O Exército argentino não se achava devidamente adestrado e capacitado para sustentar um conflito na magnitude e com características como as enfrentadas, onde o inimigo possuía experiência e poder militar superiores. Isto ocorreu porque não se levou em consideração a lógica de funcionamento do sistema de conscrição que aquele Exército ainda adotava. No início das hostilidades, por exemplo, os soldados da classe de 1962 estavam dando baixa, enquanto os da classe de 1963 ainda não tinham completado sua instrução básica.

A adaptabilidade dos combatentes ao hostil clima das ilhas não foi um fator considerado de forma cuidadosa. Muitas das unidades enviadas para as Ilhas provinham de áreas de clima mais ameno, do litoral ou do Norte da Argentina.

O bloqueio naval britânico impediu o apoio logístico às Ilhas por via marítima, o que, se não tivesse sido interrompido, poderia ter dado um grande diferencial no volume de apoio prestado. Como o controle do espaço aéreo pelos britânicos foi um pouco mais limitado, permitiu-se que a Força Aérea da Argentina realizasse parte desse papel por meio das missões de reabastecimento, com aviões C-130 e Electra, pousando nos aeroportos de Porto Argentino e Goose Green até, praticamente, o final do conflito.

Durante os meses de abril e maio, por determinação do Alto Comando, as forças nas Ilhas foram reforçadas com o envio das Brigadas de Infantaria X e III, sem que a estrutura logística existente fosse aprimorada na mesma proporção, aumentando as dificuldades para a prestação do apoio.

Um problema adicional ao comando foi o abastecimento da população local, que passaria a ser executado pelos militares. Não se desejava que os “kelpers” passassem

---

Batalhão do Regimento de Guardas Escoceses, 2º Batalhão de Pára-quedistas, 1º Batalhão do 7º Regimento de Fuzileiros Gurkhas, 4º Regimento de Artilharia de Campanha, Duas Seções do 32º Regimento de Artilharia de Foguetes Dirigidos, Turmas de Observação Avançada do 49º Regimento de Artilharia, 36º Regimento de Engenharia, 9ª Companhia de Engenharia Pára-quedista, Destacamento do 2º Regimento de Controle de Portos, 56º Esquadrão do Corpo de Aviação do Exército (helicópteros Gazelle e Scout), 407º Batalhão de Transporte, Elementos do 17º Regimento de Portos, 16º Batalhão de Saúde, 81ª Companhia de Intendência, Destacamento de Lavanderia e Padaria do 9º Batalhão de Intendência, Elementos da 421ª Companhia de Explosivos e Destruições, 10ª Companhia de Manutenção Avançada, 160ª Companhia de Polícia do Exército, 66ª Pagadoria de Campanha, Destacamento de Relações Públicas, 12º Regimento de Defesa Aérea, 21ª Bateria de Artilharia Antiaérea, Destacamentos de Engenharia, Intendência, Comunicações, Correios, Controle de Movimento, Elementos de SAS - Special Air Service (Forças Especiais do Exército).

privações e se tornassem hostis aos argentinos. Em meados do mês de maio, portanto, um relatório do comando da GMM já antevia sérias limitações no tocante ao apoio logístico.

As falhas no planejamento logístico geraram conseqüências ainda mais graves para as tropas desdobradas fora de Porto Argentino, as quais não possuíam abrigos adequados. Os soldados ficaram expostos a um frio intenso. Quando chovia, os abrigos individuais se inundavam, causando sérios problemas de saúde.

Os níveis de estoque, inicialmente estabelecidos como equivalentes a 30 dias de suprimento, estavam se deteriorando, ante a incapacidade da ponte aérea de repor todos os itens consumidos, em especial rações, combustível, uniformes e peças de reposição, que totalizavam necessidades de cerca de 16 toneladas diárias. Começavam a aparecer casos de desnutrição entre os soldados. Alguns recursos locais foram aproveitados para atender às tropas acantonadas em Porto Argentino, como uma pequena padaria e instalações de banho, que assegurava uma higiene corporal semanal por combatente.

Tentou-se, sem sucesso, a implantação de um programa de pesca. Outra deficiência que afetou significativamente o moral era a ausência de correspondências vindas do continente. Como paliativo, foi instalado um programa de ligações telefônicas controladas. Um centro de repouso foi constituído junto às instalações do Hospital Militar para minimizar o desconforto generalizado.

As dificuldades de movimentação por terra nas Ilhas representaram um sério óbice para a distribuição de suprimentos às tropas. O uso de helicópteros para este fim, que poderia minorar ligeiramente esse problema, foi praticamente inviabilizado depois que os britânicos obtiveram a superioridade aérea local, abatendo diversos helicópteros. Além disso, um uso irracional destes, transportando tropas para posições, que poderiam ter sido alcançadas a pé, diminuiu o número de horas de vôo disponíveis para as cruciais missões logísticas.

Ainda em abril, o Hospital Militar de Comodoro Rivadavia recebera ordens de transladar-se para Porto Argentino. Lá, ocupou as instalações de um hotel, ainda não habitado. O hospital chegou a contar com 45 médicos, além de farmacêuticos, enfermeiros e bioquímicos, com uma capacidade de 70 leitos. As evacuações dos feridos da frente de combate eram complicadas, ante a dificuldade de deslocamento de viaturas através do campo e pela pouca disponibilidade de aeronaves para a realização de evacuações aéreas.

Mais de 80% dos atendimentos se referiam a perdas fora de combate, devido a problemas como pé-de-trincheira, congelamento de dedos, infecções na pele e desnutrição. Dos feridos em combate, 70% foram causados por projéteis de baixa velocidade (estilhaços de granadas e bombas). Dentre os atendidos, 75% eram conscritos. Estes dados evidenciam o

quanto o maior inimigo argentino foi sua própria logística. Estas limitações do apoio logístico, nascidas basicamente da falta de planejamento, ocasionaram a falta de itens críticos para as forças em combate, especialmente rações, com o óbvio efeito negativo sobre o moral da tropa.

Uma semana antes da rendição, a situação logística argentina tornara-se crítica. Os estoques estavam no fim. Víveres, uniformes, peças de reposição, combustível e munições (em especial 155 mm) constituíam os principais problemas. O gado local (especialmente ovelhas) começou a ser empregado como fonte de alimentação para a tropa.

O maior fracasso logístico argentino, no entanto, deveu-se à sua dependência de fontes externas para a obtenção de importantes peças de reposição, necessárias à manutenção de equipamentos e sistemas em condições operacionais. Fontes britânicas afiançam, por exemplo, que os mísseis antiaéreos Roland da Argentina foram se tornando inoperantes ao longo do conflito por falta de peças de reposição simples, impedidas de serem obtidas pelo embargo econômico imposto aos argentinos. Há notícias, não confirmadas, de que os argentinos teriam adquirido secretamente algum material de emprego militar, em especial mísseis antiaéreos na Líbia. Este fato não é confirmado, embora haja informações de cinco vôos extraordinários de aeronaves das Aerolineas Argentinas para Trípoli no mês de maio de 1982.

Após a capitulação argentina, uma comissão de alto nível das Forças Armadas argentinas realizou uma avaliação das causas da derrota no conflito. O resultado deste trabalho, conhecido como Informe Rattenbach (1983) [13], representou um estudo profundo e minucioso, dentre as sua conclusões é possível se destacar a seguinte: "(...) O poder de combate utilizado pelo inimigo em sua reocupação das ilhas foi significativamente maior no que se refere a: 1) Capacidade profissional; 2) Capacidade Técnica; 3) Experiência de combate; e 4) Apoios de todos os tipos."

Especificamente sobre o apoio logístico, o referido relatório ressalta que havia:

> (...) carência absoluta de adequados apoios que permitissem aos elementos do Exército destacados um melhor desenvolvimento de suas capacidades e, por conseguinte, a obtenção

[13] Após a derrota na Guerra das Malvinas, a junta militar que conduzia a Argentina durante o processo de reorganização nacional, com a intenção de retomar outra vez a iniciativa perdida, em função do descontentamento popular e do descrédito das Forças Armadas no conflito bélico no Atlântico Sul, determinou a confecção deste informe. Esse documento vem sendo considerado como o mais objetivo e fidedigno relato sobre a responsabilidade dos chefes militares e subalternos. Uma comissão foi criada por decreto em 02 de dezembro de 1982 (resolução nr 15/82) durante o governo de Reynaldo Bignone para realizar esse trabalho e levou o nome oficial de "Comisión de análisis y evaluación de las responsabilidades políticas y estratégico militares en el conflicto del Atlántico Sur".
Essa comissão esteve composta pelo Teniente General(R) Benjamín Rattenbach, General de División(R) Tomás Armando Sánchez de Bustamante, Almirante (R) Alberto Pedro Vago, Vicealmirante Jorge Alberto Bofi, Brigadier General(R) Carlos Alberto Rey e Brigadier Mayor Francisco Cabrera.

> de melhores resultados. Assim, por exemplo, as Forças Terrestres tiveram de lutar contra o inimigo e as condições de meio ambiente, com uma logística absolutamente deficiente, com sérias limitações de apoio de fogo, com absolutas limitações para o transporte de efetivos devido à escassez de helicópteros de transporte e com insuficiente apoio aéreo direto e apoio naval. (INFORME RATTENBACH, 1983)

Obviamente, a derrota argentina não se explica somente pela deficiência do apoio logístico. Outros fatores, de ordem tática, podem ser alinhados entre as causas do resultado tais como o emprego de tropas inadequadas e mal preparadas. Embora possuísse tropas profissionais e melhor ambientadas às condições inóspitas do extremo sul, o Alto Comando argentino decidiu mantê-las em reserva no continente, gerando dissuasão sobre outras possíveis ameaças, como o Chile ou um possível ataque britânico ao continente.

Foi nítida a falta de coordenação entre as Forças Armadas, em especial o Exército e a Força Aérea, dificultando o apoio aéreo aproximado às operações, gerando deficiências de informações estratégicas e de combate. Além disso, houve uma excessiva postura defensiva, com pouca flexibilidade e agressividade, entregando toda a iniciativa ao oponente. Em pelo menos duas ocasiões, os argentinos deixaram de aproveitar oportunidades de impedir ou, pelo menos dificultar, o avanço britânico: logo após o desembarque, antes de consolidarem a cabeça-de-praia, e após o afundamento dos navios de transporte em Fitznov.

O desdobramento prematuro das forças, sem condições de sobrevivência adequada, fez com que as tropas ficassem por muito tempo em posições desabrigadas e ao relento. Este tempo foi pouco aproveitado na preparação do dispositivo defensivo e somente serviu para depreciar a capacidade combativa das tropas. As tropas desdobradas na Ilha Gran Malvina, por exemplo, ficaram isoladas durante todo o conflito, não tendo qualquer participação significativa no seu desenrolar.

2.5 A Logística Inglesa

Quando se presta atenção ao apoio logístico britânico, entende-se melhor porque este aspecto da guerra foi tão decisivo e porque simboliza com precisão a subordinação existente entre os chamados Primeiro e Terceiro Mundos no momento do conflito, com recorrências que se estendem até os dias de hoje. Entende-se melhor também a solidariedade brasileira e a solidificação da aproximação entre Brasil e Argentina.

Do ponto de vista britânico, o apoio logístico foi um sucesso. Apesar da grande distância que separava as forças de suas bases, não foram sentidos grandes faltas de equipamentos essenciais, exceto aqueles perdidos no próprio combate. Nos poucos casos em

que o material não estava disponível, a improvisação e engenho conseguiram substitutos razoáveis.

A Força Tarefa britânica foi capaz de operar, com elevado grau de eficiência, a cerca de 15.000 km de suas bases principais. A base mais próxima, Gibraltar, dista mais de 11.000 km. Mesmo sua base mais avançada, na ilha de Ascensão, encontrava-se a, aproximadamente, 7.400 km das Malvinas.

Se houve falhas do lado britânico, estas podem ser atribuídas à surpresa e à perplexidade diante de um fato consumado, que não se imaginava sair da esfera da diplomacia tão cedo, e ao fato de ser um conflito cuja hipótese era pouco aventada pelos estrategistas militares daquele país. Assim, a 3ª Brigada de Comandos de Fuzileiros Navais, por exemplo, embora constituísse uma força de intervenção rápida britânica, foi pega despreparada para a missão de retomar as ilhas invadidas pelos argentinos. Seu comando e Estado-Maior participavam de um exercício da OTAN na Dinamarca no final de março, quando os primeiros informes sobre a provável invasão argentina chegaram a Londres. A ordem de partida somente chegou quando as Ilhas já tinham sido tomadas.

Não havia planos de operação que atendessem à nova situação. Para uma brigada de FN isto pode vir a constituir-se em grande óbice, já que o carregamento nos navios de transporte deve atender a necessidades táticas, ou seja, o carregamento deverá ser feito por frações constituídas. Homens, equipamentos e suprimentos devem viajar juntos, possibilitando que estejam prontos para o combate ao desembarcarem. Assim, a Brigada teve de adotar um plano existente, destinado a operações no norte da Noruega, para orientar seu embarque e carregamento.

Além disso, a Brigada teve de competir, com a própria Marinha e com elementos da Força Aérea embarcados, por espaço para transportar o suprimento necessário para o distante Teatro de Operações, o qual era constituído por 30 dias de consumo de todas as classes de material, além de uma dotação orgânica de dois dias de munição e cinco dias de ração.

Como tudo teve de ser feito com muita rapidez, o carregamento não seguiu a ordem ideal. Decidiu-se parar na Ilha Ascensão para reordenar as cargas, a meio caminho das Malvinas.

Uma dos grandes feitos da Marinha Britânica foi a mobilização e posterior conversão para a guerra de navios mercantes. Estes representaram um importante acréscimo à capacidade de transporte de carga e pessoal. O apoio logístico móvel foi bastante incrementado com diversos navios-oficinas e navios-hospitais. No total, foram empregados 26 navios de guerra e 54 mercantes modificados, com 25.000 homens a bordo. Todos os itens de

suprimento previstos de serem empregados foram enviados de um hemisfério ao outro. Somente para atender às demandas da Marinha, foram embarcados 900.000 tipos de itens de suprimento. A estes, foram adicionados os itens destinados às tropas em terra.

Quando a frota chegou a Ilha de Ascensão, os planos operacionais já haviam sido revistos e a tática mais adequada para se retomar as Ilhas Malvinas estava praticamente pronta e com algumas premissas já em forma de consenso, tais como:

a) a busca da vitória aérea e naval antes do desembarque, o que daria algum tempo a mais para a tropa se preparar em Ascensão;

b) o desembarque principal seria realizado na Ilha Soledad (Falkland Leste), em local a ser definido após os devidos reconhecimentos;

c) a Brigada de Comandos deveria ser reforçada com novos meios, chegando a um efetivo de 5.500 homens (para tal, recebeu mais um batalhão pára-quedista do Exército);

d) a 5ª Brigada de Infantaria estacionada no Reino Unido seria acionada para eliminar a vantagem numérica argentina nas Ilhas, que naquele momento já atingia um total de 10.000 homens, dos quais se acreditava que cerca de 7.500 estavam na região de Stanley (porto Argentino).

No início de maio, o comboio com a tropa da 3ª Brigada embarcada seguiu rumo às Malvinas. A 5ª Brigada zarparia da Inglaterra poucos dias depois.

O conceito logístico da operação baseava-se na manutenção dos suprimentos a bordo dos navios logísticos na área da cabeça-de-praia, de modo a economizar tempo na descarga e evitar a existência de um grande depósito em terra firme. O espaço em terreno firme era bastante disputado; desta forma, foi decidido que as instalações logísticas não teriam prioridade no desembarque, utilizando ao máximo o "flanco marítimo", ou seja, o suprimento pelo mar. Isto, de certa forma, impedia grandes movimentos de tropas longe do litoral. Como parte do plano, o Regimento Logístico carregou os navios de desembarque logísticos Sir Galahad e Sir Percival com dois dias de suprimento para toda a brigada, ou seja, cerca de 190 ton. Outros dois navios armazenavam mais 20 dias de suprimento, sendo que um deles seria deixado mais distante da Zona de Combate, garantindo uma relativa proteção da carga.

O SS Canberra foi designado como Posto de Triagem principal para a Brigada; as baixas seriam evacuadas para ele por helicóptero e, se necessário, seriam dali evacuadas para

o navio-hospital SS Uganda. No entanto, um posto de triagem avançado seria desdobrado em terra firme, capaz de reter baixas por até 6 horas.

O comando da brigada, após decidir-se pelo local de desembarque, no estreito de San Carlos, designou a Baía Ajax para a sua Área de Apoio Logístico, basicamente por imposição do terreno, já que ali era o local que melhor permitiria o desdobramento das suas instalações logísticas pela existência de espaço com solo firme e construções abandonadas que poderiam ser empregadas.

Os desembarques se deram às 02h30min h de 21 de maio e ocorreram sem problemas, somente com alguns atrasos. Não houve oposição argentina em terra e todos os objetivos estavam seguros no meio da manhã. Contudo, o crescente número de ataques aéreos levou os britânicos à decisão de enviar todos os navios considerados não essenciais para fora do Estreito de San Carlos, rumando bem para oeste. Assim, a decisão inicial de manter o máximo possível do suprimento embarcado teve de ser modificada, desembarcando-se uma razoável quantidade na Área de Apoio Logístico. Da mesma forma, o Canberra teve de ser afastado, não podendo funcionar como abastecedor para a Brigada. De qualquer forma, os ataques argentinos concentraram-se nos navios de guerra; nenhum dos mercantes foi atingido. Caso o fossem, poderia ter havido uma séria dificuldade para a prestação do Apoio Logístico.

Os submarinos nucleares ingleses praticamente imobilizaram a Marinha argentina, mas a Força Aérea sul-americana exercia parte do papel de dificultar o desembarque britânico, embora sem uma visão mais estratégica sobre a guerra. Afundar navios de guerra parece lógico quando ainda se luta pelo domínio do mar. Como os submarinos nucleares ingleses, responsáveis maiores pela imobilização da ARA, dificilmente seriam localizados, o ataque a mercantes teria dado mais chances de sucesso às tropas terrestres argentinas e ao desenrolar da guerra como um todo.

A Royal Navy, uma vez completado o desembarque, retrocedeu o quanto pôde suas posições, sem comprometer o apoio às unidades presentes em Ilha Soledad. Seus suprimentos e reforços, em vez de viajar diretamente às Malvinas, descreviam um semicírculo que os colocava fora do alcance da aviação argentina. A Royal Navy, assim, apesar de ter sofrido algumas perdas significativas, continuava sendo a dona do mar no Teatro de Operações.

A partir de então, os navios logísticos somente eram autorizados a aproximarem-se à noite para desembarcarem suas cargas. Helicópteros não eram autorizados a operarem nestes navios à noite, o que fez com que o movimento navio-terra somente fosse realizado por intermédio de pequenas embarcações, o que, apesar da maior segurança, consumia bastante

tempo. Além disso, nem sempre era fácil localizar um item específico nos navios, o que tornava a tarefa de reabastecimento lenta e frustrante para os logísticos.

A distribuição de combustível foi um problema nos primeiros dias após o desembarque. O equipamento destinado a receber o combustível a granel dos navios e distribuí-lo aos usuários não pôde ser desembarcado, exigindo uma série de improvisações. Tanques flexíveis foram amplamente utilizados, assim como camburões. Além dos helicópteros, que consumiam 50.000 galões de querosene de aviação por dia, os geradores dos Rapier e as viaturas "mulas mecânicas" consumiam grande quantidade de diesel diariamente.

A falta de meios de transporte para o suprimento era outro grave problema. As hipóteses de emprego da brigada previam a existência de uma rede rodoviária capaz de permitir a distribuição de suprimentos por caminhões; helicópteros seriam utilizados em casos muito especiais. Agora, eles eram o único meio de transporte capaz de distribuir o suprimento; e não estavam sob o controle do Regimento Logístico, podendo ou não ser empregados nesta missão. Mas, como foi visto, a situação argentina não era nem um pouco mais promissora.

O suprimento de munição, especialmente para canhões, tornou-se a maior prioridade, superando as rações, combustível ou outros equipamentos. Muitas unidades viram-se com faltas provisórias de rações, sacos de dormir ou uniformes de muda ante a impossibilidade de moverem-se estes itens à frente por via aérea. Estas limitações iniciais impediram um avanço imediato em direção a Porto Argentino, até que a situação do suprimento se normalizasse na cabeça-de-praia e mais helicópteros chegassem. Um ataque a posições mais fortemente defendidas dependeria de grande quantidade de munição, o que não estava ainda disponível.

Neste sentido, o afundamento do Atlantic Conveyor em 25 de maio representou uma enorme perda. O navio transportava quatro helicópteros de transporte Chinook e cinco Wessex. Além disso, o navio levava material de acampamento para toda a tropa desembarcada. Isto, se por um lado dificultava a aceleração do ritmo das operações, por outro lado tornava imperativa a antecipação do fim do conflito, já que o tempo estava piorando com a chegada do inverno e a tropa estava desabrigada.

O apoio logístico ao ataque contra Darwin - Goose Green foi parcialmente interrompido por um ataque aéreo argentino à Área de Apoio Logístico, que não dispunha de adequada proteção antiaérea, matando sete homens e ferindo outros 32. Em termos logísticos, a maior perda foi de munição: 200 tiros de morteiro 81 mm e 300 tiros de 105 mm que aguardavam o transporte para frente. Além disso, aviões Pucara argentinos atacavam as linhas

de suprimento durante todo o dia. A conseqüência foi a falta destas munições em momentos cruciais da batalha, a primeira de grande vulto travada nas ilhas.

A batalha de Goose Green demonstrou que as taxas de consumo de munição nas quais o planejamento da Brigada tinha se baseado eram irrealisticamente baixas. O consumo das armas de pequeno calibre tinha sido quatro vezes superior ao previsto, enquanto o das munições 105 mm e 81 mm, cinco vezes. Por sorte, os logísticos previram esta possibilidade, aumentando deliberadamente os estoques transportados para a Zona de Combate.

É de se registrar a impressionante logística de abastecimento no ar dos aviões Vulcan. Foram planejadas operações de ataque a terra contra o aeroporto de Puerto Argentino com esses aviões bombardeiros baseados na ilha de Ascensão. O Vulcan é um bombardeiro nuclear estratégico, que não possui tanto alcance. Realizaram-se complexas operações táticas de reabastecimento de combustível em vôo mediante aviões tanques Victor. Porém, os Victor tampouco iam tão longe, pelo que era necessário reabastecê-los também. Em suma, por cada dois Vulcan que chegavam às ilhas Malvinas a partir da Ilha de Ascensão, eram necessários 11 aviões de reabastecimento em vôo.

O primeiro destes ataques foi realizado sobre o aeroporto de Puerto Argentino em 30 de abril de 1982 às 8h da manhã, com 21 bombas convencionais de 454 kg (Mk 84) de alto explosivo das quais somente uma acertou a beira da pista do aeroporto local, alvo estratégico para o ataque.

Quando o porta-aviões britânico HMS Invencible chega à zona de conflito, essa tarefa foi bastante facilitada e os resultados mais devastadores para os argentinos. Os aviões Sea Harrier do esquadrão 800º, operando a partir desse navio atacaram o aeroporto de Puerto Argentino com bombas de fragmentação, causando alguns danos nas infra-estruturas anexas. Porém o maior dano foi realizado no aeródromo de Goose Green, de onde os argentinos haviam estacionados aviões de ataque ligeiro Pucará do 3o. Grupo. Um dos Pucará ficou destruido e dois foram danificados, sem qualquer possibilidade de reparo, e as instalações do aeroporto severamente afetadas. .

Com o avanço das operações e a conquista de Teal Inlet, os britânicos tiveram a oportunidade de aproximar o apoio logístico, desdobrando uma área de apoio logístico avançada naquela localidade. A situação logística da 5ª Brigada de Infantaria, entretanto, que chegou em 02 de junho, era menos satisfatória. Seus estoques estavam baixos e as organizações de apoio resumiam-se a duas companhias de manutenção. A brigada não levara meios para a distribuição de suprimentos. Seus problemas logísticos nasceram da incerteza sobre sua ida para o Teatro de Operações. A hipótese de emprego para a qual a brigada era

preparada referia-se a "Missões de Intervenção", um eufemismo que se referia às ações limitadas em tempo e espaço destinadas a salvaguardar os interesses de nacionais britânicos em países em crise.

Ou seja, uma organização de combate, cuja missão de emprego mais provável se restringia a resgatar e proteger seus cidadãos em um curto espaço de tempo não deveria realmente possuir meios logísticos mais amplos. Outra limitação nasceu das normas britânicas para o transporte em navios mercantes (a brigada foi transportada no Queen Elizabeth II), que impedia o transporte de munição e combustível na quantidade e na conformação desejáveis para sua configuração para o combate. Finalmente, houve uma indefinição de sua missão, na ocasião do embarque. As projeções eram de que a brigada não chegaria a envolver-se no combate, mas cumpriria papel de ocupação militar da Ilha, após o conflito. A conseqüência desta limitação foi um novo e muito maior encargo de apoio para o Regimento Logístico dos Comandos. Mas, demonstrou a capacidade de integração e apoio mútuo das forças britrânicas.

Seguindo as ordens, a 5ª Brigada de moveu-se pelo eixo ao sul em direção à capital. Em função da necessidade de emprego do "flanco marítimo" e da sua própria limitada capacidade de prestação do apoio logístico, foi decidido que se estabeleceria outra área de Apoio Logístico avançada em Fitzroy, a SW de seu objetivo.

Suprimentos foram enviados por mar para o estabelecimento desta área em dois navios logísticos. Estes navios, porém, foram observados por tropas argentinas que dominavam as alturas próximas e informaram ao comando argentino. Os navios foram bombardeados pela aviação vinda do continente, com a perda de 43 mortos e 200 feridos, além de preciosos suprimentos e equipamentos. O fato dos argentinos não terem aproveitado a confusão reinante em Fitzroy para contra-atacarem permitiu que os britânicos consolidassem aquela posição próxima ao seu objetivo estratégico, enquanto a 3ª Brigada aproximava-se pelo norte.

O ataque final teria duas fases: a 3ª Brigada atacaria primeiro mais ao norte, seguida da 5ª Brigada ao sul na próxima noite. O alto consumo de munição e a sua dificuldade de distribuição acabaram forçando um adiamento do ataque da 5ª Brigada, previsto para a noite de 12/13 junho, ante a impossibilidade de pré-posicionamento de tiros 105 junto às peças. O ataque foi, finalmente, realizado na noite seguinte. Na manhã de 14, o comando da guarnição argentina aceitou o cessar-fogo.

A atuação britânica no conflito das Malvinas trouxe uma série de ensinamentos do ponto de vista logístico. Entre eles, destaca-se a importância da mobilização dos recursos civis para a logística militar. A Grã-Bretanha empregou diversos navios civis mobilizados durante o conflito. Sem eles, não teria capacidade de transporte e apoio logístico à Força Tarefa.

Aeronaves civis transportaram grandes quantidades de suprimento para a Ilha de Ascensão, que se constituía em uma Base Logística avançada. Diversos técnicos civis participaram do aprestamento da Força. Esta capacidade de rápida mobilização dos recursos civis é cada vez mais importante para a logística, ante a incapacidade econômica dos países para manter meios militares capazes de atender a todas as suas necessidades.

Um dos maiores problemas britânicos foi o erro grosseiro na estimativa da taxa de consumo de munição, bastante abaixo do necessário. Embora não tivesse impedido o sucesso da operação, os estoques de munição foram aquém do ideal. Tal fato demonstra a necessidade de informações gerenciais corretas e precisas no que se refere ao planejamento do apoio logístico.

Quando os terrenos são pouco favoráveis ou a ação do defensor impede a mobilidade terrestre, o uso do helicóptero no transporte de suprimentos ganha importância crucial. Este conflito demonstrou, mais uma vez, a importância do helicóptero de carga na distribuição de suprimentos e na movimentação de tropas, especialmente nesses terrenos pouco favoráveis ao trânsito de viaturas.

A necessidade da integração entre os planejadores táticos e logísticos foi uma lição significativa da Guerra das Malvinas. Providências importantíssimas, como o pré-posicionamento de suprimentos, melhoria das condições das pistas de pouso, construção de abrigos para as tropas, fornecimento de uniformes mais adaptados para as condições climáticas, etc., poderiam ter possibilitado melhores resultados para os combates, quando se fala do desempenho argentino. Do lado britânico, esta necessidade de integração também ficou patente. As dificuldades surgidas após o desembarque para o prosseguimento rumo a Porto Argentino, a falta de proteção antiaérea da Área de Apoio Logístico na Baía Ajax e, posteriormente, em Fitzroy, a chegada da 5ª Brigada de Infantaria sem os adequados meios para a prestação do apoio logístico foram exemplos típicos desta dificuldade de trabalho conjunto. De qualquer forma, os britânicos conseguiram contornar melhor as dificuldades logísticas que enfrentaram.

2.6 A Política e a Dependência Logística da Argentina

Uma constatação logística, entretanto, transcende os aspectos unicamente táticos deste e de outros conflitos que ainda possam ocorrer. A dependência da logística argentina em relação a equipamentos importados pode ser vista também como a conseqüência mais aguda

de uma espécie de subordinação geopolítica mais ampla que afeta a América Latina desde o início de sua colonização no século XVI.

As eventuais divergências entre os países mais desenvolvidos do Ocidente, ou os interesses comerciais de curto prazo de qualquer um desses países parecem ter ficado em segundo plano em face do repúdio conjunto diante do que deve ter sido interpretado como uma ação de insubordinação de um Estado secundário pertencente aos países do bloco Ocidental em plena Guerra Fria.

Contratos existentes entre a Argentina e países fornecedores de materiais de emprego militar, como no caso da França e da Alemanha, tiveram suas entregas atrasadas deliberadamente, diante do embargo econômico da Comunidade Européia. Há, inclusive, fontes que afirmam que segredos militares sobre o desempenho de equipamentos, como os mísseis Exocet e as aeronaves "Super Etendar" foram repassados aos britânicos durante o conflito, permitindo-lhes que melhorassem suas medidas defensivas.

De posse dos códigos de desvio de cada míssil Exocet vendido pela França à Argentina, por exemplo, a frota britânica se sentiu livre para, guiada por imagens de satélite da OTAN, afundar no dia 02 de maio de 1982 o Cruzador General Belgrano, com um torpedo oriundo do submarino nuclear Conqueror. Ao perceber o fato, a Argentina teria conseguido novos mísseis Exocet, oriundos de outros membros do TIAR, e teve sucesso no afundamento do HMS Sheffield no dia 04 de maio de 1982. A Inglaterra mais uma vez recorreu, urgentemente, à França e também requereu os códigos dos mísseis que foram vendidos aos demais membros daquele acordo, no que foi atendida mais uma vez.

Além da liberação dos códigos aos ingleses, os mísseis Exocets apresentaram outra quase intransponível dificuldade para serem utilizados pelos argentinos. Eles haviam acabado de chegar da França e, devido ao embargo imposto pela OTAN contra a Argentina, os instrutores franceses não se haviam apresentado. Os técnicos da Base de Río Grande tinham em suas mãos armas muito sofisticadas, mas não sabiam como prontificá-las. A única solução foi aprender todos os seus segredos por conta própria, lendo os seus manuais para a seguir montar e desmonstrar algumas partes do míssil, cuidadosamente. Quando finalmente os instalaram a bordo dos Super Étendard, não havia muita segurança de que o sistema realmente viria a funcionar.

A vulnerabilidade de um país que não desenvolve sua própria tecnologia militar ficou mais que evidente neste episódio. A solidariedade política dos demais países latinos, que não contavam com a firme liderança americana nesse sentido, foi muito discreta e, por vezes, pouco efetiva.

Entre os membros da OTAN, a situação foi totalmente diferente. Além dos cancelamentos das entregas de armas já citadas, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Itália, a Comunidade Européia e a OTAN declararam um embargo comercial contra a Argentina. Até a Espanha que tinha importantes interesses comerciais na Argentina se absteve de apoiar o país sul americano.

O grande e decisivo ponto de inflexão neste tratamento punitivo que os países centrais dispensaram à Argentina se deu no momento que os Estados Unidos resolveram optar pela unilateralidade. Aquela potência facilitou continuamente à Inglaterra o acesso a imagens de satélite, em uma nítida opção pelo descumprimento do Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca e pelo fortalecimento da OTAN.

A URSS até demonstrou, por sua parte, apoio à Argentina, mas sua capilaridade na região não era tão intensa para poder prestar apoios materiais e bélicos mais nítidos. De qualquer forma, em função da curta duração do conflito, não teria havido tempo para que novos armamentos fossem introduzidos na Argentina acompanhados do devido pacote de treinamento aos combatentes platinos, ou muito menos para que uma ditadura de direita revisse sua radical oposição a conceitos anticomunistas e aceitasse esse apoio.

2.7 Conseqüências e Predisposições após o Conflito

No começo das hostilidades militares, a invasão das Ilhas produziu um transbordar de sentimentos patrióticos na Argentina, em grande parte porque havia certa manipulação dos meios de informação, que exageraram as vitórias argentinas e calavam as notícias sobre os contra-ataques ingleses. Porém, os argentinos não puderam se alienar por muito tempo da realidade. As tropas britânicas encontravam-se melhor treinadas, contavam com um melhor planejamento do apoio logístico, e eram mais experimentadas.

A derrota argentina no conflito teve forte repercussão no campo psicossocial, gerando conseqüências políticas no âmbito interno e externo. Apesar de a Argentina ter sido reintegrada rapidamente à comunidade das nações, visto que a Alemanha e a França logo lhe voltaram a vender armas e que, mesmo a Inglaterra aceitou a reatar todas as relações entre os dois países para os mesmos patamares de 1982, antes de 1990, a derrota golpeou ainda assim de forma muito dura o ânimo e a auto-estima dos argentinos.

No âmbito interno, o sentimento de fracasso levou a uma decepção total com o regime militar que governava o país. O fervor patriótico se converteu em manifestações contra o regime e ajudaria a acelerar o processo de quebra da unidade militar e a futura consolidação

do regime democrático. O governo Galtieri caiu e o general Reynaldo Bignone assumiu provisoriamente a presidência do país, até o restabelecimento da democracia no ano seguinte, com a eleição direta do presidente Raul Alfonsín. O setor da sociedade que antes havia apostado sempre nos militares para que interviessem quando as coisas estivessem mal, começou a pensar que estes careciam na realidade de habilidades políticas. A a mentalidade golpista foi dissolvendo-se na Argentina durante os anos seguintes.

O conflito deixou as Forças Armadas Argentinas completamente debilitadas, tanto em seus equipamentos, como no pessoal e em sua moral. Perdeu a supremacia na região, e com uma desprestigiada cúpula militar, as verbas e gastos militares foram mais controladas nos anos seguintes. Situação que tornou ainda mais difícil aplicar um dos principais aprendizados conflito. Ou seja, verificou-se que a superioridade de treinamento dos recursos humanos é decisiva para a vitória. Os exércitos de recrutamento obrigatório estão com seus dias contados, devendo ser substituídos por profissionais e voluntários altamente especializados. Para isso, entretanto, há a necessidade de se investir montantes maiores em defesa.

No âmbito externo, a partir da Guerra das Malvinas, nenhuma outra nação ousou disputar com uma grande potência uma possesão colonial. A partir deste ponto de vista, o conflito contribuiu para um maior grau de estabilidade internacional. A Guerra das Malvinas serviu ainda para incentivar o aumento da solidariedade autóctone regional na América Latina, visto que demonstrou também, na prática, o fim do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), pois o mais poderoso dos seus componentes, Estados Unidos, decidiu desonrá-lo *de fato* para aliar-se com a outra parte no conflito.

Ainda com o conflito em andamento o Ministro da Aeronáutica brasileira, Brigadeiro Délio Jardim de Matos, já fazia a sua avaliação da situação que já caminhava muito próxima dessa mesma conclusão.

> Preferia que os Estados Unidos tivessem ficado neutros para que, como uma superpotência, pudessem ajudar na paz entre os dois países em confronto nas Ilhas Malvinas. Ao assumirem uma posição francamente pró-Inglaterra, os americanos dão a impressão de que ao tentarem negociar a paz, o secretário de Estado Alexander Haig já tinha uma idéia preconcebida.
> A crise ensina que devemos contar com nós mesmos e um país só pode ser militarmente forte se for economicamente rico. Nós os ministros responsáveis pelas Pastas militares, temos muito em que pensar. Nós queremos que o Brasil tenha o máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança, mas devemos fazer um levantamento do que possuímos em força armada. Ao lado do desenvolvimento, devemos ter uma segurança maior. (DÉLIO..., 1982 a)

O Ministro da Marinha, o Almirante Maximiano tinha uma idéia muito semelhante no que dizia respeito à dependência dos países desenvolvidos, ao dizer que “ninguém pode confiar em ninguém. Confie em você mesmo. É claro que se vier uma guerra mundial você

não vai entrar sozinho. Mas pensar que uma coisinha pequena vai protegê-lo, protege coisa nenhuma.” (MAXIMIANO..., 1982)

A Argentina se sentiu na obrigação de aprimorar os seus relacionamentos com os demais países do cone sul. Ou seja, a importância das Malvinas ultrapassa as intenções da ditadura e continua a influenciar a política externa argentina e as relações entre os países da América do Sul. O mais inesperado legado da guerra foi, assim, o impulso à integração regional, em particular à aproximação de Argentina, Brasil e Chile. Uma situação que já apresentava seus primeiros sinais por meio das especulações que circulavam em Buenos Aires, estando a Guerra ainda em andamento.

> Após o desfecho da crise das Malvinas, as forças armadas da Argentina adotarão importantes medidas para desenvolver a indústria bélica do país, e pretendem impulsionar programas de cooperação com o Brasil no setor de armamento, disseram ontem fontes bem informadas.
> De acordo com as fontes, o conflito das Malvinas mostrou aos militares argentinos que não podem depender exclusivamente dos países desenvolvidos para o fornecimento de armamentos.
> A Argentina está numa situação difícil para a reposição de seu material bélico já que a maioria de seu armamento é de procedência européia acrescentaram as fontes. (ARGENTINA..., 1982)

O governo brasileiro permaneceu oficialmente neutro no conflito, mas prestou apoio discreto e bem-executado aos argentinos, por meio de vôos de reconhecimento operados por pilotos da FAB, de auxílio diplomático e econômico para amenizar o impacto das sanções internacionais impostas ao país vizinho e mesmo da venda preferencial de aviões.

> O Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos, confirmou ontem que dois aviões Bandeirantes, para patrulha marítima, foram vendidos à Argentina após o início da crise das Malvinas. Sobre a venda de outros tipos de aviões, como o Xavante, de treinamento e que pode ser utilizado como caça, declarou que nada foi tratado a respeito. (DÉLIO..., 1982 b)

A posição brasileira foi fundamental para consolidar os laços de construção de confiança, em curso desde 1979, quando Argentina, Brasil e Paraguai assinaram o acordo tripartite de Corpus-Itaipu, que encerrou a disputa pelo uso hidrelétrico dos rios do Cone Sul.

O restabelecimento da democracia levou adiante a cooperação, incluindo o Uruguai e culminando na criação do MERCOSUL em 1991. Também se firmaram importantes acordos nucleares entre Argentina e Brasil, estabelecendo parceria em campo estratégico, anteriormente marcado por receios e rivalidades.

Mas, uma aproximação mais intensa não se deu de forma tão imediata entre as Forças Armadas dos dois países, em especial suas Marinhas, como se poderia imaginar. Há uma série

de razões para isso. As duas nações viviam momentos muito conturbados de transição política. Na Argentina, a situação foi ainda mais delicada por conta da perda de uma guerra. Além disso, grandes burocracias modernas, como são as Forças Armadas de países médios como Brasil e Argentina, dificilmente fazem uma leitura revolucionária da realidade que vivenciam muito rapidamente. Tendem a ser mais conservadoras nas suas doutrinas e programas em andamento. Não reagem de imediato, de forma mais incisiva, sem antes verificarem se aquilo que aparenta ser uma nova tendência ou paradigma é realmente duradouro e não conjuntural.

Quanto às relações entre a ARA e a MB, já em 1982, o Relatório Anual da Marinha identificava que algo poderia estar mudando, mas ainda estava longe de dizer que parte da solução era o vizinho ao lado.

> A "Guerra das Malvinas" foi o acontecimento que, sem dúvida, polarizou a atenção mundial na América do Sul.
> Tal como ocorreu nos conflitos recentes do Oriente Médio, o confronto entre a Argentina e a Inglaterra está sendo analisado, em todo o mundo, sob seus múltiplos aspectos, de forma exaustiva. Em linhas gerais, foi ressaltada a importância do Poder Naval, corretamente empregado pelos britânicos e a inadequação das Forças Armadas da Argentina, despreparadas para as tarefas em que foram empenhadas. Após a derrota militar, ampliaram-se os problemas internos, políticos e econômicos que vêm afligindo a Argentina nos últimos anos.
> O apoio prestado pelos Estados Unidos à Inglaterra, que também obteve a adesão dos países membros da CEE (Comunidade Econômica Européia), traduzida em sanções econômicas à Argentina, obrigou os países latino-americanos a examinar, sob nova ótica, suas relações internacionais e, principalmente, a participação na OEA e o funcionamento do TIAR. (SDM, 1982 d, pg VII-21)

Ainda nesse mesmo relatório, já se reconhecia que havia condições favoráveis nas condições político-militares regionais da América do Sul, o que, com certeza, iria propiciar relações mais intensas no futuro.

> Em termos gerais, a nossa postura estratégica diante das HG (Hipóteses de Guerra) e HC (Hipóteses de Conflito), é influenciada pela paz reinante no continente, onde os interesses nacionais, nossos e dos nossos prováveis inimigos encontram-se em equilíbrio. Num estado de pré-guerra, as posturas atuais sofrerão as alterações ditadas pelos objetivos políticos de guerra que forem estabelecidos, bem como pela evolução da situação militar.
> A aplicação do Poder Naval no âmbito continental, em conflitos previsíveis, que transcendem à Guerra Revolucionária, permanece condicionada ao fato de não possuirmos aviação embarcada de ataque e a escassez dos meios de aviação de esclarecimento baseada em terra. (SDM d, 1982, pg VII-24)

Situação bem diferente do Relatório Anual da Marinha de 1979[14], por exemplo, quando o Brasil se preocupava bastante com o seu poder de dissuasão regional.

---

[14] Esse mesmo relatório evidenciava que havia estudos de inteligência em andamento sobre a Análise do Poder Militar da Argentina, Análise estratégica dos países do Cone Sul e Acompanhamento Conjuntural dos países sul-americanos. (SDM, 1979, pg II-20)

> A Estratégia Naval Brasileira face à América do Sul continua sendo, pois, no sentido de conferir ao Poder Naval condições de pronto emprego e eficiência operativa que lhe inspire credibilidade, contribuindo, desta forma, para a utilização de métodos dissuasórios capazes de evitar conflitos armados envolvendo o Brasil. (SDM, 1979, pg II-25)

Antes da Guerra das Malvinas, no Relatório da Marinha de 1981, portanto, já se evidenciava que as preocupações do Brasil, na verdade, começavam a ser mais focadas no que acontecia em áreas bem mais distantes, em função da crescente integração de sua economia e da dependência externa de petróleo, mesmo que reconhecendo a incapacidade da MB para atuar eficazmente nessas situações.

> No caso específico de um confronto leste-oeste, a participação da Marinha será em caráter de cooperação, em um quadro de alianças com potências ocidentais, o que não implicará inclusive em condicionamentos a curto prazo para o aprestamento da MB.
> Persiste, entretanto, no panorama estratégico a impossibilidade de a Marinha poder atuar em defesa dos interesses brasileiros em áreas marítimas cada vez mais afastadas, freqüentadas por nossos navios mercantes, em razão do crescimento de nosso comércio internacional. No Atlântico Sul, concentram-se as nossas preocupações, pois dele se utiliza o nosso tráfego doméstico, e para ele convergem as rotas transoceânicas de interesse, em especial as de importação de petróleo. Acresce o fato de que, atualmente, parcela considerável de nosso petróleo provém de plataformas marítimas e que, qualquer ameaça naval transitará por suas águas. Finalmente, o Atlântico Sul é o oceano comum ou via de acesso a uma série de países africanos e à Antártica. Na África, onde, provavelmente, a nossa economia em expansão encontrará o necessário espaço, já se vislumbra o surgimento de interesses que, projetados no tempo, poderão ser defendidos no futuro. (SDM, 1981 h, pg VII-25 e VII-26)

A diminuição da preocupação brasileira com possíveis conflitos continentais não significou, entretanto, que a Argentina fosse desconsiderada em suas análises. As análises já não eram, entretanto, tão alarmistas ao procurar evidenciar um elevado risco de conflito. Na verdade, um possível avanço militar do vizinho já não era visto como um fator que requeresse uma reação imediata do Brasil, mas sim como uma espécie de motivação para que o governo brasileiro não negligenciasse os investimentos na defesa nacional brasileira. O Relatório Anual a Marinha em 1983 evidenciou essa inflexão nas análises.

> Na Argentina a eleição de Raul Alfonsin à presidência, trouxe novas esperanças de estabilização interna e marcou o fim do governo militar que ultimamente sofreu grandes desgastes, não só devido à derrota nas Malvinas, como também pela situação de crise da economia.
> A divulgação da notícia do domínio da técnica de enriquecimento de urânio, provavelmente virá preservar o programa nuclear argentino de cortes orçamentários já anunciados para os gastos militares.
> As conquistas argentinas, no campo nuclear, devem receber a atenção devida e servir de estímulo ao programa nuclear brasileiro. Prosseguiu o programa de reaparelhamento militar do citado país tendo sido recebidos cerca de 30 aviões A-4 de Israel, 14 aviões Super Etendard da França e 11 aviões Xavantes do Brasil. A ARA recebeu três das quatro fragatas MEKO 360 encomendadas à RFA. Prossegue a construção nacional de seis corvetas MEKO 140 e de dois submarinos TR 1700 (O programa prevê 4 S TR 1700 e 2 S 1400). (SDM, 1983 b, pg VII-25 e VII-26)

Os demais relatórios anuais da MB para o restante da década de 80 poucas análises apresentaram sobre o relacionamento entre o Brasil e a Argentina, ou sobre a situação interna daquele país platino. A menção mais significativa, conforme o Relatório Anual da Marinha de 1985 (SDM, 1985 b), foi um acordo estabelecido entre as Marinhas do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, decidindo adotar um equipamento auto-cripto fabricado pela empresa suíça GRETAG, para instalação nas Estações Rádio das Marinhas da AMAS, que permitira a troca de mensagens sigilosas por criptografia automática, utilizando as freqüências alocadas pela Rede Naval Interamericana (RNIT).

Esse fenômeno, em parte, se explica porque, a partir de meados daquela década, foi a vez do Brasil processar sua transição política para a democracia e enfrentar uma aguda crise econômica, com fortes reflexos no setor público e nas Forças Armadas, em particular.

As análises passam a ser menos comparativas e mais absolutas quanto ao estado de aprestamento da MB. O Relatório Anual de 1988 é significativo nesse sentido. Nele são primeiramente apresentados, de forma superficial e genérica, os fatores que poderiam configurar, no futuro, ameaças diretas à promoção dos interesses brasileiros, em três grandes categorias:

> a) as já tradicionais projeções de confronto Leste-Oeste no mundo e, em particular, na América do Sul, na América Central e na África, que tinha o potencial para chegar a conflitos de maior envergadura;
>
> b) a difícil conjuntura econômico-financeira que a maioria dos países do Terceiro Mundo atravessava, em particular a dos vizinhos do Brasil, acentuada pelo efeito de distorções históricas e estruturais e, muitas vezes dramatizada pela subversão e pelo terrorismo, concorrendo para a configuração de um quadro crônico de instabilidade política e social;
>
> c) o uso da força para a solução de contenciosos territoriais ou fronteiriços, que poderiam transbordar para o interior das fronteiras brasileiras, maculando sua soberania ou, ainda, possibilitar a presença de potências extracontinentais no Atlântico Sul, como foi o caso da Guerra das Malvinas.

Eram preocupações que já não focavam tão diretamente os Estados nacionais circunvizinhos, mas sim o que na nova Geopolítica se convencionou chamar de novas ameaças, tais como o terrorismo e eventuais convulsões sociais em algum país vizinho. Aquele relatório reconhecia que era impossível estabelecer, antecipadamente, em função da multiplicidade de cenários possíveis, as modalidades operacionais de emprego do Poder

Naval que poderiam vir a se impor em uma situação de guerra. O EMA optou, diante dessa realidade, por definir objetivos estratégicos para a MB que pudessem, em maior ou menor grau, se ajustar e adaptar aos mais diferentes tipos de conflitos possíveis, que, de alguma forma fossem possíveis de ter o Brasil envolvido, a saber:

a) Manutenção do fluxo de transporte hidroviário vital para o País;
b) Manutenção da integridade das instalações costeiras;
c) Destruição de objetivos físicos relevantes que contribuíssem para o esforço de guerra do inimigo; e
d) Destruição do tráfego marítimo do inimigo.

Nesse estágio da análise há um foco maior nas carências brasileiras para enfrentar esse mundo pouco previsível, sem nenhuma preocupação com este ou aquele inimigo específico. Ou seja, não se deseja abrir mão de um preparo tradicional para se enfrentar outro Estado soberano, mas já havia uma grande dificuldade para se especificar claramente quem seria esse inimigo. Em nenhum momento, o relatório daquele ano, como os demais da segunda metade da década de 1980, se arrisca a apontar um ator específico. A própria Guerra Fria que ainda não havia terminado não parece mais ser usada enfaticamente como um argumento justificador pra se alocar mais recursos à MB. O inimigo é genérico e, por ser genérico, passou a ser pouco convincente para os decisores civis com poderes para alocar esses recursos à defesa do país no geral e à MB em particular; ainda mais em uma época de forte restrição orçamentária.

> A Estratégia Naval Brasileira comporta, portanto, conceitualmente, um componente defensivo (manutenção) e outro ofensivo (destruição).
> Mas o Poder Naval brasileiro apresenta, na atualidade, certas carências (defesa antiaérea de área e aviação embarcada diversificada, por exemplo), que comprometem a sua eficácia. A consecução dos objetivos estratégicos brasileiros exigiria, na verdade, um significativo acréscimo de nosso Poder Naval.
> A defesa de nossas instalações costeiras e a destruição de objetivos que contribuam para o esforço de guerra inimigo, por exemplo, supõem a necessidade de obtenção de certo grau de controle de área marítima. Isso pode significar a ocorrência de uma campanha naval cujo resultado poderia ser desfavorável ao Brasil, tendo em vista as carências de seu Poder Naval.
> Da mesma forma, elas dificultam a consecução do objetivo estratégico de manutenção do tráfego marítimo vital para o País. A alocação de meios para o atendimento desse objetivo estratégico representaria, além disso, o enfraquecimento daqueles que deveriam ser destinados à consecução dos outros objetivos e, fatalmente, uma redução ainda maior da força naval que poderia se opor ao núcleo de ataque inimigo, na disputa pelo controle de área marítima.
> As considerações acima induzem à conclusão de que o Pode Naval brasileiro necessita ser constituído de meios que possibilitem a composição de, pelo menos, duas forças navais: uma para a proteção de comboios importantes e outra para o engajamento da força inimiga. Isso não impede que ambas sejam usadas simultaneamente para um ou outro dos propósitos mencionados. Complementarmente, deve dispor de meios adicionais para a proteção do tráfego

> marítimo em áreas focais, não compreendendo o sistema de comboios, bem como para defesa aproximada, ou de defesa de costa em trechos de importância.
> A apreciação dos objetivos estratégicos acima mencionados indica, também, a necessidade de a Marinha dispor de meios para negar o uso do mar ao inimigo, através de minagem ofensiva e de operações de ataque com submarinos.
> Impõe, finalmente, a necessidade de a Marinha dispor de meios navais/aeronavais para ações rápidas sobre objetivos costeiros, meios anfíbios para operações em nível de incursão e uma Força de Desembarque capaz de causar uma preocupação efetiva a possíveis inimigos em áreas continentais ou extracontinentais, onde existam interesses nacionais a defender.
> Em termos de Defesa Aérea, há necessidade de se dotar os navios com armamento AA adequado e dispor de uma aviação embarcada capaz de prover proteção às nossas Forças Navais.
> Face ao interesses brasileiros na Região Antártica, torna-se necessário capacitar a MB a operar em climas e áreas polares.
> O reaparelhamento da Marinha, previsto no PRM (Programa de Reaparelhamento da Marinha), sujeita-se a certos condicionamentos na conjuntura nacional. Assim, ele dá ênfase à nacionalização dos meios e contempla a necessidade de serem estimulados os esforços de pesquisa e de desenvolvimento nacionais.
> Por outro lado, as dificuldades econômico-financeiras que o País, atualmente, atravessa constituem uma limitação a mais rápida consecução do programa. A escassez de recursos explica a necessidade de se atribuir uma ordem de prioridade à obtenção dos meios nele previstos e o estabelecimento de Planos Parciais de Obtenção, que abrange um período que vai até o início do século XXI. (SDM, 1988 b, pg I-30 a I-31)

Ao longo da década de 80, após a Guerra das Malvinas, os analistas militares brasileiros foram percebendo, portanto, que alimentar um confronto de qualquer espécie com a Argentina não era inteligente por diversas razões:

a) o Brasil estava, da mesma forma que a Argentina, submetido às mesmas restrições financeiras e tecnológicas internacionais e alijado das mais importantes decisões políticas mundiais; e essa situação havia sido muito bem evidenciada pela Guerra das Malvinas;

b) o preparo militar brasileiro já começava a agonizar lentamente[15] por conta das constantes crises econômicas, bem como também o argentino;

c) os possíveis objetivos nacionais permanentes do Brasil não seriam alcançados por meio de nenhuma competição político-militar com seus vizinhos, mas sim por uma melhor participação e influência nos mais importantes centros decisórios mundiais;

d) a melhor forma de alcançar essa influência poderia ser por meio da criação de novos centros de poder periféricos.

[15] O Ministro da Marinha, Henrique Saboya, em artigo distribuído à imprensa em maio de 1987 reconhecia que dois terços dos navios da frota da Marinha de Guerra estavam em final de vida útil, não tendo condições de proteger o tráfego marítimo brasileiro em caso de conflito e precisavam ser substituídos no máximo até meados da década seguinte. (MINISTRO..., 1987).

Esta última constatação ainda iria requerer toda a década de 80 para ser claramente colocada nos meios militares. Mas, de antemão, parecia ser mais inteligente não criar antagonismo com aqueles que estavam sendo submetidos às mesmas restrições. Já se percebia que os objetivos brasileiros poderiam ser mais facilmente atingidos por meio da cooperação e intercâmbios de toda ordem no continente sul-americano.

Os presidentes democráticos dos dois países acabariam decidindo por medidas nesse sentido. Porém, como todo estamento militar é composto por oficiais de diversas gerações, ainda se faria necessário quebrar eventuais desconfianças que haviam sido alimentadas no passado e que poderiam estar impregnando os oficiais mais antigos. O Capítulo seguinte deste trabalho mostrará como foi possível eliminar esses eventuais preconceitos mantidos pelos militares brasileiros e argentinos, por meio da organização e realização de simpósios estratégicos.

Foi um caminho bem sucedido como será visto; muito mais fácil que o também bem sucedido caminho trilhado entre Buenos Aires e Santiago, por exemplo. O Chile havia apoiado clandestinamente o Reino Unido durante a Guerra das Malvinas, com auxílio logístico e informações aos britânicos, possivelmente ecos do conflito entre Pinochet e a junta militar argentina pelo Canal do Beagle, que quase resultou em guerra em 1978. A democracia resolveu as tensões criadas pelas duas ditaduras: o governo Alfonsín organizou referendo em que a população aprovou o laudo do Vaticano, desfavorável à Argentina. Decisão notável, ainda mais porque o ressentimento pelo comportamento do Chile na guerra das Malvinas continuava - e segue até hoje - forte entre os argentinos.

A redemocratização chilena beneficiou a cooperação. O governo da coalizão de centro-esquerda da Concertación ocupou a presidência desde 1990 e acordou com o presidente argentino Carlos Menem a resolução de outras 20 querelas territoriais. O Chile tornou-se membro-associado do MERCOSUL em 1996 e empresas chilenas investiram cerca de US$ 20 bilhões na Argentina ao longo da década de 90 - cerca de 60% do total do investimento chileno no exterior. Tropas dos dois países participam conjuntamente em missões de paz da ONU e está em curso a criação de um batalhão binacional para tais operações. A integração também se expandiu para outras áreas, como o turismo. Já é comum que as agências de viagens ofereçam pacotes para a Patagônia com roteiros que praticamente ignoram as fronteiras, entrando e saindo dos países conforme a conveniência de visitar um lago, vulcão ou cidade.

Na atualidade, as relações entre a Argentina e o Reino Unido podem qualificar-se de regulares. Há um parêntese de silêncio sobre a questão malvinense. Em 1985, Londres

concedeu aos habitantes o direito a autodeterminação; tendo em conta que estes são e se sentem britânicos em sua imensa maioria, não parece que isto signifique grande coisa. Em 1990, se restabeleceram as relações diplomáticas entre ambos os países. Em 1999, foi retirada do aeroporto de Buenos Aires a placa *Las Malvinas son nuestras* (As Malvinas são Nossas). Voltaram os vôs regulares entre a Argentina e Port Stanley, o que a grande quantidade de argentinos continua chamando de Puerto Argentino. Em 2001, o Primeiro Ministro britânico Tony Blair visitou oficialmente a Argentina. Os arquipélagos seguem nas mesmas mãos que estavam no dia anterior ao início do conflito. As relações bilaterais são igualmente cordiais. Tudo é normal, mas os mortos não deverão ser esquecidos tão cedo, nem o forte valor simbólico que aquela Guerra introduziu nas chamadas relações Norte x Sul.

3 OS SIMPÓSIOS ESTRATÉGICOS NO FINAL DA DÉCADA DE 80

3.1 Os Encontros de 1987 em Buenos Aires

A boa vontade entre os cidadãos brasileiros e argentinos, que já se fazia sentir nos meios diplomáticos desde o tratado tripartite de Itaipu, viria a se refletir mais tarde na própria cúpula política de ambos os países por meio dos entendimentos mantidos pelos presidentes Alfonsin e Sarney em 1985.

A efetiva, porém discreta, solidariedade brasileira durante a Guerra das Malvinas também contribuiu para isso. Logo após aquela Guerra, já era possível se constatar o reconhecimento argentino presente no psicossocial das fileiras militares daquele país, em especial na sua Marinha.

Para se ter uma idéia, ainda em 1982, um grupo de alunos do Curso Superior da Escola de Guerra Naval (EGN) brasileira visitou a sua congênere argentina. Esse grupo era liderado pelo próprio comandante da EGN brasileira, o Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal. Essa visita, após a devida autorização do Presidente da República ocorreu entre os dias 3 e 19 de novembro de 1982, em meio a uma programação extensa que previa visitas também ao Chile, Uruguai e Paraguai. (SDM, 1982 a) O Alte Vidigal proferiu algumas palavras no auditório da EGN argentina, que, em função dos sentimentos de solidariedade por ele transmitidos, calaram fundo naquela platéia de oficiais da ARA, conforme suas próprias palavras descrevem.

> Logo após o conflito, eu levei a Escola de Guerra Naval para uma viagem ao sul do continente. Era Argentina, Uruguai, Paraguai; depois, fomos ao Chile. Esse sentimento estava latente, de aproximação, de juntar-se aos outros. Quando cheguei à Escola de Guerra Naval argentina, para uma visita oficial, verifiquei que o ambiente era péssimo. Tinham saído de uma derrota, estavam envergonhados. (...) Havia umas questiúnculas que ainda persistiam no ar. Se havia sido correta ou não a decisão do Alte Lombarda de retirar a Esquadra argentina do conflito para preservar os navios argentinos. Havia também uma disputa entre a Marinha argentina e a Força Aérea sobre quem tinha sido mais correto na guerra. (...) Os meus alunos chegaram para mim e disseram: “Alte, o senhor precisa fazer alguma coisa. Vamos mostrar para essa gente que nós estamos com eles.” Uma coisa muito rara na Argentina é um Almirante falar, mas eu pedi licença ao Comandante da Escola para me dirigir aos seus oficiais-alunos. (...) Eu fiz um discurso que foi muito feliz. Eu comecei dizendo: “Sejam bem vindos à América do Sul. Vocês sempre se julgaram europeus exilados no Continente sul-americano. Hoje, vocês devem ter compreendido que aqui estão os amigos de vocês. É aqui que estão os parceiros de vocês. Vocês devem ter compreendido que agora realmente são irmãos sul-americanos.” Isso foi de uma felicidade fantástica. (....) Esse discurso teve uma repercussão enorme. Depois que eu sentei, todos os alunos ficaram de pé e me aplaudiram durante 15 minutos ininterruptamente. Essas coisas todas contribuíram para a gente se conhecer melhor. Eles realmente perceberam que aqui estavam os amigos deles e que não eram europeus. (VIDIGAL, 2007)

É possível se verificar que o ambiente estava propício para avanços em todos os campos, inclusive no campo militar. Uma geração inteira de oficiais, que viria a comandar a ARA durante a década de 90, estava convencida que o caminho era a América do Sul. Coincidência ou não, o primeiro sinal de que ARA começaria a dar uma maior prioridade à MB talvez tenha se dado já em 1983. Aquela instituição solicitou para que fosse autorizada a criação do cargo de um Adido Naval adjunto em Brasília, além do titular que se encontrava no Rio de Janeiro, e dava, em caráter de reciprocidade, a mesma prerrogativa à MB. A MB não apresentou nenhuma dificuldade, embora tenha estranhado o fato do referido militar já ter sido burocraticamente designado antes mesmo da concordância brasileira. (SDM, 1983 a)

Esse fato pode ter sido somente a solução encontrada para lidar com as dificuldades inerentes ao fato de haverem órgãos importantes da MB distribuídos igualmente entre Brasília e Rio de Janeiro, com os quais o Adido titular necessitava manter contatos diretos constantemente.

Mas, os fantasmas do passado ainda tinham força para assustar alguns indivíduos na sociedade argentina. A desconfiança sobre os reais interesses do Brasil ainda podiam persistir aqui e acolá, em especial entre os membros mais antigos daquela sociedade, a partir de argumentações como estas cunhadas por este articulista, muito provavelmente logo após a tomada das Malvinas pelos argentinos:

> (...) Os três aspectos citados bastam para elucidar a "inteligência" nacional de agora em diante e, simultaneamente, evidenciar que quase não existem amigos, mas, na verdade, muitos inimigos.
> Neste quadro, insere-se a diplomacia brasileira, inesperada e prolixa portadora da bandeira da paz na emergência. A imprensa brasileira, por sua vez, disse o que o Itamaraty não pôde dizer, e disparou afrontas e zombarias sobre a atitude argentina. O que, desde um ponto de vista psicológico, é explicável: o Brasil carece de tradição militar e de vontade para a atividade bélica. Como se sabe, o vizinho calculista não ganhou nenhuma guerra das que se viu obrigado a disputar sozinho e, quando, saboreou a vitória, foi acobertado por alguém (pendurado nos outros). Inclusive quando suas tropas desfilaram por Buenos Aires depois de Caseros, fizeram-no sob o comando do federalista – partidário da unidade – Urquiza.
> É, pois, compreensível, que os brasileiros – tão afeitos a ver derramar o sangue alheio – não possam senão zombar daquilo que não entendem. Há algo de tique nervoso nesse gesto.
> Não obstante, a atitude brasileira também pode denotar preocupação. A Argentina, com a recuperação das Malvinas e ilhas anexas, ratificou de uma forma clara e precisa, o que esperamos seja e modo definitivo, sua presença no Atlântico e converteu-se em seu principal personagem. O Brasil, a partir do dia 2 de abril, vê inevitavelmente alterada sua estratégia na região, que contava com a explícita exclusão da Argentina e uma tácita inclusão do Chile, fato consumado pelo qual o Brasil apostava a favor dos chilenos no conflito de Beagle.
> (...) O Brasil considera-se uma potência atlântica. O próprio General Golbery do Couto e Silva, quase pai da geopolítica de seu país, afirmou-o com clareza suficiente, chegando a sugerir o papel excludente e exclusivo (são suas as palavras) do Brasil nesse espaço. (...) (RIVA, 1982 ?, pg. 02)

É bem verdade que essa opinião foi muito provavelmente emitida no calor das primeiras ações bélicas argentinas, sem que o seu autor possa ter refletido mais

profundamente sobre os reais objetivos brasileiros e os seus planos estratégicos para alcançá-los. Mas, é o típico pensamento que podia, encontrando campo fértil, aflorar a qualquer momento. Por isso, fazia-se necessário criar as condições para que aqueles sentimentos positivos em relação ao Brasil, que ganharam força após o conflito e que já se viam presentes na oficialidade da EGN argentina passassem a ser realmente os sentimentos hegemônicos, não só na sociedade argentina, mas especialmente nos meios militares.

A idéia para se alcançar esse objetivo no campo militar foi, portanto, por meio da criação de condições nas quais se discutissem as relações antes de se deixar que os sentimentos e a construção de medidas de confiança mútua fluíssem mais intensamente nos meios militares dos dois países. Essas condições, ainda como conseqüência dos entendimentos mantidos por Alfonsin e Sarney, se deram por meio de Simpósios de Estudos Estratégicos organizados pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas da Argentina (EMCFA) e pelo Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil (EMFA).

O primeiro simpósio ocorreu na cidade de Buenos Aires em abril de 1987 e resultou de entendimentos mantidos pelo Almirante José Maria de Amaral Oliveira, à época ministro-chefe do EMFA e pelo Brigadeiro Teodoro Waldner, chefe do EMCFA. Cuidava-se de incrementar as relações entre os membros das Forças Armadas dos dois países, com o objetivo de promover o intercâmbio acadêmico sobre temas estratégicos, com a participação ampla de pessoas dedicadas a estas disciplinas.

Na verdade, os preparativos iniciais se deram na gestão do General-de-Exército Paulo Campos Paiva à frente do EMFA. Em uma carta sua ao Ministro da Marinha, datada de março de 1987, ele já explicava que a delegação brasileira seria composta de um oficial General da ativa, como Chefe da Delegação, de um Diplomata Assessor para assuntos internacionais e de um Oficial Superior do EMFA e mais um professor da ESG, além de personalidades das diversas entidades que estudam assuntos de estratégia de interesse comum a ambos os países. Tal encontro, dizia ainda aquela autoridade, fazia parte da política externa adotada pelos governos dos dois países para consolidação dos ideais de maior cooperação e de integração Brasil-Argentina. (SDM, 1987 b)

Tanto o EMFA como o EMCFA designaram, portanto, delegações oficiais ao primeiro Simpósio[16], o qual foi essencial para se colocar as divergências passadas nas suas devidas

[16] Revista de Política e Estratégia, Vol. V, no 3, 1987.
Esta revista publicou inteiramente os anais desse primeiro Seminário de Estudos Estratégicos Argentino-Brasileiro
A delegação argentina foi chefiada pelo general-de-brigada Fausto Marcelo Gonzáles, chefe da Chefatura "E" (Planejamento) do EMCFA, e integrada por: ministro plenipotenciário Juan Carlos Olima, do Ministério das Relações Exteriores; Capitão-de-Navio Mato Angel Giordano, chefe de Política e Estratégia da Chefatura "E"; vice-comodoro Ricardo Luis Quellet, chefe do Departamento de Coordenação, Chefatura "E"; Capitão-de-Corveta Jorge Eduardo Mamede

proporções. Os membros das delegações, contudo, tiveram inteira liberdade para exporem seus próprios pontos de vista, não se constituindo os trabalhos apresentados em posições oficiais dos respectivos governos. Todas as sessões do Simpósio foram públicas, com a presença média de 180 assistentes.

Esse Simpósio, que seria seguido, no ano seguinte, por um segundo evento de mesma natureza e importância na cidade de São Paulo, teve o seguinte temário: Identificação de Eventuais Interesses Estratégicos Divergentes entre Brasil e Argentina; Segurança da Área Estratégica do Atlântico Sul. Idéias sobre a Forma de Implementação e de Participação Comum; Mecanismos de Defesa Comum na América do Sul, Realidades e Perspectivas; e Importância da Indústria Bélica para a Segurança Nacional.

Coube ao anfitrião, Brigadeiro-General Teodoro Guillermo Waldner, dar o claro delineamento dos propósitos do simpósio, os quais são aqui transcritos.

> A partir da Declaração de Iguaçu, de novembro de 1985, e da iniciativa do Sr. Almirante-de-Esquadra Amaral Oliveira e quem agora fala, desenvolveu-se uma série de eventos convergentes com a declaração política de transitar eficazmente pelo caminho da integração argentino-brasileira.
> Nesse frutífero trajeto de acordos mútuos, chegamos no dia de hoje dispostos a enfrentar novas jornadas – que, sem dúvida, haverão de estar marcadas pelo mútuo enriquecimento -, ao abordar uma problemática básica para a marcha rumo a este futuro que Brasil e Argentina estão dispostos a construir juntos em harmonia.
> Sendo os temas que aqui serão tratados matéria que afeta diretamente a defesa nacional, juntos ratificamos, deste modo, o firme desejo de integração, por ser justamente este o campo onde, em algumas oportunidades, através da história, exprimimos objetivos antagônicos.
> Confiamos no êxito deste simpósio para que, de agora em diante, não somente se repita periodicamente, como um canal a mais de entendimento entre duas nações adultas, mas que seja, também, o motor que gere encontros em outros campos subordinados à estratégia nacional, como a estratégia econômica e militar e a concepção tecnológica, como elemento indispensável para obter a liberdade de manobra necessária para a tomada de decisões de nossos respectivos governos. Decisões que permitirão alcançar os grandes objetivos nacionais dentro de um esquema de paz e progresso para a região.
> Ninguém pode ignorar que, juntos, Brasil e Argentina podem chegar a conformar um espaço geopolítico que lhes permitirá alcançar um dimensionamento de nível mundial, já que ambos os países apresentam um território suficientemente extenso e variado, com uma estrutura geográfica e econômica complementar, onde não só as nações que integram esta estrutura, mas também os vizinhos poderão desenvolver-se em um marco de colaboração e proveito recíproco.
> É por isso, e em benefício das partes, que devemos buscar os comunicadores idôneos que nos levem: no campo dos estudos estratégicos, com as novas teorias e as novas técnicas, a cimentar um campo de perspectivas apaixonantes, onde militares e civis argentinos e brasileiros possam intercambiar idéias e percepções que, sem dúvida, redundarão no mútuo aperfeiçoamento profissional; no campo econômico, a integrar e desenvolver um estilo que facilite a evolução social, científica e tecnológica capaz de produzir o aperfeiçoamento da sociedade rumo a um melhor nível de qualidade de vida; no campo político, a criar as condições de confiança, respeito, compreensão de necessidades e aspirações recíprocas para

---

d´Almeida, Departamento de Coordenação, Chefatura “E”; embaixador Luiz S. Sanz; Capitão-de-Navio (RE) José Maria Cohen e Contra-Almirante (RE) Mario Eduardo Olmos, conferencistas; e professor Jorge Raul Rossim moderador.
A delegação brasileira foi chefiada pelo Contra-Almirante Ruy Barcellos Capetti, 2º Subchefe do EMFA, e integrada por: ministro Sérgio da Veiga Watson, do Ministério das Relações Exteriores; Tenente-Coronel Lydio Mendonça Albuquerque, da 2ª Subchefia do EMFA; Tenente-Brigadeiro (EEm) Deoclécio Lima de Siqueira; Vice-Almirante Armando A. F. Vidigal; e professor Oliveiros S. Ferreira e Ubiratan Borges de Macedo, conferencistas; e Sr. Antonio Carlos Pereira, moderador.

> alcançar a integração de nossas respectivas sociedades, sem preconceitos, em um marco de cooperação, coordenação e soluções pacíficas.
> Nossa fraterna amizade vê-se enriquecida hoje com este acontecimento. A grandeza conjunta de Brasil e Argentina é sem dúvida uma empresa transcendental para o destino de toda a América, grandeza que se dará somente com a compreensão e o esforço de nossos povos e governantes, que desejam isto fervorosamente. (...) (WALDNER, 1987, p. 291)

3.1.1 O Entendimento Sobre a Situação Momentânea do Conflito

Irmanados nesse espírito, os primeiros dois conferencistas abriram os trabalhos e também os baús das histórias recíprocas dos dois povos para verificar se houve um término ou apenas uma transformação do conflito entre Brasil e Argentina.

O Tenente-Brigadeiro Siqueira (1987, p.293) dividiu as relações bilaterais dos dois países em quatro grandes períodos: o período do confronto entre Espanha e Portugal; o período de evolução dos participantes do conflito; o período de confronto entre Argentina e Brasil e, finalmente, o período que ele chamou de cooperação mútua.

Na fase Ibérica do conflito, discorre sobre os vários tratados entre Espanha e Portugal, começando pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, que propiciou a fixação dos portugueses no Atlântico entre Belém e Paranaguá, e os espanhóis nas Caraíbas e também no Atlântico, ao sul do Estuário da Prata.

Como houve uma tendência dos portugueses para ignorar os limites do tratado, estavam criadas as condições, segundo este conferencista, para que se formasse, futuramente, uma vasta fronteira de delineamento mal definido ou facilmente questionável entre as duas colonizações, o que seria motivo para as principais controvérsias entre os dois povos, expressas primeiramente por meio de acordos sucessivos como os Tratados de Madri, El Pardo, Santo Idelfonso e Badajos. As questões em torno da Colônia de Sacramento, posteriormente Província Cisplatina, e em torno do território das Missões foram as mais relevantes heranças desse período.

Mas, mesmo tendo conseqüências nas demais fases históricas de ambos os países, esse autor defende que esses conflitos não foram, necessariamente, originários do desejo ou ambição de brasileiros e argentinos, mas sim das ex-metrópoles e do caráter expansionista de Portugal naquela região.

> Evidentemente, não podemos considerar os conflitos já vistos como contentas entre os habitantes das áreas envolvidas. Esses, como no caso dos guaranis das Missões, chegaram a unir-se para combater os representantes das duas coroas da Ibéria. As raízes dos nossos povos estavam alheias ao jogo de interesses dos colonizadores, o qual envolvia inclusive, barganhas com possessões do outro lado do mundo, como foi o caso das Filipinas. (SIQUEIRA, 1987, p. 297)

Esse conferencista minimiza também a importância do empenho do Império brasileiro em continuar sua política na Bacia do Prata. Ele, de certa forma, retirou a própria legitimidade daquele governo para essa empreitada.

> (...) na realidade o conflito não contara com a participação efetiva do povo brasileiro. Os fatores que levaram a monarquia a enfrentar a nova República Argentina não envolviam a população. Nossa independência fora uma passagem branda do estado colonial para o autônomo. O sistema de governo não mudou. Até mesmo através de laços da família real, as ligações com Portugal persistiam em parte. O nosso Imperador, em sua mocidade, por certo vivera as tendências dos sentimentos da monarquia portuguesa, influenciados por uma série de preconceitos nascidos das lutas com a Espanha e do espírito colonizador (intrinsecamente expansionista) desenvolvido desde o século XVI. "(SIQUEIRA, 1987, p. 299)

Ele ressalta que aquela Monarquia não contava com a participação do povo no controle do Estado e que havia uma grande quantidade de mercenários nas forças brasileiras que lutaram na Cisplatina, tais como irlandeses, alemães, ingleses, franceses e italianos. O soldado-cidadão tão caro aos Estados nacionais modernos e contemporâneos ainda não se fazia presente.

No mais relevante conflito entre Brasil e Argentina, que viriam a unir o argentino Urquiza, os adversários de Oribe no Uruguai, o Paraguai e o próprio Brasil, o referido Brigadeiro ressalta que um tratado de 1851 teria deixado bem claro que a guerra não era contra a Argentina, mas sim contra Rosas, o qual, conforme o próprio conferencista reconhece, parecia estar disposto a reconstituir todo o Vice-reinado do Prata, anexando o Uruguai, o Paraguai e parte da Bolívia. Assim, o citado conferencista termina o que chamou de a segunda fase da história comum de ambos os países, afirmando que é possível se perceber "(...) à luz de uma análise mais profunda, que os conflitos até agora focalizados não foram nossos, mas de outras origens." (SIQUEIRA, 1987, p. 301)

Na própria fase que ele chama de confronto entre Argentina e Brasil apresenta bastante dificuldade para encontrar alguma materialidade para o conflito. Ele insiste em afirmar que tudo não passava de intrigas e mal entendidos mútuos.

> Pelo que se vê, havia um mundo de intrigas, alimentadas, sobretudo pelo grande e único meio de comunicações da época: a imprensa escrita. Deve-se ter em conta que a lentidão das comunicações favorecia os efeitos negativos dessas intrigas. O que um jornal dizia transformava-se em suposta verdade por tempo muito mais longo do que hoje, até que a evidência dos fatos mostrasse o contrário. Natural também que houvesse um efeito multiplicador das intrigas causado pelos duelos de palavras que se prolongavam lentamente, sem-fim e com uma única conseqüência: predispor os atores para uma rivalidade sem fundamento e sem propósito. (SIQUEIRA, 1987, p. 303)

E prossegue mais adiante.

> Bem analisado, o famoso conflito entre nossos países, a essa altura, resume-se a isso. A Argentina se preocupava porque desconfiava do nosso rearmamento. Nós nos rearmávamos porque desconfiávamos das preocupações argentinas. No fundo, uma confrontação artificial, porque não havia fundamento nas suas origens e, muito menos, tinha a participação das respectivas populações. (SIQUEIRA, 1987, p. 305)

O Brigadeiro Deodécio não reconhece, portanto, que o conflito entre Brasil e Argentina tenha existido da forma como ele entende o significado desse conceito. Para ele, houve muito mais dificuldades pontuais de diálogo e ausências significativas de oportunidades para que se desenvolvesse uma profícua confiança mútua entre as duas nações. Esse problema teria começado a se resolver em 1930, quando , pela primeira vez na história do Brasil, assumiria um governo revolucionário com participação de amplas camadas da população. O Brasil teria se expurgado para sempre do tenebroso espírito de conquista. Não só a partir desse momento, mas principalmente a partir daí, uma série de fatos históricos consolidaram, gradativamente, uma sólida plataforma para que os dois países pudessem alçar vôos mais elevados. Dentre os principais fatos, aquele conferencista destacou os seguintes como forma de fechar sua participação:

> a) o clima de dignidade e respeito mútuo que se seguiu à decisão do presidente Cleveland que deu ganho de causa ao Brasil por ocasião da questão demarcatória da região das Missões;
>
> b) a visita de Roque Saenz Peña ao Brasil, em 1910, e seu famoso pronunciamento sobre nossas relações em que dizia que tudo nos unia e nada nos separava;
>
> c) as atenções dispensadas às preocupações da Argentina com Itaipu, que levaram ao Acordo sobre cooperação técnico-operativa entre os aproveitamentos de Itaipu e Corpus, de 19 de outubro de 1979, seguido da troca de visitas dos presidentes Figueiredo e Videla em 1980;
>
> d) a declaração conjunta de Iguaçu sobre Política Nuclear, em 30 de novembro de 1985;
>
> e) o acordo de cooperação técnica e industrial de 17 de janeiro de 1986;
>
> f) a ata para integração brasileiro - argentina, com seus 12 anexos, em conseqüência da visita do presidente Sarney ao presidente Alfonsín em 28, 29 e 30 de junho de 1986; e
>
> g) a ata de amizade brasileiro - argentina, assinada a 10 de dezembro de 1986 por esses mesmos presidentes.

O segundo conferencista do Simpósio a abordar o mesmo tema, o embaixador Luis Santiago Sanz, da Argentina, por caminhos diversos, também chegou a uma conclusão semelhante. Ele parte, entretanto, de uma abordagem mais realista, enfatizando que o sistema internacional é uma constelação de Poderes. Cada Estado rejeita os controles externos na medida de suas possibilidades e procura fazer prevalecer seus desígnios. Os Estados até podem estar animados por afinidades, propósitos comuns ou espírito cooperativo, ligando-se entre si, mas entram em colisão quando seus ideais, aspirações, valores ou interesses os separam.

Ele, entretanto diferencia conflitos de tensões.

> O conflito pode assumir as características de uma tensão quando sua forma é indefinida e se aninha na consciência coletiva. As tensões são conflitos de Poder não formulados, surgem por algo que não está claramente definido e cujo contorno mostra apenas traços esfumados. Manifesta-se como um fermento obscuro que vem do passado e se projeta sobre as perspectivas do futuro. Rodeia o conflito como uma aura, mas não se confunde com ele. Um conflito é possível sem que exista tensão. (SANZ, 1987, p. 313)

Ou seja, o que para o Brigadeiro Deodécio era apenas uma tensão ou mal entendido, para o Embaixador Sanz, era realmente um conflito. Seria um conflito em geral territorial facilitado por espaços vazios ou consciência territorial mais desenvolvida, mas que por vezes ganharia motivação de prestígio e de influência (hegemonia), com manifestações concretas (domínio), e fundamentos que estão implícitos (segurança etc).

Para o Embaixador Sanz, os problemas territoriais entre Argentina e Brasil têm sua origem em épocas anteriores ao próprio descobrimento da América, nas conturbadas relações mantidas entre Espanha e Portugal. Argentina e Brasil teriam, quando independentes, herdado um secular estado de pleito de limites, que teriam se refletido em duras disputas diplomáticas e grande desconfiança recíproca, simbolizada por uma corrida armamentista no início do século XX.

Mas, apesar dessa sua visão que tende a dar nitidez aos aspectos conflituosos dos Estados de Argentina e Brasil, o Embaixador Sanz, ainda dentro de sua análise realista e dialogando com ninguém mais ninguém menos que Morgenthau (1950), o grande teórico do realismo contemporâneo, afirma que há sempre a possibilidade de existirem interesses comuns, os quais são a base da qual nascem todas as alianças.

Assim, responde a pergunta tema de sua apresentação que pede para que se estabeleça se as situações conflituosas entre Brasil e Argentina terminaram ou se transformaram no modo de suas expressões, dizendo que

> (...) é essencial observar o grau em que são percebidos os interesses compartilhados de ordem superior, vitais para a segurança de ambos os Estados, que induzam por sua importância, ao ajuste dos objetivos próprios que resultem incompatíveis com aqueles.
> É pertinente observar que, na situação atual do mundo, um entendimento básico é a condição iniludível para melhorar de forma efetiva, durável e consistente o status internacional de ambos os países. A unidade de esforços constitui uma garantia da segurança respectiva.
> (...) Um desacordo profundo entre Argentina e Brasil pode afetar gravemente a capacidade dos dois países frente a ações hostis ou adversas. Seus efeitos podem ser catastróficos sobre o destino do continente e sua segurança.
> O interesse particular de Argentina e Brasil está ligado a um progresso conjunto. (SANZ, 1987, p. 319)

Estabelecendo, assim, os parâmetros que configuram os princípios para uma política racional e realista, sem, utopicamente, se eliminar as contradições, o Embaixador Sanz coloca a questão inicial em outros termos. Para ele, trata-se de estabelecer, à luz da natureza própria da política e sob as circunstâncias que conformam a estrutura mundial, se é possível que prevaleçam, frente a outros, os comuns interesses da Argentina e do Brasil, segundo exigem a turbulenta conjuntura geopolítica daquela época. Ou seja, trata-se de saber se algumas das seguintes condições básicas estão realmente sendo cumpridas:

> Convicção profunda da existência de um interesse nacional que indique a conveniência de alcançar esse entendimento;
> Vontade de impor-se, por esse mesmo interesse superior, metas e restrições que limitem os impulsos que possam contrariar o objetivo almejado (autocontrole do conflito);
> Concepção imaginativa de novos espaços para entendimentos possíveis;
> Bases de confiança que permitam consolidar uma mútua predição de condutas. (SANZ, 1987, p. 320)

3.1.2 A Dissuasão Convencional para Países como Brasil e Argentina

Os conferencistas seguintes deveriam tratar de uma questão fundamental para a confiança mútua entre Estados potencialmente competidores em um cenário regional, que é a dissuasão convencional nos países em desenvolvimento, o que necessariamente deveria mostrar se havia ou não um entendimento comum quanto ao advento da tecnologia nuclear e sua aplicação bélica.

O primeiro a apresentar seu trabalho foi o Vice-Almirante Vidigal (1987), oficial da reserva da Marinha do Brasil e ex-diretor da Escola de Guerra Naval brasileira. Este foi taxativo, após uma longa discussão teórica sobre a dissuasão nuclear nas mais variadas circunstâncias, ao afirmar que a América do Sul, no seu entendimento, não apresenta problemas cuja solução passasse pelo desenvolvimento do artefato nuclear, e isto por parte de qualquer um dos países.

> O Atlântico Sul, mormente a sua parte ocidental, está fora das áreas de maior interesse das superpotências e, portanto, não é de se esperar que se torne palco de confronto em que haja efetivo risco de emprego de armamento nuclear; nada indica a possibilidade de chantagem nuclear contra qualquer país sul-americano. No confronto entre a Argentina e a Grã-Bretanha pela posse das Malvinas, o fato de apenas um dos partidos dispor de armamento nuclear não influenciou o desfecho. Julgar que os britânicos, caso a invasão da ilha viesse a se constituir um fracasso, fossem ameaçar a Argentina com o emprego de seu poder atômico é ignorar as conseqüências políticas de tal ameaça: a Grã Bretanha perderia todo o apoio, qualquer que fosse a sua natureza, que sua diplomacia cuidadosa e habilmente procurou angariar. Se, por outro lado, a Argentina também possuísse engenhos nucleares, que, por exemplo, pudessem ameaçar a frota de invasão britânica, ela não faria uso deles por temor de uma retaliação contra o seu território, e o armamento nuclear, também neste caso, não teria nenhum efeito no resultado do conflito. (VIDIGAL, 1987, p. 337)

Para Vidigal, nos conflitos internos, restritos a países do continente sul-americano, a dissuasão convencional tem-se mostrado suficiente. O armamento nuclear nesse contexto seria um fator de desestabilização continental, sem nenhuma vantagem no que concerne à solução de qualquer problema, visto que pela própria lógica do processo, os demais países com possibilidades de desenvolverem a tecnologia do armamento nuclear de forma autônoma procurariam chegar a ela e, provavelmente, o equilíbrio entre estes países seria obtido num nível de muito maior risco.

Esse estrategista defendeu, porém, o domínio de vários processos da tecnologia nuclear, como o ciclo completo do urânio e a propulsão nuclear de submarinos, como forma de se dar maior independência industrial e energética a um país em desenvolvimento e, conseqüentemente, reduzir sua dependência das potências nucleares. Nesse contexto, abrir-se-ia uma importante janela de oportunidade para aproximação entre Argentina e Brasil, ao invés de pontos de desconfiança.

> As apreensões mútuas ainda existentes entre o Brasil e a Argentina poderão ser superadas, inclusive no plano militar, pela estreita cooperação entre os dois países. No campo nuclear, por exemplo, onde isoladamente nenhum dos dois países possui, no momento ou no futuro próximo, os recursos financeiros e a massa crítica científico-tecnológica necessária, e onde será imprescindível vencer o veto das superpotências, a cooperação entre a Argentina e Brasil é fundamental. (VIDIGAL, 1987, p. 338)

O Almirante Vidigal (1987) ressaltou ainda que a renúncia ao armamento nuclear, que Brasil e Argentina fizeram, é o resultado da avaliação conjuntural daquilo que parece melhor para ambos os países, não representando uma delegação a outrem da segurança. É uma avaliação de que, nas condições prevalecentes, o armamento nuclear nada acrescentaria à segurança de Brasil e Argentina, mas, pior que isso, desviaria recursos importantes de compromissos mais urgentes, inclusive no próprio campo militar. Termina concluindo, por fim, que “a ação coordenada de países como a Argentina e o Brasil será um fator importante para dissuadir agressões de fora, venham de onde vierem.” (VIDIGAL, 1987, p. 339)

Se o Almirante Vidigal deixou bem claro que para a manutenção da paz entre Brasil e Argentina dependia-se muito mais de uma política de cooperação mútua e da busca por interesses comuns, o conferencista seguinte a tratar do mesmo tema, sem em momento algum abordar diretamente a relação bilateral entre esses dois países, acabaria dando razão, indiretamente, ao referido Almirante, por meio de seu desenvolvimento cartesiano e teórico em torno do conceito de dissuasão convencional em países em desenvolvimento.

O Capitão-de-Navio (Ref.) José Maria Cohen, que era professor de Estratégia da Escola de Defesa Nacional e da Escola de Guerra Naval argentinas, além de membro do Conselho do Centro de Estudos Estratégicos da Armada Argentina, partiu das seguintes premissas nesse tema:

> - a melhor qualidade relativa de pessoal militar de um país em desenvolvimento pode ter certos efeitos dissuasivos, num balanço, ainda que fracos e instáveis;
> - a capacidade unilateral de um salto tecnológico em material bélico adquirido no exterior pode produzir efeitos dissuasivos somente até o momento em que o outro país adquira também, ou ultrapasse, o armamento necessário, caso em que se neutraliza ou reverter a dissuasão até a próxima mudança;
> - (...) poderíamos dizer que não é razoável separar os fatores dissuasivos independentes da qualidade do pessoal militar e do material bélico, já que ambos conformam, virtualmente, um fator qualitativo único, de eficácia combinada insegura e instável num balanço entre países em desenvolvimento. (COHEN, 1987, p. 350)

Após recorrer também à chamada “lei de Lanchester”, que diz ser o poder de uma força militar diretamente proporcional à sua qualidade k (humana e material) e ao quadrado de sua quantidade n (homens e material), Cohen afirmou ainda que:

> - a quantidade, por ser ao quadrado, pesa mais do que a qualidade nas mudanças de valorização de uma força, sempre que a qualidade não implique por si mesma um salto inalcançável;
> - que na paridade ou semelhança das qualidades de um equilíbrio as quantidades são determinantes. (COHEN, 1987, p. 351)

Assim, pode ser visto, dito de outra forma, que o conferencista defende que, para países em desenvolvimento, não envolvidos ativamente no conflito Leste-Oeste da época, a superioridade qualitativa parece contribuir de forma frágil e instável para um equilíbrio dissuasório convencional. Não haveria outro caminho que não ser postular que uma possível dissuasão convencional só seria viável, a partir da superioridade nata e estável na quantidade de homens e armas, verdadeiros fatores decisivos no balanço.

Ou seja, acreditar na dissuasão convencional para manter a paz entre Brasil e Argentina, pode-se concluir, seria sempre uma medida de eficácia temporária e muito instável, sempre que esta estivesse baseada apenas em fatores qualitativos. E, por outro lado,

poderia gerar relações bilaterais extremamente tensas com gastos militares elevados para ambos os lados, se o fator quantitativo fosse o preponderante. Esta situação perduraria enquanto um dos competidores não conseguisse estabelecer uma força convincentemente grande o suficiente, quando comparada com a do adversário, se é que esta meta poderia ser alcançada no caso específico de Argentina e Brasil.

Como Brasil e Argentina já haviam concordado em abrir mão das armas nucleares, não parecia inteligente, portanto, que os respectivos Estados perseguissem uma dissuasão militar convencional, ao se considerar essa linha de argumentação apresentada por Cohen. O custo seria muito elevado para ambos os países, justamente em um momento que se viam com constantes dificuldades em suas balanças de pagamento e com importantes gargalos a serem superados no seu desenvolvimento. Assim, mais uma vez, por meios distintos, ambos os conferencistas levam suas audiências a mesma conclusão: o caminho mais eficaz para ambos os países passa pela confiança e cooperação mútua.

3.1.3 Modelos de Cooperação Militar

Àquela altura dos trabalhos, o terceiro tema escolhido para aquele primeiro Simpósio acabou se mostrando bastante adequado por se propor a apresentar, justamente, caminhos mais pragmáticos, para intensificar a cooperação entre os dois países, a uma platéia, que já devia estar ansiosa por respostas desta natureza.

O professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo e diretor do jornal O Estado de São Paulo Oliveiros S. Ferreira foi o único conferencista incumbido de examinar os modelos de cooperação militar no mundo no final da década de 80. Entretanto, a apresentação de Ferreira (1987) restringiu-se mais as constatações de fatos já ocorridos dentro dos sistemas de defesa naquele mundo bipolar. Para ele, a Organização do Tratado do Atlântico Norte e o Pacto de Varsóvia, enquanto expressão formalizada de relações militares de cooperação, só se puderam constituir graças à relativa estabilidade das estruturas sociais vigente na Europa, no império soviético e nos Estados Unidos. A estabilidade das estruturas sociais seria fator determinante da organização da cooperação militar.

Ele afirmou, ainda, buscando trazer a discussão mais claramente para os países periféricos que

> (...) enquanto primeira potência econômica e financeira do mundo, nos países atrasados aonde chegavam, os Estados Unidos, necessariamente, introduziam o MRAC (Modo de Reprodução Ampliado de Capital), assim trabalhando a menor ou maior prazo contra seus

> aliados. Essa introdução do MRAC, todos sabemos, não se faz sem violência- social, ou armada, quando não armada e social. Os Estados Unidos assumiram a responsabilidade pela destruição das antigas estruturas sociais que emolduravam um modo pré-capitalista de produção, além de estruturas de dominação tradicionais. Fizeram-no na medida em que a transformação da economia racionalizou e secularizou as condutas individuais. Fê-lo, porém, antes que se tivessem estruturado organizações sociais capazes de assimilar politicamente as transformações da secularização da visão do mundo. (FERREIRA, 1987, p. 387)

Partindo dessa premissa, aquele conferencista analisa o ponto de maior interesse para aquela platéia que era justamente o verdadeiro caráter motivador do TIAR. Para ele, esse tratado quando foi subscrito na Conferência de Petrópolis, em 1947, tinha por objetivo não confessado a defesa das oligarquias, e dos Estados por elas controlados ou que as apóiam, contra a ameaça representada pela ação soviética, mais precisamente pelo comunismo, o qual não seria uma ameaça militar ao pé da letra, mas muito mais uma ameaça a estruturas sociais de dominação. Assim, ele diferencia a OTAN, também analisada nos momentos iniciais de sua apresentação, do TIAR, nos seguintes aspectos:

> Os Estados europeus desde o fim da guerra e nas avaliações da diplomacia soviética viam-se diante de uma ameaça militar concreta;
> Essa ameaça militar era de origem externa às fronteiras definidas pelos documentos básicos da OTAN. O perigo da subversão interna da ordem estabelecida tinha sido vencido por aquilo que chamei de consensus das élites dominantes;
> A OTAN nunca foi, nem poderá ser colocada a serviço da manutenção dos status quo – a menos que se rompa o princípio fundamental sobre o qual ela assenta, que é o da soberania dos Estados;
> A relação de forças na Europa Ocidental afastou o perigo da revolução social como se a via nos anos imediatamente posteriores à Revolução Russa, ou como se percebia a ameaça soviética de 1945 a 1948. (FERREIRA, 1987, p. 372)

Com isso, conclui que o TIAR é um instrumento de defesa sem eficácia estatal, sua eficácia se restringe a apenas manter a aparência de solidariedade entre Estados não solidários, e de unidade entre Estados, cujos governantes, conservadores ou liberais, socialistas ou comunistas, rejeitam a forma pela qual a potência hegemônica no campo da economia e do fornecimento de armas quer impor sua presença. O próprio conflito das Malvinas teria demonstrado que os signatários do TIAR não têm percepção coletiva semelhante do que seja o inimigo comum.

A possibilidade de uma aliança entre nações americanas, as quais ainda não puderam resolver, integralmente, em seus territórios, as questões do MRAC e da revolução social, fora do marco definido do TIAR, no seu entender, pode se dar muito mais por meio de uma colaboração ou aliança para salvaguardar interesses comuns e evitar que a disputa de interesses entre dois grandes (no caso Brasil e Argentina) seja aproveitada por grupos políticos dos pequenos com o objetivo de opor entre si os grandes, impedindo solução condizente com os termos do Direito Internacional.

Ou seja, para esse palestrante, pode-se interpretar, a aliança entre Brasil e Argentina é possível, mas somente possuirá uma eficácia se restrita a aspectos regionais como forma de garantir uma espécie de governabilidade e rumos mínimos para a Região. Admite, porém, a possibilidade que a aliança venha a perder esta característica pacífica para se transformar segundo as necessidades políticas de cada época.

No ano seguinte, no Simpósio realizado em São Paulo, Ferreira (1988) retornaria com o objetivo de identificar os mecanismos de defesa comum na América do Sul, fazendo um contraste entre a realidade e as perspectivas. Repetiu boa parte de suas considerações teóricas do primeiro Simpósio para, finalmente, concluir como entendia que deveria ser o substituto do TIAR naquele momento, por meio das seguintes palavras:

> Esse novo sistema que, insisto, deve ser construído para substituir o TIAR e de uma maneira ou outra desempenhar (ainda que a nível estritamente regional) o papel da Força Interamericana de Paz (FIP) na visão que dela tinha o marechal Castello Branco – deve estabelecer sem ambages as condições em que se dará o livre desenvolvimento das identidades nacionais, afora, tendo presente a globalidade dos desafios, dispor para que a segurança do sistema seja construída associativamente e em harmonia com a segurança dos demais sistemas. Isso nos remete ao assunto principal: para que se criará esse novo sistema e qual o inimigo? (FERREIRA, 1988, p. 431)

Para essa dúvida, que de certa forma persiste até hoje, nem o autor, nem ninguém parecia ter uma resposta convincente naquele momento. Havia a questão da hegemonia dos países do norte sobre os do sul, que a Guerra das Malvinas evidenciou e que muito possivelmente estava contribuindo bastante para a aproximação entre Brasil e Argentina. Entretanto, não era prudente que dois países periféricos e com diversas dependências econômicas e tecnológicas apresentassem isso abertamente, sem que houvesse uma mínima chance de tornar as trocas mundiais mais vantajosas. Não se pode esquecer também que ambos estavam saindo de ditaduras, as quais, por serem tão recentes, ainda retiravam boa parte da respeitabilidade de ambos na comunidade das nações. Por outro lado, a existência do império soviético ainda mantinha vivo o conflito entre o Leste e o Oeste como uma realidade muito presente nas mentes de quaisquer estrategistas sensatos.

A saída encontrada por aquele professor foi empurrar o problema indefinidamente para o futuro enquanto os dois países procurassem estreitar seus laços e a Confiança Mútua, conforme se infere de suas palavras finais:

> Só depois de resolvida a questão do consenso das elites, ou, se se quiser, apenas depois que a revolução tiver sido transformada na mudança das estruturas dentro da ordem, é que será possível estabelecer quem é o inimigo. Essa precaução não impede, mesmo inexistindo as condições subjetivas, se reconheça a necessidade de mecanismos bilaterais de consulta para fazer face a situações em que a segurança dos dois Estados possa vir a ser afetada pela ação

> de um terceiro, hemisférico ou não, ou pelo desaparecimento de um membro dos atuais sistemas, engolfado na guerra civil ou simplesmente na poeira em que somem os Estados que não sabem cuidar de sua sobrevivência. (FERREIRA, 1988, p. 432)

3.1.4 Interesses Estratégicos Comuns

Coube aos palestrantes finais do Primeiro Simpósio justamente identificar quais seriam os interesses estratégicos comuns de Brasil e Argentina. O primeiro foi Ubiratan de Macedo, que era membro permanente da Escola Superior de Guerra e professor no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Ele parte de uma premissa interessante ao afirmar que "(...) a permanência da decisão de cooperação entre nossos países, que leva a interesses comuns, e não, como na postura ingênua e acrítica se imagina, que interesses comuns conduzam à política de cooperação." (MACEDO, 1987, p. 376)

Haveria uma série de motivações correlatas para se optar por decisão, dentre as quais destacou: o cansaço das minorias dirigentes de ambos os países em manter atitudes conflitivas a partir da ruptura do acordo militar Brasil - Estados Unidos em 1974, ou, mais provavelmente, a partir do Acordo de Cooperação Itaipu e Corpus em 19 de outubro de 1979; a revisão crítica da *intelligentzia* jovem argentina e brasileira da década de 50, que elabora uma teoria da cooperação argentino-brasileira com pedra angular do sistema latino-americano; e, como fator fundamental, a crescente consciência da inviabilidade para ambos os países, de um desenvolvimento econômico e social comparável ao do Primeiro Mundo, a qual foi dificultada por muito tempo, em função do ufanismo gerado pelas imensas dimensões geográficas dos territórios de ambos.

Neste processo de conscientização, a malograda Guerra das Malvinas teria sido um doloroso fator de evidenciação da fraqueza relativa de um país latino-americano. Nesse episódio, por exemplo, a administração Reagan, nos EUA, que já vinha se voltando para o Caribe, deixou clara a sua posição prioritária em relação ao Hemisfério Norte e não em relação à América do Sul. Para o palestrante não havia dúvida que cabia, pois

> pouca dúvida sobre a solidão militar da Argentina e do Brasil neste final de século; não contamos com aliados com interesse ou capacidade de cooperar para a defesa mútua em caso de qualquer conflito. E o suposto esquema de segurança coletiva, o TIAR, ficou exposto no último conflito ao que realmente é: uma declaração de intenções sem força cogente. (MACEDO, 1987, p. 378)

Segundo esse conferencista ainda, a situação periférica de Brasil e Argentina, mesmo quando procuravam respeitar o interesse vital da superpotência americana, não os protegia de fazer ou de sofrer a guerra de qualquer outra superpotência, desde que se garantisse tratar de

ação punitiva, não implicando uma base permanente a acarretar uma ameaça à segurança norte-americana.

Tendo tudo isso bem claro, tornou-se mais fácil para ele inventariar o que deviam ser os interesses comuns em sua opinião: intensificar a complementaridade agrícola entre uma região temperada e outra tropical; obter uma escala ótima para os respectivos parques industriais; propiciar apoio energético mútuo, incluindo-se aí a delicada questão nuclear; ampliar o comércio bilateral; e propiciar apoio político mútuo, de forma a aumentar a área de autonomia política pela adição de poder, em questões estratégicas para o Hemisfério Sul, no Atlântico Sul, no continente sul-americano e na Antártica.

Isso tudo não deve ser tão difícil assim para Brasil e Argentina, conclui o palestrante, tendo em vista serem oriundos da mesma matriz cultural cristã e ibérica. E arrisca fazer uma predição positiva para o futuro militar de ambos:

> À medida que Argentina e Brasil caminhem juntos nos planos econômicos, político e cultural e que avance a integração de seus meios físicos de comunicação, surgirá inevitavelmente a necessidade íntima de cooperação dos seus sistemas militares. Nesse momento, a busca de auto-suficiência tecnológica e de produção própria em escala econômica de equipamentos constituirá interesse comum.
> Interesses comuns, todavia, não são objetivos; é a vontade coletiva que os transformará em objetivos. (MACEDO, 1987, p. 381)

O último palestrante desse Primeiro Simpósio de Estudos Estratégicos entre argentinos e brasileiros foi o Contra-Almirante (Ref) Mário E. Olmos, ex-diretor da Escola de Guerra Naval argentina e, naquele momento, membro do Centro de Estudos Estratégicos da Armada, membro do Instituto de Publicações Navais e presidente da Fundação de Altos Estudos de Condução e Organização.

Olmos (1987) focou seu trabalho na identificação do que ele chamou de objetivos nacionais cooperativos, mas sugeriu para um próximo encontro que fossem também estudados possíveis objetivos estratégicos competitivos de ambos os países, com o ânimo de também encontrar neles aspectos cooperativos e intensificar e consolidar assim o processo de aproximação que para ele se iniciou em 1980, além de obter ganhos em relação aos próprios sistemas de valores de ambos e projetá-los na América Latina.

Assim os trabalhos daquele primeiro ano foram completados com os seguintes objetivos comuns entre ambos os países, aparentemente consensuais: dar impulso à integração política regional como meio de fortalecer a capacidade negociadora frente a interesses extra-regionais; manter e consolidar na América Latina os sistemas políticos pluralistas e rejeitar toda ação intra e extra-regional de infiltração extremista e totalitária; preservar o Atlântico Sul

como zona de paz e cooperação, evitando a transferência de conflitos extra-regionais à área; defender os respectivos interesses na Antártica, mediante uma ação concertada e de apoio mútuo; dar impulso, através da cooperação bilateral, à integração econômica regional como meio de fortalecer a capacidade negociadora frente a interesses extra-regionais; prestar ajuda em comum aos países menos desenvolvidos da região, dando impulso a seu crescimento, como forma de aumentar seu bem-estar e a segurança do continente; promover a ciência e a tecnologia básicas e sua aplicação na indústria, agricultura e serviços; e privilegiar a cultura latino-americana dentro dos valores do Ocidente cristão.

Falando especificamente da área militar, aquele Almirante visualizou três objetivos convergentes: coordenar com um razoável nível de paridade militar para evitar a competição armamentista, de acordo com a atual vontade política de entendimento, de forma a otimizar os recursos militares, derivando os necessários para atender juntos ou individualmente, outros tipos de ameaças que já não viriam do vizinho e alocar o máximo de recursos globais excedentes no desenvolvimento e cooperação mútua em outros campos, com conseqüente elevação do nível de vida dos dois povos e dos povos vizinhos; desenvolver programas conjuntos para a produção de material bélico; e concordar com o emprego combinado do poder militar ante situações de conflito na região que afetem os interesses comuns.

3.2 O Encontro de 1988 em São Paulo

O Segundo Simpósio de Estudos Estratégicos, ocorrido entre os dias cinco a sete de abril de 1988, na cidade de São Paulo, mais uma vez foi organizado pelo Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil e pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas da Argentina e manteve o firme propósito de servir como um importante instrumento na superação dos obstáculos à cooperação militar. Ou seja, possibilitar a aproximação entre militares e especialistas civis dos dois países, identificar objetivos estratégicos comuns, e permitir a clara enunciação das atitudes mentais e dos fatos objetivos que se interpunham à cooperação.

Foi, enfim, mais uma oportunidade para se discutir os principais temas estratégicos que preocupavam os respectivos Estados-Maiores de forma aberta e livre, sem que os respectivos governos se comprometessem prematuramente. O Primeiro Simpósio havia tratado basicamente de problemas gerais que poderiam afetar as relações Brasil-Argentina. Já o Segundo Simpósio dedicou-se a questões mais pontuais, numa indicação de que os Simpósios futuros deveriam tratar de questões ainda menos abrangentes.

As palavras de abertura do General-de-Divisão Edson Alves Mey sintetizam esse propósito:

> O 2º Simpósio de Estudos Estratégicos pretende ser mais um impulso no sentido de sedimentar o espírito que prevaleceu nos entendimentos entre os chefes do Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil e o de seu congênere o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas argentinas, quando da Declaração de Iguaçu proferida pelos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney, em novembro de 1985.
> Neste Simpósio, cremos que os pensamentos hão de estar voltados para o crescimento harmônico e equilibrado de nossos países, no caminho de um desenvolvimento que os situe nos seus verdadeiros espaços estratégicos. Hão de estar voltados, também, para a consciência de que é na cooperação e no esforço participativo mútuo que está traçado o destino para que o Brasil e Argentina alcancem a reunida estatura estratégica capaz de afastar qualquer risco à paz e à tranqüilidade regional, e de constituir o pólo de motivação para que as nações sul-americanas, crescentemente, se aglutinem em torno dos interesses e aspirações do continente. (MEY, 1988a, p. 341)

Esse Segundo Simpósio elegeu quatro temas para discussão:

a) A importância da Indústria Bélica para a Segurança Nacional;

b) Segurança da Área Estratégica do Atlântico Sul. Idéias sobre as Formas de Implementação e Participação Comum;

c) Mecanismos de Defesa Comum na América do Sul: Realidade e Perspectiva;

d) Identificação de Eventuais Interesses Estratégicos Divergentes entre Argentina e Brasil.

3.2.1 Identificação de Eventuais Interesses Estratégicos Divergentes

O último desses quatro temas foi o que apresentou maior continuidade com o Simpósio de Buenos Aires. A identificação de eventuais interesses divergentes entre Brasil e Argentina foi um tema sugerido durante a apresentação e os debates de Buenos Aires, para que, uma vez conhecidas essas divergências, elas pudessem ser neutralizadas, se possível, respeitadas, caso contrário, e representassem um fator de motivação a mais na busca pela cooperação e integração. Em outras palavras, esperava-se que os interesses divergentes se transformassem em peculiaridades nacionais a serem respeitados e/ou superados por meio de um diálogo franco entre países que escolheram para o futuro um caminho de paz e progresso.

Dentro desse espírito, o primeiro palestrante foi um representante brasileiro, que era membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra e professor no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, Ubiratan de Macedo, que no ano anterior havia sido o representante brasileiro a sintetizar, justamente, os interesses estratégicos comuns.

Macedo (1988) fez um exercício mental na busca daqueles fatores que podiam representar riscos para a relação bilateral em curso. Primeiramente, mesmo não tendo dúvidas quanto à sinceridade da política integracionista e amistosa para com o Brasil da Administração Alfonsín, ele acreditava que ainda pairavam alguns temores de que essas intenções não estavam devidamente introjetadas no psicossocial do povo argentino, visto que, em alguns círculos daquele país, o Brasil ainda podia ser visto como um país expansionista.

O Brasil, avança em sua argumentação Macedo, teria uma "probabilidade muito maior de continuar tal política integracionista, face ao peso do Itamaraty na política externa, com pequenas mudanças de ênfase, em função muito mais das modificações de comando nacional do que de recuos frente a dificuldades e oposições setoriais." (MACEDO, 1988, p. 458)

As argumentações que poderiam causar um retrocesso baseavam-se primordialmente no temor argentino de que o Brasil não necessitaria de integrações, exceto para limitar o desenvolvimento de seus vizinhos e minimizar os eventuais conflitos que pudessem surgir na periferia de seu território.

Em termos geopolíticos, também haveria aspectos a serem cuidados, em especial a questão das Malvinas, que cala fundo na alma argentina e com a qual a política brasileira não apresentava grande entusiasmo, ao ponto de apoiar alguma outra tentativa argentina de tomá-las por meio do uso da força. O apoio diplomático discreto do Brasil, nos moldes que até hoje vigoram, poderia não ser considerado suficiente pelos argentinos em algum momento e com isso esgarçar a relação. A possibilidade de ambos os países desejarem disputar as mesmas áreas na Antártica também não era descartada naquele momento e poderia ser um fator de desestabilização da aliança. Além disso, a integração com o Brasil não poderia ser vista pelos argentinos como importante apenas para trazer uma significativa porção da Bacia do Prata para sua unidade natural. O Brasil desejava e deseja que a integração fosse com todo o Brasil e isso inclui, obviamente, todo o imenso território acima do Estado de São Paulo.

Culturalmente, o Brasil seria muito mais independente de sua matriz européia que a Argentina. Poderia ser difícil uma ligação política duradoura, caso os governos da Casa Rosada continuassem com uma visão que considerava o seu país como um fragmento da Europa latina, mal acomodada na América Latina, ou se os surtos de ressentimento em relação aos Estados Unidos continuassem ressurgindo a cada tanto. Além disso, as divergências lingüísticas podiam dificultar a intensificação das aproximações psicossociais, em função das perspectivas diferentes do mundo.

Na área militar havia ainda um mito, segundo Macedo, que poderia dificultar muito os entendimentos, o mito da paridade militar. O autor tentou convencer a sua audiência, e parece

que foi feliz conforme suas próprias palavras sobre os debates do ano anterior, de que a exigência de uma paridade militar entre ambos é uma manifestação de desconfiança inadmissível entre aliados em processo de integração. O Brasil, afirmou ainda esse palestrante, “por sua posição geográfica, tem maiores costas, fronteiras e posição geopolítica mais exposta e vulnerável aos centros de poder mundial do que nossa irmã argentina e quer preservar sua liberdade de aparelhar-se quando julgar conveniente.” (MACEDO, 1988, p. 464)

Macedo acreditava que as perdas e ganhos na área econômica, que sempre representam uma fonte de difíceis negociações, poderiam ser mais facilmente contornados, visto que estes são mais mensuráveis. Na verdade, é exatamente isso que vêm sendo visto. Ora a Argentina reclama que sua economia está sendo muito prejudicada e renegocia alguns pontos; ora é o Brasil que afirma estar tendo perdas e busca condições mais favoráveis. Sempre que isso ocorre, a mídia dá um grande espaço de cobertura, por vezes bastante alarmista e catrastófica, mas, de forma geral, as questões principais vêm sendo contornadas com o auxílio da frieza dos números.

O representante argentino que apresentou o mesmo tema foi Carlos Enrique Laidlaw, General-de-Divisão e membro do Centro de Estudos de Estratégia da Escola Superior de Guerra Argentina. Este repassou toda a história comum dos dois países, desde o descobrimento até o Simpósio Estratégico de 1987 entre ambos, identificando, nos diversos momentos, os diversos interesses nacionais, sejam estes divergentes e tensionantes, ou mesmo divergentes, mas não discordantes.

Ele chegou às seguintes conclusões, após uma longa exposição, não tendo, infelizmente, proposto nenhuma forma de contornar as dificuldades, ou mesmo apresentado uma visão que desse uma funcionalidade otimista às mesmas como fizera Macedo:

> 1) O relacionamento reconhece a existência de um conjunto de interesses divergentes que vão desde uma eventual confrontação até uma simples atitude diferente para enfrentar um mesmo tipo de problema.
> 2) A probabilidade de ocorrência não é de molde a ser considerada neste trabalho, mas, em termos gerais, está sujeita a maior ou menor incompatibilidade entre os projetos políticos sustentados pelo setor que detém o poder em cada país, assim como a maior ou menor intervenção ou influência dos Estados Unidos, por um lado (em cuja zona de influência mundial se encontram ambos os países), em apoiar ou perturbar a vigência de tais projetos segundo a ótica de seus próprios interesses nacionais e a União Soviética ou da social-democracia internacional, e por outro lado interessados em alentar ideologicamente a uma das correntes internas contra a(s) outra(s). Tais intervenções estão historicamente comprovadas, razão pela qual não podem ser omitidas quando se realize a tarefa seguinte, em cada país, de analisar tais problemas e encarar sua solução de uma maneira concreta segundo a situação visualizada, no quadro da dialética das vontades.
> 3) Os interesses divergentes mencionados através de situações conjeturais têm, em vários casos, antecedentes históricos que permitem conferir-lhes o caráter de problemas estruturais,

> enquanto outros surgem por extensão ou visualização de novas circunstâncias que permitem conferir-lhes o caráter de problemas conjunturais. (...) (LAIDLAW, 1988, p. 503)

3.2.2 A Importância da Indústria Bélica para a Segurança Nacional

O primeiro tema do encontro de São Paulo tratou da "Importância da Indústria Bélica para a Segurança Nacional". Como de praxe um representante de cada país abordou o tema. Este painel, entretanto, teria sido mais rico e proveitoso se tivesse sido ligeiramente modificado para "A Importância da Indústria Bélica para a Integração Regional".

O representante brasileiro, o Vice-Almirante Vidigal (1988) parece ter percebido esta lacuna e não se absteve, em sua conclusão de tecer algumas considerações nesse sentido, estas sim significativas para aquele fórum.

Antes, entretanto, fez uma síntese das dificuldades que um país em desenvolvimento enfrenta para ter uma indústria bélica nacional e autônoma, dentre as quais se destacam:

> a) a aquisição de material bélico no exterior pode levar à criação de uma força heterogênea, dependente que é das ofertas e das condições de financiamento possíveis em um dado momento;
>
> b) em determinadas circunstâncias, embargos políticos podem impedir a compra de unidades ou equipamentos militares, armas e munições, ou, ainda, interromper o fluxo de sobressalentes, como ficou bem evidenciado na Guerra das Malvinas;
>
> c) a tendência de se importarem idéias das grandes potências nem sempre condizem com a cultura e os interesses de um país em desenvolvimento.

Vidigal (1988) reconhece que, em função da rapidez com que o desenvolvimento tecnológico vem se dando, é impossível criar um programa de nacionalização perseguindo, de imediato, a mais avançada tecnologia disponível. Isso não é de todo ruim quando se considera que a eficácia de um dado sistema depende de três aspectos: desempenho, emprego e aprestamento.

O desempenho, segundo ele, é a medida física do que a componente não humana é capaz de fazer; o emprego é a medida da contribuição da componente humana; o aprestamento é a medida da capacidade de o sistema estar pronto quando solicitado. Ou seja, um sistema mais barato e não tão avançado pode estar muito bem posicionado nos dois últimos critérios com mais facilidade. Assim,

> o ideal de nacionalização implica aceitar desempenho inferior ao que de melhor existe disponível, usando tecnologia compatível com o estágio de desenvolvimento industrial do país, mas assegurando melhores condições de emprego e aprestamento, de modo que a eficácia do sistema se mantenha dentro de valores que não comprometam o desempenho da missão. (VIDIGAL, 1988, p. 347)

O grande desafio de um sistema de armas qualquer passa pela necessidade de se produzir uma grande quantidade de itens diferentes, em pequenas quantidades cada, nem sempre com a devida escala industrial. Isso dificulta muito a nacionalização bélica em qualquer país em desenvolvimento, em função dos elevados custos de produção, em particular na excêntrica América do Sul, onde os governos não sentem que as ameaças vigentes mereçam investimentos bélicos elevados em detrimentos de outras necessidades mais prementes. A exportação de peças e equipamentos militares é um óbvio caminho para ampliar os números e viabilizar, portanto, a fabricação local. Mas, esse é o objetivo de todos que figuram nesse competitivo mercado.

Diante dessa dificuldade, o Alte Vidigal (1988) apresenta uma solução criativa, oportuna e visionária para aquele momento histórico. Criativa porque fugia dos paradigmas da autonomia nacional na área bélica, que caracteriza os países desenvolvidos. Oportuna porque percebia que aquele momento entre Brasil e Argentina estava tomado por intenções sinceras pela busca da confiança mútua. Visionária porque via na criação de estruturas duradouras na área bélica a garantia de que as diversas administrações que se sucederiam em cada país não teriam muitas opções viáveis senão manter o processo de destino comum.

Ou seja, na suas próprias palavras:

> A cooperação entre Argentina e Brasil, nos campos político, econômico e social, é uma realidade. Por motivos fáceis de compreender, a cooperação na área militar é, ainda, apenas a expressão de uma vontade, sem muitos fatos concretos a respaldá-los. A realização dos Simpósios de Estudos Estratégicos Argentino-Brasileiro é, possivelmente, o único esforço no sentido de dar verdadeira significação ao ideal de cooperação nesse terreno.
> A necessidade de libertarmos nossos países da excessiva dependência do exterior no campo militar abre-nos uma possibilidade efetiva de colaboração para benefício mútuo. O nível de desenvolvimento industrial da Argentina e do Brasil é bastante compatível, não havendo desnível evidente entre eles, neste particular, o que conforme já apontamos, tornaria difícil uma colaboração equânime. Na medida em que a integração dos países do continente sul-americano faz parte dos objetivos políticos de seus governos, conforme vem sendo expresso reiteradamente pelos dirigentes nacionais; na medida em que as idéias da criação de uma zona de paz e cooperação na América do Sul tomam corpo e integram o pensamento político de importantes setores no continente, as possibilidades de cooperação interestatal no campo militar tornam-se exeqüíveis. Ainda estamos longe dos níveis alcançados na Comunidade Européia, ma há, hoje reais possibilidades dessa cooperação, principalmente a nível bilateral, entre países vizinhos. (VIDIGAL, 1988, p. 357-358)

Ele via na área de pesquisa e desenvolvimento, principalmente, onde as carências de cada país não se resumiam apenas à falta de recursos, mas, tão fundamental como esta, à falta de pessoal em número e qualidade adequados, uma grande oportunidade para a cooperação,

visto que esta, se bem sucedida, poderia permitir a criação de uma massa crítica de pesquisadores indispensáveis para desencadear o processo de geração de tecnologia própria. Reconhece, entretanto, que em uma ação binacional, todos os problemas e dificuldades de um processo unilateral nacional podem ser agravados, visto que, nos detalhes, os interesses não serão os mesmos. Mas, ele defendia que as outras opções eram piores e ainda mais difíceis:

> (...) continuar na dependência tecnológica dos países mais adiantados, sujeitando-se às injunções políticas que possam sobrevir, ou tentar com os próprios recursos, independentemente, o caminho da nacionalização e, muito provavelmente, ver alargar-se o gap tecnológico com os países mais adiantados. (VIDIGAL, 1988, p. 359)

Para melhor sensibilizar a platéia de origem argentina, relembrou que, em 1982, no conflito pela posse da Ilhas Malvinas, a Argentina foi vítima de boicote norte-americano e dos países da Comunidade Européia, viu-se impossibilitada de adquirir material bélico essencial, como os mísseis de ar-superfície Exocet que, nas circunstâncias já tinham dados provas de seu valor, além de outros itens essenciais. Completa sua apresentação, dizendo que:

> As possibilidades de cooperação entre Argentina e Brasil na área industrial militar só parecem limitadas pelos preconceitos do passado e pela nossa imaginação. Acredito que é nesse terreno que será possível um estreitamento imediato da cooperação militar entre nossos países. O programa a ser traçado não deverá, de início, ser demasiadamente ambicioso, mas, também, não deverá pecar pela timidez. Vamos discutir em conjunto por onde deveremos começar este esforço integrado, vamos traçar cuidadosamente o caminho que iremos trilhar, de modo a que os interesses individuais sejam respeitados, mas à luz do interesse comum.
> Não temos muitas opções e as que existem não nos convêm. As dificuldades que estão diante de nós são inevitáveis. Estamos num ponto decisivo de nossos destinos: ou caminhamos juntos em demanda ao desenvolvimento completo e harmonioso de nossos povos ou, isolados, permaneceremos incapazes de nos livrar do atoleiro do subdesenvolvimento político, econômico, social e militar. (VIDIGAL, 1988, p. 361)

O representante argentino, que continuou com o mesmo tema, foi o professor de Macroeconomia Miguel Angel Canoura na Universidade de Buenos Aires, na Universidade del Salvador, na Universidade de Belgrano e na Universidade Argentina de Empresa, além de professor de Geopolítica do Brasil no Curso Superior de Estratégia do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas argentinas. Canoura (1988) limitou-se mais a apresentar o estado da arte da indústria bélica argentina, seu marco legal, sem sair do paradigma exclusivamente nacionalista que tradicionalmente caracterizava este tipo de tema, como se pode perceber a partir dos objetivos característicos dessa indústria que foram listados pelo ilustre professor:

> 1) Obter o desenvolvimento sustentado da indústria bélica para reduzir a dependência do exterior, aproveitar o potencial técnico e industrial do país e melhorar o seu balanço de pagamentos.

> 2) Satisfazer as necessidades militares e civis no campo bélico, com produtos de fabricação nacional na máxima medida compatível com o potencial tecnológico do setor, o desenvolvimento harmônico do poder aéreo, naval e terrestre e a eficiência do sistema econômico nacional.
> 3) Projetar-se para o mercado externo e, em particular, para o latino-americano, aplicando mecanismos de integração.
> 4) Recuperar para a indústria bélica a condição de setor de ponta, que ontem a caracterizou no país. (CANOURA, 1988, p. 369)

Reconhece também a dificuldade que a indústria bélica possui para obter ganhos em escala, bem como que alguns países desenvolvidos já vinham desenvolvendo projetos comuns para suplantar esse problema, mas infelizmente parou aí. Apresentou pura e simplesmente um diagnóstico da indústria bélica argentina, listou algumas medidas e linhas de ação genéricas para atingir os objetivos listados acima e discorreu sobre as vantagens que um país alcança quando desenvolve satisfatoriamente esta parte de sua economia, tais como possuir um fator ativador da ciência, da técnica e da economia da nação o qual, em função justamente de sua especificidade, permite ainda ampliar a segurança e melhorar a defesa nacional. Na legislação argentina sobre indústria bélica, ele até identifica uma brecha que previa a integração regional e multilateral, quando assim conviesse ao interesse nacional argentino, mas não explora mais profundamente essa questão, nas suas conclusões, como o Alte Vidigal (1988) havia feito, talvez por achar que estaria fugindo muito do tema proposto.

3.2.3 Participação Comum na Segurança do Atlântico Sul

Neste segundo simpósio, havia um tema que interessava mais diretamente às duas Marinhas, que era a formulação de idéias sobre as formas de implementação e participação comum na segurança da área estratégica do Atlântico Sul. O Capitão-de-Mar-e-Guerra José Maria Cohen talvez tenha sido o mais feliz na consolidação de sua proposta. Cohen (1988) [17] Discutiu brevemente quais poderiam ser os limites geográficos da região do Atlântico Sul, a partir de diversos teóricos e Tratados.

Definiu onde residia a importância estratégica dessa região na visão de argentinos, brasileiros e norte-americanos. Para buscar a visão brasileira, recorreu ao Alte Mário César Flores, nos seguintes dizeres:

> (....) o Brasil, país sem pretensões hegemônicas conscientemente assumidas e satisfeito no que concerne a sua configuração geográfica, se interessa fundamentalmente pela manutenção da tranqüilidade necessária para seu desenvolvimento econômico e social e para a segurança

[17] O CMG Cohen era professor de Estratégia na Escola de Defesa Nacional e na Escola de Guerra Naval, além de membro do Conselho do Centro de Estudos Estratégicos da Armada Argentina.

> de seus interesses. Se interessa, portanto, pela criação e o aperfeiçoamento das condições que favoreçam a segurança diária e a defesa em situações de crise do litoral e de instalações costeiras e do tráfego marítimo de interesse brasileiro, assim como o incremento de suas relações com todos os países da África Subsahariana. .(FLORES apud COHEN, 1988, p. 401)

Após acrescentar que o Brasil também teria interesses sobre a Antártica, sintetizou ele mesmo quais seriam os objetivos argentinos no Atlântico Sul, a saber:

> 1) participar em todo acordo regional ou internacional, seja de ordem política, econômica, científica e militar, concernente ao Atlântico Sul; 2) proteger o tráfego marítimo de interesse argentino; 3) explorar e proteger os recursos de sua Zona Econômica Exclusiva; 4) potencializar sua projeção antártica; e 5) manter sua integridade territorial e recuperar as ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, usurpadas pela Grã-Bretanha. (COHEN, 1988, p. 401)

Ainda com o objetivo de apresentar a importância estratégica do Atlântico Sul descreveu a importância do mesmo, como via de comunicação e intercâmbio econômico, mostrando o peso daquela via no comércio exterior de ambos os países e as principais rotas utilizadas por ambos. Além disso, reconheceu a sua importância estratégica, também, como meio facilitador da projeção de poder e de provedor de recursos naturais fundamentais para o bem-estar de seus povos.

Cohen foi bastante pessimista ao discorrer sobre os princípios que caracterizam uma zona de paz e cooperação para o Atlântico Sul, proposta que emergiu naquela década por iniciativa do Brasil. Para ele, independente do traçado geográfico que se adotasse para a área, não se podia dizer que essa região era realmente uma zona de paz, o que viria a justificar suas idéias de implementação e participação comum de Brasil e Argentina.

Não era uma zona de paz, primeiramente porque isso implicaria que as superpotências da época e seus aliados ou clientes não operassem na zona, em suas terras, águas e ilhas, na consecução de seus objetivos opostos, tanto em tempo de paz, como de crises e ainda menos de guerra. O conflito Leste-Oeste já estaria instalado no Atlântico Sul, tanto pela existência das Malvinas nas mãos inglesas, quanto da base de Ascenção, e pela permanência de Cuba em Angola, ou de assessores soviéticos em diversos países africanos.

Em segundo lugar, não se poderia introduzir armamentos nucleares na zona, sejam por Estados da área ou não, em plataformas fixas ou móveis, o que era impossível de se controlar. Havia mesmo forte presunção de que as unidades navais norte-americanas, soviéticas e britânicas na zona transportam armas nucleares, e que elas existem tanto na Ascenção, quanto nas Malvinas. Da mesma forma, deveria se paralisar qualquer corrida armamentista, o que,

tirando o caso da África do Sul, parecia estar mais ou menos correndo bem na região, apesar da falta de instrumentos para controlá-la, caso desencadeada.

Outro princípio desrespeitado, até em função dos casos anteriores, seria a prevenção de uma militarização na área, o que não significa a desmilitarização ou o desarme dos Estados da área, mas apenas a não presença militar de Estados alheios a ela, mediante negociação pacífica.

A eliminação de focos de tensão na região, o que implica a solução dos conflitos entre países da zona, e entre eles e outros alheios a ela, mediante negociação pacífica também tinha diversos senões a considerar: o renitente caso das Malvinas ainda atormentava a alma argentina, tensões entre Argentina e Chile subsistiam, e a situação de conflitos internos na África do Sul, bem como a guerra surda que mantinha com seus vizinhos, em especial com Angola.

Uma livre utilização pacífica dos mares e oceanos da zona também não existiria à época por conta da manutenção de uma Zona de Exclusão Total imposta pela Grã-Bretanha à Argentina nas Malvinas.

Todo esse seu pessimismo com a proposta brasileira não era para argumentar pela sua inviabilidade, mas muito mais para mostrar o quanto ainda precisava ser feito no Atlântico Sul e como Brasil e Argentina poderiam fazê-lo juntos, apesar de esta área ser geopoliticamente desintegrada e não possuir um instrumento jurídico regulador que delimite sua extensão e projeção, conforme se depreende de suas próprias palavras, “o primeiro passo fundamental, que já começou a ser dado, é lograr a desejada e frutífera integração entre o Brasil e a Argentina, que, embora ninguém espere que se possa concretizar nem rápida nem facilmente, constitui um objetivo não renunciável para ambos os países.” (COHEN, 1988, p. 417)

Por fim, Cohen (1988) apresentou suas opiniões, por vezes bastante pessoais, sobre o que os dois países poderiam fazer em conjunto, que em linhas gerais foram as seguintes:

> a) aproximar o mais possível as política exteriores de Brasil e Argentina para fortalecer as condições de estabilidade na área sul-atlântica, pelo menos do lado americano;
>
> b) introduzir o Brasil como mediador mais intenso na busca de uma solução para o conflito entre a Argentina e a Grã-Bretanha sobre as Malvinas, que contemplasse a devolução das mesmas à Argentina, dando este país a garantia de que essas ilhas não seriam utilizadas militarmente por ninguém;

c) apresentarem conjuntamente uma solução para o problema na fronteira de Angola e Namíbia, talvez até com a criação de uma força de paz argentino-brasileira;

d) favorecer e no possível acelerar a integração das indústrias de armamentos de Brasil e da Argentina e estabelecer uma política coordenada de venda de armas e equipamentos a terceiros países;

e) acertar com o Brasil uma monitorização mais intensa do Atlântico Sul, com a presença militar se necessário, que poderia ser alcançada com a construção conjunta de dois porta-aviões médios e de submarinos de ataque para aumentar o grau de controle coordenado e as dimensões do CAMAS;

f) introduzir os países africanos nas atividades do CAMAS, auxiliando-os tecnicamente, para melhor acompanhar o tráfego marítimo de potências alheias à área;

g) pensar no conceito de uma Antártica sul-americana.

Algumas dessas propostas caminharam, outras aguardam melhores momentos financeiros e algumas caducaram pela evolução natural dos fatos, mas a ousadia dessas propostas mostra o quanto o clima de colaboração estava se tornando bastante propício já neste segundo ano de simpósio. A relevância de Cohen reside no fato de ele ser um instrutor de importantes escolas militares argentinas, em particular a Escola de Guerra Naval, locais onde essas idéias ganham eco e muitas vezes germinam quando um daqueles alunos se torna um relevante chefe naval. De fato, dentre os oficiais mais antigos que circulavam por esses centros em 1988, muito viriam a alcançar o generalato já na década seguinte, enquanto os mais modernos o fariam no inicio do novo milênio, mantendo assim uma importante predisposição para a aproximação dos militares das duas Marinhas.

O representante brasileiro que apresentou o mesmo tema não possuía a mesma penetração nos meios militares, mas contribuiu bastante para ressaltar ainda mais os interesses comuns e eliminar a relevância de qualquer divergência da agenda. Antônio Carlos Pereira era jornalista e já havia participado do simpósio do ano anterior, com a apresentação de um trabalho. Discorreu, neste ano, sobre a proposta brasileira para criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, aprovada pela Resolução 41/11 da ONU.

Em sua opinião, a aprovação dessa Resolução, provocou a derrogação de fato do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e de vários outros instrumentos de defesa acordados sob a égide do sistema interamericano, o que para o futuro dos países da América

do Sul era bastante significativo. Representava dizer que, ainda na vigência da Guerra Fria, esses países haviam ganhado uma autonomia maior para definirem seus rumos sem dependerem tanto das orientações dos EUA.

Pereira reconhecia, entretanto, que essa Resolução tinha um peso muito mais moral e simbólico que realmente eficaz do ponto de vista da segurança, visto que os países da região não têm sequer a capacidade de saber, em um dado momento, e com recursos próprios, se há submarinos na zona de patrulha e quantos são. Além disso, as potências extra-regionais instaladas nas margens e ilhas do Atlântico Sul não se sentiam compelidas abandonar suas posições. Era o caso dos EUA, na Ilha de Ascensão; de Cuba, em Angola; e da França, em alguns países da costa ocidental da África e na Guiana. Isto sem falar da Inglaterra, que segundo Pereira, se sentia como parte integrante da região por conta de sua posse das Malvinas.

Aquele palestrante não esqueceu também os conflitos limítrofes e territoriais que ainda vigoravam na região. Praticamente todos os países sul-americanos possuíam algum contencioso, a exceção do Brasil: Argentina-Chile; Chile-Peru; Peru-Equador; Colômbia-Venezuela; Venezuela-Guiana; Bolívia-Chile e Paraguai-Bolívia. Isto tudo sem falar as muito mais dramáticas situações que envolviam o continente africano, inclusive na sua costa Atlântica, em que se destacavam as questões do apartheid e da Namíbia, conforme comentado por seu predecessor.

Em função da oportunidade moral que a Resolução 41/11 propiciava e da realidade ainda insegura na região, Pereira (1988), de forma semelhante a Cohen, via um futuro auspicioso para os papéis de Brasil e Argentina.

> Brasil e Argentina estão sabendo pôr de lado suas divergências – materiais ou psicológicas, não importa – para encontrar caminhos de cooperação para o desenvolvimento comum. Não carregamos o peso das disputas territoriais, o que facilita muito o entendimento. Ambos os países melhorarão consideravelmente os seus patamares de segurança – e, portanto, o nível de segurança do Atlântico Sul – se puderem contribuir de forma assertiva para o abrandamento de tensões e a solução negociada de disputas lindeiras, muitas das quais herdadas do colonizador espanhol. (PEREIRA, 1988, p. 379)

Partindo do princípio de que o Atlântico Sul é muito mais vital para os países ribeirinhos que para as potências extra-regionais envolvidas no conflito Leste-Oeste, Pereira propõe que Brasil e Argentina desempenhem um esforço conjunto para se tornarem os guardiões militares dessa Região porque não seria prudente confiar a segurança da região apenas à habilidade e competência dos diplomatas e empresários e porque se olhada ao pé da letra a Resolução 41/11 da ONU leva a uma maior presença e responsabilidade militar de

Brasil e Argentina na região, na medida em que o objetivo da declaração do Atlântico Sul como zona de paz não é a sua desmilitarização, mas sim a redução e a eliminação das forças militares de potências extra-regionais.

3.2.4 Mecanismos de Defesa Comum na América do Sul

O último tema do segundo simpósio tratou dos mecanismos de defesa comum na América do Sul, realidade e perspectiva. O representante brasileiro para esse tema Oliveiros S Ferreira já foi analisado neste estudo, quando se agregou o seu trabalho de 1988 com o de 1987, por guardarem forte grau de continuidade entre si. A representante argentina foi Claudia Liliana Korniat, na época, assessora da presidência argentina em Política Exterior.

Korniat (1988) descreveu a realidade histórica de mecanismos como o TIAR, a JID e a OEA para chegar a conclusões pouco otimistas de que os Estados sul-americanos carecem da autonomia política e dos meios militares suficientes para assumirem, por si próprios e em forma conjunta, a defesa do espaço geopolítico que ocupam, se totalmente independentes dos EUA; e isso ocorre como conseqüência da inexistência de uma consciência real de solidariedade hemisférica, da existência de debilidades e vulnerabilidades jurídicas, políticas, militares e econômico-sociais de relevância e da vigência do modelo hegemônico da associação com os EUA.

Ora, esse era o passado do qual, de certa forma, Brasil e Argentina sentiam que necessitavam se libertar. Assim, sua análise da realidade histórica está correta, mas a sua construção de uma perspectiva futura muito presa ao que vinha vigorando no passado recente dá pouca margem de manobra para se sonhar e para desafiar essa realidade. Korniat (1988) foi muito determinista na sua ligação entre passado e futuro, dando pouca chance às rupturas inesperadas ou mesmo planejadas e desejadas. Mas, mesmo assim foi útil seu trabalho para dar um tom de realismo àqueles que acreditavam que somente a boa-vontade seria suficiente. Não se poderia abrir mão de muito trabalho, determinação e criatividade para se atingir os sonhos e desejos que já vinham sendo compartilhados naqueles dois anos de simpósios.

Em suma, esses simpósios estratégicos iniciados em 1987 cumpriram sua função logo nos dois primeiros anos de sua implementação: reduziram quase a zero quaisquer desconfianças que poderiam ter sido alimentadas reciprocamente, ao longo dos anos, pelos militares dos dois países, demonstrando que um novo caminho era possível. Fato admirável se considerarmos que, em função das indefinições estratégicas que se seguiriam com o fim da Guerra Fria, as disputas convencionais entre Estados soberanos e vizinhos poderiam ter sido

uma ótima solução para essa crise de identidade a que os militares seriam submetidos não só no campo externo, mas, também e principalmente, no campo interno, devido ao seu afastamento gradativo ou abrupto do controle político de grande parte das instituições civis.

Naqueles encontros, ao serem reveladas claramente as visões e desejos, os temores e preocupações, que cada um tinha do outro e de si próprio, foi possível buscar com mais objetividade a superação de obstáculos e a consecução de objetivos viáveis e satisfatórios para todos. Na pior das hipóteses, foram estabelecidas bases para a previsibilidade de comportamentos, elemento essencial para a prevenção de crises.

Mas, as palavras do General-de-Brigada Edson Alves Mey, Subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas, representante do EMFA e anfitrião do Segundo Simpósio de Estudos Estratégicos Argentino-Brasileiros, ao encerrar os trabalhos, demonstram mais claramente essas impressões.

> Após três jornadas de trabalho, assistindo conferências e debates, trocando idéias nos demais momentos, podemos constatar que nossos objetivos foram colimados. O Segundo Simpósio de Estudos Estratégicos Argentino-Brasileiros proporcionou a magnífica oportunidade para que estudiosos e conhecedores de estratégia, da Argentina e do Brasil, se encontrassem, trocassem conhecimentos, ensinamentos e pontos de vista a respeito de atitudes e procedimentos estratégicos de nossos dois países. E para que, também, fosse elevada a consistência da confiança, consideração e da amizade que existe entre nós, tão do interesse para a cooperação que estamos agora preconizando.
>
> As visões geopolíticas mais orientadas para as dissensões de outrora estão agora sendo contestadas por análises integracionistas e cooperativistas que levam ao caminho de tornar a América do Sul protegida das ameaças externas, que são capazes de explorar as instabilidades que freqüentemente intranqüilizam suas nações. Estão esses novos pensamentos voltados para a cooperação na busca da paz que deverá ser conseguida através da estabilidade e solidariedade regional.
>
> Associado ao caminho da convergência para a cooperação deverá haver outro que, de modo simultâneo, afastará qualquer defrontação, e ambos proporcionarão a negociação técnica de soluções para as dificuldades, bem antes que elas surjam e delineiem suas características políticas.
>
> O conflito das Malvinas provocou uma latino-americanização na política externa de nossos dois países e o estreitamento dos laços de amizade, no sentido de serem alcançadas soluções negociadas e de forma essencialmente pacífica, livres dos recursos que visem a instar ou compelir a duvidosos procedimentos. Isso veio a desaguar na Resolução 41/11 da ONU, proposta pelo Brasil.
>
> O acordo mutuamente satisfatório, em 1979, sobre a utilização dos recursos hídricos comuns, provocado pela controvérsia a respeito da represa de Itaipu, foi o primeiro resultado importante no estabelecimento de relações mais estreitas entre os dois países.
>
> A manifestação nítida desse espírito se fez presente nos 12 protocolos do Programa de Integração e Cooperação Econômica, de 1985. Ele foi comentado como sendo um salto conceptual, uma nova forma de relacionamento a nível de governo em que a simples imaginação de desentendimentos tradicionais e permanentes cede lugar à atitude espontânea de solucionar os problemas com a cooperação não só através das relações bilaterais, mas também estendendo a participação a outros países regionais e de outras áreas.
>
> Há que destacar no campo econômico o esforço da cooperação no sentido de ambos os países enfrentarem juntos as dificuldades do mundo atual que os arrastou para a inflação e para a elevada dívida externa.
>
> No campo militar já se esboçam cooperações que poderão dar excelentes frutos. Vislumbramos a co-participação na pesquisa e desenvolvimento de projetos de fabricação de materiais de emprego militar para defesa.
>
> A realização de estudos com vistas à utilização de materiais de emprego militar para defesa com características que permitam uma possível padronização, e a coordenação da produção conjunta pelos dois países.

> O intercâmbio intelectual-profissional militar através de participações mais freqüentes e em maior número de militares em cursos nas forças militares da outra nação irmã.
> O estudo de possibilidade de realização de exercícios interaliados, particularmente no âmbito de ações navais, iniciando-se com a prática de trabalhos de Estado-Maior. (MEY, 1988b, p.)

No ano de 1989, ocorreu ainda um terceiro seminário de importância na cidade de Buenos Aires, cujas palestras não foram localizadas, ao menos nas bibliotecas militares brasileiras e no Ministério da Defesa (MD), órgão que assumiu as atribuições do extinto EMFA. Os assuntos discutidos aparentemente continuaram sendo relevantes para a aproximação e a quebra das tensões entre os dois países.

Esse terceiro encontro se deu entre os dias 24 e 28 de abril de 1989, e os temas apresentados, após terem sido definidos nas reuniões preparatórias que ocorreram entre 13 e 17 de junho de 1998, em Buenos Aires, foram os seguintes:

> a) 1º Tema: Proposta para estimular os interesses comuns e para superar ou neutralizar os interesses divergentes para a cooperação Argentina-Brasil e como implementá-los;
> b) 2º Tema: Influência do fator psicossocial na integração Argentina-Brasil;
> c) 3º Tema: Argentina e Brasil no contexto da confrontação Leste-Oeste; e
> d) 4º Tema: Narcotráfico e soberania nacional: influência nas relações entre nações sul-americanas. (SDM, 1989 a e b)

Uma delegação uruguaia, similar a brasileira, participaria pela primeira vez desses encontros, inicialmente, na condição de observadores. No ano seguinte já teria sua presença garantida como membro efetivo.

O primeiro tema teria sido o mais relevante, visto que se propunha a geração de uma série de medidas práticas a serem adotadas entre os dois membros no futuro. Teria o potencial de ser uma espécie de roteiro. O segundo tema poderia também gerar algumas receitas para se identificar e eliminar em definitivo os preconceitos que ainda pairassem no psicossocial das duas nações vizinhas. O terceiro tema pode ter tido uma relevância pontual, mas acabaria caducando pelo próprio desenrolar futuro dos acontecimentos. O quarto tema já mostrava muito provavelmente uma preocupação com a presença de narcotraficantes na Colômbia e na Bolívia, na tentativa de vislumbrar alguma ação conjunta. É um tema ainda atual e aparentemente sem uma solução fácil no horizonte.

A partir do quarto encontro em 1990, esses simpósios foram perdendo relevância. Isso ocorreu talvez porque o objetivo principal, que era a eliminação de entraves e preconceitos no relacionamento geopolítico e militar entre Argentina e Brasil já havia sido alcançado, ou talvez porque a maior burocratização e a menor representatividade dos futuros palestrantes, em decorrência da abertura desses simpósios a outros países membros tenham dificultado a manutenção de diálogos tão francos e abertos. O mais provável parece ter sido uma combinação de ambos os fatores. O Alte Vidigal (2007) parece colocar um peso maior no segundo fator.

> Os simpósios acabaram por duas razões. No terceiro simpósio o Uruguai e o Paraguai compareceram na qualidade de observadores. (...) Eles participariam do quarto em diante. (...) A inclusão desses dois novos parceiros quebrou um pouco as regras que foram a razão básica do sucesso dos encontros. Cada país dava suas teses. Para cada tese, havia dois representantes, um de cada país. Como o aumento dos atores, isso deve ter ficado complicado. Tiveram que mudar as regras. (...) Houve uma segunda falha, em minha opinião. No Brasil, isso foi transferido para a ESG, Escola Superior de Guerra. Eu não tenho nada contra a ESG, mas na mesma hora que caiu nas mãos do quadro permanente da ESG; ou seja, aquele pessoal que estava lá há 20 anos, há 25 anos, (...) não sei se estavam se reciclando a altura naquele momento (...) (VIDIGAL, 2007)

Em abril de 1988, já se fazia sentir que a MB estava dando uma prioridade alta ao seu relacionamento com a ARA. Naquele ano, havia restrição de vagas para o curso de Comando e Estado-Maior (C-CEM) da EGN que se iniciaria no ano seguinte. Não era possível convidar indiscriminadamente oficiais de Marinhas estrangeira. O Ministro da Marinha na ocasião, o Alte Sabóia, não teve dúvidas e colocou a Argentina como sua segunda prioridade, logo após os EUA. (SDM, 1988) [18]

Em junho de 1989, há o registro de outro fato promissor. Estava sendo aventada a possibilidade de se viabilizar a venda de munição e a troca de dados oceanográficos nos entendimentos futuros com a ARA, bem como a utilização do Porto de Ushuaia, em apoio ao Navio de Apoio Oceanográfico (NApOc) “Barão de Teffé”, em uma das fases da Operação Antártica VIII. (SDM, 1989 c)

O fato é que passou a haver uma aproximação sem precedentes entre as Marinhas de Brasil e Argentina ao longo da década de 90, em decorrência dessa política consistente de aproximação. Vários fatores contribuíram para isso:

> a) um passado de atividades conjuntas, que, incipientes ou não, já haviam aberto uma importante trilha;

[18] As vagas restantes seriam para o Chile, Uruguai e Espanha, respectivamente. Ficaram de fora Marinhas também importantes para a MB como Peru, Venezuela, Portugal, França, Inglaterra e Itália.

b) a mudança do enfoque e do ambiente geopolítico de ambos os países, que foram corroborados e acentuados pela própria Guerra das Malvinas; e

c) o desenvolvimento de uma capacidade de manter diálogos profícuos e produtivos, por meio e a partir de simpósios, encontros, seminários e negociações de toda ordem e em todas as áreas.

Parte desses diálogos, que em alguns aspectos foram pioneiros no relacionamento entre as duas Marinhas e que se deram no campo militar, acaba de ser visto neste capítulo. As medidas práticas de aproximação, em termos de MCM, que foram intensificadas pelas Marinhas dos dois países, a partir de então, serão, portanto, o foco do próximo capítulo, que se iniciará recuperando uma pequena parcela da história mais remota dessa relação, ainda dentro do contexto da Guerra Fria.

4 O APROFUNDAMENTO DAS MCM ENTRE A ARA E A MB

4.1 Antecedentes na Estrutura da Guerra Fria

Durante a Guerra Fria, os EUA buscaram organizar sistemas de defesa regionais contra eventuais ataques do bloco soviético. Isso não foi diferente no Atlântico Sul. No âmbito da defesa naval, as iniciativas mais claras remontam a 1957, por meio de um "Plano Militar Geral para a Defesa do Continente Americano contra uma Agressão do Bloco Comunista", elaborado pela Junta Interamericana de Defesa (JID) [19]. Esse plano estabelecia que a missão militar dos estados americanos era a defesa solidária e coletiva do Continente Americano, dentro das disposições estabelecidas no Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (TIAR), contra a agressão do Bloco Comunista, para assegurar a integridade territorial, soberania e independência política de cada um deles.

Esse plano se baseou, juridicamente, em dois documentos principais, no próprio TIAR assinado no Rio de Janeiro em 1947 e o capítulo V da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) de 1948, além das diversas resoluções de reuniões mantidas entre Ministros das Relações Exteriores.

É da carta da OEA, em seu artigo quarto, que são tirados os objetivos fundamentais do Sistema Interamericano, tais como afiançar a paz e a segurança do continente, evitar as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica das controvérsias que surjam entre os estados membros, organizar a ação solidária destes em caso de agressão, buscar a solução dos problemas políticos, jurídicos e econômicos, que sejam suscitados entre eles e promover, por meio da ação cooperativa, seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Segundo esse plano,

> Os Estados Americanos, que integram a OEA, formam um bloco bem definido geograficamente. Estes estados têm adotado uma política pan-americanista e sob este conceito e diante da determinação de se ajudarem mutuamente, assinaram o TIAR que representa o instrumento político básico que incorpora as medidas defensivas de caráter coletivo. Nesse tratado, além dos territórios das nações americanas, se estabeleceu uma região conhecida como "Zona de Segurança" para definir onde uma agressão a um estado americano é considerada um agressão a todos os demais. (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 1962)

[19] No Serviço de Documentação da Marinha no Rio de Janeiro é possível se consultar a revisão de 12 de julho de 1962 do Plano Militar Geral para a Defesa do Continente Americano contra uma Agressão do Bloco Comunista, cuja data da primeira versão remontava a 18 de julho de 1957.

Todos os Estados americanos, ainda segundo esse plano (SDM, 1962), com exceção dos EUA, não se encontravam em condições para enfrentar adequadamente uma agressão militar do bloco comunista, mas apenas de fortalecer o potencial de defesa do sistema interamericano, o que justificou a liderança daquele país em todos os aspectos do processo.

Os EUA dispunham da frota mais poderosa do mundo, contavam com algumas unidades de superfície de propulsão nuclear e tinham capacidade para lançar projéteis teleguiados da superfície. Dispunham ainda de submarinos de propulsão nuclear, alguns dos quais eram capazes de lançar os projéteis estando submersos, bem como contavam com importantes forças de porta-aviões e forças anfíbias. Tudo isso lhes dava grande flexibilidade e capacidade operativa.

As forças armadas dos países latino-americanos estavam capacitadas para defender seus próprios territórios, somente contra ataques de forças reduzidas e com armas convencionais. Sua possível contribuição, em forças, à defesa coletiva do continente, era muito limitada. A escassez de armas, material e equipamento, insuficiência em apoio técnico e logístico, e a pouca capacidade de transporte militar, terrestre, aéreo e naval faziam com que somente pequenos contingentes de alguns destes países pudessem ser empregados além de suas próprias fronteiras.

O pessoal latino-americano, em média, era considerado bem treinado, mas não constituía um conjunto homogêneo e muito de seu armamento e equipamento era antiquado. As forças navais desse conjunto de países eram reduzidas e compostas, em sua maior parte, por unidades também antiquadas e com insuficiente apoio logístico e técnico, apesar de seu pessoal também ser bem treinado e capacitado. Suas forças aéreas não estavam em situação muito diferente.

As características geográficas do continente, as limitações dos sistemas de transporte terrestre e aéreo e a interdependência econômica dos estados americanos faziam com que suas linhas de comunicações marítimas fossem vitais para manter o potencial do sistema interamericano. Essa situação se tornava bastante delicada sob o ponto de vista da segurança hemisférica, na medida em que, na avaliação da JID, a frota naval da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era a segunda do mundo e baseava sua maior potência na arma submarina.

Aquele Estado possuía submarinos de propulsão nuclear e com capacidade para lançar projéteis teleguiados da superfície. O quantitativo desse tipo de embarcação e a capacidade daquela frota propiciavam vulnerabilidade às linhas de comunicações marítimas das nações anticomunistas na maior parte dos oceanos. Contava ainda com alguns navios de superfície

com capacidade para lançar projéteis teleguiados. Não possuía porta-aviões e elementos para realizar operações anfíbias em grande escala, mas apresentava capacidade para efetuar operações de minas.

No continente americano, dentro do que o plano chama de Zona de Segurança, a Cuba comunista vinha incrementando seu potencial militar terrestre e aéreo e com ele seu poder defensivo e suas possibilidades ofensivas. Sua força naval, entretanto, fora incrementado apenas com unidades menores de lanchas torpedeiras. Carecia de meios de transporte para projetar suas forças terrestres em operações extraterritoriais de importância.

Dentre as premissas do plano (SDM 1962), acreditava-se que a guerra seria imposta ao EUA, sem aviso prévio e a qualquer momento, por um ataque armado de forças do bloco comunista e que, nesse caso, os estados americanos participariam da defesa coletiva do continente, dentro das disposições do TIAR, de acordo com suas respectivas possibilidades. O grau de participação seria determinado por cada Estado, em especial no que dizia respeito ao território nacional, às águas marítimas e ao espaço aéreo correspondente, cujo controle fosse essencial para a segurança individual de cada nação.

Para se obter, entretanto, a proteção coletiva do Tráfego Marítimo Interamericano, uma liderança mais efetiva dos EUA se fazia necessária para organizar e induzir o grau de participação de cada Estado. A Marinha Americana (US Navy) e o Departamento de Estado buscaram desenvolver e estabelecer os acordos e convênios necessários para conseguir uma oportuna e conveniente ajuda mútua, técnica e material, para que as forças navais de cada Estado alcançassem a eficiência requerida, tanto para a defesa nacional como para a defesa coletiva do continente, no que concerne à guerra anti-submarino. O emprego de telecomunicações padronizadas fazia parte dessa estratégia.

Em março de 1960, o Comandante-em-Chefe da Esquadra Atlântica dos EUA sediada em Norfolk, Virgínia, elaborou uma ordem de operação (SDM, 1960a), seguindo determinações do Chefe de Operações Navais da US Navy, para efetuar um treinamento anti-submarino com a participação de forças da América do Sul, no caso, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Argentina, Uruguai e Brasil.

Esse treinamento, que deveria ser básico na sua natureza e orientado para as capacidades dos países latinos, viria a constituir a primeira Operação UNITAS[20]. Esperava-se que a máxima oportunidade fosse dada àqueles países para que conduzissem exercícios de

[20] Operação Naval de grande envergadura, envolvendo navios dos EUA e de diversos países sul americanos.

sonar com submarinos submersos, uma vez que muitos desses países não possuíam esse tipo de embarcação disponível para exercícios dessa natureza.

A missão desse treinamento era justamente conduzir exercícios com as forças anti-submarinas dos países sul-americanos, de forma a dar oportunidade a US Navy para operar com seus aliados nessa região e melhorar a prontidão desses países pela demonstração dos procedimentos adequados para conduzir exercícios de sonar com submarinos submersos.

Os países participantes não estariam simultaneamente navegando durante todo o período da operação agendada para começar em 29 de agosto de 1960 e terminar no dia 25 de novembro daquele ano. A grande UNITAS foi subdividida em quatro subfases, estando a US Navy presente em todas elas. Venezuela e Colômbia participaram da primeira etapa, entre 29 de agosto e 12 de setembro; o Equador da segunda, entre 19 e 26 de setembro; Peru estaria inicialmente sozinho, entre 29 de setembro e cinco de outubro, mas com o Chile, entre 18 e 22 de outubro; o Chile estaria operando desde sete de outubro até 22 desse mesmo mês; e, na quarta fase, Brasil, Uruguai e Argentina treinariam entre sete e 25 de novembro.

Em 21 de julho daquele ano, o Chefe do Estado-Maior da Armada brasileira emite uma Instrução de Operação para o Comandante em Chefe da Esquadra, explicando as origens e os propósitos da chamada operação UNITAS, bem como definindo alguns detalhes da primeira operação dessa natureza.

Segundo aquela autoridade, o Almirante-de-Esquadra Jorge da Silva Leite,

> os Estados Americanos estabeleceram entre si Acordos, Tratados bi ou multilaterais, de modo a obterem a cooperação mútua necessária à Defesa do Continente Americano contra uma agressão do Bloco Comunista Soviético. O comunismo internacional representa uma ameaça política permanente aos países livres do Continente e os submarinos soviéticos constituem um formidável poder militar de destruição das linhas de comunicações marítimas. (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 1960 b)

Após enfatizar que a Marinha dos EUA vem patrocinando exercícios conjuntos das Forças Navais das Repúblicas Americanas, informa que os governos da Argentina, do Brasil, do Uruguai e dos próprios EUA teriam autorizado a realização de uma operação de tática anti-submarina (A/S) em novembro de 1960, com unidades navais e aéreas daqueles países. Informa ainda que a Força Tarefa 86 dos EUA já havia sido designada para participar dessa missão, logo participa a sua intenção de que

> a Marinha do Brasil tome parte na Operação interamericana UNITAS, com Forças Navais norte-americanas, argentinas e uruguaias, a fim de proporcionar um efetivo adestramento de táticas A/S aos nossos navios isoladamente ou em combinação com forças de outros países amigos, em defesa do Tráfego Marítimo interamericano. (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 1960 b)

Determina, assim, que o Brasil tome parte dessas operações com seis contratorpedeiros, dois classe “Pará” e quatro classe “Amazonas” e dois submarinos classe “Humaitá”. Sua preocupação, porém, para que a Marinha brasileira se apresentasse bem se faz presente nas recomendações para que o pessoal envolvido não fosse transferido para outras unidades da MB antes da realização dos exercícios, sem que houvesse motivo imperioso, e para que se fizesse uma operação preparatória em outubro daquele ano, que servisse de base para verificação do grau de adestramento do Grupo brasileiro, permitisse a correção de possíveis falhas encontradas, e adestrasse o pessoal envolvido, especialmente aqueles cujas atividades se relacionassem com comunicações, manobras de transferência de óleo no mar e táticas anti-submarinas.

Algumas deficiências materiais também preocupavam aquele Chefe de Estado-Maior. Em particular, aquelas envolvendo a instalação de novos equipamentos de eletrônica e de comunicações nos contratorpedeiros designados. Como, ao longo dos exercícios estava previsto o reabastecimento de combustível a partir do navio tanque argentino Punta Medanos, também houve uma preocupação especial com a realização de alterações técnicas nos navios para que se pudesse receber óleo no mar.

Nada poderia dar errado, que fosse imputado a alguma falha da organização brasileira. Recomendou-se todo o apoio logístico e facilidades portuárias para o atendimento dos navios estrangeiros que iriam tomar parte daquela operação, bem como a abertura de créditos especiais a serem definidos pelo Ministro da Marinha. Garantindo-se a boa imagem do Brasil na empreitada, o nosso CEMA esperava que outros objetivos subsidiários fossem alcançados, como se pode verificar neste trecho da sua instrução de operação:

> A coordenação de Comando com as demais Forças Navais estrangeiras, durante a execução da operação, deverá ser efetuada de modo a promover o bom entendimento e a amizade entre todas elas, no entanto deverá sempre ficar bem claro que à MB cabe a defesa do Tráfego Marítimo ao longo do litoral brasileiro. (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 1960 b)

Essa ênfase chega a ser simbólica. O Brasil assumia e aceitava assim, claramente, sua subordinação a uma nítida divisão do trabalho na segurança do hemisfério americano, mas procura manter o mínimo de autonomia na área marítima sobre a qual detinha a soberania ou influência imediata.

Uma das intenções dos planejadores da JID, que seria dar apoio, e aumentar o conhecimento dos povos da América entre si, foi considerada ao longo da operação UNITAS.

Na Ordem Preparatória (SDM, 1960 c) do Comando da Flotilha de Contratorpedeiros do Brasil, assinada por seu comandante, o Contra-Almirante Sylvio Monteiro Coutinho, faz-se menção à organização de eventos sociais para homenagear em Montevideo, Mar del Plata e Rio de Janeiro as guarnições dos navios das outras Marinhas, participando da referida Operação, visando um maior congraçamento entre elas.

O atingimento desse propósito fica ainda mais evidente nas orientações do Comandante do Primeiro Distrito Naval (SDM, 1960 d), cuja sede é o porto do Rio de Janeiro, quando definiu as responsabilidades para o recebimento dos navios brasileiro e estrangeiros naquele porto. Nesse documento, estavam previstas não apenas as visitas protocolares e as designações de oficiais de ligação brasileiros com os Comandantes de Forças e navios estrangeiros (Argentina, Estados Unidos e Uruguai), mas também um intenso programa social, onde se destaca uma recepção do Comandante do Primeiro Distrito Naval aos comandantes das forças e dos navios, aos respectivos imediatos e a três oficiais de cada um dos navios visitantes, na sede esportiva do Clube Naval no bairro da Lagoa no Rio de Janeiro. Além disso, uma intensa agenda de almoços foi organizada pelos navios brasileiros e retribuída pelos Adidos Navais dos países visitantes.

O intercâmbio com a Armada da República Argentina foi bastante intenso durante todo o período que a Operação UNITAS atuou no Cone Sul, em função da quantidade de navios que se fizeram presentes, sete[21] no total, e da grande quantidade de pessoal operando os mesmos, em um número bem maior que o da própria líder da Operação, a Marinha dos EUA. O número de oficiais muito provavelmente ultrapassou a casa dos 66 (sessenta e seis) e o de praças o total de 1.020 (mil e vinte), visto que os dados do navio “San Juan” não foram disponibilizados ao Comando do Primeiro Distrito Naval[22]. Podem-se imaginar números em torno de 80 (oitenta) e 1.200 (mil e duzentos), respectivamente. A representação brasileira era um pouco maior, pois participou com seis navios de superfície e dois submarinos[23].

Além dessa oportunidade sem precedentes para se estreitarem os laços de amizade com os argentinos, essa operação deixou ainda como saldo uma bem sucedida transferência de óleo combustível no mar, a partir do navio-tanque argentino para navios brasileiros, o que não deixou de ser uma atividade conjunta embrionária para interações mais complexas no futuro. Isso tudo sem falar na padronização de procedimentos no tocante à Guerra anti-

---

[21] CT Entre Rios, San Juan, FR Piedrabuena, CT Buenos Ayres, CT Santa Cruz e FR Azopardo.

[22] A Marinha dos EUA se fez presente com 5 (cinco) navios, 71(setenta e um) oficiais e 812 (oitocentos e doze) praças, enquanto a Marinha Uruguaia compareceu com 2 (dois) navios, 20 (vinte) oficiais e 380 (trezentos e oitenta) praças.

[23] Contratorpedeiros Pará, Paraíba, Acre, Ajuricaba, Amazonas e Araguaia, e os Submarinos Riachuelo e Humaitá.

submarino. O intercâmbio de cartas náuticas entre os países e o incremento da capacidade de planejamento conjunto são também conquistas importantes do evento.

A Operação UNITAS iniciada em 1960 passou a ser organizada anualmente desde então, ora em exercícios bilaterais entre a Marinha do Brasil e a Marinha dos EUA, ora em exercícios multilaterais, incluindo-se a Armada da República Argentina (ARA) e a Armada da República Oriental do Uruguai (AROU). Mesmo após o término da Guerra Fria, esta operação se consolidou no calendário anual dessas Marinhas como forma de manter as boas relações bilaterais conquistadas e dar oportunidades de treinamento às forças envolvidas.

Como efeito colateral, operações anuais dessa envergadura aumentaram e aumentam a autoconfiança profissional e organizacional das Marinhas participantes da América do Sul. No Brasil, ao menos, isto tem sido bem claro, pois já na década de 1980, o Comandante de Operações Navais brasileiro, Almirante-de-Esquadra Fernando Ernesto Carneiro Ribeiro, chegou a sugerir, por exemplo, que o comando da UNITAS fosse alternado entre os países envolvidos, ao longo de uma mesma operação, ou ao longo de anos consecutivos (SDM, 1980b).

4.1.1 As Primeiras Iniciativas Próprias

Essa autoconfiança e autodeterminação talvez tenha tido seu nascimento no auge da Guerra Fria, em dezembro de 1967, quando o Comandante de Operações Navais da Armada Argentina, o Almirante Benigno Ignacio Varela, propôs ao Chefe do Estado-Maior da Marinha do Brasil a realização de um primeiro exercício combinado de defesa do tráfego marítimo interamericano no Atlântico Sul, com a participação de unidade navais dos países integrantes da Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS), ou seja, Brasil e Argentina, conforme estabelecido na Recomendação II do que teria sido a primeira reunião de Comandantes-em-Chefe dessas Marinhas (SDM, 1967).

O Exercício deveria consistir na formação, controle e proteção de um comboio desde o Rio da Prata até a Baía da Guanabara. Um navio de transporte e um navio tanque de cada Marinha se fariam presentes como um plantel básico que assegurasse a materialização do comboio imaginado em 25 navios a 12 nós de velocidade. A proteção naval se efetuaria com duas unidades anti-submarinas de cada país e se completaria com alguns aviões de patrulha também anti-submarinos.

O inimigo se materializaria com a presença de um ou dois submarinos argentinos na saída do Rio da Prata e um ou dois brasileiros na zona Santos-Rio de Janeiro. O exercício deveria durar cerca de seis dias nos meses de setembro ou outubro de 1968.

Em ofício de janeiro de 1968 (SDM, 1968), o Almirante-de-Esquadra José Moreira Maia, Chefe do Estado-Maior da Armada, aceitou prontamente o convite, sugerindo apenas que o trecho do exercício fosse entre Bahia Blanca e Santos e que se desse nos dois últimos meses de 1968 ou no início de 1969, em função de outros compromissos que já tinham sido assumidos pela Marinha do Brasil.

Essa operação teria ocorrido com sucesso. Em 1969 ela foi batizada com o nome de ATLANTIS II, e passou a contar com as presenças das Marinhas do Uruguai e do Paraguai. O Coordenador do CAMAS, na época, Contra-Almirante argentino Eugenio Fuenterosa, definiu claramente seu propósito como sendo uma operação destinada a planificar e conduzir operações combinadas de adestramento para a defesa do tráfego marítimo (SDM, 1969).

Esperava-se, assim, que os participantes tivessem a oportunidade de desenvolver exercícios combinados de controle e proteção do tráfego marítimo, e, conseqüentemente, pudessem ativar e aperfeiçoar as organizações de controle naval daquelas Marinhas, bem como adestrar as redes de comunicações, testar a doutrina, ao desenvolver experiência nos procedimentos de controle e proteção, melhorar o adestramento das unidades participantes em operações combinadas e proporcionar a instrução e adestramento aos Capitães da Marinha Mercante em operações sobre o controle naval.

Essa operação que também tinha entre seus objetivos principais promover a amizade e entendimento entre os países participantes, suas marinhas de guerra e mercantes, consistia na defesa de quatro comboios, dois reais e dois fictícios. O exercício foi planejado para ocorrer entre o Rio de Janeiro e Bahía Blanca, durante o período de 27 de maio a dois de junho de 1969, mas previa a possibilidades de mudanças de navios mercantes participantes e algumas trocas de destinos, de acordo com os interesses comerciais dos armadores das nações participantes. Esperava-se a participação de inimigos simulados que podiam ser fictícios ou materializados tanto na forma de submarinos ou navios de superfície.

Obviamente, apesar da capacidade organizativa autônoma desses países envolvidos, a Operação ATLANTIS estava longe de representar qualquer recalcitrância contra a ordem regional liderada pelos EUA. Muito pelo contrário, reforçava e complementava os objetivos que haviam sido traçados no âmbito da própria JID.

A cultura operacional adquirida no âmbito da UNITAS, entretanto, acabou se refletindo na ATLANTIS. Todas as transmissões se efetuaram no idioma inglês, com exceção

do tráfego meteorológico, que podia se dar tanto em espanhol, quanto em português. Os navios do comboio utilizaram as publicações aliadas de comunicações denominadas ACP-148 e ACP-149 e o código internacional de sinais.

A complexidade e abrangência da operação ATLANTIS ainda estava longe de uma idealizada integração operativa independente das Marinhas da Argentina e do Brasil. Restringia-se, basicamente, a exercícios de escolta de navios mercantes e às práticas de comunicativas necessárias à coordenação dessa escolta.

Mas, tão logo o Brasil e Argentina resolveram suas pendências com relação às represas de Itaipu e Corpus no rio Iguaçu, abriu-se caminho para intercâmbios e exercícios navais de maior profundidade, visando uma integração maior entre as duas Marinhas. Em 1978, deu-se a primeira Operação FRATERNO. O nome já era bastante sugestivo e norteador para as relações de amizade que viriam a se fortalecer desde então entre as duas Marinhas. O Almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, Ministro da MB no início dos anos 80 não deixou dúvidas quanto a esse objetivo em sua exposição de motivos ao Presidente da República para que aquela autoridade máxima do país autorizasse a repetição dessa Operação em meados de 1980 em águas argentinas.

> Em 1978 foi realizada uma operação conjunta com a Armada da República Argentina ao longo do litoral brasileiro, tendo os navios participantes entrado em portos nacionais.
> Além de concorrer para o aprimoramento profissional dos integrantes de nossa Esquadra, a Operação FRATERNO, conforme foi denominada e é conhecida essa operação, contribuiu positivamente para ratificar os entendimentos que devem existir entre as Marinhas da Argentina e do Brasil quanto à defesa continental, bem como para a confiança mútua entre os dois países.
> Para o corrente ano, a Armada Argentina propôs que os exercícios fossem realizados em seu litoral e que os navios visitassem os portos de Mar del Plata e Buenos Aires.
> A Operação FRATERNO deverá ser realizada durante o período compreendido entre final de junho e princípio de julho, não implicando em despesas com moeda estrangeira. (...) (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 1980 d)

Importante frisar a preocupação com a confiança mútua já no início daquela década, quando o termo ainda não havia sido tão bem definido e incorporado pela bibliografia especializada. A aceitabilidade dessa Operação foi boa também na Argentina. Tanto é assim que o Comandante em Chefe da ARA e o Ministro da Marinha do Brasil acordaram que esta passasse a ter caráter anual, conforme fica claro em carta dirigida ao Ministro da MB por aquela autoridade argentina.

> Sou particularmente grato de me dirigir a V.Exa para ratificar o conversado pessoalmente em sua visita ao nosso país, do alto grau de interesse de nossas Armadas em efetuarem anualmente a Operação Combinada FRATERNO

> São antecedentes propícios para fundamentar a realização anual destas operações, o êxito alcançado desde o ponto de vista profissional e pessoal nas duas Operações anteriores concretizadas nos anos de 1978 e 1980.
> As Operações poderiam realizar-se em forma alternada, em um ou outro litoral marítimo, com entrada das respectivas unidades participantes nos portos correspondentes.
> Como conversamos também, poder-se-ia agregar aos exercícios combinados uma Operação Anfíbia, para completar a parte profissional dos mesmos. (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINA, 1980 e, Tradução Nossa) [24]

Essa operação dispunha de um cuidadoso planejamento de estado-maior conjunto, sendo esses trabalhos realizados de forma alternada, ou seja, em um ano se davam na Argentina e, em outro, no Brasil.

Os intercâmbios sociais nessas ocasiões costumavam ser realmente bastante intensos. Entre 19 e 27 de setembro de 1981, por exemplo, recebeu-se a visita de um grupo argentino que veio tratar do planejamento tradicional da operação FRATERNO de 1982, mais especificamente das operações anfíbias que poderiam se dar no seu bojo, onde deveriam se envolver tropas de desembarque e de ocupação de cabeça de praia por Fuzileiros Navais.

Foi um planejamento agendado com bastante antecedência em relação à data do exercício em si, visto que a própria Operação FRATERNO, prevista para ocorrer em 1981, ainda não tinha começado. Isto se deu em função do desafio da novidade anfíbia que poderia ser implementada. Naquela ocasião, diversos jantares foram oferecidos pela Marinha do Brasil aos oficiais argentinos e esposas aqui presentes, sendo esses eventos retribuídos pelos visitantes nas dependências do Clube Naval no bairro da Lagoa no Rio de Janeiro, o qual teve suas instalações totalmente franqueadas para que aqueles oficiais as utilizassem durante suas horas de lazer. Visitas turísticas e shows também fizeram parte da programação (SDM, 1981b).

Um dos relatórios (SDM, 1981b) do encontro indicou que o ambiente de trabalho era bastante cordial, tendo, inclusive, os oficiais argentinos declarado que se sentiam como se estivessem trabalhando em suas próprias unidades. Com níveis educacionais considerados muito bons no relato do oficial brasileiro que ficou às ordens do oficial argentino mais antigo, os representantes argentinos chegaram a declarar também que consideravam aquele momento

---

[24] Texto no original em espanhol: “Me resulta particularmente grato dirigir-me a Ud. Para ratificar lo conversado personalmente en su visita a nuestro país, del alto grado de interés de nuestras Armadas en efectuar anualmente la Operación Combinada ‘FRATERNO’.
Son antecedentes propicios para fundamentar la realización anual de estas operaciones, el éxito alcanzado desde el punto de vista profesional y personal en los dos Operativos anteriores concretados en los años 1978 e 1980.
La operaciones podrían realizarse en forma alternada, en uno u outro litoral marítimo, con entrada de las respectivas unidades participantes en los puertos correspondientes.
Como lo hemos conversado también, podría agregarse a las ejercitaciones combinadas un Operación Anfibia, para completar la parte profesional de las mismas.”

como histórico para as duas Marinhas, por tratar-se de um encontro de oficiais de Estado-Maior, a fim de planejar operações combinadas.

O grupo de visitantes composto principalmente de oficiais fuzileiros navais deixou transparecer por diversas vezes a tensão que existia entre eles e o Chile por conta do canal de Beagle e entre eles e a Inglaterra por conta das Ilhas Malvinas, sendo a animosidade em relação ao país sul-americano muito mais nítida naquele momento (SDM, 1981c).

Pela Ordem de Operações da FRATERNO relativa ao ano de 1982, tudo indica que a sonhada operação combina de fuzileiros restringiu-se a um bem sucedido processo de planejamento, não havendo, efetivamente, nenhum exercício prático. Mas, não faltaram exercícios de comunicações, de navegação, de guerra antiaérea, de guerra eletrônica, e de busca e salvamento no mar além de outros exercícios combinados diversos, bem como atividades de adestramento em códigos e chaves operativas, de oceanografia e meteorologia, de controle marítimo em áreas de interesse da força e de planejamento logístico comum. As tradicionais operações anti-submarinos e com submarinos também estavam presentes, obviamente (SDM, 1982 c).

As seguidas ordens de operação de cada operação FRATERNO anual (SDM, 1982 c) resumiam e condensavam as instruções de coordenação e os cronogramas de atividades que as experiências de operações passadas vinham indicando e sedimentando como sendo os mais adequados.

Para a FRATERNO de 1982, por exemplo, estava acordado que, no mês de março de cada ano, as autoridades navais de ambos os países designariam representantes que coordenassem a data de realização da conferência de planejamento, a data de execução, os tipos de operações navais a executar, bem como a quantidade e o tipo de unidades navais participantes. A conferência de planejamento deveria ocorrer no país sede entre os meses de maio e junho de cada ano ao longo de aproximadamente cinco dias úteis. As operações em si ocorreriam no mês de outubro com uma duração de cinco a oito dias. O espanhol e o português eram os dois idiomas predominantes da Operação.

Naquele ano ainda estava definido o seguinte propósito dessa Operação:

> A Armada Argentina e a Marinha do Brasil acordaram que suas unidades realizem periodicamente a Operação Combinada FRATERNO. Estes exercícios têm como propósito obter um maior conhecimento e entendimento profissional dos integrantes de ambas Armadas, contribuindo assim para o objetivo continental da defesa comum no marco do Atlântico Sul, ao mesmo tempo em que procura incrementar o adestramento em operações combinadas. O planejamento e sua execução se realizarão de forma alternada em cada um dos países e suas respectivas águas jurisdicionais. (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 1982 c, Tradução Nossa) [25]

[25] Texto original em espanhol: “La Armada Argentina y la Marinha de Brasil han acordado que sus unidades realicen periodicamente la operación combinada ‘FRATERNO’.

Embora, o inimigo comum da Guerra Fria, o Império Soviético, ainda pairasse nas entrelinhas deste propósito em termos como a “defesa continental”, essa operação teve o mérito de representar um desafio que envolvia um complexo planejamento e elevada capacidade de coordenação antes, durante e depois de cada exercício, além de evidenciar as competências existentes para levar a cabo atividades tão diversas no teatro de operações marítimo. Foi um passo relevante para a caminhada conjunta dos dois países para terem autonomia na segurança do Atlântico Sul e não mais dependerem de potências externas, ao menos em termos de execução de operações militares navais.

A Operação FRATERNO foi, sem dúvida, o passo mais relevante dado conjuntamente pela ARA e pela MB nos quatro anos que antecederam a Guerra das Malvinas. Conforme alguns dos exemplos que podem ser vistos no Quadro seis, as demais MCM existentes eram importantes apenas no sentido de se manterem portas de diálogo abertas, por meio de visitas protocolares, de trocas de tripulantes nas viagens de instrução programadas anualmente por cada Marinha e da troca de gentilezas e deferências superficiais de parte a parte. Eram medidas que não demandavam nenhum esforço novo ou uma criatividade maior, pois, na sua maioria, já faziam parte dos procedimentos de praxe mantidos entre as diversas Marinhas Ocidentais, mas, é bom repetir, mantinham os canais sempre abertos para qualquer necessidade futura de qualquer uma das partes. Nessa época, inclusive, não havia a menor tradição para que houvesse intercâmbios de cursos diversos. Por parte do Brasil, por exemplo, havia uma nítida preferência por conclaves e cursos internacionais na Europa e nos EUA em detrimento de qualquer atividade semelhante na América do Sul.

De qualquer forma, a relativa autonomia regional simbólica alcançada por meio da Operação FRATERNO parece ter se tornado uma conquista significativa para a Marinha do Brasil naquele período, conforme ficou aparente no episódio da Operação OCEAN VENTURE 81. Em meados de 1981, a Marinha dos EUA realizou uma operação com esse nome, que pretendia evidenciar a sua capacidade de atuação global. A revista Naval Forces nº. VI, 1981, Vol. II, teria incluído a Operação UNITAS XXII e, também, a Operação FRATERNO, como fases da OCEAN VENTURE 81.

Estas ejercitaciones tienen como propósito el obtener un mayor conocimiento y entendimient profesional de los integrantes de ambas Armadas, contribuyendo así al objetivo continental de la defensa común en el marco del Atlántico Sur, a la vez que procurar incrementar el adiestramiento en operaciones combinadas.
El planeamiento y su ejecución se realizarán en forma alternada en cada uno de los países y sus respectivas aguas juridiccionales.”

Quadro 6

Exemplos de MCM nos anos que antecederam a Guerra das Malvinas

EVENTO	DATA	REFERÊNCIA DOCUMENTAL
Visita a diversas organizações militares de uma delegação da Escola de Defesa Nacional da Argentina composta de 75 membros. Esse tipo de visita envolvia mais o EMFA e possuía um caráter anual naquela época.	De 18 a 21 de setembro de 1980	(SDM, 1980 f)
Convite formulado pela ARA para que um oficial recém formado na Escola Naval Brasileira participasse da Viagem de Instrução com os Aspirantes recém formados da Argentina. Este tipo de evento já vinha ocorrendo há muitos anos e prossegue até os dias de hoje.	De maio a outubro de 1981	(SDM, 1981 d)
Agradecimento do Cônsul Geral argentino pelo seu atendimento em caráter excepcional no Hospital Naval Marcilio Dias no Rio de Janeiro por ocasião de uma emergência médica.	30 de março de 1981.	(SDM, 1981 e)
Visita ao Brasil do Tenente-General Leopoldo Fortunato Gualtieri, Comandante-em-Chefe do Exército Argentino. Sua visita incluía algumas organizações da MB.	De 20 a 28 de setembro de 1981	(SDM, 1981 f)
Convite do Brasil a diversas Marinhas, entre elas a da Argentina, para que um Guarda-Marinha participasse do cruzeiro de instrução do Navio-Escola "Custódio de Mello" em 1982. Esse tipo de convite ocorria anualmente.	10 de dezembro de 1981	(SDM, 1981 g)
Solicitação de autorização feita pelo Brasil à Argentina e ao Uruguai para que o Navio Oceanográfico "Almirante Saldanha" realizasse estudos sobre os mecanismos de fertilização das águas sobrejacentes à plataforma continental sul-brasileira, associado ao fenômeno da convergência subtropical e à corrente das Malvinas, cobrindo parcialmente águas daqueles países. No anexo do pedido de autorização, é citado que a Diretoria de Hidrografia e Navegação, responsável pela pesquisa já havia realizado 83 Comissões Oceanográficas no Atlântico Sul a partir do Ano Geofísico Internacional, incluindo-se as Operações cooperativas Tridente com as Marinhas da Argentina e Uruguai	De janeiro a março de 1981	(SDM, 1980 g)

O Chefe do Estado-Maior da Armada do Brasil, ao ter acesso a essa revista e diante da situação criada, dirigiu-se ao Ministro da Marinha, dizendo que recomendaria ao Comandante de Operações Navais (CON) que instruísse seus representantes nas Operações UNITAS XXIII e FRATERNO IV de modo a enfatizar, nos documentos operativos a serem produzidos, os aspectos políticos que deram origem às referidas Operações, com a menção explícita dos acordos em que se estribavam e a apontar, textualmente, o cenário interamericano e bilateral em que se realizam (SDM, 1982 a).

Para aquela autoridade naval, e para o próprio Ministro da Marinha, Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, que concordou com o seu ponto de vista (SDM, 1982 b), a OCEAN VENTURE não contribuiria em nada para os propósitos da Política Nacional, devendo a opinião pública ser esclarecida sobre a questão e a referida revista solicitada a publicar uma matéria melhor colocando a questão.

Essa preocupação do alto comando da Marinha começou a se delinear desde o momento que a Marinha do Brasil recebeu o convite da Marinha Americana para participar da Operação, o qual, provavelmente, se deu nos primeiros meses de 1980. Em maio daquele ano, o Comandante de Operações Navais brasileiro, o Almirante-de-Esquadra Fernando Ernesto Carneiro Ribeiro, já apresentava os argumentos que auxiliariam a encaminhar a questão

daquele momento em diante (SDM, 1980 a). Para ele, havia uma clara intenção política, motivando tal operação, em função dos EUA terem avaliado a situação internacional e decidido colocar em ação alguns de seus recursos de poder, entre eles a coordenação de países aliados que fossem de seu interesse estratégico.

A concepção da Operação OCEAN VENTURE era a de um exercício no Atlântico, em que participariam marinhas de diferentes países, com ênfase no Comando e Controle das mesmas, em um cenário bastante completo de guerra no mar. O desenvolvimento da situação política apresentada determinava o emprego do poder militar, no caso naval, aeronaval, anfíbio (fuzileiros navais) e aéreo-estratégico.

O Brasil deveria atuar entre o Equador e o meridiano 30º. W, ao lado da Marinha da Venezuela e dos navios americanos que participariam da XXII UNITAS, basicamente em eventos relativos ao controle do mar, proteção das linhas marítimas de comunicações e guerra anti-submarina. Isso ocorreria entre os dias 1 e 10 de agosto, quando, então, os navios brasileiros e americanos rumariam para o Brasil, a fim de cumprirem o efetivamente programado para a UNITAS XXII, devendo os venezuelanos retornar ao seu país.

Aquela autoridade entendia desde então que a UNITAS XXII estava desvinculada da OCEAN VENTURE. Naquele momento, temia também que neste último exercício, no qual era dada grande ênfase a critérios de Comando e Controle, pudesse ter a presença do Brasil apenas como objeto, sem qualquer participação mais ativa como sujeito. Ele entendia que se tal tipo de exercício se daria dentro da área de segurança do TIAR, caberia ao Brasil naquela área maior participação no planejamento e controle da Operação. Afinal, dizia aquela autoridade:

> Se existir consenso de que a situação internacional se deteriora e de que os EUA começam a preparar-se para a realidade maior, convém assumirmos, desde agora, posição que implique em não termos, como ocorreu na IIª Grande Guerra, uma IVª Esquadra americana sediada em nosso território, e a qual ficaríamos subordinados. (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 1980 a)

Era forte, naquela autoridade naval, portanto, o sentimento de que o Brasil poderia caminhar com suas próprias pernas, onde se admitia uma relação bem mais forte com o vizinho Platino, porém sem nenhuma conotação de subordinação. O afastamento de qualquer possibilidade de dependência militar em relação aos EUA se fez presente, inclusive, no momento que recomenda o uso de combustível próprio, caso viesse a se decidir pela participação do Brasil na OCEAN VENTURE. Ou seja, ele, com bastante convicção, fez diversas incursões pelos aspectos políticos de uma operação naval dessa envergadura, mesmo

sendo, como ele mesmo enfatizou, do interesse de qualquer Comandante de Operações Navais ver os navios de suas forças no mar.

A primeira OCEAN VENTURE não se deu em 1980 por ter exigido mais planejamento e preparação, visto que o grande objetivo era movimentar o maior número possível de navios de guerra de nações aliadas em exercícios que abrangessem todo o Oceano Atlântico, aproveitando o fato de que nos meses de agosto e setembro de cada ano já eram realizados vários exercícios em diversas áreas do Atlântico no âmbito da OTAN e das diversas Marinhas aliadas, tais como a própria UNITAS.

Entre 29 e 31 de agosto de 1980, ao invés dos navios se fazerem ao mar como havia sido o objetivo inicial do Almirante Train da Marinha dos EUA, idealizador da Operação, organizou-se uma conferência em Norfolk (SDM, 1981a) [26], no Estado americano da Virgínia, para garantir a realização da Operação em 1981, como de fato ocorreu.

A máxima envergadura ao exercício e uma abrangência geográfica que fosse do Atlântico Norte ao Atlântico Sul, buscava evidenciar, assim, o preparo e a coordenação das marinhas envolvidas, numa clara demonstração de força do bloco Ocidental.

A grande preocupação brasileira de desatrelar a UNITAS da OCEAN VENTURE não foi bem sucedida. Na visão dos americanos, a fase I da OCEAN VENTURE foi idealizada para coincidir com parte da UNITAS XXII, nada sendo acrescentado ou modificado diante do argumento brasileiro de que a Operação UNITAS tinha ciclo próprio. Como os representantes sul-americanos do grupo eram apenas observadores, a questão não teve como avançar muito, o que não impediu aos americanos de expressarem seu desejo de que a adesão do maior número possível de unidades operando no “South Atlantic Gap”, ou seja, na área marítima entre Natal e Dakar, se possível com os Navios Aeródromos sul americanos.

O Brasil acabaria não participando da OCEAN VENTURE e um dos motivos alegados, além do exercício não agregar muito em termos de adestramento e de haver uma grande alocação de meios do Brasil e da Argentina sob o comando americano, era a possível interveniência argentina em área de interesse brasileiro, sob comando americano (SDM, 1980c).

Ou seja, não era necessário subordinar a Argentina ao Brasil, mas também não se poderia deixar aquele país platino acreditar ser normal que uma operação se desse na área de influência brasileira, sob o comando de uma potência estrangeira, estando o Brasil

[26] Compareceram à Conferência representantes dos seguintes países: Participação efetiva – EUA, Holanda, Canadá, Alemanha, Noruega e Inglaterra; Como observadores – França, Espanha, Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai; Não compareceram embora fossem esperados – Portugal, Colômbia, Dinamarca e Bélgica.

inteiramente subordinado. Muito menos em uma operação que, sob o ponto de vista militar, tinha sua montagem atendendo, sobretudo, os interesses da US Navy.

Do ponto de vista brasileiro, o Atlântico Sul tinha e tem importância maior que aquelas pretendidas no exercício. Não se estavam prevendo exercícios, por exemplo, que garantissem as linhas de suprimentos das matérias primas das quais o Brasil é dependente do exterior. E, principalmente, o Brasil não podia abrir mão da postura de que o Comando e o Controle de operações exercidas sobre unidades navais do Sistema Interamericano e/ou de outras marinhas em águas brasileiras do TIAR fossem da Marinha do Brasil. Esse princípio era respeitado pelos demais países latinos, em especial a Argentina, da mesma forma que o Brasil também assim procedia nas áreas sob o controle daqueles. Abrir mão desse princípio seria colocar sob risco a própria confiança mútua que vinha se desenhando lentamente entre esses países.

Durante todo o restante da década de 80, mesmo após a Guerra das Malvinas, ainda não haveria um deslanchar das MCM entre os dois países, pois, como foi visto em capítulos anteriores, havia certa lentidão para um redirecionamento rápido da estratégica de ambos os países, por estarem envolvidos em processos de redemocratização e por vivenciarem sérias dificuldades financeiras; além, obviamente, da natural lentidão que os oficiais mais antigos tinham para alterarem mais radicalmente seus paradigmas de defesa. O Quadro sete demonstra, por meio de alguns exemplos, que as MCM, a partir da Guerra das Malvinas até o fim da Guerra Fria, acabaram não sendo ainda muito distintas daquelas praticadas no início da mesma década. Naquela década, o grande episódio de aproximação, além da Operação FRATERNO, acabou ficando por conta dos encontros estratégicos descritos no capítulo anterior.

4.2 As Relações entre a ARA e a MB após a Guerra Fria

O fim da Guerra Fria também não gerou um imediato incremento de MCM entre a ARA e a MB. A principal razão para isso foi, muito provavelmente, a perplexidade gerada pela nova conjuntura mundial. Pelo menos os Relatórios Ministeriais do início da década de 1990 da MB deixam transparecer esse fato. Imagina-se que algo semelhante ocorreu na Argentina.

A MB interpretou quase de imediato que o arrefecimento da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que diminuiu o perigo de uma guerra global, permitiu o aparecimento de um número de conflitos regionais, étnicos, separatistas e religiosos, que se encontravam

represados, por representarem potencial de risco para confrontação entre as duas grandes potências. O grande problema que se apresentava para a instituição era entender essa nova realidade e redirecionar sua estratégia com rapidez e acerto.

> A grande maioria desses conflitos é interna, não envolvendo mais de um país. No entanto, a possibilidade de que, por motivos e interesses diversos, tais disputas escalem para o âmbito regional não deve ser afastada nem considerada remota.
> Como ator maior desse cenário aparecem os EUA que, sem as restrições impostas pela ex-União Soviética, fazem prevalecer seus interesses políticos e econômicos, exercitando-os através de rápida e, como não poderia deixar de ser, cuidadosamente planejada mudança estratégica.
> Em tal contexto, para nós permeado de incertezas, ressente-se a MB e o próprio país de uma visão estratégica melhor elaborada.
> O momento abrangido pela década de 90 – como historicamente tem acontecido em períodos onde existem significativas mudanças – parece indicar o aparecimento de grandes e tentadoras oportunidades. Estas, no entanto, somente serão aproveitadas por aqueles que, investindo em melhor entender o presente e em estabelecer cenários futuros, saibam com eficácia direcionar seus esforços para os rumos corretos.
> Coerente ao raciocínio acima exposto, torna-se prioritária a existência de um Planejamento Estratégico da Marinha (PEM) que seja eficaz instrumento de orientação para todas as atividades da MB, efetivamente condicionando, conforme preconizado pela Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha (SPAN), a fase do Preparo e Aplicação do Poder Naval.
> Infelizmente, por razões tanto externas quanto internas à MB, PEM não está atingindo os seus propósitos.
> A principal dificuldade no âmbito externo refere-se à falta de Diretrizes superiores que balizem o planejamento naval. O Conceito Estratégico Nacional (CEN), documento que direciona todo o planejamento da Defesa Nacional, foi recolhido em 1991, estando fora de vigor. Apesar de alguns esforços atualmente desenvolvidos pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), não deve ser esperada a curto prazo, solução para esse básico problema. Esta lacuna tem feito com que as Forças Armadas (FFAA) procurem, para o desenvolvimento de suas atividades, “inferir” os elementos de que necessitam, em um processo difícil, falho e que tende a representar a visão particular de cada Força. Tal atitude, que sem dúvida é melhor do que a passividade e a inação, não supera os principais problemas ocasionados pela falta do CEN. (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 1991, pg. 2 e 3)

Dentre as principais inferências feitas pela MB naquele momento, podem-se destacar:

a) A atitude do Poder Naval continuava sendo essencialmente defensiva;

b) Os Objetivos Nacionais Brasileiros eram todos conservadores, voltado para um processo que se desenvolve integralmente em território nacional;

c) O Atlântico Sul era a área crítica e o teatro de operações natural do Poder Naval brasileiro;

d) Era prioritário manter o fluxo do transporte marítimo vital para o país e a integridade das instalações costeiras;

e) Um possível agressor deveria considerar de muito baixa aceitabilidade o risco de uma eventual agressão;

f) O Brasil deveria começar a participar de uma forma mais efetiva nas Forças de paz da ONU.

Ao longo do ano de 1992, a realidade começa a ficar mais clara, permitindo que se fizesse no Relatório Ministerial daquele ano um retrato mais fidedigno desse novo mundo.

> O término da Guerra Fria não se confunde com o início de uma era de estabilidade e segurança mundiais. Assinala apenas o fim de um cenário estruturado em torno do confronto Leste-Oeste, sem que isso represente a extinção de todas as causas de conflito.
> Velhos contenciosos territoriais (como na América do Sul) e conflitos históricos (como no Oriente Médio) permanecem acesos. O terrorismo ideológico e o narcotráfico convulsionam países fronteiriços ao Brasil. Guerras civis se alastram pelos antigos territórios da URSS e da Iugoslávia e pelas jovens nações da África, por motivos étnicos, religiosos e ideológicos. As fronteiras da África Negra foram traçadas arbitrariamente, ao sabor das oscilações do predomínio colonialista europeu. Tendo em vista que o sentimento tribal africano sobrepõe-se aos geralmente aceitos de nacionalidade e territorialidade, as possibilidades de conflito são inúmeras. O confronto latente na discussão das questões ambientais aumenta o clima de tensão.
> A reestruturação por que passa a economia mundial e, em particular, a formação de grandes blocos econômicos, tende a acirrar rivalidades comerciais e pela posse de mercados. Disputas pelo controle e exploração de recursos naturais – alguns indispensáveis ao funcionamento de uma economia moderna, como o petróleo – reforçam essa tendência.
> **Volumosas dívidas externas descapitalizam nações em desenvolvimento e desgastam as relações Norte-Sul. Aumentam as disparidades de renda e de consumo entre os dois grupos de países. As frustrações dos países menos desenvolvidos se aprofundam com o "apartheid" tecnológica. O efeito desestabilizador das migrações estimuladas pelo crescimento demográfico nos países mais pobres intranqüiliza nações industrializadas.**
> **Enfim, a renovada disposição intervencionista das grandes potências, explícitas no "dever de ingerência" e apoiada no conceito de "soberania relativa",** (grifo nosso) se soma às condições de instabilidade e incerteza de um cenário em transição desde o fim da Guerra Fria**.** (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 1992, pg. I-21 e I-22)

O fato de a MB se ver mais temerosa quanto às relações Norte-Sul tenderá a facilitar a sua aproximação das demais Marinhas sul-americanas, dentre as quais viria a se destacar a ARA. Ou seja, todo aquele processo de quebra de preconceitos iniciado pelos simpósios do final da década de 80 estava finalmente prestes a dar frutos, pois agora encontrava um campo fértil para isso, estrategicamente falando.

O Brasil, apesar de não identificar antagonismos precisos e evidentes, que se individualizassem em um país ou bloco de países, via que o cenário era ainda bastante inconsistente, sujeito a rápidas e imprevisíveis transformações, pontilhado de focos de conflito e interesses divergentes. A promoção dos objetivos brasileiros poderia se deparar com pressões ou atitudes políticas hostis de outros Estados mais poderosos, como, na verdade, já se interpretava que vinha ocorrendo em relação à Amazônia, ao desenvolvimento de tecnologias mais "sensíveis", e à aplicação de medidas protecionistas diversas, na área econômica, de forma a impedir que produtos brasileiros chegassem aos mercados dos países centrais em boas condições de competir.

A boa notícia era que o Brasil acreditava ser improvável a configuração de uma ameaça militar, visto que havia muitas outras maneiras de se exercer os antagonismos naquele

momento. Se os próprios países mais fortes pensariam duas vezes para apresentar qualquer óbice de natureza militar ao Brasil, seria prudente criar condições para que outros conflitos menores, com os vizinhos imediatos, não viessem a atrapalhar desnecessariamente essa conjuntura. A intensificação das MCM foi o caminho escolhido, pois estas tinham uma dupla finalidade, quando se foca no caso específico das relações MB x ARA: reduziam a quase zero a chance de um conflito e tinham o potencial para permitir uma aliança estratégica de mais longo prazo que viesse alavancar a MB e a ARA, tanto tecnologicamente, quanto estrategicamente, de uma forma mais independente desses países centrais.

Tanto é assim, que, no Relatório Ministerial de 1993 se registrou que, por decisão do Ministro, "foi intensificado o relacionamento da MB com as Marinhas da Argentina e dos EUA, através de intercâmbios estabelecidos para embarque em navios, visitas a unidades e realização de cursos em centros de instrução dessas Marinhas." (SDM, 1993, pg I-31)

A colocação dos EUA no mesmo patamar de prioridades tem outras razões:

> a) era a Marinha mais profissional e poderosa do mundo, da qual muito se podia apreender; e
>
> b) não era prudente se isolar daquele país, pois seria muito mais fácil a quebra de possíveis antagonismos oriundos de qualquer Estado central por meio do diálogo e do relacionamento intenso em todos os níveis, de forma a se manterem abertos o maior número possível de canais.

A partir de 1995, verifica-se uma política de generalização desses procedimentos. Nesse ano, o Ministro da Marinha decidiu intensificar também o relacionamento da MB com as Marinhas do Uruguai, Portugal e África do Sul, por meio de intercâmbios estabelecidos para embarque em navios, visitas às unidades navais e realização de cursos em centros de instrução. (SDM, 1995, I-26)

Em 1998, já estavam sendo realizadas reuniões bilaterais de Estado-Maior não só com a ARA, mas também com a Bolívia, EUA, Grã-Bretanha e Paraguai, além de Reuniões de Material com as Armadas do Peru e da Itália. (SDM, 1998, pg I-39).

Em 1999, o programa de intercâmbios de pessoal entre a Marinha do Brasil e Marinhas estrangeiras nas áreas operativas, de ciência e tecnologia, de instrução e de logística perfez um total de 228 eventos com as Armadas da África do Sul, Alemanha, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, EUA, Grã-Bretanha, Itália, México, Paraguai, Portugal, Suécia, Uruguai e Venezuela.

Quadro 7

Exemplos de MCM após a Guerra das Malvinas

EVENTO	DATA	REFERÊNCIA DOCUMENTAL
Convite formulado pela ARA para que oficial brasileiro participasse de curso de Controle de Tráfico Marítimo, sendo oferecido alojamento e alimentação. Curso oferecido em caráter anual.	Março de 1983.	(SDM, 1983 c)
Convite ao Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante-de-Esquadra José Calvente Aranda e esposa, para visitarem a Argentina, acompanhados de dois outros oficiais e esposas.	De 03 a 10 de outubro de 1983	(SDM, 1983 e)
Participação de um Almirante e um Oficial Superior na Conferência Regional das Nações Unidas sobre Cartografia nas Américas, realizada em Buenos Aires.	Agosto de 1984 (12 dias)	(SDM, 1983 d)
Convite formulado pela MB para que um Guarda Marinha da ARA participasse da viagem de instrução no Navio Escola Custódio de Mello, ao lado de representantes de outras Marinhas. Convite realizado em caráter anual e normalmente recíproco.	Primeiro Semestre de 1984.	(SDM, 1984 b)
Convites formulados pela ARA e pela MB para que um oficial brasileiro participasse do curso de Comando e Estado-Maior da EGN argentina e para que um oficial argentino participasse do mesmo curso na EGN brasileira. Convite formulado em caráter anual e normalmente recíproco.	Durante todo o ano de 1985 na EGN argentina e durante todo o ano de 1987 na EGN brasileira.	(SDM, 1984a), (SDM, 1985 a) e (SDM, 1987 a)
Visita do Ministro da Marinha do Brasil à Argentina.	Agosto de 1985.	(SDM, 1985 c)
Viagem de Instrução de Guarda-Marinha brasileiro na Fragata ARA Libertad. Convite feito em caráter anual e normalmente recíproco.	Seis meses a partir de maio ou junho de 1987.	(SDM, 1986 a)
Visita do Vice-Almirante Don Ramon Antonio Arosa, Chefe do Estado-Maior Geral da Armada da República da Argentina às cidades do Rio de Janeiro, Belém, Manaus e Brasília. Essa autoridade chegou acompanhada de mais dois Almirantes e um Oficial Superior, além das respectivas esposas.	De 16 a 26 de junho de 1986.	(SDM, 1986 b)

Em 1999 ainda, foram realizadas reuniões bilaterais de Estados-Maiores, com as Armadas da Argentina, Portugal, Peru, Grã-Bretanha, Paraguai e Uruguai, além de Reuniões de Material com a Armada do Peru, e de Inteligência Naval com as Armadas da Argentina e Uruguai. (SDM, 1999, pg I-33)

Assim, tão logo a nova realidade pós-Guerra Fria foi devidamente absorvida e interpretada pelos Estados americanos, gerou-se um clima propício para a generalização de MCM entre todos os países, em especial os das Américas. A Organização dos Estados Americanos (OEA) tomou a iniciativa de convocar a realização de um seminário que versou justamente sobre as medidas de fomento da confiança e mecanismos de segurança nas Américas e no Caribe, sob a coordenação da Comissão Especial de Segurança Hemisférica, nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 1993 (EMA, 1993) [27].

Esse seminário destinou-se a levantar dados e informações que pudessem contribuir para o estabelecimento de uma agenda mínima a ser praticada na reunião da OEA, que viria a ter lugar em Buenos Aires, Argentina, nos dias 14 a 18 de março do ano seguinte, para

[27] A Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa encaminhou, por ofício, o relatório sobre o referido seminário para o Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

aprofundar o tema Confiança Mútua. Essa reunião, provocada pelos EUA e pelo Canadá, tinha como objetivo ensejar uma catalogação de mecanismos capazes de fomentar a prática da confiança no hemisfério.

Em seu relatório sobre esse seminário inicial, o chefe da representação brasileira na Junta Interamericana de Defesa, o General de Brigada José Plínio Monteiro demonstrou alguma preocupação com essas iniciativas, por acreditar que

> a temática sugere para alcançar seus fins, medidas que passam pela redução no orçamento e, por conseqüência, nos efetivos das Forças Armadas dos países latino-americanos. Sim, porque os mentores do tema não estarão sujeitos a essas restrições, e como os países do Caribe não dispõem de Forças Armadas, não é difícil concluir qual o endereço certo. (ESTADO-MAIOR DA ARMADA, 1993)

Ainda segundo essa autoridade, de certa forma justificando essa sua impressão inicial, os EUA deixavam antever que seus propósitos para a reunião de Buenos Aires seriam diretamente ligados ao enfoque militar, buscando medidas que permitissem padronizar as Forças Armadas, num contexto que não visualizava ameaças extracontinentais, o que equivaleria a um emprego em ações como combate ao narcotráfico, proteção ao meio ambiente, controle de armamentos, combate ao terrorismo e controle de calamidades, além da segurança interna de cada país.

Sua preocupação com as reais intenções dos EUA era tamanha que ainda se permitiu especular sobre um possível deslocamento do Comando Sul daquele país, que se encontrava no Panamá, para a Guiana, como forma de influenciar e assegurar um maior controle das ações militares, notadamente dos países sul americanos. Ressalvou, entretanto, que o presidente daquele vizinho brasileiro já havia desmentido o fato e que também havia rumores de que a localização daquele comando seria na Flórida.

Conclui procurando justificar mais racionalmente o que poderia ser interpretado, em alguns momentos de sua explanação, como um enfoque muito preconceituoso em relação aos EUA:

> O foco central do tema, conquanto a agenda explicite alguns assuntos correlacionados, é, sem dúvida, a questão dos militares. Os países ricos do Hemisfério pregam uma postura que não se aplica a eles próprios, mas fundamentalmente à América Latina. Quando afirmam que estão reduzindo seus efetivos militares em até 30%, não estão dando o mesmo tratamento ao problema dos demais países do sistema, pois que além de efetivos numerosíssimos, estão, na verdade, substituindo quantidade por alta sofisticação tecnológica em material de emprego militar, o que, em termos reais, equivale a aumentar o seu poder de combate. Outro não foi o objetivo maior da Guerra do Golfo que não o de demonstrar, a nível mundial, quem detém o poder. E como não respeitarão nada nem ninguém que tente impedí-los de conquistar seus objetivos, fica muito fácil compreender o quanto representará para eles o enfraquecimento dos sistemas de defesa dos demais países, notadamente os da América do Sul. Obsolescência do material, a quase impossibilidade de acesso a tecnologias de ponta, e mais a redução dos

> orçamentos de defesa e dos efetivos militares caem como uma luva. (ESTADO-MAIOR DA ARMADA, 1993)

Talvez, também preocupado com um possível “rolo compressor” dos EUA padronizando as medidas de confiança mútua no hemisfério contra os interesses brasileiros, o embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, representante permanente adjunto do Brasil junto a Organização das Nações Unidas (ONU) e presidente da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas, proferiu um palestra nesse evento, ressaltando que as medidas adotadas nos últimos oito anos anteriores àquele evento pelo Brasil e pela Argentina, em áreas relacionadas com o controle de armamentos, representaram um processo singular.

Para aquele diplomata, as medidas de fortalecimento de confiança adotadas não se iniciaram no terreno aparentemente mais fácil e menos controvertido das forças e armas convencionais. Na realidade, elas passaram completamente ao largo desse campo e foram diretamente para áreas muito mais sensíveis relacionadas com o desenvolvimento e a produção de armas nucleares, bem como de outras armas de destruição em massa.

O Brasil e a Argentina colocaram em funcionamento mecanismos bilaterais altamente confiáveis, sob supervisão internacional, destinados a assegurar que nenhum dos dois estava desenvolvendo ou produzindo armas nucleares. Os dois países também assumiram compromissos formais no sentido de não adquirirem outras armas de destruição em massa. Mostrando esses aspectos, naquele seminário, o Brasil, além de dar um bom exemplo de sucesso, dava também seu posicionamento contra quaisquer medidas que desconsiderassem os aspectos específicos sub-regionais, a história dessas relações e, principalmente, que inviabilizassem o seu posicionamento soberano em outros pontos da agenda internacional.

Quando essas iniciativas no âmbito da OEA, entretanto, começaram a surgir, a Argentina encontrava-se em um momento político interno no qual ainda se buscava afastar, definitivamente, seus militares do papel de protagonistas importantes em seu sistema político. Em 1984, após a Guerra das Malvinas, várias altas autoridades do regime militar foram presas, inclusive os ex-presidentes Jorge Videla, Leopoldo Galtieri, Roberto Viola e Reynaldo Bignone.

Foi assinado um acordo interpartidário, naquele país, para reforçar o processo democrático argentino. A comissão encarregada de investigar a questão dos "desaparecidos" constatou a existência de campos de concentração e campos de tortura, onde desapareceram cerca de 8.690 presos entre 1976 e 1982.

O país mergulhou em um estado de desconforto social. O povo ficou empobrecido, revoltado, e, sobretudo, descrente. Muitos cidadãos chegaram a deixar o país. Os militares,

também se encontravam empobrecidos e descontentes com as humilhações a que foram submetidos e passaram a apresentar vários focos de insatisfação, em que se sobressaíram líderes revoltosos, que tentaram, com uso da força, impedir modificações na conjuntura reinante. Podem-se citar como exemplos os movimentos de Campo de Mayo, na Semana Santa de 1987 e Montecaseros em janeiro de 1988, levados a efeito pelo Ten Cel Aldo Rico, e o de Villa Marteli em dezembro de 1988, levado a efeito pelo Cel Mohamed Ali Seineldin.

Em represália a esses movimentos, ou a pretexto de impedir outros idênticos que pudessem visar à tomada do poder, foram também praticados atos de terrorismo antimilitar, por civis de organizações extremistas, que tentaram a tomada de quartéis militares, em operações desatinadas, como a que ocorreu em janeiro de 1989, quando foi tentada a tomada e ocupação do Regimento de Infantaria n° 3, de La Tablada, em Buenos Aires. Esse movimento visava a aumentar o confronto entre as classes civil e militar, buscando desmoralizar esta última até onde fosse possível.

Em 1985 começou o julgamento dos antigos membros das juntas militares, julgamento esse que condenou cinco dos nove membros a penas que variaram entre quatro anos e meio de reclusão a prisão perpétua.

Pouco ocorreu nesses anos que pudesse servir de alento para o povo argentino. Nenhuma realização de vulto por parte do governo ou por parte da iniciativa privada mereceu destaque. Ao contrário, na área de responsabilidade do governo, por exemplo, observaram-se vários insucessos, merecendo destaque a redução da capacidade de produção de energia elétrica que causou, por três meses, imensos transtornos para a população, com cortes de energia de até seis horas diárias e com a redução nos horários de transmissão de TV para somente quatro horas por dia. Na área da iniciativa privada, o declínio da produção industrial é notório e sua conseqüência, o desemprego, se fez sentir de forma acentuada.

Some-se a todos esses problemas uma inflação gigantesca que em maio de 1989 atingiu os 100%. Restaram ao povo argentino, talvez como única motivação, as eleições de 14 de maio de 1989, com vistas à troca de governo e uma possível melhora nas condições de vida.

Apesar de a Guerra das Malvinas ter aberto importantes caminhos para as relações entre Brasil e Argentina, no campo militar, conforme afirmado no capítulo 2 deste trabalho, é possível se observar que os militares argentinos estavam ainda muito presos aos problemas políticos internos da Argentina durante toda a década de 1980. O ocaso e o desprestígio interno desses atores teriam que se agravar, os últimos resquícios de desconfiança entre militares argentinos e brasileiros teriam que ser eliminados, conforme visto no capítulo 3, para

finalmente haver avanços mais substanciais entre as duas Marinhas principalmente. Na década de 90 do século passado, coincidentemente após a Guerra Fria, todas as condições propícias a isto parecem ter se juntado.

No âmbito interno argentino, nas eleições de 14 de maio de 1989, saiu-se vitorioso o candidato peronista Carlos Saul Menem, que tomou posse em meio a uma grande expectativa, determinado a contornar esses problemas econômicos e a impedir novos problemas na área militar.

O seu antecessor, o Presidente Raul Alfonsin, havia sido um líder racional, reconhecido por seu esforço para a recuperação do governo e da lei e por seu trabalho para restituir força às instituições democráticas. O Presidente Menem era muito diferente e se aproximava mais do tipo dos líderes empíricos. Atuou nas diversas contendas que teve no país como um líder carismático, apelando a símbolos do poder, mas sem comprometer os programas do governo.

Foi um governo que, em um primeiro momento, parecia que ia modificar as estruturas da Argentina. Recebeu o governo em meio de greves e inflação galopante, mas conseguiu, no seu primeiro mandato, passar para segundo plano o poder sindical – que não fez greves durante o período de seu governo – modificou a política exterior inserindo a Argentina no contexto internacional, vinculando seus resultados à economia do país. Reduziu a inflação a praticamente zero e reestruturou todo o Estado. Conseguiu uma estabilidade monetária e uma desregulamentação econômica que trouxe uma era de paz e dividendos políticos que culminaram com sua reeleição.

O segundo mandato de Menem foi uma continuação do primeiro, com a venda ou privatização de empresas estatais, liberação do comércio e do sistema financeiro, abertura de mercado aos demais países e uma grande quantidade de obras de infra-estrutura. Nesse período a Argentina deu um salto qualitativo como nunca havia dado. Alcançou-se alguma paz social, ao se acreditar que havia um novo e bem sucedido projeto para o país de cunho nitidamente liberalizante. Seu sistema de comunicações atingiu o nível de países do primeiro mundo, o sistema viário foi privatizado e aumentaram as estradas férreas e de rodagem sob administração privada, foi autorizada a concessão de exploração privatizada de 33 aeroportos e estimulada a entrada de capital estrangeiro para aumentar os níveis de produção e de emprego.

Mas todas essas modificações tiveram um preço, que foi o endividamento externo e interno que atingiu níveis altíssimos, a redução no nível de emprego, a dificuldade de exportar devido à sobrevalorização do peso argentino – equiparado ao dólar americano, e a redução no

crescimento do produto interno bruto e, obviamente, a desnacionalização de importantes setores da economia.

Assim, pode-se entender porque uma possível proposta americana pela redução de gastos com Forças Armadas no continente sul americano teria condições de ser bem aceita pelo governo central da Argentina. Ajudaria a conter gastos no setor público e a enfraquecer, politicamente, os militares, além de, principalmente, se ajustar ao espírito liberal e privatizante do Governo Menem. Não é de se estranhar, portanto, que naquele ano de 1993, o posicionamento dos representantes argentinos no seminário da confiança mútua da OEA tenha sido genérico e pouco significativo, limitando-se a afirmar que se devia visualizar a segurança cooperativa à luz da confiança mútua e que deviam ser identificadas as supostas ameaças e as supostas origens. (EMA, 1993)

Essa postura do Governo Menem deixaria seus militares sem muitas opções profissionais. No caso de sua Marinha, a busca de parcerias com a MB viria a ser ainda mais justificável, como será visto neste trabalho, como uma questão de sobrevivência. Será uma forma de manter um mínimo de atividade profissional por meio da complementaridade de atividades.

A orientação minimalista militar do Governo Menem já podia ser sentida em 1991 quando aquela Administração sondou o Brasil e o Chile com uma minuta de um tratado onde era proposto o compromisso, entre esses três países, de não desenvolvimento, produção, aquisição ou armazenamento de armas de destruição em massa, sejam nucleares, químicas e bacteriológicas, bem como de sistemas de mísseis de alcance superior a 500 quilômetros.

Esse projeto contemplava ainda a redução de forças convencionais, sobretudo aquelas dispostas nas fronteiras comuns, e o estabelecimento de medidas de fortalecimento de confiança recíproca, por meio de intercâmbio de informações, notificação prévia ou observação de determinadas atividades militares. Previa-se ainda a criação de um Comitê Permanente de Segurança, composto por representantes de cada um dos três países, em nível de Embaixador, a ser sediado em Brasília, o qual tomaria decisões por unanimidade. Caberia a este Comitê receber denúncias de violação do tratado, bem como solicitações de inspeções. A verificação das obrigações contraídas em relação às armas de destruição em massa seria implementada no âmbito multilateral, através da Agência Internacional de Energia Atômica, pela adesão à Convenção sobre Armas Químicas que se negociava, naquela altura, na

Conferência de Desarmamento em Genebra, e pelo recurso ao mecanismo informativo emanado da Segunda Conferência de Revisão da Convenção sobre Armas Bacteriológicas.[28]

O Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil na ocasião, José Francisco Resek, ao solicitar a opinião da Marinha sobre a proposta (EMA, 1991 a), ressaltou haver aspectos positivos na iniciativa por ter o potencial de proporcionar consideráveis benefícios políticos ao Brasil, desde que fossem efetuadas algumas alterações que reduzissem o escopo do acordo ao factível em curto prazo, modificando-se principalmente as seções relativas a mísseis de médio e longo alcance e à redução de forças convencionais. Suas restrições aos mísseis ficavam por conta da dificuldade de se distinguir entre as atividades espaciais para fins pacíficos e as relacionadas à pesquisa ou produção de mísseis.

O então Ministro da Marinha, o Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores, na sua resposta ao Ministro Resek enfatizou, de imediato, aquelas que ele considerava as verdadeiras causas de tal proposta, das quais é possível se depreender, de certa forma também, algumas justificativas sobre o comportamento genérico e discreto da delegação argentina no seminário da OEA que vinha sendo aqui discutido. Nas suas palavras ele dizia que:

> a) o tratado induz redução de capacidades militares regionais, sendo, portanto, instrumento útil para ajudar o Governo argentino a limitar a presença política de suas Forças Armadas no cenário nacional, onde elas têm atuado com razoável autonomia corporativa, ao contrário do que ocorre no Brasil;
> b) o tratado atende a conveniência argentina de sustar o preparo regional, conveniência esta decorrente da má situação econômico-financeira da Argentina, se comparada com a do Chile; e
> c) o tratado é útil à evolução das Forças Armadas sul-americanas no sentido de transformá-las em guarda-costas e "gendarmerias" adequadas ao cumprimento de missões para-policiais (implementação da lei e da ordem). Essa evolução parece estar sendo desejada pelos Estados Unidos e já vem sendo objeto de medidas concretas através de interferências norte-americanas em alguns sistemas militares sul-americanos, sob a justificativa da questão das drogas (substituta da justificativa do passado recente, o "comunismo internacional") (...) (ESTADO-MAIOR DA ARMADA, 1991b)

Na visão daquele Almirante, portanto, a proposta da Argentina não atendia a hipótese de defesa regional contra uma agressão de potência (s) de fora da região e parecia refletir um estímulo à idéia de não agressão regional pela via da fragilidade militar mutuamente acordada, via esta que parecia ser desnecessária para evitar o confronto bélico regional, pois, no seu entender, "a segurança a nível regional é mais uma conseqüência natural de uma integração bem sucedida do que um pressuposto da integração" (ESTADO-MAIOR DA ARMADA, 1991b).

---

[28]Estado-Maior da Armada (EMA), Comando da Marinha (CM). Aviso Ministerial DNU/DAM-I/DECLA/DCIA/07/PFRO-LOO-E02 de 22 de Abril de 1991 do Ministro de Estado das Relações Exteriores para o Ministro da Marinha.

Quanto aos aspectos puramente militares da proposta acrescentou que:

> a) dificilmente haveria concordância quanto aos sistemas de armas para fins ofensivos ou defensivos, pois, de um modo geral, tais sistemas podem ser usados operacional e taticamente para um e outro propósito político-estratégico, sendo raros os casos em que o enquadramento "defensivo x ofensivo" pode ser feito apenas por critérios técnico-operacionais. O que faz um submarino, um míssil, um avião de ataque ou uma força mecanizada ser um instrumento ofensivo é o propósito do seu emprego; o conceito embutido na proposta argentina é, portanto, um conceito fluido e provocador de controvérsias; e
> b) a economia viável talvez fosse sensível na Argentina, mas desprezível no Brasil. Vale consignar, a respeito, que no ano de 1989 (portanto, já sob regime democrático) a Argentina gastou com defesa cerca de 2,5 % de seu PIB, enquanto o Brasil gastou 0,4% (Military Balance 90-91 do International Institute of Strategic Studies, Londres). Os três Ministérios brasileiros vêm sendo contemplados nos últimos anos com um total da ordem de 2,5 a 4% do OGU, valor irredutível salvo se concordarmos (creio que não existe tal concordância) com a evolução referida acima, em 2c). (ESTADO-MAIOR DA ARMADA, 1991b)

Ou seja, a proposta Argentina parecia possuir duas influências relacionadas a dois momentos históricos distintos, porém, interligados. O primeiro momento relacionava-se ao ambicioso projeto militar desenvolvido pela Argentina nas décadas de 70 e 80. Já o segundo momento era decorrente da política argentina contemporânea de aproximação dos EUA.

Decorrente do primeiro momento, surgiu a proposta de limitar as armas convencionais. Esse preceito era somente razoável para a Argentina que, naqueles anos, engajou num ambicioso projeto militar cujos fundamentos político-estratégicos provavelmente perderam força após a adoção do encaminhamento pacífico para as questões do Canal de Beagle e do Arquipélago das Malvinas. É bom ressaltar que nada semelhante aconteceu durante o regime militar de 1964 a 1985 e nem após, logo, o Brasil não tinha como fazer reduções substanciais de seus gastos militares, sem beirar a própria irresponsabilidade.

Do segundo momento, provavelmente, originou-se a proposta de limitação de alcance balístico no Cone Sul em 500 km. Esse valor não parecia possuir nenhum critério claro para sua escolha no âmbito do Cone Sul. Era muito mais uma limitação que servia à política das grandes potências, mas não era conveniente ao Brasil, ou mesmo à Argentina.

Quanto à proposta de se prestarem informações sobre atividades, gastos militares e distribuição de forças, não parecia haver, na opinião do representante máximo da Marinha, como não parece ainda hoje, a necessidade de fazê-lo, visto que já havia um excelente relacionamento naval com a Argentina e os exercícios conjuntos só não eram mais freqüentes e mais intensos devido às restrições orçamentárias. Se houvesse necessidade de mais intercâmbios, esses eram factíveis de ocorrer sem um tratado formal, que podia criar compromissos eventualmente inconvenientes.

Independente das preocupações dos militares brasileiros quanto ao conjunto das reais intenções estadunidenses no que se referia à proposta de se intensificar a introdução de

Medidas de Confiança Mútua no Hemisfério americano, o processo fora desencadeado, não cabendo mais ao Brasil abortá-lo ou ignorá-lo, pois as conseqüências neste caso poderiam ser piores, mas sim influenciá-lo.

O primeiro passo do governo brasileiro nesse caso foi promover, em Nova York, nos dias 08 e 09 de fevereiro de 1994 um encontro bilateral com representantes da Argentina para buscar um entendimento preliminar acerca da agenda a ser discutida na reunião de peritos em Medidas de Fomento à Confiança Mútua, no contexto de uma proposta maior, que seria a busca de um novo conceito de Segurança Hemisférica, que viria a se realizar em Buenos Aires no período de 14 a 18 de março de 1994, conforme já indicado.

O encontro que contou com a presença de diversas autoridades dos dois países tinha o objetivo de discutir, de forma bilateral, os pontos não coincidentes entre ambos, no que dizia respeito às Medidas de Confiança, visando contornar as dificuldades que os colocavam em posições quase opostas. (EMA, 1994) [29]

No relatório sobre esse encontro do Chefe da Delegação do Brasil na JID (EMA, 1994), o General-de-Brigada José Plínio Monteiro indicou que o governo argentino, definitivamente, procurava situar o país no universo das nações respeitadas, de forma a anular os efeitos das ações nefastas dos governos militares ali instalados, e que culminaram com o desastre da Guerra das Malvinas. O alinhamento automático com os Estados Unidos visava a buscar o apoio para construir essa nova imagem do país, voltado para a total eliminação de qualquer possibilidade de nova presença dos militares no poder. Com esse intento, já indicavam a intenção de reduzir os efetivos do Exército para cerca de quinze mil homens.

Os argentinos, continuava aquele militar, consideravam que o apoio às posições da potência hegemônica traria, em contrapartida, a segurança, não só para si, como para todo o sistema Hemisférico, impedindo que qualquer país, salvo os EUA, dispusessem de grande poder militar. Por força dessa convicção, já haviam renunciado aos projetos nucleares militares aos projetos de mísseis balísticos, como forma de obrigar os outros países a adotar a mesma postura.

---

[29] Embaixador Roberto Abdenur, Secretário-Geral do MRE, Embaixador Bernardo Pericás Neto, Chefe da Missão Permanente do Brasil ante a OEA, Embaixador Luiz Augusto Araújo Castro, futuro Chefe da Missão Permanente do Brasil ante a OEA e, naquele momento, Presidente da Comissão de Desarmamento da ONU, Embaixador José Viegas, Chefe do Departamento das Américas do MRE, General de Brigada José Plínio Monteiro, Chefe da Delegação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa e Adido Militar junto à Missão Permanente da OEA, dois diplomatas lotados na Missão brasileira junto à ONU, Vice-Ministro argentino das Relações Exteriores, Embaixador argentino junto à ONU, Embaixador argentino ante a OEA, Chefe da Delegação argentina junto à JID e dois diplomatas argentinos, sendo um acreditado junto à OEA e outro junto à ONU

Em meio às discussões sobre Confiança Mútua, derivou-se para uma observação do Embaixador argentino na ONU quanto à falta de cuidado do Brasil que, ao assinar um acordo com a China, no campo do lançamento de satélites, não deu ciência prévia ao seu governo. Ele mesmo se apressou em dizer que os próprios argentinos não agiram bem quando realizaram manobras militares com os EUA junto à fronteira com o Brasil, dando ciência ao governo brasileiro apenas 24 horas antes do início dos exercícios. O Embaixador Abdenur explicou que desde 1988 o Brasil vinha negociando com a China sobre essa questão e que a imprensa do mundo inteiro deu cobertura desses entendimentos.

A reunião de peritos sobre Medidas de Fomento à Confiança, na cidade de Buenos Aires[30], efetivamente viria a ocorrer em março de 1994 e os representantes brasileiros parecem ter afastado esses riscos de minimização exagerada das Forças Armadas sul americanas que vinham sendo apontados pelos militares brasileiros, conforme se pode verificar nas principais resoluções desta reunião:

> a) Foi atribuído mandato à OEA, através da Comissão Especial de Segurança Hemisférica, para prosseguir com os estudos de MCMs;
>
> b) A utilização mandatória de mecanismos de solução pacífica de controvérsias e a renúncia de utilização de força foram percebidas como medidas importantes, pois se via como improvável a construção da confiança onde persistam velhos antagonismos militares regionais;
>
> c) As medidas de confiança não podiam ser importadas de outras regiões, deviam ser desenvolvidas ou adaptadas para satisfazer às necessidades da realidade hemisférica;
>
> d) As MCM não deviam ser de um só tipo; podiam ser bilaterais, desenvolvidas por grupos sub-regionais ou serem de uma natureza mais ampla, de caráter multilateral;
>
> e) A estreita participação dos militares em assuntos de segurança era considerada importante para o desenvolvimento e a implantação das MCMs;
>
> f) O reconhecimento de que o conceito de segurança não era um termo de natureza estritamente militar, visto que o dito conceito compreende elementos variados, inclusive temas sociais, econômicos e relativos ao desenvolvimento,

[30] Estas iniciativas, no âmbito da OEA, tiveram suas origens em no ano de 1991 por conta de uma proposta canadense apresentada na Assembléia-Geral da OEA ocorrida em Santiago do Chile, onde a delegação daquele país buscava três pontos essenciais: a) assentar as bases da Segurança Hemisférica, mediante a consolidação de democracias estáveis e do regime do direito; b) fomentar a confiança através da transparência e observação de atividades militares; e c) prevenir e dirimir os conflitos e buscar, ao mesmo tempo, a limitação efetiva das armas.

assim como ameaças provenientes, entre outras, do tráfico ilícito de armas e drogas, e aspectos do meio ambiente;

g) A identificação de uma listagem de medidas de possível aplicação, de distintas classes, para fomentar a confiança e a segurança.

A discussão afastou-se, portanto, de possíveis limitações generalizadas das Forças Armadas sul americanas ou estabelecimento de proporções menores de gastos com defesa em relação ao PIB. Foi mantida também certa independência para que iniciativas de interesse bilateral ou sub-regional pudessem ser tomadas. Ou seja, as aproximações entre o Brasil e a Argentina, com seu ritmo próprio, por vezes mais efetivo e mais rápido que o propiciado pela iniciativa Hemisférica, no âmbito do MERCOSUL, podia ser mantido, em especial no âmbito da Marinha.

Na verdade, as MCMs entre Brasil e Argentina, quando pensamos nas suas Marinhas, ganhariam uma força renovada por meio de duas vertentes, que independiam das iniciativas da OEA, mas que se interelacionavam, em alguns momentos: a primeira vertente possuía um cunho mais governamental e podia ser incluída no bojo das diversas medidas de consolidação do MERCOSUL, enquanto a segunda vertente baseava-se nas boas relações históricas existentes entre a ARA e a MB, que foram mantidas em alguns aspectos e iniciadas em outros mesmo quando os dois países ainda apresentavam seus momentos mais tensos nas relações bilaterais, por ocasião do planejamento da construção da usina de Itaipu.

4.2.1 A Vertente das Boas Relações entre a ARA e a MB

A iniciativa pelo aprofundamento das boas relações entre as duas Marinhas, na década de 90, coube à ARA, que pela carta de número 51/95 de 25 de março de 1995 do Chefe da Armada Argentina, Almirante Molina Pico (SDM, 1995 a), formulou convite ao Ministro da Marinha para realização de uma reunião entre os Estados-Maiores da MB e da ARA, com a finalidade de estabelecer um mecanismo regular de encontros de trabalho, nos quais se analisassem novos campos de cooperação e entendimento e, fundamentalmente, de discussão e intercâmbio de idéias sobre questões estratégicas de interesse comum. A MB aceitou o convite por meio de carta datada de 17 de maio de 1995. (SDM, 1995 c) e (EMA, 1995 a)

Para essa reunião a ser realizada nos primeiros dias de outubro em Buenos Aires e a ser presidida pelo Director del Estado Mayor General de la Armada, o correspondente ao Vice-Chefe de Estado-Maior da Armada do Brasil (Vice-CEMA), o Ministro da Marinha do

Brasil aceitou a proposta e designou justamente como seu representante o Vice-CEMA para fazer contatos, acertar a agenda e fixar a data do primeiro encontro.[31]

Em 06 de julho de 1995, a ARA solicitou que a reunião fosse realizada entre 11 e 15 de setembro e sugeriu temas como o posicionamento estratégico das duas Marinhas, análise do programa de intercâmbios existentes e o estudo de outras áreas de cooperação. Áreas como a que seria proposta pelo Comandante da Força Aeronaval da Argentina, que, devidamente autorizado pelo Almirante Molina Pico, foi conversar com o embaixador brasileiro em Buenos Aires sobre a possibilidade da execução da chamada operação ARAEX III[32]. Sugeriu ainda um intercâmbio de pessoal das aviações navais, onde a ARA formaria os pilotos de asa fixa e a MB os de asa rotativa, além de oferecer técnicos daquela Marinha para inspecionar a catapulta do Navio Aeródromo Minas Gerais. Na verdade, a proposta era ainda um pouco mais ousada ao mencionar algo mais amplo como a defesa do MERCOSUL. (EMA, 1995 a)

A MB define a semana de 25 a 29 de setembro como a melhor época para a reunião, mas não agrega novos itens à agenda que acabou sendo fechada da seguinte forma: (EMA, 1995 d)

> a) Exposição por parte de cada uma das Marinhas, da sua visão estratégica naval;
>
> b) Experiências adquiridas durante os exercícios combinados bilaterais, e multilaterais, desenvolvidos nos últimos anos, com participação de ambas as Marinhas e o estabelecimento de pautas para seu futuro aperfeiçoamento;
>
> c) Intercâmbio de pessoal;
>
> d) Conveniência em estabelecer contatos diretos entre os distintos níveis dos respectivos Estados-Maiores;
>
> e) Identificar a possibilidade de realizar outros empreendimentos;
>
> f) Explorar a conveniência de se redigir um Memorando de Entendimentos, a ser assinado pelas mais altas autoridades navais, com o propósito de estabelecer um marco adequado às iniciativas de cooperação acordadas;
>
> g) Agendar as próximas reuniões.

---

[31] Por mensagem emitida em 06 de junho de 1995, o Adido Naval brasileiro na Argentina informou que a composição da delegação da ARA para o evento seria composta pelo VA Horacio Florencio Nestor Reyser, Director do Estado Maior Geral da Armada; CMG Miguel Angel Oliver, Chefe de Política e Estratégia; CMG Raul Cesar Pagano, Chefe do Departamento de Políticas Internacionais; e CMG Ruben Dari Gomes, Adido Naval argentino no Brasil.

[32] ARAEX é uma operação aeronaval com meios áreos dos dois países e com os Navios aeródromos disponíveis nas respectivas Marinhas.

Esta reunião, entretanto, acabou se dando entre os dias 18 e 22 de setembro em elevado clima de cordialidade, profissionalismo e franco companheirismo, consolidando, ainda mais os laços de amizade que vinham caracterizando as relações entre ambas as Marinhas. Durante o transcurso das reuniões de trabalho, desenvolveu-se o temário previamente acordado, ficando claro, segundo observado pela comitiva brasileira, que havia um espírito animando ambas as Marinhas para progredir nos diferentes aspectos de cooperação mútua, mas reconhecendo que as concretizações dos distintos projetos estariam sempre condicionadas às situações orçamentárias respectivas (EMA, 1995 d) [33].

Percebe-se, nesse encontro, uma tendência à consolidação da autonomia regional que já vinha se desenhando desde a década anterior, ao menos no âmbito de ambas as Marinhas. Ao se mencionar a Operação ATLASUR, que envolve navios da MB, da ARA, da Marinha da África do Sul e da AROU (Armada da República Oriental do Uruguai), foi solicitado pela ARA que não a vinculasse a qualquer outra operação, especialmente com a UNITAS, e que se realizasse em cenário geográfico lindeiro aos supracitados países, de forma a consolidar o Atlântico Sul como o local de atuação da operação ATLASUR. A MB concordou plenamente. (EMA, 1995 b) [34] Interessante notar que essa orientação da ARA parecia ser oposta à política de aproximação aos EUA que o Governo argentino vinha desenvolvendo, o que realmente se poderá confirmar mais adiante neste trabalho, quando forem analisadas mais detalhadamente as palavras do Almirante Reyser.

Em 1994, a ARA já havia convidado a MB, tendo esta concordado em que as unidades navais dos dois países que iriam participar da ATLASUR naquele ano se deslocassem conjuntamente, desde a cidade de Mar del Plata. Era uma forma de se "ampliar o intercâmbio de experiências profissionais, contribuindo para o fortalecimento dos laços de amizade entre as forças participantes, neste caso, em um âmbito geográfico de interesse comum." (SDM, 1994 c)

Aproveitou-se a ocasião também para se discutir a iniciativa apresentada pela Marinha da África do Sul, aos Adidos Navais da Argentina e Brasil naquele País, sobre a realização da Operação ATLASUR III e IV para os anos de 1996 e 1997, respectivamente. Além de haver

---

[33] A Ata de reunião realizada pela comitiva brasileira, datada de 22/09/1995, indica as seguintes autoridades que participaram dos encontros mais importantes: Director del Estado Mayor de la Armada Argentina, Vice-almirante D. Horacio F. Reyser, Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada do Brasil, Vice-Almirante Milton Medeiros de Oliveira, Capitán de Navío (ARA) D. Miguel Angel Oliver, Capitán de Navío (ARA) D. Rubén Carlos Pirra, Capitán de Navio (ARA) D. Raul Cesar Pagano, Capitán de Fragata (ARA) D. Mario Alberto Aguilera, Capitão-de-Mar-e-Guerra Antonio Carlos de Câmara Brandão, Capitão-de-Mar-e-Guerra Sergio Luiz Belmont Loncan e Capitão-de-Fragata Ruy Campos Ribeiro.

[34] Estado-Maior da Armada (EMA), Comando da Marinha (CM). Memória da Reunião de Estados-Maiores da MB e da ARA realizada entre 18 e 22 de setembro de 1995.

um acerto para se convidar a Marinha da África do Sul para participar das fases brasileira e argentina da Operação UNITAS XXXVII em 1996. Concordou-se também com o aceite da proposta da África do Sul para realizar se a Operação ATLASUR III somente em 1997, em águas africanas, até como forma de se prestar uma gentileza e ampliar a participação de ambas as Marinhas sul-americanas na comemoração do 75º Aniversário de criação daquela Marinha africana, mediante a presença de unidades argentinas e brasileiras durante o referido evento.

A ARA solicitou, também, que a MB apoiasse a idéia de que os convites a Marinhas estranhas ao âmbito interamericano para participarem de alguma fase da UNITAS fossem precedidos por consultas aos diferentes países participantes da Operação, mesmo para as fases em que os exercícios se realizassem nas águas da Marinha que pretendesse fazer o convite. Foi citado o caso da UNITAS de 1993, quando um oficial da Marinha espanhola compareceu por convite da US Navy, sem que os demais tivessem algum conhecimento a respeito.

Via-se nesse encontro um forte desejo da ARA para aproximar a extremos as duas Marinhas, visto que quando trataram da já tradicional Operação FRATERNO, os representantes daquela Marinha teceram comentários sobre a sua importância e lançaram a antiga idéia de ampliá-la com alguma operação anfíbia, ou seja, incluir tropas de fuzileiros navais com os respectivos desembarques.

Essa idéia, muito provavelmente, havia ganhado força, a partir do ano anterior, quando o Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, Almirante-de-Esquadra (FN) Luis Carlos da Silva Cantidio visitou o Comando e as unidades da Infantaria de Marinha da ARA, entre os dias 01 e 10 de novembro de 1994. (SDM, 1994 b) Ela esbarrava, entretanto, na dependência de autorização do Congresso brasileiro por envolver desembarque de tropa estrangeira em território nacional.

O maior entusiasmo nesse sentido, entretanto, focava-se na Operação ARAEX. Sentimento compreensível, pois a Força Aeronaval argentina encontrava-se em profunda crise existencial porque não via possibilidades de operar no seu próprio Navio Aeródromo em um futuro previsível. A ARA estava na iminência de aposentar o NAeL 25 de Mayo, sem poder substituí-lo por outro navio semelhante, por falta de recursos financeiros para tal.

Esse entusiasmo era justificado pelo pioneirismo e sucesso alcançado na primeira ARAEX, que fora levada a cabo dois anos antes, em 1993. Naquela oportunidade, foram realizadas operações aéreas de grande envergadura, que sem dúvida alteravam substancialmente as considerações estratégicas que os especialistas tinham sobre a defesa do Atlântico Sul. Os dois países demonstraram capacidade profissional e técnica, além de uma

surpreendente capacidade organizativa para realizar operações conjuntas daquela natureza. O Almirante Ivan da Silveira Serpa, Ministro da Marinha na ocasião, reconheceu esse importante marco em uma carta ao Vice-Almirante Enrique Emilio Molina Pico, Chefe do Estado-Maior da ARA.

> É com grande prazer que me dirijo a Vossa Excelência para expressar a satisfação da Marinha brasileira de operar com a Aviação Naval argentina, por intermédio de um Grupo-Tarefa capitaneado pelo Navio-Aeródromo Ligeiro Minas Gerais. Foi uma operação pioneira, em que os resultados alcançados, certamente, trarão proveitos comuns no campo profissional para as nossas duas Armadas. Além disso, o conhecimento mútuo que adveio de trabalharmos juntos a bordo de um mesmo navio, entrelaçou ainda mais os já fortes laços de amizade que unem os nossos marinheiros. (SDM, 1993 b)

Mesmo com a programação de manutenção do NAel Minas Gerais em 1994, ano da ARAEX II, o Brasil não permitiu que essa operação perdesse sua continuidade. Propôs que se incorporasse a Operação ARAEX II no bojo da Operação FRATERNO XIV que se daria mais no final daquele ano. O Almirante Serpa estava certo que propondo tal alternativa resultaria "em grande ganho para o adestramento conjunto (...)". (SDM, 1994 a). Esse esforço da MB foi reconhecido, simbolicamente, pela ARA, nos primeiros meses de 1995, por meio da condecoração do NAel "Minas Gerais" com a "Orden de Mayo al Mérito Naval en el Grado de 'Gran Cruz Almirante Guillermo Brown'" [35]. (SDM, 1995 b)

O objetivo maior, portanto, era efetuar uma operação completa com aeronaves Tracker a bordo do NAeL Minas Gerais da MB em novembro de 1995. O Vice CEMA brasileiro, Vice-Almirante Milton Medeiros de Oliveira, propôs, então, que se iniciasse logo, na ARAEX III, as operações de pouso e decolagem no NAeL com a aeronave Super Etendart. Isto, segundo os representantes argentinos informaram, dependia ainda de estudos de viabilidade técnica à vista das características da aeronave e das condições da catapulta e aparelho de parada do Minas Gerais, mas que as chances seriam altas na ARAEX IV, em 1996. O próprio Ministro da Marinha já havia participado à ARA sobre sua concordância para que se utilizasse a catapulta do Nael "Minas Gerais para esse exercício, por meio de correspondência datada de 12 de setembro de 1995, em resposta a uma proposta da ARA de 21 de julho de 1995. (SDM, 1995 d)

O Vice CEMA sugeriu também a possibilidade de serem realizadas operações aéreas na área de Cabo Frio, com aeronaves argentinas. A idéia, apesar de aceita com entusiasmo, dependeria ainda de estudos de caráter logístico, tendo em vista o translado de aeronaves e a carência de recursos financeiros para tal.

---

[35] Ordem de Mayo ao Mérito Naval no Grau de "Gran Cruz Almirante Guillermo Brown"

Para facilitar e racionalizar os recursos em ambas as operações acertou-se que quando a Operação FRATERNO fosse realizada em águas argentinas, deveria se executar a Operação ARAEX imediatamente antes da operação FRATERNO, com vistas à qualificação das equipagens e do pessoal para os exercícios avançados a serem realizados na FRATERNO. Esta operação, a ser realizada logo a seguir, mas de forma bem diferenciada, contaria com a participação do NAeL Minas Gerais e do Grupo Aeronaval Embarcado (GAE) argentino. Quando a Operação FRATERNO se desse em águas brasileiras, a Operação ARAEX se daria em águas argentinas. Nesse caso, seria considerada a possibilidade de se desenvolver mais algum exercício com o NAeL Minas Gerais, independente da qualificação de pilotos e equipagens. (EMA, 1995 c)

Na área de intercâmbios de pessoal, concordou-se em aumentá-los, desde que as respectivas Marinhas pudessem analisar o número de oficiais e praças a cada ano, de modo a atender aos respectivos interesses. (EMA, 1995 f) [36] Via-se a necessidade de ampliar o Memorando de Intercâmbio de Pessoal vigente entre as Marinhas que havia sido firmado em Buenos Aires em 31 de outubro de 1988, com o propósito de dar mais capacidade ao programa de intercâmbio. Para isso, foi proposto levar às suas mais altas autoridades a assinatura de um Memorando de Entendimentos, no qual se ampliassem os campos de ação e se estabelecesse o marco de referência necessário para desenvolver as diferentes iniciativas que surgissem entre as Marinhas. (EMA, 1995 c)

A ARA fez a entrega de uma minuta de projeto de Memorando de Entendimentos, com o objetivo de ser analisado pelo Estado-Maior da Armada do Brasil, para se ter uma versão consensual do mesmo, e que oportunamente, fosse apresentada às máximas autoridades das respectivas Marinha para sua correspondente aprovação. Concordou-se que o referido Memorando fosse suficientemente flexível para não tolher as iniciativas das partes e satisfatoriamente específico de modo a permitir algum balizamento que facilitasse o efetivo atingimento dos propósitos do referido documento.

---

[36] A ARA se antecipou e, já naquele encontro, ofereceu e solicitou os seguintes cursos para o ano de 1996: intercâmbio de dois oficiais alunos nas respectivas escolas de aviação naval (asa fixa na Argentina e Asa rotativa no Brasil, intercâmbio de um piloto entre Esquadrões de Helicópteros, Intercâmbio de um oficial superior de Infantaria Marítima (IM) da ARA, para desempenhar funções como membro de Estado-Maior de uma Divisão ou Força, e um oficial superior Fuzileiro Naval (FN) brasileiro para fazer o mesmo na ARA, intercâmbio de um oficial superior para o curso de Comando y Estado-Mayor na ARA e o correspondente na Escola de Guerra Naval da MB, intercâmbio de um Guarda-Marinha para realizar as respectivas viagens de instrução, intercâmbio de um oficial superior de IM para os cursos de Comando y Estado-Mayor de IM e o correspondente na Escola de Guerra Naval da MB, convite para que um oficial subalterno FN da MB realizasse o curso aplicativo de IM na Escola de Oficiais da Armada e intercâmbio de oficiais superiores submarinistas para o curso de atualização de Comandantes.

De antemão, entretanto, foi acertado um rol de procedimentos para facilitar o intercâmbio de pessoal nas áreas operativa, de inteligência, instrução e adestramento, técnica, pesquisa e desenvolvimento, e saúde. Dentro dessas áreas, seriam especificados quais eram os oferecimentos e solicitações, que cada Marinha efetuaria. Durante o mês de julho de cada ano, se enviaria à outra Marinha os oferecimentos e solicitações de intercâmbio de pessoal para o ano seguinte. Analisada a proposta recebida, cada Marinha informaria durante o mês de setembro seguinte, quais os convites que foram aceitos e a possibilidade de atender as solicitações formuladas; tudo isso feito por meio dos respectivos Estados-Maiores, que se dispunham a também analisar e tramitar os pedidos que, por qualquer razão, não seguissem esse trâmite. Seriam aproveitadas as reuniões entre Estados-Maiores para solucionar ou esclarecer aqueles temas que não pudessem ser resolvidos por essa via. (EMA, 1995, e)

As comunicações diretas entre os oficiais dos respectivos Estados-Maiores também seriam facilitadas por meio da desburocratização para se efetuarem os contatos. Os respectivos Vices CEMA, Subchefes de Estratégia e Chefes da Divisão de Planejamento estariam autorizados a manterem contatos instantâneos sem autorização superior.

Trabalhos cooperativos entre as Marinhas, especialmente em áreas de desenvolvimento científico e tecnológico, foram aventados, sem, contudo defini-los com mais exatidão, em função da escassez de recursos necessários para implementá-los e do grau de sensibilidade que certos assuntos poderiam ter, como, por exemplo, o setor de propulsão nuclear brasileiro.

A ARA encontrava-se, nessa ocasião, com uma baixa auto-estima, e não totalmente alinhada às posições liberalizantes e defensoras do Estado mínimo de seu governo. Para minimizar essa situação, o Sub-jefe del Estado Mayor General de la Armada, Almirante Eurico, com o intuito de aumentar a visibilidade a ARA junto à sociedade argentina solicitou, com extrema ênfase, que a MB aceitasse a divulgação na mídia argentina da operação ARAEX a bordo do NAeL, de modo a permitir uma melhor compreensão daquela sociedade sobre a importância da contribuição da ARA na defesa dos interesses marítimos argentinos.

Essa postura foi encontrada ainda em maior grau no seu chefe, Almirante Reyser, Director del Estado Mayor General de la Armada, o qual demonstrou, nos contatos mantidos, a necessidade de as operações navais argentinas, nacionais, bilaterais e multilaterais, terem a conotação de exercícios de adestramento visando à defesa dos interesses econômicos dos MERCOSUL, com a decorrente divulgação à mídia através de jornalistas simpáticos à ARA, a qual, segundo ele se encontrava muito desgastada perante a opinião pública.

Naquele momento, a ARA buscava se lançar mais em direção ao poder, especialmente o Congresso, bem como em direção à sociedade por meio de elementos selecionados da mídia, além de procurar pontos de contato com o ambiente econômico, valorizando tarefas subsidiárias, antes relegadas a plano secundário.

Essa nova postura, além de necessária politicamente, era facilitada porque, segundo o Almirante Reyser, a ARA não estava mais vendo sentido em gastar dinheiro com corridas armamentistas com o Brasil, conforme ocorrera no passado, visto que a criação do MERCOSUL em dezembro de 1991 teria selado definitivamente o pacto de total confiança mútua e o redirecionamento dos recursos para projetos cooperativos com a MB. Esses projetos, no seu entender, deveriam se dar de forma paulatina e consistente, mas sem queimar etapas e saltar longe demais, pois haveria o risco de retrocessos, sempre constrangedores, e de caminhos penosos para a reversão das expectativas na direção correta.

Deixou entender também, como forma de tranqüilizar os seus interlocutores brasileiros, que, embora houvesse naquele momento algum alinhamento não automático do Governo argentino com o dos EUA, a ARA vinha procurando manter-se apenas dentro dos seus padrões de interesse operativo no relacionamento com a US Navy, chegando mesmo a não dar respaldo a uma tendência das Forças Armadas americanas para proporem exercícios multilaterais com comando unificado para Marinha, Exército e Força Aérea.

Aquele Almirante demonstrou também um grande desagrado com o fato da US Navy ter designado como Comandante do Esquadrão de navios de superfície do Grupo Tarefa norte-americano da UNITAS, que estava prestes a se realizar, um Oficial da Guarda Costeira americana. Isto poderia ser um indício da nova postura estratégica naval dos EUA, divulgado por um documento intitulado “From the sea”, segundo o qual a guerras a partir de então seriam costeiras. Ou seja, uma política nítida de organização da força naval voltada para conter e sufocar os estados menos poderosos, mas eventualmente problemáticos ou recalcitrantes.

A incorporação do Chile ao MERCOSUL era também uma preocupação da ARA nas palavras do Almirante Reyser, visto que aquele país, pode-se assim interpretar, caso incorporado, seria menos um risco externo potencial para uma instituição já tão combalida financeiramente, que naquele momento já vinha privilegiando o atendimento das operações de paz da ONU não apenas como suporte à política externa de seu Governo, mas, também, como forma de revelar sua utilidade à comunidade internacional, além de adquirir um reforço

orçamentário e melhorar a remuneração de seu pessoal, ao menos momentaneamente. (EMA, 1995 g) [37]

A situação financeiro-orçamentária da Argentina naquele momento era tão caótica que a simples revelação do Vice-CEMA brasileiro de que o presidente da república brasileira já havia encaminhado o Plano Plurianual (PPA) para os próximos quatro anos causou profunda admiração. A Argentina mal conseguia planejar e ser fiel ao orçamento anual.

A ARA vinha perdendo muito da capacidade operativa de seus meios, especialmente na aviação naval em função da aposentadoria do NAeL 25 de Mayo, mas ainda possuía experiência técnica acumulada que parecia disposta a dividir com o Brasil, em maior grau que com o Chile ou os EUA, países pelos quais ainda nutriam muita desconfiança, segundo pôde-se observar nas conversas de bastidores daquela reunião de Estados-Maiores. Esse interesse era também uma forma de poder manter um mínimo desse conhecimento desenvolvido ao longo de mais de 30 anos e ainda aspirar por dias melhores no futuro.

Como o Brasil tinha algum grau de preocupação com relação à manutenção das turbinas TYNE utilizadas nas Fragatas classe “GREENHALGH” da MB, a ARA se predispôs a apoiar na sua manutenção, visto que eram turbinas do mesmo tipo mantido pelas Fragatas tipo 42 da Argentina.

Também não se intimidaram em dar suas sugestões, em uma simples visita da comitiva brasileira à Base Naval de Puerto Belgrano, quanto ao melhor caminho que a MB devia tomar para implantar a “asa fixa” na sua Força Aeronaval. O Capitán de Navio Curilovic, um dos pilotos de Super Etendart que atacou e afundou o porta-contentor Atlantic Conveyor na Guerra das Malvinas, indagado quanto à melhor aeronave para operar no NAeL Minas Gerais, disse que inexistiam no momento aeronaves novas de bom desempenho capazes de operar em Nae(s) do porte do Minas Gerais ou do 25 de Mayo e que aquelas que ainda existiam operando estavam sendo descontinuadas. A melhor solução seria a aquisição de um NAe do porte dos franceses da Classe CLEMENCEAU, de cerca de 30.000 toneladas, de modo a iniciar as operações aéreas com aeronaves bastante simples até o atingimento da completa familiarização com a aviação embarcada. Coincidência ou não, o Brasil viria a tomar exatamente essa linha de ação cinco anos mais tarde.

---

[37] O Subchefe de Estratégia brasileiro que também fazia parte da comitiva observou em seu relatório que: a) havia um forte êxodo de praças que procuravam melhores salários na iniciativa privada, b) o ingresso nas FFAA vinha se mantendo abaixo do necessário, c) a redução de pessoal vinha aumentando a carga de trabalho diário dos que permaneciam, d) um Capitão de Navio ganhava somente cerca de US$ 2.400,00 dólares, e) o governo somente aceitava aumentar substancialmente o salário dos Almirantes e dos Capitães de Navio, mas os militares em geral não concordavam, e f) as Missões de Paz era uma das principais tarefas das FFAA porque afastava os militares dos problemas do campo interno.

Podemos sintetizar o resultado dessa primeira reunião de Estados-Maiores, utilizando as palavras do Subchefe de Estratégia do EMA, CMG Antonio Carlos da Câmara Brandão, em seu relatório sobre a mesma reunião:

> As reuniões transcorreram num clima de ampla camaradagem e o propósito maior foi o de ampliar a confiança mútua entre os dois países, pondo um ponto final no clima de desconfiança recíproca que marcou o passado recente (...). Os argentinos foram humildes, nos mostraram tudo, contaram fatos jamais imaginados em um diálogo entre autoridades navais dos respectivos países. Trocaram a arrogância pela humildade e pelo espírito de aproximação. Tudo leva a crer que renunciaram a qualquer tipo de liderança militar, no âmbito regional. Querem, isto sim, sobreviver. (EMA, 1995 g)

A comitiva brasileira ficou tão bem impressionada com a receptividade que não demorou para que o Ministro da Marinha agradecesse, formalmente, aquele importante passo nas relações bilaterais das duas Armadas.

> Dirijo-me a Vossa Excelência para manifestar a minha satisfação como os resultados alcançados na primeira reunião entre o Diretor do Estado-Maior Geral da Armada Argentina e o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil, realizada recentemente em Buenos Aires.
> Gostaria de expressar os meus agradecimentos pela hospitalidade e atenções dispensadas à comitiva da Marinha do Brasil. A eficiente organização dos eventos, a cargo do Diretor do Estado-Maior Geral da Armada Argentina, Vice-Almirante Horácio F. Reyser, em muito facilitou o andamento dos trabalhos, cujos resultados, tenho certeza, contribuirão ainda mais para estreitar os laços de amizade e entendimento mútuo que unem nossas instituições. (SDM, 1995 e)

Na verdade, os argentinos também não deveriam ter muitas razões para duvidar das intenções da MB ou mesmo do Governo brasileiro. Se analisarmos a palestra proferida naquela ocasião por esse Subchefe de Estratégia, vemos que ele apresentou o conceito estratégico da MB sem rodeios ou omissões que gerassem desconfianças ou transmitissem algum tipo de ameaça a seus vizinhos que não fosse a manutenção da soberania brasileira e seus direitos consolidados em tratados internacionais.

Afirmou, de imediato, que o Brasil é uma nação que tem, historicamente, atuado no plano das relações internacionais com plena consciência do seu valor, potencial e poder, buscando uma justa ordem social política e econômica nesse âmbito. Foi categórico em também afirmar que o Brasil é uma nação territorialmente satisfeita, com fronteiras perfeitamente demarcadas, sem contenciosos, diferenças ou ressentimentos decorrentes de motivações territoriais com seus dez vizinhos, todos interessados em desenvolvimento regional harmônico e integrado.

A MB, obviamente, acreditava e acredita que a consciência marítima nacional via o valor do uso do mar para o desenvolvimento integral do País, visto que é através do mar que

chegariam as mais evidentes demonstrações de amizade; seriam também por meio de suas vias que se realizam as maiores oportunidades de intercâmbio comercial do País; no mar, circulariam as riquezas, das quais o País depende para o atendimento de suas necessidades vitais; e nele poderiam ser transportadas ameaças à independência, soberania e bem-estar dos brasileiros.

A MB reconhecia, assim, que a área de efetiva atuação das suas Forças era a parte meridional do Oceano Atlântico, compreendendo o Atlântico Sul e a área imediatamente ao norte do Equador, pelos seguintes motivos:

> a) Essa é a região econômica que confronta com o litoral do Brasil e onde se concentra a totalidade do tráfego marítimo de interesse brasileiro;
>
> b) É o espaço econômico que se constitui prolongamento natural e complementar do espaço territorial brasileiro e onde se desenvolverão as atividades de exploração e explotação de recursos, fundamentais para o progresso sócio-econômico do povo brasileiro;
>
> c) É o espaço oceânico que poderá ser palco de ação de ameaças externas ao território e interesses brasileiros.

De forma geral os grandes interesses político-estratégicos brasileiros dependentes do uso do mar foram sintetizados da seguinte forma para aquela platéia de militares argentinos:

> a) Implementação do desenvolvimento nacional sócio-cultural-econômico pelo intercâmbio realizado através das vias marítimas;
>
> b) Manutenção da integridade do patrimônio nacional;
>
> c) Manutenção da estabilidade e da paz na região em questão;
>
> d) Contribuição para o conhecimento científico da região antártica e participação no processo de decisão do seu destino;
>
> e) Desenvolvimento regional harmônico e integrado, com utilização equânime dos benefícios do espaço oceânico;
>
> f) Estreitamento de laços com os demais países sul-americanos, da margem ocidental do Atlântico Sul e com os países africanos da margem oriental, aos quais o Brasil é ligado por laços culturais e históricos.

A MB pretendia contribuir para esses interesses assegurando a manutenção do fluxo de transportes marítimos vitais ao País, mantendo a integridade das instalações litorâneas de valor estratégico, respaldando a política externa brasileira por meio de ações de presença em

portos estrangeiros e com ações visando ao aumento da confiança mútua, contribuindo para manter o Atlântico Sul como sendo uma Zona de Paz e Cooperação, assegurando o cumprimento dos dispositivos constantes da III Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a chamada Convenção da Jamaica, e participando, dentro de suas possibilidades, com observadores e contingentes militares das Forças de Paz, criadas sob a égide de Organismos multilaterais.

Ambas as delegações expressaram a grande satisfação e o beneplácito provocados pelas coincidências conceituais e pelos importantes aspectos em comum, que caracterizam as respectivas visões estratégicas, além de manifestarem a relevância e a transcendência dadas pelas respectivas Marinhas, ao início daquela etapa de intercâmbio de idéias a nível estratégico. (EMA, 1995 c)

As perspectivas no relacionamento bilateral eram tamanhas que já no primeiro trimestre de 1996 o Memorando de Entendimento havia sido revisado pela MB e estava pronto para ser aprovado. A sua assinatura se daria na visita do Ministro da Marinha do Brasil à Argentina que estava agendada para uma data próxima. (EMA, 1996 a)

De fato, no dia 11 de setembro de 1996, os representantes máximos de cada uma das Marinhas assinaram em Buenos Aires o Memorando de Entendimento praticamente sem alterações em relação ao documento original sugerido pelos argentinos há cerca de um ano daquela data.

Esse bom andamento nos projetos comuns quase sofreu uma pequena descontinuidade por conta das dificuldades financeiras que assolavam a ARA. Em carta datada de 03 de abril de 1996, O Chefe do Estado-Maior da ARA, Almirante Enrique Emilio Molina Pico, as expôs claramente.

> Tenho o prazer de me dirigir a Vossa Excelência, para lhe informar que motivado pelas importantes restrições orçamentárias determinadas pelo governo nacional, a Armada Argentina está se vendo obrigada a realizar um profundo ajuste e ordenamento de todas as suas atividades programadas para o ano em curso.
> A respeito, cabe assinalar que entre as medidas que deverão ser adotadas, estão incluídas as participações no exercício UNITAS XXXVII e nas Operações FRATERNO XVI e ARAEX IV, em todas as suas fases e etapas.
> Esta decisão teve que ser tomada, apesar do relevante significado que nossa Armada tem dado a estas operações combinadas desde suas origens, porém como seguramente será da compreensão do Senhor Almirante, aspectos que são totalmente alheios a nossa vontade impedem a intervenção argentina em tão transcedentes acontecimentos. (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 1996 c, tradução nossa) [38]

[38] Original em espanhol: “Tengo el agrado de dirigirme a usted, a efectos de informale que con motivo de las importantes restricciones presupuestarias ordenadas por el gobierno nacinal, la Armada Argentina se ha visto obligada a realizar un profundo ajuste y ordenamiento de todas sus actividades programadas para el año en curso.
A respecto cabe señalar que entre las medidas que lamentablemente se han debido adoptar, se ha dispuesto cancelar nuestra participación en el ejercicio UNITAS XXXVII y en los operativos FRATERNO XVI y ARAEX IV, en todas sus fases y etapas.

O Ministro da Marinha brasileira lamentou profundamente o fato e fez votos para que as dificuldades fossem logo superadas, de forma a permitir a pronta retomada daqueles exercícios conjuntos, que tanto vinham contribuindo para o adestramento das forças navais e para o estreitamento dos fraternais laços de amizade. Apelou mesmo para que um esforço maior nesse sentido fosse realizado.

> Gostaria, mesmo, de lhe encarecer, se ainda viável, a revisão parcial da decisão, de modo a que pelo menos uma das operações Argentina-Brasil (Fraterno ou Araex) possa ser realizada. Considero que o alcance político para nossa crescente integração justificaria o esforço, mais até do que o ganho puramente relacionado ao adestramento militar-naval.
> Se a Marinha do Brasil puder contribuir, de alguma forma, para a solução do problema, estaria muito satisfeito e pronto a discutir o assunto. (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 1996 c)

Preocupado com uma possível repercussão negativa na MB decorrente da posterior decisão da ARA de participar tão somente da UNITAS, O Chefe do Estado-Maior da ARA, Almirante Enrique Emilio Molino Pico, apressou-se a apresentar suas explicações de forma a manter as relações no bom nível que se encontravam.

> Tenho o prazer de me dirigir a Vossa Excelência, com relação às Operações FRATERNO XVI e ARAEX IV.
> A respeito, devo trazer à pauta que nas notas de 3 de abril e 28 de junho próximo passado, a Armada Argentina expôs em detalhes as razões pelas quais se devia adotar a difícil decisão de suspender sua participação em todas as operações multilaterais previstas para se realizarem durante o ano em curso.
> Como seguramente recordará o Senhor Almirante, nas notas acima mencionadas, se destacava a importância e transcendência atribuída às Operações FRATERNO e ARAEX, com assim também o grau de prioridade atribuído às mesmas.
> Sobre o particular, devo por a seu conhecimento, que recentemente, foi recebido do Senhor Presidente da Nação, a diretiva para participar na UNITAS XXXVII, razão pela qual, se estão levando a cabo as gestões orçamentárias necessárias para o cumprimento da ordem recebida.
> A decisão presidencial citada, precedentemente, reconhece como único incentivo, a proximidade da realização do mencionado exercício multilateral e em nada afeta, nem altera, as prioridades atribuídas para a execução da próxima FRATERNO e ARAEX.
> Pelas razões expostas, considero oportuno reiterar que o Estado-Maior continua realizando os máximos esforços na procura de conseguir com a Marinha do Brasil, a realização de tão importantes e significativas operações. (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 1996 b, tradução nossa) [39]

Esta decisión ha debido ser tomada, a pesar del relevante significado que nuestra Armada le ha dado a estas operaciónes combinadas desde sus origenes, pero como seguramente será de la comprensión del señor Almirante, aspectos que son totalmente ajenos a nuestra voluntad, impiden la intervención argentina en tan trascendentes acontecimientos."

[39] Original em espanhol: "Tengo el agrado de dirigirme a usted, con relación a los Operativos FRATERNO XVI y ARAEX IV.
Al respecto, debo traer a locación, que en las notas del 3 de abril y 28 de junio, próximo pasado, la Armada Argentina expuso en delalle las razones por las cuales se debió adoptar la difícil decisión de supender su participación en todos los operativos multilaterales previstos realizar durante el año en curso.
Como seguramente recordará el señor Almirante, en las notas arriba mencionadas, se destacaba la importancia y transcendencia asignada a los operativos FRATERNO e ARAEX, como así también, el grado de prioridad asignado a los mismos.

De fato, ambas as operações acabaram ocorrendo ainda em novembro de 1996, apesar dessa quase intransponível dificuldade financeira da ARA, o que chegou a impressionar muito positivamente o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Marcos Castrioto de Azambuja, que, após visitar o Nael "Minas Gerais", encaminhou correspondência ao Ministro da Marinha elogiando o profissionalismo, seriedade e dedicação por parte das diversas unidades envolvidas e de seus comandos. (SDM, 1996 a)

Assim sendo, o projeto para a formalização de um Memorando de Entendimentos entre as duas Marinha continuou sem nenhum problema. O referido Memorando, na declaração das duas Marinhas, era inspirado pelo espírito de estreitamento de laços de amizade entre ambas as organizações, contribuindo de forma decisiva para o processo de complementação e integração que estava sendo levado a cabo no MERCOSUL. O seu propósito era estabelecer um marco regulador que servisse de base para o desenvolvimento de novos campos de cooperação, complementação e entendimento mútuo. As reuniões anuais, entre os respectivos Estados-Maiores, que teriam como propósito desenvolver e supervisionar todas aquelas atividades e iniciativas que envolvessem ambas as Marinhas, seriam o fórum adequado para a discussão e o intercâmbio de idéias sobre questões estratégicas de interesse comum. (EMA, 1996 c)

As reuniões de trabalho que seriam presididas pelo Diretor do Estado-Maior Geral da Armada Argentina e pelo Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada do Brasil deveriam proporcionar uma coordenação centralizada para a execução descentralizada a ser desenvolvida nas diversas organizações de cada uma das Marinhas.

O esforço de cooperação, sempre levando em consideração as restrições orçamentárias de cada Marinha, se focaria, inicialmente, mas não unicamente, em sete grandes áreas: na área de operações, na busca de uma maior interoperabilidade entre as Marinhas, por meio do desenvolvimento e da otimização de todas as atividades que tivessem relação com esta área; na área de inteligência, por meio da troca de informações de interesse comum; na área de instrução e adestramento, ao se realizarem esforços para facilitar as oportunidades de adestramento, programas de intercâmbio de pessoal e acesso às facilidades de formação e

---

Sobre el particular, debo poner en su conocimiento, que recientemente, se ha recibido del señor Presidente de la Nación, la directiva para particpar en el UNITAS XXXVII, razón por la cuál, se están llevando a cabo las gestiones presupuestarias necesarias para el cumplimiento de la orden recibida.
La decisión presidencial citada precedentemente, reconece como único incentivo, la proximida de la realización del mencionado ejercicio multilateral y en nada afecta ni altera, las prioridades asignadas a la ejecución del próximo FRATERNO y ARAEX.
Por la razones expuestas, es que aprecio oportuno reiterarle, que el Estado Mayor continúa realizando los máximos esfuerzos en procura de lograr con la Marina de Brasil, la realización de tan importantes y significativos operativos.

instrução; na área técnica, para se trocar informações e experiências, nos distintos campos da atividade naval; na área de pesquisa e desenvolvimento, buscando-se identificar possibilidades de desenvolver empreendimentos em temas de interesse comum; na área de logística, por meio da coordenação de esforços para uma melhor utilização do apoio logístico mútuo possível; e na área de saúde, trocando-se informações e experiências nos assuntos correlatos de interesse.

O Memorando, que entrava em vigor naquela data e teria uma vigência de dois anos, podia ser prorrogado automaticamente por períodos de tempos similares, salvo se fosse denunciado por escrito por alguma das partes, pelo menos seis meses antes do início de qualquer período subseqüente. Sua única restrição envolvia certo cuidado com a possibilidade de se transferir qualquer tecnologia a terceiros, quando cada caso seria analisado individualmente.

Na verdade, independente da entrada em vigor do referido Memorando ou não, as duas Marinhas já agiam como se ele estivesse. Tanto é assim que a segunda reunião de Estados-Maiores já havia se dado há alguns dias antes, em Brasília, no dia 06 de setembro de 1996, respeitando-se o prazo de aproximadamente um ano entre cada encontro, conforme havia sido acordado na reunião anterior. Buscavam-se os mesmos excelentes resultados anteriores nas palavras do Vice-CEMA brasileiro, Vice-Almirante Fabio. (EMA, 1996 b)[40] O Vice-almirante Reyser da ARA também estava bastante motivado e agradecido pela acolhedora e fraterna recepção.

A reunião tinha a agenda programada com uma revisão da ata da primeira reunião, propostas diversas que podiam ser definidas, a critério de cada Armada, ao longo do encontro, desde que respeitassem as áreas previstas no Memorando de Entendimento que estava prestes a ser assinado. Permitia-se, também, a troca de opiniões para se identificar a possibilidade de novos empreendimentos comuns.

Quanto à visita à África do Sul para participar da ATLASUR III e dos festejos do 75º aniversário de criação da Armada Sul-africana, decidiu-se pela criação de um Grupo Tarefa único, a ser composto por meios navais das duas Marinhas. Concordaram, também, em aproveitar a oportunidade para visitar mais algum porto africano conjuntamente.

---

[40] Participaram dessa reunião pelo MB o Vice-Almirante Fábio Soares Carmo, Contra-Almirante Miguel Angelo Davena, os Capitães-de-Mar-e-Guerra Antonio Carlos da Câmara Brandão, Antonio Carlos Monteiro e Bruno Walter Chagas Considera; e pela ARA Vice-almirante Horacio F. Reyser, Capitán de Navio D. Raul Cesar Pagano e Capitán de Navio D. Ruben Carlos Pirra.

Ressaltaram a importância de realmente evidenciarem o espírito interamericano da Operação UNITAS, evitando-se convidar qualquer Armada fora da região, sem a consulta prévia aos demais. Em 1996, especificamente, o Brasil havia convidado para participar da fase brasileira da UNITAS a Argentina, a África do Sul, o Canadá, a Espanha, o Uruguai e a Venezuela, tendo se preocupado em fazer as consultas prévias antes da efetivação dos convites. (EMA, 1996 e)

As operações anfíbias aventadas já na reunião anterior, para a FRATERNO, infelizmente estavam realmente sujeitas a restrições legais de ambos os países, mas nada impedia que estas começassem de forma gradual e apenas em termos de planejamento. O Corpo de Fuzileiros Navais brasileiro tinha especial interesse nessa proposta porque no litoral brasileiro inexistem áreas disponíveis para a realização de exercícios de assalto anfíbio, com emprego simultâneo de munição real pelo apoio de fogo naval, aéreo e das armas orgânicas de um Grupamento de Operação de Fuzileiros Navais. Em conseqüência, observava-se uma diversificada dependência por áreas de adestramento, dissociando de certa forma, a parte terrestre da parte naval de uma operação anfíbia. (EMA, 1996 d)

Como a ARA já realizava exercícios de assalto anfíbio completos, com desembarque por superfície e por helicópteros, com emprego de apoio de fogo naval e aéreo, com aeronaves de asa fixa, bem como de artilharia de campanha, sendo o fogo real empregado em todas essas modalidades, na região de Puerto Belgrano, para adestrar o seu Segundo Batalhão de Infantaria de Marinha (BIM), o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) do Brasil via, aqui, uma excelente oportunidade para aprimorar seu adestramento, a exemplo do que o “United States Marine Corps” já vinha realizando em conjunto com a ARA durante a Operação UNITAS.

Em reciprocidade, o CFN oferecia a possibilidade de serem realizados exercícios, dissociados, de assalto anfíbio e de apoio de fogo naval em áreas de adestramento da Esquadra e exercícios de tiro das armas orgânicas de apoio de fogo, com emprego de munição real, em áreas de adestramento da Força de Fuzileiros da Esquadra.

Foi mantida a intenção de se divulgarem na mídia a FRATERNO e a ARAEX como sendo as operações prioritárias de ambas as Armadas, o que mais uma vez ressaltava uma ligeira diferenciação de prioridades entre aquelas elencadas pela ARA e aquelas implementadas por seu Governo central, na área de segurança e defesa.

Para aumentar ainda mais o intercâmbio de oficiais viajando nos navios da outra Marinha e incrementar eventuais exercícios conjuntos denominados PASSEX, acertaram informar, durante o primeiro bimestre de cada ano, a data de visitas de unidades operativas de um país ao porto do outro.

Também estiveram de acordo em implementar uma área de cooperação e apoio mútuo no salvamento de submarinos. Para dar início o quanto antes a essa idéia, a MB se comprometeu a convidar dois oficiais argentinos para visitar o Navio de Salvamento de Submarinos (NSS) Felinto Perry, de forma a propiciar propostas concretas para seguir avançando nesta área. Além disso, resolveram envolver também o setor correspondente da Marinha uruguaia como forma de ampliar as chances de sobrevivência da tripulação e de recuperação de eventuais meios afundados pertencentes às Marinhas do Atlântico Sul da América.

A Antártica, um continente que poderia gerar alguma possibilidade de conflito, em função da futura definição de seu destino, também foi motivo de aproximação entre as duas Marinhas, na medida em que, nesta área, também se concordou incrementar a cooperação e o apoio mútuo, o que deveria ser facilitado e melhor visualizado, por meio da aproximação e contato direto entre os responsáveis pelo planejamento das respectivas operações antárticas. A delegação argentina reinteirou o oferecimento das facilidades do porto de Ushuaia à MB.

Na área de formação de pessoal, a MB requereu que se mantivesse a qualificação de pilotos de aeronaves de asa fixa na Escola de Aviação Naval argentina. A ARA não só concordou como se comprometeu a elaborar um plano de requalificação para os pilotos já formados. Uma ação extremamente valorosa para a manutenção do bom estado de prontidão e efetividade da Aviação Naval brasileira.

Na área logística, o calcanhar de Aquiles de qualquer guerra moderna, a MB consultou quanto à possibilidade de receber e fornecer alguns apoios, os quais, certamente, tornariam as duas Marinhas mais independentes em relação aos países mais avançados da Europa e dos EUA, tais como a realização das revisões de 900 horas HSI (Hot Section Inspection) e 2400 horas OH (Overhaul) de motores GE-T-58 pertencentes a aeronaves SH-3, nas instalações do “Taller Aeronaval Central” da Argentina; a revisão de 5000 horas das turbinas TYNE e OLYMPUS das Fragatas brasileiras classe Greenhalgh e Niterói; o intercâmbio de informações na área de química militar para a fabricação de munição; o intercâmbio de visitas de pessoal qualificado em material explosivo; e a realização de estudos para o desenvolvimento conjunto de Simuladores Táticos para Escolas Navais. A ARA ficou de analisar os pedidos e a possibilidade de atendê-los.

Quanto à revisão do motor do SH-3, naquele momento, a Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia tinha condições de realizar as revisões de 900 horas, porém, devido à escassez de mão-de-obra, em algumas ocasiões, havia a possibilidade de se formarem filas de

espera. A possibilidade de buscar uma alternativa próxima para os dois tipos de revisão era desejável, na medida em que se desejava tornar mais rápida a revisão dos motores.

Já a revisão das turbinas das Fragatas na Argentina contribuiria bastante para a economia de recursos, ao se evitar a montagem de uma infra-estrutura específica no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. A Argentina, por ocasião da Guerra das Malvinas e do conseqüente rompimento diplomático com a Inglaterra, se viu obrigada a investir nessa área como forma de manter seus navios funcionando. A MB chegou a pensar na Rolls-Royse de São Paulo, mas aquela empresa também teria que adaptar alguma linha de trabalho para umas poucas turbinas da MB, o que também não seria economicamente interessante. (EMA, 1996 e)

Nos setores de química militar e de propulsão de mísseis, acreditava-se que a ARA encontrava-se melhor que a MB em pesquisa e desenvolvimento, o que levou a MB a se interessar pelo assunto, dando em troca conhecimentos adquiridos e desenvolvidos sobre sistemas de Comando e Controle já em funcionamento na Esquadra.

A ARA, por sua vez, consultou quanto à possibilidade de se iniciar a cooperação técnica no campo da oceanografia e hidrografia, iniciando-se por um intercâmbio de visitas entre os chefes dos Serviços Hidrográficos, com o objetivo, entre outros, de estabelecer um sistema comum de cartas de navegação eletrônica. A ARA considerava interessante também se estudar a possibilidade de se criar uma área de cooperação para a modernização das unidades navais de ambas as Marinhas.

Em uma área mais corriqueira como a Administração de Pessoal, a MB lançou a idéia de futuramente se trocarem experiências sobre o processo de seleção de pessoal, o que a ARA concordou e sugeriu ampliar para outros processos semelhantes.

Desse segundo encontro de Estados-Maiores, pode-se perceber que as relações continuavam se dando de forma bem aberta e franca. Questões que, normalmente, seriam motivo para maior sigilo em outras situações, eram claramente expostas quando se necessitava justificar a razão de alguma resposta negativa a qualquer solicitação ou idéia da outra Marinha. Por exemplo, a idéia de se realizarem operações no NAel Minas Gerais com os aviões argentinos Super Etantdart foi dada, sem grandes rodeios, como inexeqüível por ora, devido à situação de inoperância da catapulta de lançamento daquele navio. Os reparos e revisões necessárias à catapulta, ao aparelho de parada, ao espelho de pouso, ao pára gases e a outros sistemas de bordo somente seriam realizados no ano seguinte, em 1997, quando o Minas Gerais seria imobilizado para reparos.

Quando se verifica o programa anual de intercâmbios com a ARA aprovado para o ano de 1997 sente-se exatamente esse clima de abertura franca, pois se constata que quase todos os setores das duas Marinhas estavam envolvidos em trocas de conhecimento e experiências recíprocas.

Essas trocas iam desde simples visitas às respectivas forças de submarinos, aos institutos de pesquisa, destinados ao desenvolvimento de simuladores de treinamento tático para Escolas Navais e aos serviços de hidrografia. Mas, passavam também pelos embarques em navios das Esquadras, ou estágios nas correspondentes forças de minagem e varredura de minas aquáticas, nos serviços de meteorologia, nos serviços de cartografia, nos setores de manutenção eletrônica de equipamentos, nas bases de manutenção de aeronaves, nos órgãos de logística responsáveis pela administração de inventários e estoques, e nas organizações responsáveis pela operação de mísseis e armas submarinas. As trocas de oficiais de estados-maiores de fuzileiros, e de instrutores para os centros de instrução do CFN e para os esquadrões de helicópteros, também faziam parte do pacote. (EMA, 1997 a)

Mal o ano de 1997 se iniciou, já se organizavam reuniões entre os setores de inteligência e de estratégia-militar de ambas as Marinhas, em caráter extraordinário em relação ao Programa Anual de Conclaves da MB, quando foi definida a implementação de um sistema bilateral de intercâmbio de informações, no âmbito da atividade de inteligência, referentes à(s) (ao): narcotráfico no continente americano, tráfego marítimo no litoral atlântico e na hidrovia Paraná-Paraguai, evolução da situação política e social da República da África do Sul, novas ameaças que pudessem se constituir em assuntos de interesse mútuo tais como movimentos sociais mais radicais e zona de paz e cooperação no Atlântico Sul. (1997 b) [41]

Notou-se nesse evento, portanto, uma preocupação grande dos argentinos com o narcotráfico e com os denominados movimentos de esquerda com propensão à atuação violenta, embora a posição da ARA com relação ao combate ao narcotráfico fosse a de prestar apoio logístico e inteligência às forças policiais, mesmo porque o seu envolvimento direto estava vedado constitucionalmente, a despeito dos esforços empreendidos pelos norte-americanos no sentido do envolvimento direto da ARA, especialmente o Comando Sul dos

[41] Participaram dessa reunião pela MB, o Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada, Contra-Almirante Miguel Angelo Davena, o Encarregado do Centro de Inteligência Estratégico-Militar do Estado-Maior da Armada, Capitão-de-Mar-e-Guerra Sergio Antonio da Conceição Freitas, o Adido Naval na República Argentina, Capitão-de-Mar-e-Guerra Marcus Vinicius Iorio Hollanda; e pela ARA o Chefe do Serviço de Inteligência Naval, Contra-Almirante (FN) Roberto Oscar Roscoe, o Chefe do Departamento de Inteligência Exterior do Serviço de Inteligência Naval, Capitão-de-Mar-e-Guerra Horacio Roque Vargas, o Chefe do Departamento de Situação do Serviço de Inteligência Naval, Capitão-de-Fragata (FN) Raúl Norberto Sanchez e o Capita-de-Corveta Horacio Juan Manuel Barragan.

EUA. O Almirante Davena informou que a posição da MB em relação ao seu envolvimento no combate ao narcotráfico era a mesma da ARA e que já há algum tempo considerava a US Navy em si como sua interlocutora e não o Comando do Sul. (EMA, 1997 c)

Os representantes argentinos aproveitaram a oportunidade para também exporem suas dificuldades em temas nos quais o Brasil não tinha um envolvimento tão direto, tais como o estágio em que se encontrava o contencioso das Malvinas, Ilhas Georgias e Sandwich do Sul com a Inglaterra, em especial com relação à pesca e exploração de petróleo na Zona Econômica Exclusiva estabelecida por aquele país europeu.

O Almirante Davena defendeu a manutenção de encontros dessa natureza junto ao Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) por considerar que a troca de conhecimentos de interesse mútuo podia contribuir para o enriquecimento dos estudos elaborados pelos respectivos Serviços de Inteligência, justificando, assim, o restabelecimento do intercâmbio interrompido em 1989, coincidentemente com o início do governo Collor e com a extinção do SNI. Ressaltava, entretanto, que para que o intercâmbio fosse eficaz se fazia necessário que a troca de informações se fizesse oportunamente e não somente por ocasião das reuniões anuais.

Essas reuniões bilaterais seriam mantidas dentro do mecanismo previsto no Memorando de Entendimentos entre a MB e a ARA, subordinadas aos encontros de Estados-Maiores, mas pela natureza dos temas tratados, realizar-se-iam de forma independente. As datas das reuniões subseqüentes seriam definidas sempre ao final de cada encontro. A próxima foi agendada para o Brasil em 1998.

Mas, em 1997, ainda se encontrariam no dia 2 de outubro, em Buenos Aires, mais uma vez em clima de grande cordialidade, amizade e profissionalismo, os Estados Maiores da ARA e da MB. A delegação brasileira teria a participação de um novo Vice-CEMA, o Vice-Almirante Roberto de Guimarães Carvalho, futuro Comandante da Marinha no primeiro governo Lula. (EMA, 1997 i) [42]

Ambos os Estados-Maiores, observando diretivas de seus respectivos Chefes, analisaram novos campos de cooperação e entendimentos, intercambiando idéias sobre

[42] Participaram da comitiva brasileira, além do referido Almirante, o Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada, Contra-Almirante Miguel Angelo Davena, o Chefe da Divisão de Política e Estratégia do EMA, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Arthur Pires Ramos e o Adido Naval junto à embaixada do Brasil na Argentina, Capitão-de-Mar-e-Guerra Marcus Vinicius Iorio Hollanda; enquanto compareceram pela Argentina o Subchefe do Estado-Maior Geral da Armada Argentina, Vice-almirante Alvar Carlos Rodriguez, o Diretor do Estado-Maior geral da Armada Capitão-de-Mar-e-Guerra Leonardo Arnoldo Steyerthal, o Chefe de Política e Estratégia do Estado Maior Geral da Armada Capitão-de-Mar-e-Guerra Roberto Curilovic, o Chefe do Departamento de Políticas Navais Internacionais da Chefatura de Política e Estratégia, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Miguel Mariano Iriart e o Chefe da Divisão América do Sul, Capitão-de-Fragata Mario Hugo Figueroa.

questões estratégicas de interesse comum, condicionadas, porém, às disponibilidades de recursos.

Ao revisarem a ata anterior, ambas as Marinhas destacaram a transcendência e importância da realização da Operação ATLASUR III em 1997, em função dos bons resultados alcançados. Aproveitaram o ensejo e marcaram para o início do segundo semestre de 1998, a realização da primeira reunião de planejamento, no nível dos respectivos setores operativos, da ATLASUR IV, a se realizar em 1999 em águas sul-americanas.

A Operação UNITAS XXXVIII representou mais um passo na direção de uma maior interdependência operativa entre as duas Marinhas, visto que a ARA contou com o apoio substancial do Navio-Tanque Almirante Gastão Motta da MB, durante a fase argentina da Operação, para viabilizar o reabastecimento de seus navios no mar. As duas Marinhas manifestaram a intenção de continuar participando desta Operação, mantendo convites recíprocos às respectivas fases e respeitando as características navais de teatro oceânico e não costeiro.

Outras oportunidades de interdependência operativa vinham sendo muito bem sucedidas na área de salvamento de submarinos. Os argentinos também estavam bastante gratos à MB pela permissão de embarque, a bordo do NSS Felinto Perry, de dois oficiais para participar de exercício real. Com o propósito de dar continuidade a esse tipo de intercâmbio operativo, foi formulado convite para que esse navio visitasse a Base Naval de Mar del Plata no ano seguinte e realizasse, durante sua permanência, exercício com submarinos argentinos.

Nos respectivos programas Antárticos, as perspectivas também eram muito boas. Foi acordada a conveniência de que se incrementassem, entre as duas Armadas, a cooperação e o apoio por ocasião de suas respectivas campanhas ao Continente Gelado. Para tal, a ARA sugeriu e ofereceu o seguinte:

a) intercâmbio de derrotas, com o propósito de coordenar possíveis apoios mútuos e encontros no mar;

b) intercâmbio de informações de meteorologia antártica;

c) coordenação de visitas entre bases;

d) possibilidade para que o navio antártico brasileiro utilizasse a Base Naval Ushuaia como ponto de apoio operativo, logístico e sanitário durante sua campanha;

e) embarque de oficiais brasileiros no Quebra-gelo ARA Almirante Irizar.

Como os demais intercâmbios de oficiais nas diversas áreas estavam indo muito bem, foi aventada a idéia de se ousar mais e também incluir os militares subalternos das duas Armadas neste tipo de intercâmbio, como forma de se melhor alcançar o propósito desse tipo de ação, que era, por meio da troca regular de pessoal especialista de ambas as Marinhas, em clima de cooperação e amizade, alcançar complementação em áreas específicas de interesse mútuo.

A partir daquele momento, passava a se ter uma diferenciação entre a definição de cursos e a de intercâmbios. Os primeiros seriam aquelas atividades regulares de qualquer duração, com algumas exigências formais, tais como matrículas, diplomas, freqüência e avaliações para se garantir a aprovação. Deveriam ser, preferencialmente, solicitados e oferecidos com a antecedência de dois anos, o que não impossibilitaria um tratamento excepcional para aqueles casos que não respeitassem essa regra. Assim, ambas as Marinhas comprometeram-se se organizar, imediatamente, para os cursos de 1999, enquanto os processos de 1998 já estavam sendo adiantados.

Os cursos de requalificação para pilotos de asa fixa eram altamente prioritários para a MB. Essa Marinha contava, assim, com o total apoio da ARA que oferecera duas vagas para o final de 1997 e mais duas para o início de 1998, sem custos para a MB.

As delegações expressaram também sua satisfação pela conclusão da revisão e atualização da Diretiva de Planejamento Permanente da Operação FRATERNO. Foi acordado que a Operação mantivesse sua característica de participação bilateral e tivesse destacada a sua importância como instrumento ideal para o progresso da interoperatividade entre as respectivas forças navais, possibilitando desta forma, o incremento de exercícios de crescente complexidade operativa. A ARAEX, desta forma, seria mantida independente da Operação FRATERNO, até que o adestramento e segurança das operações aeronavais, a bordo do NAeL Minas Gerais, permitissem a integração em um único exercício operativo.

As chamadas Operações de Passagem, ou seja, PASSEX, continuariam sendo realizadas como forma de se aproveitarem as oportunidades que se apresentassem para esses exercícios, por meio da coordenação dos respectivos Comandos de Operações Navais e anuência dos Estados-Maiores.

Outros temas ainda careceriam de mais estudos para se aprofundarem as relações mútuas entre as duas Marinhas. As revisões de motores GE T-58, Tyne e Olympus continuariam sendo tratadas pelos respectivos Diretores-Gerais de Material até que fosse possível viabilizar a empreitada. A possibilidade de ação conjunta em torno dos simuladores táticos para Escolas Navais também carecia de uma melhor avaliação de resultados do

intercâmbio de visitas recentemente realizadas entre membros do Serviço de Análises de Operações, Armas e Guerra Eletrônica (SIAG-ARA) e do Instituo de Pesquisas da Marinha (IPQM-MB), a fim de determinar possíveis modos de ação conjunta.

Além de cooperação mútua em áreas mais restritas à melhoria operativa das forças, pela primeira vez, começou-se a buscar também acordos na área de assistência ao pessoal envolvido nas diversas empreitadas, tais como a possibilidade de se ampliar os convênios existentes entre o Centro Naval (argentino) e o Clube Naval (brasileiro), na busca de incluir facilidades ainda não contempladas. Da mesma forma, acordou-se oferecer ao pessoal destacado em missões oficiais e familiares acompanhados as mesmas facilidades de assistência médica oferecidas aos respectivos nacionais.

Quando o CEMA, Almirante-de-Esquadra Waldemar Nicolau Junior encaminhou a Ata do Almirante Roberto Guimarães Carvalho sobre essa III Reunião de Estados-Maiores entre as duas Marinhas ao Ministro da Marinha, destacou algo que já vinha sendo percebido nas visitas dos anos anteriores. (EMA, 1999 b) Ou seja, a ARA passava por um grave problema decorrente dos orçamentos restritos que vinha recebendo nos últimos anos, situação essa que não deveria ser alterada a curto ou médio prazo.

A ARA vinha sofrendo um processo de “enxugamento”, que incluía a extinção de Organizações Militares de terra e a baixa de alguns navios, dentre os quais o NAeL 25 de Mayo, conforme já observado, em função dos recursos que seriam necessários para a sua recuperação, considerando-se tratar de um navio já bem antigo. Além daquele NAeL, a ARA ressentia-se ainda naquele momento de um Navio Tanque, como já foi aqui ressaltado também, e de um Navio de Desembarque de Carros de Combate. As obras de construção de duas corvetas classe “MEKO” encontravam-se interrompidas.

A ARA tinha a esperança de recuperar sua pujança e respeito interno no futuro. Ela vinha sendo obrigada a manter um perfil baixo na mídia, da qual era alvo de ataques constantes ainda por conta dos anos de governos militares, que só contribuída para agravar seu quadro de escassez. Enquanto essa situação não fosse possível de ser revertida, a aproximação do Brasil vinha ajudando àquela Armada a manter sua capacidade operativa por complementaridade ou mesmo interdependência. O sentimento de motivação e esperança nesse sentido era tamanho que chegaram mesmo a mencionar a hipótese de a MB e a ARA desenvolverem, em conjunto, um projeto de Navio Aeródromo, do qual seriam construídas no mínimo duas unidades, uma para a MB, a fim de substituir, futuramente, o NAeL Minas Gerais e outra para a ARA. Por serem navios semelhantes, possibilitariam, sem maiores dificuldades, o intercâmbio dos respectivos Destacamentos Aéreos Embarcados (DAE). A

esse sonho, denominaram de Nae do MERCOSUL.[43] Um intercâmbio na área de propulsão nuclear também foi pensado, mas era algo ainda muito sensível na mídia daquele país.

Como a MB parecia tratar a ARA com o respeito que ela merecia e merece por sua qualificação profissional, independente dos seus problemas políticos internos, que viveu e vivia, e porque, provavelmente, os argentinos viam nas duas Armadas, em um possível juízo de valor, alguma espécie de similaridade na trajetória histórica recente de ambas, os representantes daquela Armada se esmeravam nas gentilezas que terminavam por colocar, nas suas palavras e mesmo ações, a MB em uma posição de destaque no seu relacionamento, conforme podemos constatar nas observações sobre a viagem do Almirante Roberto Guimarães Carvalho:

> O Valte Alvar Rodrigues, em mais de uma oportunidade, disse-me que a prioridade número um atual da ARA é o seu relacionamento com a MB. Não sei se essa afirmativa é totalmente verdadeira, mas a forma com que ele pessoalmente conduziu o processo de indicação dos dois técnicos da ARA para nos assessorarem na visita ao Kuwait, problema que foi resolvido por telefonemas que trocamos nos últimos dias, mostra que se a MB não for prioridade número um é, certamente, uma alta prioridade para a ARA. (EMA, 1997 j) [44]

4.2.2 A Vertente MERCOSUL na Aproximação ARA e MB

Enquanto a MB e a ARA já caminhavam, por meio de suas próprias iniciativas, há algum tempo, na direção da cooperação e do aprofundamento da confiança mútua entre as duas organizações, começaram a surgir orientações governamentais com o mesmo propósito. Em 27 de abril de 1997, o Presidente Carlos Menem visitou o Brasil para uma reunião na qual compareceram o Presidente brasileiro, o Ministro da Defesa da Argentina, o Secretário de Assuntos Estratégicos do Brasil e o Chefe da Casa Militar também do Brasil. Naquela ocasião, foi assinado um Memorando de Entendimentos entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República Argentina sobre consulta e coordenação para o fortalecimento das relações bilaterais em matéria de defesa e segurança internacional.

O Brasil teria como Órgãos Executores do mecanismo de consulta, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), os Ministérios da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, do Estado-Maior das Forças Armadas e da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e,

---

[43] Como a MB terminaria por comprar, no ano de 2000, o hoje chamado NAe São Paulo da Marinha da França por um preço bastante vantajoso, esse sonho não se tornou realidade, nem chegou a ser cogitado mais seriamente.

[44] Essa visita ao Kuwait destinava-se à análise de algumas aeronaves que estavam à venda naquele país. Estas haviam sido cedidas pelos EUA para os combates no deserto durante a Guerra do Golfo. Como pouco ou nada foram utilizadas, possuíam um forte potencial para serem adaptadas, de forma a viabilizar um antigo sonho da MB, ou seja, a reintrodução de aeronaves de asa fixa, totalmente gerenciadas pela MB e manejadas por seus pilotos, na sua Força Aeronaval.

eventualmente, altos funcionários de outros Ministérios convidados para tanto, conforme agenda de cada reunião. A primeira reunião foi marcada para 90 dias, a partir daquela data. (EMA, 1997 f)

O Presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, entretanto, tinha suas próprias orientações a fazer para esse futuro encontro, surgidas a partir das conversas informais que manteve com o presidente Menem no dia 27 de abril. Recomendava empenho para se evitar o início de uma corrida armamentista na América do Sul, dada a disposição de certos setores do Governo norte-americano e de Governos de países da União Européia de estimular a venda de material de defesa para a região.

Os Governos de Brasil e Argentina, segundo o Presidente, se dispunham a manter o equilíbrio militar na área, continuando com a política de substituição ou modernização de material obsoleto, e a sugerir a mesma atitude junto aos demais países sul-americanos. Incentivavam, assim, aos Ministros Militares brasileiros e aos comandantes da forças armadas argentinas a continuarem realizando encontros pessoais bilaterais, bem como a coordenarem este tipo de contato em níveis mais baixos, visando incrementar a confiança mútua. Faziam idêntico incentivo no sentido da realização de exercícios, com ou sem tropa, inclusive conjuntos, para se possível, no futuro, chegar a envolver elementos das seis forças.

Os dois presidentes, enfim, manifestaram plena concordância quanto à baixíssima probabilidade da concretização de Hipóteses de Conflito confrontando os dois países em qualquer futuro, o que os levou a assinar o Memorando de Entendimentos sem grandes delongas ou receios. (EMA, 1997 e)

O referido Memorando (EMA, 1997 d) assinado entre os dois países baseava-se no comprometimento de ambos com o fortalecimento da democracia, o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, o processo de integração regional e o desenvolvimento econômico e social de seus povos, na reiterada vocação pacífica dos dois Estados, bem como sua vontade de cooperar em matéria de segurança internacional, e na reafirmação da plena vigência dos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e na Carta da Organização dos Estados Americanos.

Esse Memorando coincidia com a decisão assumida pela adoção, na XXI Assembléia Geral da OEA, em 1991, do “Compromisso de Santiago” sobre processos de consulta sobre segurança hemisférica, à luz das novas circunstâncias mundiais e regionais, e acolhia as recomendações da Conferência Regional sobre Medidas de Confiança Mútua, celebrada em Santiago do Chile, em novembro de 1995.

Este Memorando encontrava os dois países em avançado processo de consolidação democrático, o que permitiu criar um clima de crescente confiança e cooperação, a qual tinha o seu símbolo máximo no MERCOSUL, elemento essencial à integração de seus povos. Passava a ser conveniente para a segurança mútua o estabelecimento de um sistema efetivo de cooperação, comunicação e coordenação entre as Forças Armadas de ambos os Estados.

Os termos do Memorando eram simples e tinham, portanto, como objetivo estabelecer um mecanismo permanente de consulta e coordenação para examinar, avaliar, implementar e acompanhar as questões de defesa e segurança internacionais de interesse mútuo.

A agenda a ser apresentada na primeira reunião oficial entre os dois países foi discutida previamente no dia 04 de junho de 1997 no âmbito do Estado-Maior das Forças Armadas para que as Forças Armadas brasileiras tivessem uma posição única junto ao Itamaraty e à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). (EMA, 1997 g) [45]

A partir das palavras dos representantes de cada força, verificou-se a presença de um discurso quase uníssono no sentido de que essa vertente de aproximação na área de segurança e defesa, originária dos mais altos escalões de cada Governo, estava tendendo a não trazer saltos substanciais quando comparadas às iniciativas que já vinham sendo implementadas.

O representante da Aeronáutica, Brigadeiro Candiota, apresentou fatos sobre os intercâmbios já existentes entre a FAB e a Força Aérea Argentina, acreditando que aquela já era uma forma de atender o que determinava o Memorando de Entendimentos recém assinado.

O representante do Exército, General Basto, também mencionou sobre os intercâmbios já existentes entre o EB e o Exército Argentino. Enfatizou a realização de exercícios conjuntos, mas mostrou-se preocupado com a possível ingerência dos EUA, que poderiam estar por trás da assinatura do Memorando, como forma de pressionar as Forças Armadas brasileiras, por intermédio das Forças Armadas argentinas, a se engajarem em tarefas, tais como o combate ao narcotráfico e outros.

O representante da Marinha, Capitão-de-Mar-e-Guerra Antonio Cesar Durante, comentou sobre a já existência do Memorando de Entendimentos entre a MB e a ARA, bem como das reuniões anuais dos Estados-Maiores. Discorreu ainda sobre as Operações FRATERNO e ARAEX e foi enfático ao dizer que era primordial que o mecanismo que viesse a ser estabelecido não poderia, de forma alguma, interferir nos acordos já em

---

[45] Participaram dessa reunião Gal Uchôa (EMFA), Brig Candiota (FAB), Gal Basto (EB), CMG Durante (MB), Cel (AV) Porto (FAB), Cel Messias (CMPR), Cel Santana (EMFA), Cel Barros (EMFA), Cel Ventura (EMFA) Comte (RRm) Batistuta (EMFA) e Cel (RRm) Almeida (EMFA).

andamento, tanto na MB como nas outras Forças Armadas, pois a MB e as demais Forças já estavam atendendo a diversas determinações do Memorando entre Brasil e Argentina, bem antes de sua assinatura.

No dia 10 de junho de 1997, nova reunião se deu no EMFA, estando presentes, mais uma vez, representantes da Marinha, Exército, Aeronáutica, Casa Militar da Presidência da República e do próprio EMFA, cujos trabalhos tinham por objetivo estabelecer os parâmetros pelos quais se orientariam as Forças Armadas do Brasil na participação com outros segmentos do mais alto escalão do Governo, na implantação de um mecanismo permanente de consulta e coordenação entre os dois países. (EMA, 1997 h) [46]

Ao longo da reunião, levantaram-se vários temas e questões de defesa e segurança internacionais que podiam ser de interesse mútuo dos dois países Já se percebia, entretanto, que não seria a partir dessa vertente governamental da aproximação das áreas de segurança de Brasil e Argentina que surgiram propostas mais pragmáticas envolvendo o dia-a-dia das forças.

Os futuros encontros bilaterais tenderiam a se concentrar nas principais questões conceituais da área de segurança, que interessassem aos dois países e na busca de convergências de posicionamentos nas discussões internacionais. Não é pouca coisa, se imaginarmos que sempre há um risco de uma iniciativa de cunho mais pragmático tomada pelas duas Marinhas, por exemplo, poder ser incoerente com outras medidas semelhantes de outros órgãos, sejam da área da defesa ou mesmo do Itamaraty.

Assim, temas que envolvessem a estratégia de cada país e decisões políticas de maior relevância tais como migrações ilegais, ilícitos transnacionais, meio ambiente, continente Antártico, controle do espaço aéreo, direito do mar no Atlântico Sul, direitos humanos, desarmamento, operações militares em defesa do meio-ambiente, proliferação nuclear, protocolo de minas terrestres, problemas sociais internos, fontes energéticas, gerenciamento de crises no âmbito do MERCOSUL, influência dos EUA no Cone Sul, assimetria de poder no continente, organizações regionais (OEA, Representante Brasileiro na Junta Interamericana de Defesa - RBJID e TIAR), ONGs e sua influência na segurança, forças de paz aliadas e combinadas, participação em coalizões, estratégia dos centros de poder mundial e sua influência na América do Sul, diplomacia e Forças Armadas e operações de paz tinham, agora, um fórum de discussão bilateral especializado entre os dois países. As forças singulares

[46] Participaram dessa reunião pelo EMFA o Cel Eng QEMA Roosevelt Wilson Sant'Ana, Cel Inf QEMA José Augusto de Barros e CMG (FN) RRm Sebastião Batistuta; pelo Estado-Maior do Exército Cel QEMA Luiz Carlos Guedes; pelo Estado-Maior da Aeronáutica, Cel Av Carlos Geraldo dos Santos Porto; pela Casa Militar da Presidência da República, Cel José Messias de Britto Filho; e pelo EMA, CF Emilson Paiva de Faria.

cuidariam das Medidas de Confiança Mútua mais pragmáticas, tais como operações conjuntas, intercâmbios, trocas de experiências diversas, apoio mútuo etc.

Essa tendência se confirma quando se verifica o enfoque mais amplo no conceito de segurança adotado por aquele grupo de trabalho, retirado do European Security in the 1990s – Challenges and Perspectives – United Nations Institute for Disarmament Research (UNIDIR):

> Segurança é uma condição na qual os estados consideram que não há perigo de ataque militar, pressão política e coerção econômica, de modo que possam, livremente, buscar o seu próprio desenvolvimento e progresso. A segurança dos indivíduos e das comunidades que compõem os Estados é assegurada pela garantia do exercício da liberdade e dos direitos políticos, sociais e econômicos individuais, bem como pela preservação ou restauração de um meio ambiente saudável para as gerações presentes e futuras. (EMA, 1997 h)

Dessa definição resultam as dimensões de segurança política, econômica, social, militar, ambiental e geográfica, o que de certa forma não se afasta muito da própria definição que a Escola Superior de Guerra já vinha adotando:

> Segurança e Defesa – segurança é um estado, ao passo que defesa é um ato dirigido a determinado tipo de ameaça, caracterizada e dimensionada. O conceito de Defesa Nacional dá ênfase aos aspectos militares da segurança e, correlatamente, à agressão externa. Já a concepção de segurança é mais abrangente, porquanto visa à integridade global das instituições, incorporando, nestas, os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e a estabilidade política interna. (EMA, 1997 h)

Assim, para o primeiro encontro bilateral marcado após a assinatura do Memorando de Entendimentos, que deveria se realizar até o dia 27 de julho de 1997, formou-se o consenso de que as Forças Singulares e o EMFA deveriam comparecer com uma proposta de regulamento para a área militar, que viabilizasse, justamente o exame, a avaliação, a implementação e o acompanhamento das questões de defesa e segurança internacionais de interesse mútuo. Esse objetivo seria buscado de forma progressiva, no tempo, iniciando-se pelo levantamento das questões de defesa e segurança internacionais de interesse mútuo. Ou seja, não se ousava muito além do atingimento de uma uniformidade de conceitos, nem se esperava um papel diferente do exercício da mera coordenação do processo por parte do chamado Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação que deveria ser criado para viabilizar esses entendimentos bilaterais.[47]

---

[47] Essa organização, que o Brasil deveria fazer constar da proposta do Regulamento das Reuniões de Conversações entre o Estado-Maior conjunto das Forças Armadas da República da Argentina e o Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil, teria a seguinte estrutura: um Grupo de representantes de ambos os países, sendo os brasileiros provenientes das Forças Singulares e do EMFA; uma presidência a ser exercida somente quando das reuniões, pelo oficial general mais antigo da delegação do país sede; uma secretaria composta por dois secretários, um em cada país, em caráter permanente, com liberdade para ligação direta, funcionando, no caso do Brasil no EMFA.

O Regulamento das Reuniões de Conversações entre os Estados-Maiores da Argentina e do Brasil foi efetivamente criado e não diferiu substancialmente do que havia sido discutido nessas reuniões preparatórias organizadas pelo EMFA. Ou seja, o objetivo do Regulamento era estabelecer os procedimentos por meio dos quais deviam se realizar as Reuniões de Conversações entre os representantes dos dois países, com a participação de assessores governamentais de ambos, que se julgassem necessárias as presenças. As Reuniões, por sua vez, tinham a finalidade de contribuir com o Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação no que diz respeito ao exame, avaliação, implementação e o acompanhamento das questões de defesa e segurança internacional de interesse mútuo. Essas Reuniões não substituiriam aquelas existentes, bem como os convênios já firmados, ou que viessem a ser estabelecidos, de forma bilateral, entre as respectivas forças singulares. (EMA, 1997 l).

O Regulamento versava sobre os elementos constitutivos dos encontros, a organização, a periodicidade anual dos encontros, as obrigações do país sede e da delegação visitante, a duração de no máximo três dias de cada reunião, os deveres do presidente de cada encontro, das secretarias permanentes de cada país, da secretaria geral de cada reunião, da relatoria e do secretário de atas, bem como sobre a condução dos debates, a segurança dos encontros, os procedimentos de relações públicas e da elaboração da ata final de cada reunião. Estava assim completo todo o arcabouço jurídico para que as Medidas de Confiança Mútua pudessem avançar para questões ainda mais abstratas, permitindo que os dois países dessem um salto substancial na forma como são vistos pelo restante da comunidade internacional. Ou seja, os dois países tinham potencial para serem mais bem coordenados não somente no dia-a-dia de suas relações de segurança, mas também nos seus posicionamentos em relação aos demais atores do sistema internacional.

4.3 A ARA e a MB Exercitam os Limites de sua Aproximação

A assinatura do Regulamento das Reuniões de Conversações entre os Estados-Maiores da Argentina e do Brasil não alterou o teor, nem o ritmo da aproximação mantida entre a ARA e a MB. As duas Marinhas continuaram exercitando, ao limite, os intercâmbios, as trocas de facilidades mútuas e as possíveis assessorias técnicas, mas nada que apontasse ainda para um caminho de integração mais estratégica, de defesa comum.

No dia 03 de setembro de 1999, em Buenos Aires, por exemplo, ocorreu a Reunião de Estados-Maiores entre a ARA e a Marinha do Brasil pelo quinto ano consecutivo (EMA, 1999

a) [48]. Naquela oportunidade, ressaltou-se, o que já era consenso de reuniões anteriores, antes mesmo do início dos trabalhos, que havia semelhanças entre as respectivas tarefas, funções e outros aspectos de interesse comum, referentes a cada instituição, mas não se via ainda uma indicação de que haveria uma mudança de patamar nessa caminhada.

As operações em conjunto continuavam normalmente, procurando-se, na medida do possível, buscar um aperfeiçoamento dos procedimentos de organização e coordenação. A ARA informou, nesse sentido, que designara o Comando da Área Naval Fluvial para efetivar Operações Ribeirinhas com outras Armadas regionais, tais como as Marinhas do Uruguai, Paraguai e Bolívia, que também vinham demonstrando interesse em participar desses eventos. Assim, foi proposto por aquela Marinha que a fase de planejamento fosse desenvolvida nos anos ímpares e a fase de execução nos anos pares, realizando-se o primeiro exercício, sob sua responsabilidade, no segundo semestre do ano 2000, de forma a se alternar a partir dessa data o país sede. O primeiro planejamento, do qual a MB foi convidada a participar, se daria na Base Naval Zarate entre 12 e 15 de outubro de 1999.

Aproveitou-se a ocasião para rever o andamento das atividades em comum, tais como o programa de manutenção de turbinas "Tyne", o programa de formação de pilotos, os intercâmbios tecnológicos, os reparos nos submarinos classe TR-1700 da ARA no Arsenal de Marinha do Brasil, os exercícios e simpósios na EGN, e possíveis exercícios de Fuzileiros Navais em conjunto.

Todos os detalhes sobre manutenção de meia vida do Submarino TR 1700 já haviam sido delineados em 27 de maio de 1998 entre o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) e Direção de Planificação e Arsenais da ARA, por meio de uma reunião entre as duas entidades em Porto Belgrano. A execução das obras[49] se deu no AMRJ por um período de 18 meses e se iniciaram em junho de 1999. Os sobressalentes foram fornecidos pela ARA. (SDM, 1998 b)

---

[48] Participaram desse encontro o Diretor do Estado Maior Geral da Armada Argentina, Contra-Almirante Rafael Alberto Fuentes y Arballo, Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Marinha do Brasil, Contra-Almirante José Carlos Cardoso, o Chefe de Política e Estratégia do Estado-Maior Geral da ARA CMG(ARA) Alejandro Kenny, o Chefe do Departamento de Políticas Navais Regionais da ARA CMG(ARA) Roberto Gerardo Sylvester, o Chefe da Divisão América do Sul do Departamento de Políticas Navais Regionais da ARA CF(ARA) Jorge Alberto Noblea Lamoglia, o Adido Naval do Brasil na Argentina CMG Ney Zanella dos Santos, o Chefe da Divisão de Relações Internacionais do Estado-Maior da Armada CMG Alexandre Villela Dias e o Ajudante da Divisão de Relações Internacionais CF Alexandre Magno Pereira Aguiar.

[49] Estavam previstos os seguintes serviços: substituição de 4 motores diesel alternadores, substituição dos conversores, baterias, disjuntores, mangotes flexíveis, repara ou substituição dos compressores de ar de alta, inspeção da planta hidráulica, do eixo hélice, lemes e atuadores hidráulicos, tratamento e pintura do casco, inspeções de estrutura, de regiões soldadas, de válvulas de casco, do sistema CATHELCO das redes de CU-NI, teste e aprovação de sistemas, apoia à equipe da ARA na manutenção de tubos de torpedos, mastros, sonares e sistemas de armas, limpeza do motor elétrico da propulsão, e corte, abertura, fechamento e soldagem dos casco resistente.

Como a manutenção das turbinas estava correndo bem e dentro do prazo, a ARA se motivou a reiterar seu oferecimento para também manter as turbinas GE-T e Olympus. A MB solicitou custos, detalhes técnicos sobre os serviços e tempos de execução previstos para a turbina GE-T-58.

Na véspera da reunião, o Chefe da delegação brasileira já havia visitado o Comando de Instrução Aeronaval, quando assistiu a uma detalhada exposição sobre o desempenho individual dos pilotos da MB que estavam realizando os cursos básico e avançado em aeronaves de asa fixa. O curso avançado já havia completado 70% de sua programação, tendo sido cumpridas as etapas de adaptação, formação básica, formação avançada, instrumental e radio instrumental, noturno individual, navegação tática, armamento, ataque anti-superfície e ataque anti-terrestre. Estavam faltando a formação noturna, combate aéreo, defesa aérea, apoio aéreo e reconhecimento armado. De forma geral, os quatro pilotos brasileiros estavam apresentando um desempenho acima da média.

O curso básico encontrava-se na metade aproximadamente, tendo sido concluídos as etapas de segurança, precisão e instrumental. Faltavam as etapas de radio instrumentos, formação, armas, noturno e navegação. Os cinco alunos brasileiros, até aquele momento, estavam se destacando entre os 19 matriculados. O desempenho do grupo brasileiro permitia que o Brasil ocupasse o primeiro, segundo, quarto, décimo - primeiro e décimo - quinto lugares parciais no cômputo geral.

Quanto aos intercâmbios tecnológicos, a MB ofereceu naquele ano duas possibilidades de apoio: um sistema de controle de avarias e apoio a decisão e um sistema de controle tático, ambos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisas da Marinha.

O projeto de manutenção de submarinos classe TR-1700 também estava caminhando normalmente dentro do cronograma. Previa-se a chegada do Submarino ARA Santa Cruz para o dia 21 de setembro de 1999 no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Os exercícios ou simpósios nas Escolas de Guerra Naval dos dois países já eram rotinas consolidadas. Para o ano de 2000, porém, a ARA resolveu inovar e convidou três instrutores brasileiros para acompanhar e participar de um jogo de guerra, de nível estratégico operacional bilateral, na sua EGN.

A ARA propôs também a realização de exercícios de fuzileiros navais por meio do embarque de uma companhia de Fuzileiros Navais argentinos em navio da MB na fase anfíbia da UNITAS XLI. A MB preferiu que este tipo de exercício fosse realizado durante a Operação FRATERNO, sem dar maiores explicações. Pode-se presumir que fosse uma forma de evitar um maior adestramento dos fuzileiros americanos, que de alguma forma se

envolveriam no processo, no ambiente anfíbio brasileiro, ou simplesmente porque considerava a FRATERNO como a Operação mais adequada para esse tipo de aprendizado bilateral.

Novas possibilidades de apoio e de intercâmbios foram aventadas nesse encontro, dentre os quais se destacam:

> a) um curso de emprego operativo e domínio de tiro em aeronaves SH3 com míssil AM39 para técnicos da ARA, que seria realizado em São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro[50];
>
> b) estudos sobre a possibilidade de intercâmbios na área de comunicações navais entre o Serviço de Comunicações Navais da ARA e a Diretoria de Telecomunicações da MB;
>
> c) solicitação da MB para que houvesse intervenção da ARA na coordenação de uma visita de um oficial da MB, com formação em psicologia, e que já estaria com um estágio agendado na ARA para o ano de 2000, na Escola de Aviação Militar da Força Aérea argentina, a fim de tomar contato com o Sistema de Avaliação de Pilotos (PES na língua inglesa);
>
> d) designação de um oficial da ARA para atuar durante o ano de 2000, como assessor de instrução em operações aeronavais, na EGN, especificamente na área de emprego de aeronaves de asa fixa;
>
> e) intercâmbio de conhecimentos sobre o tema “reinserção de militares e pessoal civil da armada, no mercado de trabalho, após passagem para a reserva”, entre a Diretoria de Assistência Social da MB e a Diretoria Geral de Pessoal Naval da ARA;
>
> f) incremento de intercâmbios na área de Museologia e História Naval por meio de contatos diretos entre a Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural da MB e a Secretaria Geral Naval da ARA;
>
> g) convite da ARA para que o navio de Socorro de Submarinos Felinto Perry visitasse a Base Naval Mar del Plata no segundo semestre do ano de 2000, por

[50] Para esse curso, a ARA solicitou que fossem fornecidos conhecimentos sobre o domínio de tiro, ou seja, curvas máximas e mínimas de lançamento de mísseis em função das velocidades máximas e mínimas do helicóptero; o domínio da ação, entendimento sobre a curva de alcances máximos e mínimos dos mísseis em função da velocidade e da altura de tiro; e regras de seleção da área de busca do autodiretor do míssel em função da precisão dos sensores associados ao sistema. Além disso foi solicitada a disponibilização de documentação técnica sobre alguns sistemas relacionados com o lançamento do míssil

um período aproximado de dez dias, a fim de realizar um exercício de salvamento de submarinos durante a permanência na área; e

h) outro convite para a participação de um oficial observador da MB, em um jogo de guerra trilateral, que seria realizado com as Armadas do Canadá e Estados Unidos no Naval War College, em Newport, EUA.

Observa-se que mesmo nas situações em que o caminho natural para o aprofundamento de intercâmbios seria por meio do EMFA, hoje Ministério da Defesa, o tradicional e excelente canal mantido entre a ARA e a MB permitia que, em algumas situações, a própria ARA intermediasse burocraticamente a favor da MB em outras Forças Armadas da Argentina. Foi o caso da aceleração de procedimentos para que um profissional brasileiro da área de psicologia visitasse a Força Aérea argentina.

Dentro desse espírito, a VI Reunião de Estados-Maiores entre a MB e a ARA ocorreu, normalmente, no ano seguinte entre 28 e 30 de agosto de 2000, em Brasília (EMA, 2000) [51]. Logo no início dos trabalhos, procurou-se registrar justamente que as atividades vinham se desenvolvendo dentro de um clima de cordialidade, profissionalismo e franca camaradagem, permitindo consolidar, ainda mais, os estreitos laços de amizade que já caracterizavam as tradicionais relações existentes entre ambas as instituições.

Assim, a MB participou que era favorável à realização de Operações Ribeirinhas Conjuntas envolvendo as Armadas Regionais, mas reafirmou a sua posição de não participar de operações desse tipo que incluíssem a presença de Marinhas extra-regionais. Esta condição provavelmente relaciona-se ao desconforto que o Brasil continuamente sofre sempre que percebe algum tipo de questionamento sobre sua soberania na Amazônia e áreas adjacentes por conta de uma má gestão ambiental.

A permissão para que forças militares de países desenvolvidos, que eventualmente façam coro contra o Brasil nesse setor, ou que tenham, em sua opinião pública interna, arraigado preconceito contra a competência e as reais intenções do país, mesmo que em um simples exercício, poderia dar-lhes desenvoltura para atuação futura em um terreno no qual poucas forças no mundo estão qualificadas. Esta restrição pode ser encarada também como

[51] Participaram dessa VI Reunião o Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil, Contra-Almirante José Carlos Cardoso, o Diretor do Estado-Maior Geral da Armada Argentina, Contraalmirante Edgardo Campiantico, o CMG Alexandre Villela Dias, CF Alexandre Magno Pereira Aguiar, CMG (ARA) Gustavo Adolfo Trama, CMG (ARA) Enrique Alfredo Perez e o CF(ARA) Jorge Alberto Noblea Lamoglia.

uma reafirmação simbólica de que não há poderes hegemônicos atuando na área de interesse imediato do Brasil.

A manutenção das turbinas Tyne estava agora tendo problemas por conta do fornecimento de sobressalentes oriundos do fabricante, “Rolls-Royce”. A ARA se comprometeu a aprofundar seus contatos com o fabricante. Ou seja, mesmo se ganhando alguma autonomia em relação à mão-de-obra especializada da indústria de defesa e de tecnologia de ponta de países da Europa ou da América do Norte, por conta do intercâmbio técnico de manutenção entre a ARA e a MB, ainda havia e há um gargalo no fluxo de material essencial para o funcionamento de uma Força Armada eficiente em países periféricos como o Brasil e a Argentina. Situações como essa certamente serão críticas no momento de um conflito, se não tiver sido possível providenciar a acumulação de estoques de segurança suficientes para fazer frente ao período de duração estimado do enfrentamento militar. A Guerra das Malvinas foi repleta de exemplos nesse sentido.

Esta troca de experiência técnica realmente vinha dando bons frutos. Tanto é assim que, na área de aviação naval, a ARA demonstrou estar muito satisfeita com o apoio prestado pela MB no desenvolvimento do projeto SH3-AM39, o lançamento de míssil a partir de um helicóptero SH3.

O exercício de salvamento de um submarino argentino infelizmente ainda teria que esperar um pouco, pois o NSS Felinto Perry da MB encontrava-se em fase de reparo e modernização de sistemas, e somente teria uma previsão de prontificação para o final de 2001. De qualquer forma, a MB tentaria realizar algum exercício ainda no primeiro trimestre de 2001, quando o Submarino ARA Santa Cruz concluísse sua manutenção no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

A ARA começava a se preocupar em aprimorar organizacionalmente a coordenação dos intercâmbios operativos mantidos, muito provavelmente com o intuito de dar uma maior agilidade, perenidade e consistência aos mesmos, evitando-se as oscilações na sua importância e intensidade, que poderiam ocorrer em função da ordem de prioridades momentâneas estabelecidas por um chefe naval qualquer, seja argentino ou brasileiro. A solução, que a MB ficou de estudar e aprovar, parecia ser a criação de um Comitê Naval Operativo, a ser mantido como interface entre os respectivos Comandos de Operações Navais, a partir do primeiro semestre de 2001.

Esse comitê teria como propósitos planejar e coordenar as operações conjuntas existentes, elaborar doutrinas, procedimentos e todas as facilidades que possibilitem avançar a

interoperabilidade das Marinhas, analisar e propor aos Estados-Maiores um programa anual de intercâmbio de pessoal em áreas operativas e propor futuras operações navais conjuntas.

Onde o intercâmbio de doutrinas já era intenso, a ARA procurava, portanto, padronizá-los e institucionalizá-los nas duas Marinhas, enquanto, simultaneamente, buscava convencer a MB a percorrer caminhos que levassem a um maior intercâmbio de doutrinas nos campos que ainda não haviam avançado tanto. Assim, a ARA propôs, também, estabelecer até o final do ano de 2000 contatos diretos entre os setores operativos de ambas as Marinhas para iniciar entendimentos sobre aspectos da doutrina de operações anfíbias, tais como o planejamento naval de incursões anfíbias, planejamento de operações de evacuação de não-combatentes e coordenação de operações aéreas, apoio de fogo e defesa aérea.

A ARA, com propostas dessa natureza, parecia ter uma visão mais amadurecida do que desejava da aliança entre as duas Marinhas. As propostas deixavam antever intenções muito mais amplas e significativas que as tradicionais Medidas de Confiança Mútua, já tão bem praticadas e sedimentadas pelas duas Marinhas, naquele momento. A tendência no crescimento e importância das relações era algo que a ARA já via como irreversível, o que a levou a propor também a criação do cargo de Adjunto de Adido Naval da Argentina na cidade do Rio de Janeiro, além do Adido residente em Brasília. Eram ligeiros esboços de uma mudança de patamar na relação entre as duas Marinhas, que, em algum momento, poderiam começar a esbarrar em decisões de Política Exterior de grande impacto geopolítico regional. Talvez, por isso, a MB ainda apresentava algum cuidado na aceitação imediata dessas propostas.

A MB parecia se sentir mais à vontade na administração dos intercâmbios cotidianos de seu interesse como o programa de formação da nova turma de pilotos de aeronaves de asa fixa, no qual os oficiais brasileiros vinham apresentando, mais uma vez, um bom desempenho, ou o ajuste de datas e locais para operações tradicionais bilaterais como a ARAEX, ou os programas de intercâmbio na área de Ciência e Tecnologia, com a inclusão de visitas mútuas para 2001 entre os representantes do Instituto de Pesquisas da MB e os dos órgãos correspondentes da ARA (SENID e SIAG) para a troca de conhecimentos tecnológicos entre as duas Marinhas, no que a ARA concordou imediatamente, ou o oferecimento, em reciprocidade ao que a ARA já havia feito em 1999, de um estágio para aviador naval no Serviço de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos na MB, ou ainda o intercâmbio, a partir de março de 2001, de oficial aviador naval, preferencialmente ex-piloto de A-4 e com experiência de oficial sinalizador de pouso, para embarcar no esquadrão VF-1 da MB em São Pedro da Aldeia e atuar como instrutor de vôo, por um período mínimo de um

ano, tendo a MB oferecido, em reciprocidade, o envio de um piloto brasileiro de helicóptero, com experiência em pouso noturno a bordo, pelo mesmo período.

Na verdade, de forma geral, os oferecimentos de cursos, alguns sem ônus para o visitante, e intercâmbios diversos continuavam com grande intensidade, sem nenhuma perspectiva de ruptura nessa tendência. Destacam-se o estágio de qualificação de futuros comandantes de submarinos que a ARA solicitou à MB e a troca de informações entre o Serviço de Hidrografia Naval da ARA e a Diretoria de Hidrografia e Navegação da MB.

Como forma de se aumentarem as trocas na área de recreação e turismo dos membros de ambas as instituições, foi acordado que os respectivos Adidos Navais informariam as facilidades existentes em termos de hotéis de trânsito e atividades gerais disponíveis. Em termos culturais, começou-se a pensar, a partir de um oferecimento da ARA, na possibilidade de um oficial brasileiro participar do curso de História Militar na Escola de Guerra do Exército argentino, seguido de um estágio na Cátedra de História Naval da Universidade de El Salvador em Buenos Aires, com duração de seis meses. Além disso, ofereceu-se também uma vaga para o intercâmbio de pesquisa histórica no Arquivo Geral da Nação, no Arquivo Geral da Armada e no Departamento de Estudos Históricos Navais, além de participação em conferências e simpósios sobre história organizados em Buenos Aires.

Na VII Reunião de Estados-Maiores entre a MB e a ARA realizada em Buenos Aires, no período de 21 a 24 de maio de 2001 (EMA, 2001) [52], a MB viria a declinar temporariamente destes oferecimentos na área de história devido a razões orçamentárias, mas ficou estabelecido manter a possibilidade de futuros eventos ou encontros por intermédio de propostas específicas a serem apresentadas às respectivas adidâncias.

A decisão mais relevante desse encontro foi a aceitação, por parte da MB, de que o Comitê Naval Operativo virasse uma realidade já partir de 2001, com todas as implicações positivas que isso pode trazer para a relação entre as duas Marinhas, conforme já discutimos acima. Digno de nota também uma apresentação da MB sobre as atividades de construção naval no Brasil, o que poderia significar no futuro projetos comuns mais relevantes, ao ponto de permitirem ganho de escala na construção de belonaves, mas, como foi registrado na parte final da ata, ainda deveriam esperar por tempo indeterminado, até que houvesse, no mínimo, maior determinação dos respectivos governos para investirem mais em suas Forças Armadas:

[52] Participaram desse sétimo encontro o Diretor do Estado-Maior Geral da Armada Argentina Contra-Almirante Alejandro Francisco Uberti, o Subchefe interino de Estratégia do Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil, CMG Adalberto Casaes Júnior, CMG(ARA) Gustavo Gene, CF(ARA) Nestor Omar Costa, CC(ARA) Eduardo Enrique Pizzagalli, CF(MB) Fernando Henrique Gonçalves Pinto, CF (MB) Carlos Frederico Carneiro Primo.

“Durante as conversações ficou evidenciado que ambas Marinhas possuem interesse em desenvolver projetos de cooperação mútua que, no entanto, sempre estarão condicionados às disponibilidades de verbas orçamentárias.” (EMA, 2001)

Fora isto, assuntos, que, naquele estágio da relação, já podiam ser considerados como sendo de rotina, foram tratados, normalmente, tais como a autorização para que setores competentes de ambas as Marinhas tratassem dos assuntos horizontalmente, a inclusão do Uruguai nos jogos de guerra que já eram desenvolvidos bilateralmente pelas Escolas de Guerra Naval de Brasil e Argentina em caráter anual, e os oferecimentos e requerimentos de intercâmbios de pessoal e cursos de toda ordem.

Além desses intercâmbios diversos e intensos, que a todo o momento eram negociados, verifica-se também naquele início de milênio uma grande quantidade de visitas protocolares e de trabalho entre autoridades navais (Almirantes) dos dois países, não necessariamente pertencentes a mais alta cúpula das duas Marinhas, numa intensidade nunca antes vista na história das duas Armadas. Esses tipos de trocas tinham tudo para ser mantidos, pois apresentavam um custo relativamente baixo e contribuíam bastante para a manutenção de canais de comunicação abertos em todas as áreas dessas organizações. O Quadro oito apresenta alguns exemplos de visitas dessa natureza, nas quais Almirantes brasileiros se dirigiram à cidade de Buenos Aires. Obviamente, visitas de Almirantes argentinos também ocorriam dentro do caráter cavalheiresco das relações.

Quadro 8

Exemplos de visitas protocolares de Altes brasileiros à Argentina na virada do milênio

EVENTO	DATA	REFERÊNCIA DOCUMENTAL
Convite ao Diretor do Centro de Inteligência da Marinha do Brasil, Contra-Almirante Carlos Augusto Vasconcellos Saraiva Ribeiro para participar de reunião anual bilateral de inteligência.	21 e 23 SET de 1999.	(SDM, 1999 c)
Convite ao Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, Almirante-de-Esquadra Carlos Augusto Costa para participar da cerimônia do 120º aniversário da Infantaria de Marinha Argentina	19 NOV 1999.	(SDM, 1999 d)
Convite para que o Diretor de Administração da Marinha Contra-Almirante (IM) Adolf Magnus Moniz Ostwald visitasse a Argentina acompanhado de um assessor e respectivas esposas para participar das comemorações do aniversário do Corpo de Intendentes da ARA. Após as festividades, realizaram-se debates sobre temas relacionados ao abastecimento de meios, a sistemas de controle, à auditoria orçamentária e a sistemas de informática. Essa autoridade já havia visitado aquele país em 1999.	15 a 17 AGO 2001.	(SDM, 1999 b) e (SDM, 2001 c)
Convite ao Diretor-Geral de Material da Marinha, Almirante-de-Esquadra Airton Ronaldo Longo, acompanhado de um ajudante e respectivas e esposas.	2001	(SDM, 2001 a)
Convite ao Comandante-em-Chefe da Esquadra, Vice-Almirante Jeronymo Francisco Mac Dowell Gonçalves, acompanhado de um ajudante e respectivas esposas.	2001	(SDM, 2001 b)

4.4 Perspectivas Futuras

Falar de perspectivas pressupõe que já há uma tendência em andamento. Falar de necessidades, porém, poderia ser dada a impressão de que a relação bilateral necessita de um receituário de medidas a serem adotadas para que se mantenham as conquistas atuais. Na verdade, os estado atual das relações Argentina e Brasil, em particular entre suas Marinhas, encontra-se em um nível muito bom e poderá ser mantida assim por muito tempo se nada for feito. É uma situação, entretanto, que tem todo o potencial para avançar para algo mais consistente e vantajoso para ambos. Mas, para que isso aconteça, há necessidade de que algumas condições mais promissoras se concretizem e que alguns aspectos da conjuntura estratégica mundial fiquem mais claros.

Em outras palavras, ao se olhar para a trajetória das relações dessas duas Armadas, se constata que um longo e exitoso percurso visando à busca e à manutenção da confiança mútua foi percorrido até o presente momento, sem grandes percalços. Porém, o fato de se ter produzido uma distensão generalizada não significa que se avançou tanto que já exista uma comunidade de políticas externas na qual as duas são utilizadas, nem que tenham desaparecido diferentes pontos de vista sobre o papel que a região deve desempenhar no conceito global das nações e que parte desse papel cada um dos dois países deve protagonizar dentro dele.

Como exemplo das divergências que vez por outra ocorrem, pode-se citar a decisão tomada pela Argentina de enviar tropas para integrar a força-tarefa constituída para enfrentar o Iraque quando este país ocupou o Kuwait em 1991. Essa decisão unilateral não apenas não foi compartilhada pelo Brasil, como também se ouviram queixas dos países da região pelo fato de a Argentina não tê-los consultado na tomada de decisão política de tal envergadura.

A Argentina mostra-se mais propensa a intervir em operações de conteúdo bélico ainda que estas se realizem fora do marco das Nações Unidas, enquanto o Brasil está mais inclinado a limitar suas intervenções somente quando as operações se realizem dentro desse marco e se perceba um claro interesse nacional envolvido na mesma.

Isso vem ocorrendo porque há algumas questões na agenda comum por serem resolvidas que acabam travando os avanços na área de segurança e defesa. Um ex-ministro da Defesa da Argentina, José Horacio Jaunarena, apontou essas questões em um representativo seminário entre os dois países em 1999, da seguinte forma;

> Caso se reconheça que os velhos inimigos já não existem, adaptaram-se os planos e os elementos dos sistemas de defesa a nova situação?
> A classe política de ambos os países transmitiu as suas Forças Armadas uma clara resposta a essas perguntas e, portanto, foi determinada uma reestruturação adequada aos novos cenários?
> Existem coincidências em ambos os países sobre o modo, a forma e os elementos que vão ser usados para responder às novas ameaças?
> Tem sentido empreender um novo esforço para o desenvolvimento conjunto de alguns projetos que nos ajudariam a ambos os países a adquirir determinadas capacidades autônomas para o domínio de certas tecnologias que já são patrimônio de muitos países de outras regiões? (JAUNARENA, 1999, pg. 21)

Na tentativa de responder a cada uma dessas questões, Janaurena reconhece que se estaria realmente vivendo um estado de incerteza estratégica, mas que um esforço mínimo de definição deve ser empreendido, visto que não é prudente, no momento, se desarmar os sistemas de defesa nacionais convencional, por dois motivos principais: não existe uma instância internacional que garanta uma defesa alternativa e substitutiva e as realidades estão se mostrando demasiadamente cambiantes ao ponto de demandarem um constante estado de vigília, independente da difícil definição do inimigo concreto.

Diante de tanta incerteza e da imensidão de seu território, o próprio Brasil acaba não priorizando sua integração com a Argentina na área de defesa, talvez como devesse, porque tem se visto obrigado a centrar cada vez mais sua preocupação estratégica no que ocorre na Amazônia e não tanto no sul do Atlântico Sul.

O fato é que há ainda muitas oportunidades a serem exploradas na área de defesa e segurança conjunta dos dois principais países da América do Sul, uma vez que, embora se observe uma redução das possibilidades de conflitos convencionais na região, assiste-se, paralelamente, um aumento do risco de ameaças não-convencionais para as quais não estão sendo elaboradas estratégias comuns entre esses dois Estados para enfrentá-las, ressaltou ainda Jaunarena (1999).

Além de ter apontado para essa possibilidade de se elaborarem estratégias comuns para o que se convencionou chamar de novas ameaças, Jaunarena (1999) indicou também outras áreas nas quais ainda há muito caminho a percorrer no campo da integração, tais como: melhor coordenação dos setores de informação e inteligência para combater justamente essas ameaças não-convencionais relacionadas ao narcotráfico e ao terrorismo; aprimoramento de pesquisa conjunta e desenvolvimento de armamentos de forma compartilhada; coordenação de atividades logísticas pela compatibilização de materiais utilizados, a serem identificados por meio de equipes de trabalho conjuntas; reconhecimento e validação de centros de manutenção que para determinados efeitos poderiam realizar trabalhos para as Forças

Armadas dos dois países; e intercâmbio de tarefas na área de catalogação de itens, de forma a se evitar o trabalho redundante.

Em suma, esse político e estudioso do tema propõe uma política harmoniosa de aquisição e uso de equipamento, e a coordenação das políticas e esquemas de manutenção dos mesmos para melhor utilizar os recursos em um horizonte de escassez crescente. Seria uma política feita tendo por base uma conjugação de esforços para o estabelecimento de um sistema de defesa cooperativo, com vistas a criar uma aliança de defesa no Cone Sul, construída a partir das contribuições de cada um dos sistemas nacionais de defesa, de modo a se complementarem mutuamente, e sem que isso signifique para qualquer uma das partes renúncia a certas capacidades que tenham desenvolvido.

As duas Marinhas já apontaram parte desse caminho, mas, provavelmente, chegaram a um limite, muito mais pela falta de recursos e de algumas decisões de alto nível que garantam a continuidade do fluxo de recursos necessários. E, muito mais importante que recursos, uma definição mais clara das possíveis atuações comuns. A simples reunião anual dos Estados-Maiores das duas Marinhas está se tornando muito pouco para o desenvolvimento de projetos comuns de maior densidade e detalhamento. Um órgão permanente, uma espécie de Estado-Maior do MERCOSUL, tão logo haja sinal verde das cúpulas políticas desses países, é sempre bom repetir, se fará necessário muito em breve, a partir desses embriões que já germinam não só entre as Marinha, mas muito provavelmente no Exército e na Aeronáutica também

Outro pensador que expôs suas idéias naquele encontro, não com a mesma influência política de Jaunarena, foi Darc Costa (1999). Costa, na busca de uma visão única para a segurança e defesa abaixo do Equador também discorreu sobre esses possíveis caminhos futuros, partindo da premissa que Brasil e Argentina estão destinados a liderar a formação de um pólo de poder na América do Sul.

Costa dá mais claramente uma sobrevida às ameaças convencionais para países do porte como Brasil e Argentina. Esta é a boa notícia para os entusiastas pela elaboração de uma política comum de defesa para o MERCOSUL, a partir do núcleo Brasil e Argentina. A má notícia é que a grande ameaça pode ser simplesmente oriunda da mais poderosa nação da terra, os EUA, acompanhados ou não de seus primos também ricos, Japão e Europa. É a velha interpretação do conflito norte x sul, que parece ter ganhado força com a Guerra das Malvinas e, no início da década de 90 no século passado, com a retomada do Kuwait pela coalizão comandada pelos EUA.

Assim, seja como for que os dois países venham a aumentar sua integração, ele acredita que ambos devem ter em mente as seguintes estratégias, que propiciem um mínimo

de dissuasão contra esses poderosos competidores, mas que, ao mesmo tempo, levem em consideração a carência de recursos:

> a) manutenção de presença nos fóruns de poder mundiais, como forma de exercitar o chamado poder não-convencional;
>
> b) continuidade do serviço militar obrigatório, enquanto não se avança mais em tecnologias endógenas de armamentos mais avançados;
>
> c) aplicação do conscrito oriundo da zona rural na sua própria região pelo conhecimento que já possui do terreno em caso de defesa;
>
> d) priorização das ações de selva, principalmente no caso brasileiro;
>
> e) desenvolvimento de uma política de ocupação militar para a Amazônia no caso brasileiro e para a Patagônia no caso argentino, por tropas permanentes;
>
> f) busca pelo aumento de orçamentos mais condignos para as Forças Armadas de ambos os países, ao menos em torno de 3,5% do PIB, conforme a média mundial dos países de semelhante envergadura;
>
> g) investimento na indústria de defesa, localizando-a, preferencialmente, nas cidades médias e pequenas mais próximas do campo, nos casos que há menor exigência tecnológica, e, nas áreas urbanas mais desenvolvidas, aquelas que desenvolverão a tecnologia de ponta que realmente gerarão a autonomia estratégica;
>
> h) revalorização contínua do militar que deve ser visto pela população como o cidadão em armas e não como o responsável pelo arbítrio.

Costa completa sua exposição com uma proposta polêmica, mas que só evidencia como provavelmente pensa boa parcela dos militares brasileiros, quando o assunto é ameaça convencional, visto que é membro do corpo permanente da ESG.

> Em Ushuaia, colocou-se o MERCOSUL ampliado (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai) como zona livre de armas de destruição massiva, já que a preocupação era de natureza endógena e esta colocação era vista como elemento essencial para a paz na região. Um pacto de defesa comum torna a questão de defesa como exógena e possibilita a revisão da questão das armas de destruição massiva, se a assimetria de poder, que a posse de tais armas traz, não for revogada do cenário mundial. (COSTA, 1999, pg. 66)

Ou seja, o risco hoje seria realmente oriundo de um possível conflito norte x sul, ou, no mínido de alguma imposição inaceitável daqueles países mais ricos em relação ao Cone Sul. Não tão enfático, mas também bastante realista quanto a essa possibilidade foi o Alte Vidigal. Este também traça algumas linhas sobre as perspectiva entre Brasil e Argentina.

> A definição do papel das Forças Armadas da Argentina e do Brasil no contexto atual implica, desde logo, numa opção: ou elas aceitam as pressões dos Estados Unidos para se direcionarem prioritariamente para os problemas internos de seus respectivos países, assumindo funções que normalmente não lhes cabem, ou, à luz dos interesses nacionais de seus países, mantêm-se voltadas para os problemas de defesa externa.
> A lógica da tese defendida pelos Estados Unidos parece irretorquível: não existindo ameaças externas para esses países é necessário repensar o papel das suas Forças Armadas, tradicionalmente voltadas para a segurança externa, no caso, altamente improvável, de surgir uma ameaça desse tipo, os Estados Unidos garantiriam a defesa deles – **obviamente, os Estados Unidos não julgam concebível que eles possam ser considerados a ameaça** (Grifo Nosso); sem, portanto, o ônus da defesa externa, as Forças Armadas devem ser empregadas nas tarefas que possam contribuir para a segurança interna e noutras ligadas ao desenvolvimento. (VIDIGAL, 1999, pg. 115)

Assim, é possível se entender porque Costa (1999) defendeu durante todo o tempo a manutenção de um alto grau de ameaça dissuasória, por meio da vontade nacional comum de defender a soberania territorial, da criação de uma convincente força militar combinada (terrestre, naval e aérea), mesmo que com grande intensidade de recursos humanos em um primeiro momento, e de uma autonomia estratégica.

Isso tudo só será conseguido, ainda segundo Costa (1999), se os dois países realmente avançarem juntos, em especial no desenvolvimento de uma indústria bélica de ponta com projetos conjuntos, pois é nesta área que se encontram as maiores possibilidades de autonomia estratégica.

> O armamento e o equipamento destinados a esta força dissuasória, deverão ser fabricados nos dois países, tanto quanto possível, dentro de um planejamento conjunto, a fim de evitar embargos internacionais ao cumprimento de sua missão de defesa. A força dissuasória, para ser efetiva e durar na luta, precisará dispor de autonomia estratégica, isto é, capacidade operativa e autonomia logística. (COSTA, 1999, pg. 68)

À época do acordo argentino - brasileiro de julho de 1986, já havia um protocolo que tratava da cooperação militar, mas este não pôde ser implementado devido às desconfianças e receios recíprocos entre os militares argentinos e brasileiros. Para contornar essas dificuldades, os presidentes de Brasil e Argentina decidiram pela realização anual de Simpósios de Estudos Estratégicos Argentino-Brasileiro, com o propósito de, conforme foi visto, através da discussão livre dos problemas existentes, reduzir ou, se possível, eliminar as diferenças e, assim, iniciar um processo de intensa cooperação.

O estágio atual da cooperação atesta o êxito, em particular quando se olha para a relação recíproca entre as duas Armadas. Embora o principal papel das Forças Armadas da Argentina e do Brasil deva ser o da defesa externa, cada país desenvolvendo a sua própria política de defesa, à luz dos seus interesses nacionais, não se deve perder de vista o fato de

que são países que têm interesses comuns, cada vez mais evidentes e numerosos, e que, portanto, a busca de uma política comum de defesa deve ser um objetivo permanente.

A fixação de objetivos demasiado ambiciosos em curto prazo, como, por exemplo, o estabelecimento de um tratado de defesa, não é aconselhável, pois sua efetividade depende da existência de interesses comuns significativos, de riscos e ameaças potenciais e do reconhecimento de que a aliança militar contribui eficazmente para a eliminação desses riscos e ameaças. Um tratado de defesa comum deve ser o resultado de um longo processo de intercâmbio e cooperação.

Vê-se, portanto, que não há uma velocidade prévia para que se atinjam degraus mais elevados de integração, pois tudo depende das conjunturas nacionais, regionais e mundiais e, talvez, não haja nem mesmo uma ordem exata do que deve ser atingido antes e do que deve ser atingido depois. Entretanto, não há dúvidas que uma integração militar bem sucedida acompanha bem de perto os sucessos em outras áreas, sejam econômicas, culturais e políticas.

Assim, os requisitos para uma integração verdadeiramente sólida, confiável e duradoura, que foram definidas pelo politicólogo e sociólogo Deutsch (1960), podem servir de orientação para os atentos formuladores de políticas públicas na área de segurança e defesa, a saber:

> 1) mútua compatibilidade dos valores principais;
> 2) identidade e lealdade recíprocas;
> 3) uma forma de vida característica;
> 4) expectativas de benefícios econômicos mais sólidos;
> 5) notável aumento da capacidade política e administrativa de pelo menos uma das unidades;
> 6) crescimento econômico superior de alguma das unidades;
> 7) vínculos sólidos de comunicação social;
> 8) ampliação da elite social;
> 9) mobilidade de pessoas entre as unidades;
> 10) multiplicidade de campos de comunicações e negócios;
> 11) compensação de fluxos de comunicações e negócios;
> 12) apreciável predição mútua de condutas;
> 13) aversão ao empreendimento de guerras fratricidas;
> 14) existência de uma ameaça militar estrangeira;
> 15) fortes laços econômicos;
> 16) assimilação étnica e lingüística. (DEUTSCH, 1960 abud OLMOS)

Qualquer analista mais atento observa que Brasil e Argentina avançaram realmente bastante em alguns aspectos, mas em outros nem tanto. Atrapalham ainda as idas e vindas na integração econômica ou no desenvolvimento econômico das partes, a falta de uma mobilidade cultural mais intensa, os bolsões de atraso educacional brasileiro, principalmente, as respostas diplomáticas nem sempre idênticas às principais questões mundiais e, que no tange a área de defesa, as dificuldades para se chegar a um consenso quanto às ameaças militares estrangeiras que atingem ambos e o grau de importância relativa que cada parte

atribui a essas ameaças percebidas. Estas questões, se cuidadosamente acompanhadas e avaliadas, permitirão que um caminho mais seguro se concretize, na área militar, para além das bem sucedidas, porém limitadas, medidas de confiança mútua.

As duas Marinhas, vez por outra, têm procurado sonhar com projetos mais audazes, mas são logo trazidas à realidade quando se deparam com seus escassos recursos financeiro e falta de apoio político. Ainda em 2002, por exemplo, um projeto comum para a construção de um submarino apresentou-se natimorto por conta dessas limitações, conforme se verifica nas palavras do Chefe do Estado Maior Geral da ARA na ocasião, o Almirante Joaquim Edgardo Stella.

> Tenho o prazer de me dirigir a V.Exa. em resposta a sua carta datada de quatro de junho próximo passado, referente ao projeto de construção de um submarino convencional entre ambas as instituições e ao reparo de submarinos da Armada Argentina.
> Com respeito ao primeiro tema, concordo com vossa consideração sobre as dificuldades para a obtenção dos recursos necessários.
> Em quanto ao apoio oferecido para o reparo de nossos submarinos, de acordo com o coordenado na última reunião de Estados-Maiores, dei instruções para a Diretoria Geral de Material Naval estabeleça contatos com a Diretoria Geral de Material da Marinha do Brasil para intercambiar informações a respeito. (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 2002, tradução nossa) [53]

[53] Texto original em espanhol: “Tengo el agrado de dirigirme a Usted, en respuesta a su nota de fecha 4 de junio próximo pasado, referida al proyecto de construcción de un submarino convencional entre ambas Instituciones y a la reparación de submarinos de la Armada Argentina.
Con respecto al primer tema, concuerdo con vuestra consideración sobre las dificultades para la obtención de los recursos necesarios.
En cuanto al apoyo ofrecido para la reparación de nuestros submarinos y de acuerdo a l coordinado en la última reunión de Estados Mayores, he dado instrucciones para que la Direción General del Material Naval, establezca contactos con la Dirección General del Material de la Marina del Brasil, a efectos de intercambiar información al respecto.”

CONCLUSÃO

Este trabalho iniciou-se com a constatação de que a historiografia brasileira, após a Segunda Guerra Mundial, não possui praticamente estudos dando a devida atenção à presença de suas Forças Armadas em apoio à Política Externa do Estado brasileiro. Na Argentina, essa constatação só não é tão verdadeira porque a derrota na Guerra das Malvinas foi algo contundente demais naquela sociedade para ser ignorada por seus historiadores e estrategistas. A própria necessidade de se identificar e punir culpados pelo fracasso exigia uma análise meticulosa da conjuntura do pré-guerra, dos objetivos políticos da argentina e do preparo de suas Forças Armadas para ajudar no alcance desses objetivos.

Mas, mesmo naquele país, tirando-se esse fato pontual, a preocupação da historiografia para estudar as Forças Armadas e sua relação com os cenário internacional da Argentina parou aí. Isso se deu porque tanto o Brasil quanto a Argentina são países periféricos, em termos de poder nacional, e mesmo geograficamente falando. Ambos atuaram boa parte do século passado sob a liderança dos EUA e mantiveram suas Forças Armadas, em função desses dois fatores, restritas ao ambiente regional.

Além disso, o fato da campanha anticomunista no continente sul-americano ter sido centrada na insurreição interna e capitaneada pelas Forças Armadas dos dois países, por meio de ditaduras políticas, desgastou muito essas instituições junto à intelectualidade, à opinião pública e à classe política desses dois países. Ou seja, o tema Forças Armadas passou a ser o “patinho feio” da academia.

Este tema, na verdade, só ganhou relevância, durante toda a década de 80 do século passado, nos momentos que os estudos buscavam discutir e identificar a engenharia política mais adequada para se efetuar a transição para a democracia e afastar as Forças Armadas do primeiro plano da política interna.

Esse propósito acabaria sendo atingido com sucesso em ambos os países. De uma forma mais paulatina e segura, no caso brasileiro; e de uma forma mais tempestuosa, em função das revoltas ocorridas na caserna, no caso Argentino. Entretanto, por uma série de outros fatores, esse processo parece ter se encerrado de forma incompleta, na medida em que as instituições castrenses foram desviadas sim da segurança interna, mas passaram a atuar bem limitadamente no campo externo, seja na defesa propriamente dita, seja na inserção estratégica das mesmas para a consecução dos objetivos nacionais.

É tentador se explicar essa dificuldade que as Forças Armadas da Argentina e do Brasil tiveram para atingir um melhor reposicionamento estratégico focando-se apenas na

crônica falta de recursos que as perseguiu, fortemente, a partir da década de 80. Entretanto, essa causa não comporta toda a explicação. O mundo, naquela década, passava por uma importante guinada na estrutura mundial que relativizava bastante a soberania dos Estados, sem necessariamente serem eliminadas as tradicionais competições pelo poder por eles mantidas. A Guerra das Malvinas, no âmbito regional, teve o mérito de apontar para essas contradições e mudanças em andamento.

Neste trabalho, uma análise provinda da Geopolítica teve como objetivo disponibilizar o ferramental necessário para o entendimento dessa conjuntura em transição. Fez-se necessário, porém, caracterizar dois momentos históricos distintos. Assim, a Geopolítica foi, didaticamente, subdividida também em duas, conforme o relacionamento de cada uma das partes a um desses momentos históricos: a primeira foi batizada de Geopolítica Tradicional, enquanto a segunda recebeu a denominação de Nova Geopolítica.

A não eliminação dos pressupostos da Geopolítica Tradicional permitiu que as disputas de poder mundial e regional entre Estados soberanos continuassem sendo consideradas durante toda a análise, mesmo quando projetos econômicos comuns e alianças militares entre os países pareciam estar caminhando para a formação de megablocos supranacionais com interesses próprios.

A introdução do conceito de Nova Geopolítica permitiu entender a complexidade do mundo contemporâneo que já vinha se desenhando há algum tempo, mesmo antes do fim da Guerra Fria. Uma complexidade que passou e passa pela introdução de novos atores com capacidade de influenciar na política mundial, pelo surgimento de assimetrias do poder militar sem precedentes na história, em decorrência de novas tecnologias como a da teleinformática, pela crescente importância dos fatores econômicos e financeiros afetando a autonomia e destino dos países, a partir de processos decisórios que priorizam muito mais a racionalidade econômica em detrimento das questões políticas entre Estados, e pelas novas questões colocadas na agenda internacional que ao transpassarem as fronteiras nacionais exigem cada vez mais a presença de agências multilaterais como forma de melhor viabilizar as negociações.

Quando a Guerra das Malvinas teve início em 1982, a Argentina se encontrava envolvida em uma série de disputas geopolíticas que podem ser classificadas como tradicionais. Na disputa pelo canal de Beagle com o Chile, estava em jogo a proeminência do país no Atlântico Sul e uma projeção privilegiada sobre Antártica. A soberania sobre as Malvinas, bem como sobre outros arquipélagos menores naquele oceano, tinha um objetivo semelhante, mas de forma subsidiária intencionava dificultar a circulação livre pela região de

uma potência militar extra-regional como a Grã-Bretanha, o que de certa forma contava com a simpatia do Brasil.

Dentro desse rol de disputas, não se pode ignorar também a secular competição entre Brasil e Argentina para alcançarem a hegemonia, cada um per si, na Bacia do Rio da Prata. A polêmica em torno da utilização das cotas do Rio Paraná para a construção de usinas hidrelétricas foi o ápice dessa questão ao longo dos anos 60 e 70 do século passado. Em 1982, o último governo militar brasileiro, por meio de intensas negociações, já havia afastado o perigo imediato de uma guerra entre os dois países, aberto canais de intercâmbios comerciais e iniciado uma lenta, porém contínua, aproximação militar entre os dois países. É resultado dessa época o início de operações anuais entre a ARA e a MB denominadas de FRATERNO.

A economia que mais cresceu no mundo na década de 70 já havia garantido sua presença quase hegemônica, em termos regionais, no Paraguai e no Uruguai, mas continuava se expandindo. Nesse contexto, a Argentina, antes de ser um Estado competidor, passava a ser vista também como um possível manancial de oportunidades para uma economia que se autoprojetava como potência no século XXI. A Argentina, com sua eficiente produção agrícola ávida por exportar cereais, também começava a ver como vantajosa essa aproximação. As necessidades comerciais expansionistas de ambos, em áreas complementares contribuíram para minimizar a competição geopolítica tradicional entre Brasil e Argentina.

A Guerra das Malvinas teve o mérito de evidenciar que esse deveria ser realmente o caminho a ser enfatizado por ambos. Primeiramente, o Brasil teve a oportunidade de demonstrar uma discreta, porém firme, solidariedade à causa argentina, o que, certamente, retirou boa parte da legitimidade das vozes que naquele país acusavam o Brasil de ser imperialista e um vizinho pouco confiável.

Em segundo lugar, a forma como os chamados países centrais se uniram em favor da Grã-Bretanha, colocando por terra diversos esquemas de solidariedade regional como o TIAR, boicotando a economia e o esforço de guerra argentino, e, inversamente, dando o apoio logístico e militar ao adversário, demonstrou, no entendimento dos militares e de vários analistas regionais, que um já propalado tipo de competição geopolítica havia chegado à América do Sul para ficar, o conflito norte x sul. Nesse esquema, as potências ricas do norte relativizam a soberania dos países pobres, procurando ditar os caminhos e posturas a serem adotadas.

O conflito norte x sul pode até ser analisado pelo enfoque da Geopolítica tradicional. Entretanto, muito mais que no conflito Leste x Oeste, já se evidenciavam naquele os traços do que convencionalmente foi chamado neste trabalho de Nova Geopolítica. Essa mescla de

características ocorre porque os Estados mais poderosos procuram manipular a seu favor aqueles fatores que caracterizam a Nova Geopolítica. Ou seja, procuram influenciar os novos atores não Estatais que emergem nas Relações Internacionais, uma parte relevante da economia transnacional, bem como a agenda dos organismos multilaterais que devem tratar dos novos desafios transnacionais.

A análise, sob o ponto de vista da logística militar, da derrota argentina na Guerra das Malvinas evidenciou, portanto, a existência de um conflito norte x sul, mas também alguns traços da chamada Nova Geopolítica, que iriam motivar Brasil e Argentina a intensificarem suas relações político-militares.

Ou seja, o Brasil e a Argentina estavam submetidos às mesmas restrições financeiras e tecnológicas internacionais e desempenhavam um papel secundário nas mais importantes decisões políticas que tramitavam nos diversos organismos multilaterais.

O preparo militar de ambos os países já começava a agonizar lentamente em termos absolutos por conta das restrições financeiras de toda ordem e, rapidamente, em termos relativos, por conta dos investimentos sem precedentes que se davam nos equipamentos militares e na administração da logística militar dos países mais ricos. Eram as tecnologias da paz que encontravam aplicações no campo militar desses países, que ainda tinham como remunerar e motivar as grandes empresas multinacionais a seu favor.

Princípios de poder da Geopolítica tradicional mantinham os fluxos de riqueza direcionados para esses países, que, ao invés de negarem ou combaterem os traços da Nova Geopolítica que surge, procuram utilizá-los e influenciá-los, favoravelmente, para manter os desequilíbrios econômicos e tecnológicos entre os Estados, que, em última instância, são a própria fonte de seu poder.

Assim, começou-se a constatar entre os estrategistas de Brasil e Argentina que os possíveis objetivos nacionais permanentes desses dois países não seriam alcançados por meio de nenhuma competição político-militar entre ambos, a qual só tenderia a piorar a dependência financeira e tecnológica e enriquecer ainda mais os fornecedores de armamentos sediados nos países do norte. Um caminho viável, isto sim, seria buscar uma melhor participação e influência nos mais importantes centros decisórios mundiais para, lentamente, reverter possíveis injustiças distributivas. A criação de um novo centro de poder periférico parecia ser a medida mais indicada para se alcançar esse objetivo e diminuir a probabilidade de ser necessário passar por humilhações semelhantes àquelas impostas à Argentina durante a Guerra das Malvinas.

Ou seja, não ter que presenciar o não cumprimento de contratos de manutenção de equipamentos e armamentos vitais para o esforço de guerra, por parte dos países centrais; não deixar de receber os sobressalentes a tempo e a hora para manter seus aviadores operando sem restrição; não precisar carecer de recursos financeiros para motivar atores transnacionais a auxiliarem no seu esforço de guerra, independente do jogo político que é travado entre os Estados; não necessitar verificar que a ausência de um bom peso político nos órgãos multilaterais impossibilita decisões favoráveis aos seus interesses; não precisar assistir a sua briosa Marinha totalmente paralisada nos portos porque uns poucos submarinos nucleares ingleses, de tecnologia bem superior, são capazes de fazê-lo; e não poder compartilhar das tecnologias que auxiliam na administração da logística militar de uma maneira tal que algumas nítidas vantagens como a proximidade dos recursos territoriais, a presença de uma grande população ao largo do conflito e a maior extensão territorial se tornem irrelevantes.

Obviamente, essa constatação de que era necessário se unirem as forças, apesar de ter chegado aos meios militares e ter sido tão bem evidenciada na emocionada recepção que a EGN brasileira recebera da sua congênere argentina ainda em 1982, tendo como chefe da delegação o Almirante Vidigal, careceriam de um maior amadurecimento. Disputas geopolíticas travadas, no passado em torno da Bacia do Rio da Prata, ainda assustavam importantes autoridades militares dos dois países.

A fórmula encontrada pelos governos democráticos, finalmente instalados no poder de Brasil e Argentina, a partir da metade da década de 80, para acelerar esse processo passou pela promoção de Simpósios entre os principais pensadores e estrategistas militares que militavam naquelas sociedades. Esses encontros se deram, anualmente, a partir de 1987, um ano na Argentina e outro no Brasil. Os três primeiros foram os mais relevantes para quebrar o gelo existente e apontar para novos rumos nas relações militares dos dois países. Os dois primeiros foram meticulosamente analisados neste trabalho, enquanto os anais do terceiro aparentemente se perderam. Esses encontros continuariam por toda a década de 90, mas iriam gradualmente diminuindo sua importância na medida em que os canais burocráticos das instituições castrenses dos dois países iam se abrindo e se articulando de uma forma mais eficaz que os próprios seminários.

Os temas discutidos no primeiro simpósio passavam pela identificação de eventuais interesses estratégicos divergentes entre Brasil e Argentina; pela formulação de idéias sobre a forma de implementação e de participação comum na segurança da área estratégica do Atlântico Sul; pelas realidades e perspectivas dos mecanismos de defesa comum na América do Sul; e pela importância da indústria bélica para a segurança nacional.

Eram temas que procuravam apontar caminhos para que Brasil e Argentina chegassem a conformar um espaço geopolítico que lhes permitisse alcançar um dimensionamento de nível mundial, já que ambos os países apresentavam um território suficientemente extenso e variado, com uma estrutura geográfica e econômica complementar, onde não só as nações que integravam esta estrutura, mas também os vizinhos, podiam desenvolver-se em um marco de colaboração e proveito recíproco.

Para que as partes envolvidas efetivamente alcançassem esse objetivo, foram convidados comunicadores idôneos em todos os simpósios, que, realmente, pudessem contribuir, no campo dos estudos estratégicos, com novas teorias e novas técnicas, as mais propícias possíveis, para cimentar um campo de perspectivas, onde militares e civis, argentinos e brasileiros, gerassem um ambiente de mútuo aperfeiçoamento profissional, em que a confiança, o respeito e a compreensão das necessidades e aspirações recíprocas fossem levados em consideração. Só assim, entendia-se naquele momento, se alcançaria a integração das duas sociedades, sem preconceitos, em um marco de cooperação, coordenação e soluções pacíficas.

O Segundo Simpósio de Estudos Estratégicos, ocorrido entre os dias cinco a sete de abril de 1988, na cidade de São Paulo, mais uma vez foi organizado pelo Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil e pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas da Argentina, estabeleceu como propósito maior servir como um importante instrumento na superação dos obstáculos à cooperação militar. Ou seja, possibilitar a aproximação entre militares e especialistas civis dos dois países, identificar objetivos estratégicos comuns, e permitir a clara enunciação das atitudes mentais e dos fatos objetivos que se interpunham à cooperação.

Foi, enfim, mais uma oportunidade para se discutir os principais temas estratégicos que preocupavam os respectivos Estados-Maiores de forma aberta e livre, sem que os respectivos governos se comprometessem prematuramente. O Primeiro Simpósio havia tratado basicamente de problemas gerais que poderiam afetar as relações Brasil-Argentina. Já o Segundo Simpósio dedicou-se a questões mais pontuais, numa indicação de que os Simpósios futuros deveriam tratar de questões ainda mais específicas e imediatas.

Aquele Segundo Simpósio de Estudos Estratégicos pretendia ser mais um impulso no sentido de sedimentar o espírito que prevaleceu nos entendimentos entre os chefes do Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil e o de seu congênere o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas argentinas, quando da Declaração de Iguaçu proferida pelos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney, em novembro de 1985. Todos os esforços se voltaram mais uma vez para que os dois países construíssem um verdadeiro espaço estratégico em torno do qual as

demais nações sul-americanas, crescentemente, se aglutinassem e qualquer risco à paz fosse eliminado.

Esse Segundo Simpósio elegeu quatro temas para discussão: A importância da Indústria Bélica para a Segurança Nacional; Segurança da Área Estratégica do Atlântico Sul. Idéias sobre as Formas de Implementação e Participação Comum; Mecanismos de Defesa Comum na América do Sul: Realidade e Perspectiva; e Identificação de Eventuais Interesses Estratégicos Divergentes entre Argentina e Brasil. O terceiro encontro se deu entre os dias 24 e 28 de abril de 1989, em Buenos Aires, com os seguintes temas: Proposta para estimular os interesses comuns e para superar ou neutralizar os interesses divergentes para a cooperação Argentina-Brasil e como implementá-los; Influência do fator psicossocial na integração Argentina-Brasil; Argentina e Brasil no contexto da confrontação Leste-Oeste; e Narcotráfico e soberania nacional: influência nas relações entre nações sul-americanas.

Em suma esses simpósios estratégicos iniciados em 1987 cumpriram sua função logo nos primeiros anos de sua implementação: reduziram quase a zero quaisquer desconfianças que poderiam ter sido alimentadas reciprocamente, ao longo dos anos, pelos militares dos dois países, demonstrando que um novo caminho era possível. Fato admirável se for considerado que, em função das indefinições estratégicas que se seguiriam com o fim da Guerra Fria, as disputas convencionais entre Estados soberanos e vizinhos poderiam ter sido uma ótima solução para a crise de identidade a que os militares seriam submetidos, não só no campo externo, mas, também e principalmente, no campo interno, devido ao seu afastamento gradativo ou abrupto do controle político de grande parte das instituições civis.

O fato é que houve uma aproximação sem precedentes entre as Forças Armadas de Brasil e Argentina, particularmente entre as suas Marinhas, ao longo da década de 90. Vários fatores contribuíram para isso: um passado de atividades conjuntas, que, insipientes ou não, já haviam aberto uma importante trilha a ser seguida nas relações futuras; a mudança do enfoque e do ambiente geopolítico de ambos os países, que foram corroborados e acentuados pela própria Guerra das Malvinas, a qual, como foi visto, provocou uma latino-americanização na política externa de Argentina e Brasil e o estreitamento dos laços de amizade, no sentido de serem alcançadas soluções negociadas e de forma essencialmente pacífica, livres dos recursos que visassem a instar ou compelir a duvidosos procedimentos; e o desenvolvimento de uma capacidade de manter diálogos profícuos e produtivos, por meio e a partir de simpósios, encontros, seminários e negociações de toda ordem e em todas as áreas, dentre os quais os simpósios estratégicos do final da década de 80 acima descritos tiveram um grande destaque.

Neste trabalho, como forma de se verificar a evolução e a intensidade da aproximação mantida entre a ARA e a MB, utilizou-se o conceito de “Medidas de Confiança Mútua”. Dentre as quatro ferramentas primárias estabelecidas pelo Stimson Center, constata-se que a MB e a ARA chegaram ao final da década de 90 adotando com grande profundidade as medidas de comunicação (canais abertos de todo o tipo), transparência (clareza no trato de suas capacidades militares) e verificação (permitir averiguação). As medidas de restrição (limitação de tropa e armas) não foram consideradas importantes ou essenciais, pois, tacitamente, se entendeu que os desafios que o Brasil enfrenta, por exemplo, na Amazônia, podem exigir uma quantidade maior de armamentos e tropas do que enfoque puro e simples na relação Brasil e Argentina poderia sugerir.

A construção das MCM entre a ARA e a MB exigiram algum grau de formalidade dos governos centrais dos dois países, quando a necessidade era uma mudança de patamar estratégico de ambos. Após esses momentos iniciais, que ocorreu com bastante nitidez ao menos duas vezes, na solução da crise de Itaipu e na reunião de cúpula de Iguaçu, elas eram normalmente encaminhadas e levadas ao extremo por meio de simples conversações entre os oficiais das duas Marinhas, sem grandes formalidades.

Se as MCM forem entendidas como um processo que evolui por meio de três objetivos a alcançar, afastamento de possibilidade de conflito, limitação de armamentos e redução de gastos militares e ampliação das possibilidades de cooperação; pode-se dizer que este foi também muito bem sucedido. Ninguém mais aventa que a possibilidade de guerra entre esses dois países seja elevada. Se não havia intenção de limitar os gastos com armamentos, esse fator acabou também ocorrendo naturalmente, porque os governos tinham outras prioridades na aplicação dos recursos e não viam nenhuma ameaça no horizonte. As possibilidades de cooperação chegaram ao um ponto tal que só não avançam mais porque os governos desses dois países teriam que, mais uma vez, acertarem uma nova mudança no patamar da aliança que vem sendo mantida, em que se reservariam recursos para a área militar para, simultânea e coordenadamente, realizarem projetos mais integrados que realmente criem um novo pólo de poder no mundo.

Enfim, dentre todos os temas elencados como pertencentes ao rol de MCM marítimos, a ARA e a MB só não avançaram significativamente nos temas Controle de Armamento Naval e Meio Ambiente Marinho. No primeiro tema, pelas razões já expostas e, no segundo, porque, na verdade, não há uma fronteira marítima entre ambos que exigisse mais acertos nessa área, além das convenções internacionais já seguidas por ambos e porque há outros órgãos governamentais, ao menos no Brasil, com jurisdição mais direta sobre esse tema. Nos

temas exercícios de operação de paz e transporte marítimo, talvez tenha faltado mais oportunidades ou criatividade para também desenvolvê-los tão intensamente. Em todos estes dez temas restantes, é difícil se imaginar mais cooperação dentro do patamar estratégico estabelecido, conforme foi vastamente documentado neste trabalho: prevenção de incidentes no mar, reuniões de oficiais de altas patentes, viagens, visitas e cursos para oficiais, cooperação naval em diversas áreas, busca e salvamento, exercícios navais conjuntos, segurança operacional, controle de área marítima, cooperação e patrulha naval, e construção e reparo naval.

Esse sucesso parcial, obtido pela ARA e pela MB, e que foi mensurado por meio da maior ou menor intensidade com que as MCM eram praticadas, sem perder de vista a moldura geopolítica em que os países dessas Marinhas se inseriam, seguiu uma trajetória histórica que, didaticamente, pode ser subdividida em cinco fases distintas:

Fase 1 – Período inicial da Guerra Fria;

Fase 2 – Período intermediário da Guerra Fria;

Fase 3 – Período final da Guerra Fria posterior a Guerra das Malvinas;

Fase 4 – Período pós-Guerra Fria; e

Fase 5 – Período Atual.

No período inicial da Guerra Fria, as grandes iniciativas na América Latina, em termos de operações navais e intercâmbios de oficiais, cabiam à nação mais forte do campo ocidental do conflito Leste x Oeste, os EUA. Aquela potência atômica orientou e forneceu a tecnologia organizativa necessária para se realizar operações combinadas de grande envergadura. A Operação UNITAS foi o grande destaque neste sentido. Foi por meio dela que a MB e a ARA realizaram os trabalhos conjuntos de maior relevância nos anos 60 e 70, aprenderam a mesma linguagem organizativa e criaram os primeiros canais de comunicação relevantes.

O segundo período desse processo é caracterizado por uma paulatina, porém contínua busca pela autonomia nas relações regionais na América do Sul, sem essa presença tão marcante dos EUA. A preocupação com o controle do tráfego marítimo interamericano no Atlântico Sul, por exemplo, já permitiria que a tecnologia organizativa adquirida na UNITAS fosse aplicada, a partir de 1967, em Operações anuais, mantidas somente por Brasil e Argentina, denominadas de ALANTIS. Essas operações encontravam-se no bojo da Coordenação de Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS).

Mas, o grande marco desse período foi sem dúvida a Operação FRATERNO, a partir de 1978. Além de, claramente, primar pela autonomia operativa das duas Marinhas no Alântico Sul, essa operação, de caráter anual, auxiliou a selar o acordo realizado para dar fim

à polêmica sobre a utilização das cotas do Rio Paraná e a aproximar ainda mais os dois mais importantes países da América do Sul.

A terceira fase se inicia logo após a Guerra das Malvinas e termina com o fim da Guerra Fria. Aquele conflito regional demonstrou com mais nitidez que a distribuição mundial de poder era desfavorável à América Latina, em função do isolamento que os EUA e boa parte da Europa impuseram à Argentina, em termos de boicote econômico e de sobressalentes essenciais para o esforço de guerra. Esse fato, associado ao desconforto causado pelas dívidas externas dos principais países da região, fez com que se despertasse nos pensadores, estrategistas, diplomatas e mesmo militares a sensação de que algo precisava ser feito.

Essa terceira fase foi quase que inteiramente dedicada à elaboração de uma estratégia comum. Em 1985, os presidentes Alfonsin e Sarney indicaram o caminho, provocando o que pode ser chamado de segunda mudança de patamar nas relações entre Brasil e Argentina. Essa tomada de posição não se deu imediatamente após a Guerra das Malvinas porque os dois países ainda tiveram que completar, internamente, suas transições para a democracia, o que exigiu bastante energia política.

Dentro do núcleo militar desses países ainda se fez necessário quebrar o gelo e os preconceitos das dezenas de anos em que um país tinha o outro como um das suas principais hipóteses de guerra. Os simpósios estratégicos iniciados em 1987 cumpriram esse papel. Enquanto esse processo não se completava, as MCM entre a ARA e a MB se mantiveram praticamente no mesmo nível anterior à Guerra das Malvinas.

Com o fim da Guerra Fria, inicia-se a quarta fase das relações entre a ARA e a MB. Nos momentos iniciais dessa fase, dois a três anos no máximo, houve certa perplexidade com a nova situação. A estratégica mais adequada parecia não estar muito clara. Tão logo se verificou que os EUA, com sua presença praticamente unipolar em termos político-militares enquanto dividia o poder econômico mundial com o Japão e as principais nações européias, não abririam mão de dar as cartas e ditar as regras da nova ordem, proporcionalmente ao poder que possuíam, a ARA e a MB não tiveram dúvidas que o melhor caminho seria realmente se estabelecer um novo pólo de poder na América do Sul para fazer frente a essa tendência hegemônica.

Contribuíram para essa tomada de posição os fortes cortes orçamentários impostos às duas Marinhas ao longo de toda década de 90, muito mais dramáticos na ARA que na MB. As duas Marinhas podiam se completar sempre que não possuíam recursos para se equiparem em todos os campos do poder naval. As operações aéreas combinadas entre as duas Marinhas

foram o grande marco nesse sentido. Nesta quarta fase, as MCM chegaram, portanto, ao máximo do possível, entre as duas Marinhas, em pelo menos dez áreas temáticas, conforme já explanado acima.

A quinta e última fase dessa relação entre ARA e MB não se iniciou em nenhuma data específica. Mas, didaticamente, pode-se dizer que a partir de 1999, as MCM até então praticadas começaram a estabilizar sua tendência de crescimento. Vez por outra, surgem idéias relativas a projetos conjuntos de maior envergadura tais, como construção de submarinos ou porta-aviões, ou mesmo a criação de uma força naval para o MERCOSUL. Isso tem caracterizado esta quinta fase, uma imobilização de iniciativas por conta das próprias crises econômicas do MERCOSUL e das dificuldades políticas dos dois países para elaborarem decisões geopolíticas e estratégicas de maior envergadura.

A última parte deste trabalho procurou explorar, teoricamente, em que direção essa aliança entre Brasil e Argentina poderia mudar de patamar e como isso se refletiria nas relações entre a ARA e a MB; mas, em termos práticos, tudo ainda tem se apresentado muito embrionário e sujeitos a muitas idas e vindas nesta última fase da histórica comum das duas Marinhas.

REFERÊNCIAS

AGNEW, John & CORBRIDGE, Stuart. Mastering Space: Hegemony, territory and international political economy. London e New York: Routledge, 1995.

ALTVATER, Elmar & MAHNKOPF, Birgit. Las Limitaciones de la Globalización: Economia, ecología y política de la globalización. Tradução Claudia Garrera Luna. Cidade do México: Editora: Siglo XXI editores, 2002.

ARGENTINA quer cooperar com Brasil em armamento. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1982.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao MERCOSUL 1870-2003). Rio de Janeiro: Revan, 2ª edição, 2003.

CANOURA, Miguel Angel. A Importância da Indústria Bélica para a Segurança Nacional in Revista de Política e Estratégia, Vol. VI, no 3, 1988.

CARDOSO, Mario Jorge Menezes. As operações aeronavais conjuntas entre as Marinhas do Brasil e da Argentina e sua importância para a segurança e defesa regional no Atlântico Sul. Rio de Janeiro: EGN, 2004.

COHEN, José Maria. Dissuasão Convencional nos Países em Desenvolvimento in Revista de Política e Estratégia, Vol. V, no 3, 1987.

_____Segurança da Área Estratégica do Atlântico Sul. Idéias sobre as Formas de Implementação e Participação Comum in Revista de Política e Estratégia, Vol. VI, no 3, 1988.

COSTA, Darc. Segurança e Defesa: uma única visão abaixo do Equador in Perspectivas Brasil e Argentina, Volume II, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), 1999, pg. 66. Organizadores: José Maria Lladós e Samuel Pinheiro Guimarães.

DE LA FUENTE, Pedro Luis. Confidence-building measures in the Southern Cone: a model for regional stability. Disponível em: <http://www.nwc.navy.mil/press/ Review/ 1997/ winter/ art3wi97.htm>. Acesso em: 03 jun. 2002 apud ROTH, Luiz Carlos de Carvalho. As Medidas de Confiança Mútua e suas perspectivas para a MB e as Armadas da Argentina e do Chile. Rio de Janeiro: EGN, 2002, Monografia do C-PEM 2002.

DÉLIO: Apoio dos EUA a ingleses é perigoso. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 03 de maio de 1982 a.

DÉLIO confirma venda de Bandeirante à Argentina. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 05 de maio de 1982 b.

DEUTSCH, Karl. Integración y Formación de Comunidades Políticas, Intal 1960 abud OLMOS, Mario E. Identificação dos Interesses Estratégicos Comuns in Revista de Política e Estratégia, Vol. V, nº 3, 1987.

DUARTE, Paulo de Queiroz. Conflito das Malvinas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS (ESAO). Conflito no Atlântico Sul: a logística na Guerra das Malvinas [S.l.: s.n., 19--]. Disponível em: <http://www.esao.ensino.eb.br/ paginas/ cursos/ mb /h_militar /textos / conflito_no_atlantico_sul.doc > Acesso em: 12 dez 2007.

ESTADO-MAIOR DA ARMADA (Brasil). Aviso Ministerial DNU/DAM-I/DECLA/DCIA/07/PFRO-LOO-E02 de 22 de Abril de 1991 do Ministro de Estado das Relações Exteriores para o Ministro da Marinha. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA, Brasília, DF, 1991 a.

_____. Aviso Ministerial no. 086/91 de 06 de maio de 1991 do Ministro da Marinha ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA, Brasília, DF, 1991 b.

_____ESTADO-MAIOR DA ARMADA (Brasil). Ofício no. 284 de 13 de dezembro de 1993 da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa para o Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, encaminhando o relatório do seminário sobre as medidas de fomento da confiança e mecanismos de segurança nas Américas e no Caribe. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do, Brasília, DF, 1993.

_____Relatório anexo ao ofício no. 062 de 15 de fevereiro de 1994 da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa para o Segundo Subchefe de Estado-Maior do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA, Brasília, DF, 1994.

_____Memória de antecedentes sobre reunião a ser efetuada entre o EMA e a ARA atualizada em 7/8 /1995. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA, Brasília, DF, 1995 a.

_____Memória da Reunião de Estados-Maiores da MB e da ARA realizada entre 18 e 22 de setembro de 1995. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA, Brasília, DF, 1995 b.

_____Ata de Reunião entre o Director del Estado Mayor General de la Armada Argentina e o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada do Brasil, datada de 22 de setembro de 1995. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA, Brasília, DF, 1995 c.

_____Anexo “A” da Ata de Reunião entre o Director del Estado Mayor General de la Armada Argentina e o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada do Brasil, datada de 22 de setembro de 1995. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA, Brasília, DF, 1995 d.

_____Anexo “Bravo” da Ata de Reunião entre o Director del Estado Mayor General de la Armada Argentina e o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada do Brasil, datada de 22 de setembro de 1995. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA, Brasília, DF, 1995 e.

ESTADO-MAIOR DA ARMADA (Brasil). Anexo “C” da Ata de Reunião entre o Director del Estado Mayor General de la Armada Argentina e o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada do Brasil, datada de 22 de setembro de 1995. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA, Brasília, DF, 1995 f.

_____Relatório sobre a Reunião de Estados-Maiores entre a MB e ARA da Subchefia de Estratégia do EMA, datado de 27 de setembro de 1995, Brasília, DF. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA, Brasília, DF, 1995 g.

_____Carta do Director del Estado Mayor General de la Armada para o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada do Brasil, Buenos Aires, 21 de março de 1996. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA, Brasília, DF, 1996 a.

_____Acta de la Reunion entre el Director del Estado Mayor General de la Armada Argentina y el Vice-Chefe del Estado Mayor de la Armada de la Marinha do Brasil, Brasília, DF, seis de setembro de 1996. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA, Brasília, DF, 1996 b.

_____Memorando de Entendimento entre a Armada da Argentina (ARA) e a Marinha do Brasil (MB), Buenos Aires, 11 de setembro de 1996. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA, Brasília, DF, 1996 c.

_____Anexo ao ofício no. 119/96 do Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais para o Estado-Maior da Armada, contendo propostas para temas para a 2ª. Reunião dos Estados-Maiores da MB e ARA. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA, Brasília, DF, 1996 d.

_____Desenvolvimento do temas para a 2ª Reunião de Estados-Maiores MB/ARA elaborado pelo Encarregado da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, [1996 e ?].

_____Anexo do Ofício 0029 de 12 de janeiro de 1997 do Subchefe de Estratégia do EMA para o Adido Naval da Argentina no Brasil, Brasília, DF. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, 1997 a.

_____Ata de reunião bilateral de Inteligência entre representantes da MB e da ARA, Buenos Aires, 20 e 21 de março de 1997. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, 1997 b.

_____Relatório de representante na Reunião Bilateral sobre inteligência entre a MB e ARA, Brasília, DF: 25 de abril de 1997. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, 1997 c.

_____Memorando de Entendimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Consulta e Coordenação. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1997. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, 1997 d.

ESTADO-MAIOR DA ARMADA (Brasil). Aviso no 06-CH/CM do Chefe da Casa Militar da Presidência da República para o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Brasília, DF, 28 de abril de 1997. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, 1997 e.

ESTADO-MAIOR DA ARMADA (Brasil). Ofícios no. 02030/FA-21/SC-2/EMFA do Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas para o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada. Brasília, DF, 23 de maio de 1997. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, 1997 f.

_____Relatório de Representante na Reunião no EMFA no dia 04 de junho de 1997. Brasília, DF, 06 de junho de 1997. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, 1997 g.

_____Ata de Reunião sobre o Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Argentina. Brasília, DF, 10 de junho de 1997. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, 1997 h.

_____Ata de Reunião entre o Diretor do Estado-Maior Geral da Armada Argentina e o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil, Buenos Aires, 02 de outubro de 1997. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, 1997 i.

_____Observações sobre a viagem à Argentina para III Reunião de Estados-Maiores, Brasília, 10/10/1997. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA de Política e Estratégia, Brasília, DF, 1997 j.

_____Ofício no 1485 do Chefe do Estado-Maior da Armada ao Ministro da Marinha, Brasília, DF, 31 de outubro de 1997. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, 1997 k.

_____Regulamento das Reuniões de Conversações entre o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas da República da Argentina e o Estado-Maior das Forças Armadas da República Federativa do Brasil. Presidência da República e Estado-Maior das Forças Armadas, 2ª. Subchefia, 1997. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, 1997 l.

_____Ata de Reunião de Estados-Mariores entre a Armada Argentina e a Marinha do Brasil, de 03/09/1999. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, 1999 a.

_____Ofício no 1485 do Chefe do Estado-Maior da Armada ao Ministro da Marinha, de 31/09/1999. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, 1999 b.

_____Ata de Reunião de Estados-Maiores entre a Armada Argentina e a Marinha do Brasil, de 28/08/2000. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, 2000.

_____Ata de Reunião de Estados-Maiores entre a Armada Argentina e a Marinha do Brasil, de 24/05/2001. Arquivo da Divisão de Planejamento Estratégico do EMA. Brasília, DF, 2001.

FERREIRA, Oliveiros, S. Exame dos Modelos de Cooperação Militar no Mundo de Hoje in Revista de Política e Estratégia, Vol. V, no 3, 1987.

_____Mecanismos de Defesa Comum na América do Sul: Realidade e Perspectiva. in Revista de Política e Estratégia, Vol. VI, no 3, 1988.

FLORES, Mário César. O Brasil e o Atlântico Sul in Cadernos de Estudos Estratégicos no. 3, Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES), setembro de 1982 apud COHEN, Jose Maria. Segurança da Área Estratégica do Atlântico Sul. Idéias sobre as Formas de Implementação e Participação Comum in Revista de Política e Estratégia, Vol. VI, no 3, 1988.

_____Bases para uma Política Militar. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

FRAGA J. A. Ensayos De Geopolitica. Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navales, 1985.

GINESTA, Jacques. El Mercosur y su contexto regional e internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

GOULART, Fernando Rodrigues. O ideário da confiança mútua e sua contribuição para a segurança hemisférica. Military Review. Kansas, 3. trim. 1999 apud ROTH, Luiz Carlos de Carvalho. As Medidas de Confiança Mútua e suas perspectivas para a MB e as Armadas da Argentina e do Chile. Rio de Janeiro: EGN, 2002, Monografia do C-PEM 2002.

GRIFFITS, David N. Maritime aspects of arms control and security improvement in the middle east. [S.l.]: Institute on Global Conflit and Cooperation, 2000 apud ROTH, Luiz Carlos de Carvalho. As Medidas de Confiança Mútua e suas perspectivas para a MB e as Armadas da Argentina e do Chile. Rio de Janeiro: EGN, 2002, Monografia do C-PEM 2002.

KJËLLEN, Rudolph [S.l.:s.n., 18--?] apud MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica: introdução ao estudo. São Paulo: sicurezza, 2006.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. Império. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro e São Paulo: editora Record, 2005a, 7ª edição (1ª edição original em 2000)

_____ Multidão: Guerra e Democracia na era do Império. Tradução Clóvis Cocco. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2005b.

HAUSHOFER, Karl [S.l.:s.n., 19--?] apud MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica: introdução ao estudo. São Paulo: sicurezza, 2006.

IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

Hoje é um dia glorioso para a pátria. Jornal argentino “A razão” de 2 de abril de 1982.

JAUNARENA, José Horacio. Políticas de Defesa do Brasil e da Argentina in Perspectivas Brasil e Argentina, Volume II, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), 1999, pg 21. Organizadores: José Maria Lladós e Samuel Pinheiro Guimarães.

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA. Medidas de fomento da confiança mútua e segurança de caráter militar. [S.l.],1998 apud ROTH, Luiz Carlos de Carvalho. As Medidas de Confiança Mútua e suas perspectivas para a MB e as Armadas da Argentina e do Chile. Rio de Janeiro: EGN, 2002, Monografia do C-PEM 2002.

KORNIAT, Claudia Liliana. Mecanismos de Defesa Comum na América do Sul: Realidade e Perspectiva. in Revista de Política e Estratégia, Vol. VI, no 3, 1988.

KREPON, Michael; CONSTABLE, Peter. Confidence-building, peace-making and aerial inspections in the Middle East. In: Krepon, M.; Newbill M. (Ed.), Aerial Observation and Confidence Building, Washington, DC: The Henry Stimson Center, 1999 apud ROTH, Luiz Carlos de Carvalho. As Medidas de Confiança Mútua e suas perspectivas para a MB e as Armadas da Argentina e do Chile. Rio de Janeiro: EGN, 2002, Monografia do C-PEM 2002.

_____The decade for confidence-building measures. In: Krepon, M. et al. (Ed.). A handbook of confidence building measures for regional security. Washington DC: The Henry Stimson Center, 1995 apud ROTH, Luiz Carlos de Carvalho. As Medidas de Confiança Mútua e suas perspectivas para a MB e as Armadas da Argentina e do Chile. Rio de Janeiro: EGN, 2002, Monografia do C-PEM 2002.

LAIDLAW, Carlos Enrique. Identificação de Eventuais Interesses Estratégicos Divergentes entre Argentina e Brasil in Revista de Política e Estratégia, Vol. VI, no 3, 1988.

MACEDO, Ubiratan de. Identificação dos Interesses Estratégicos Comuns in Revista de Política e Estratégia, Vol. V, no 3, 1987.

_____Identificação de Eventuais Interesses Estratégicos Divergentes entre Argentina e Brasil in Revista de Política e Estratégia, Vol. VI, no 3, 1988.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica: introdução ao estudo. São Paulo: sicurezza, 2006.

MATTOS, Carlos de Meira [S.l.:s.n., 19--?] apud MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica: introdução ao estudo. São Paulo: sicurezza, 2006.

MAXIMIANO anuncia orçamento maior da Marinha em 83. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1982.

McCALL, Jack H. Jr., The inexorable advance of tecnology In: JURIMETRICS J. American and International Efforts to Curb Missile Proliferation, [S.l.:s.n.,1992] apud ROTH, Luiz Carlos de Carvalho. As Medidas de Confiança Mútua e suas perspectivas para a MB e as Armadas da Argentina e do Chile. Rio de Janeiro: EGN, 2002, Monografia do C-PEM 2002.

MEY, Edson Alves. Palavras de Abertura do Segundo Simpósio de Estudos Estratégicos Argentino-Brasileiro. Revista de Política e Estratégia, Vol. VI, no 3, 1988 a.

_____Encerramento do Segundo Simpósio de Estudos Estratégicos Argentino-Brasileiro in Revista de Política e Estratégia, Vol. VI, no 3, 1988 b.

MINISTRO da Marinha considera frota superada. Jornal A Tribuna, 24 de maio de 1987.

MORGENTHAU, Hans J. Alliance Policy in the Cold War, Maryland, 1950 apud SANZ, Luis Santiago. Argentina-Brasil: Término ou Transformação do Conflito in Revista de Política e Estratégia, Vol. V, no 3, 1987.

NYE, Joseph S. Jr. O Paradoxo do Poder Americano: Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

OLMOS, Mario E. Identificação dos Interesses Estratégicos Comuns in Revista de Política e Estratégia, Vol. V, nº 3, 1987.

ONUKI, Janina. Brasil-Argentina: Do Conflito à Cooperação em A Política Externa Brasileira na Visão dos seus Protagonistas. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005.

PALMA, Hugo. Medidas de Confianza Recíproca. In: Seminário Internacional Seguridad Democrática Regional, 23 al 26 mar. 1988, Santiago de Chile. Seminário Internacional Seguridad Democrática Regional: una concepción alternativa de seguridad. Documento de Trabajo. Santiago de Chile: Comisión Sudamericana de Paz, 1988 apud ROTH, Luiz Carlos de Carvalho. As Medidas de Confiança Mútua e suas perspectivas para a MB e as Armadas da Argentina e do Chile. Rio de Janeiro: EGN, 2002, Monografia do C-PEM 2002.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PEREIRA, Antonio Carlos. Segurança da Área Estratégica do Atlântico Sul. Idéias sobre as Formas de Implementação e Participação Comum in Revista de Política e Estratégia, Vol. VI, no 3, 1988.

INFORME RATTENBACH. Comisión de análisis y evaluación de las responsabilidades políticas y estratégico militares en el conflito del Atlántico Sur. Buenos Aires, 1983.

RIVA, Álvaro. Nossos Irmãos Brasileiros. Serviço de Documentação da Marinha (Brasil). Arquito Permaente, Caixa Malvinas. Rio de Janeiro, [1982?].

ROTH, Luiz Carlos de Carvalho. As Medidas de Confiança Mútua e suas perspectivas para a MB e as Armadas da Argentina e do Chile. Rio de Janeiro: EGN, 2002, Monografia do C-PEM 2002.

SAMPAIO, Fernando Augusto Marinho. Implicações do Conflito Malvinas/Falklands no Sistema Americano. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1985.

SANZ, Luis Santiago. Argentina-Brasil: Término ou Transformação do Conflito in Revista de Política e Estratégia, Vol. V, no 3, 1987.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA (Brasil). Operation Order CINCLANTFLT no 13-60. United States Atlantic Fleet, Headquarters of the Commander in Chief: Norfolk, Virginia, 8 de março de 1960. Arquivo Permanente, Caixa UNITAS, Rio de Janeiro, 1960 a.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA (Brasil). Instrução de Operação nº 05-60. Ministério da Marinha, Estado-Maior da Armada (M-32), Rio de Janeiro, Guanabara: 21 de julho de 1960. Arquivo Permanente, Caixa UNITAS, Rio de Janeiro, 1960 b.

_____Ordem Preparatória no. 01-1960 do Comando da Flotilha de Contratorpedeiro. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1960. Arquivo Permanente, Caixa UNITAS, Rio de Janeiro, 1960 c.

_____Informações e normas sobre a visita dos navios das Marinhas de Guerra da República Argentina, da República Oriental do Uruguai e dos Estados Unidos da América. Rio de Janeiro, GB: Comando do Primeiro Distrito Naval, 24 de outubro de 1960. Arquivo Permanente, Caixa UNITAS, Rio de Janeiro, 1960 d.

_____Plano Militar Geral para a Defesa do Continente Americano contra uma Agressão do Bloco Comunista. Washington, D.C.: Junta Interamericana de Defesa, 12 de julho de 1962. Arquivo Permanente, Caixa JID, Rio de Janeiro, 1962.

_____Aviso Ministerial nr. 0335 de 27 de setembro de 1982 do Ministro da Marinha ao Ministro da Aeronáutica. Brasília, 27 de 1982. Livro de Avisos do Terceiro Trimestre de 1982, Rio de Janeiro, 1982 a.

_____Ofício do Comandante de Operaciones Navales da ARA. Buenos Aires: 12 de diciembre de 1967. Arquivo Permanente, Caixa, Rio de Janeiro, 1967.

_____Ofício do Chefe do Estado-Maior da Armada. Rio de Janeiro, GB: 17 de janeiro de 1968. Arquivo Permanente, Caixa, Rio de Janeiro, 1968.

_____Directiva confidencial CAMAS no. 1 “C”/969, ATLANTIS II, cópia 23. Buenos Aires: 10 de abril de 1969. Arquivo Permanente, Caixa, Rio de Janeiro, 1969.

_____Relatório do Ministro da Marinha, Brasília, DF, dezembro de 1979. Livro do Relatório Anual da Marinha relativo ao ano de 1979. Rio de Janeiro, 1979.

_____Ofício no. 0502 de 21 de maio de 1980 do Comandante de Operações Navais para o Chefe do Estado-Maior da Armada. Rio de Janeiro. Arquivo Permanente, Caixa, Rio de Janeiro, 1980 a.

_____Ofício no. 730 de 15 de julho de 1980 do Comandante de Operações Navais ao Chefe do Estado-Maior da Armada. Arquivo Permanente, Caixa UNITAS, Rio de Janeiro, 1980 b.

_____Ofício no. 2246 de 18 de setembro de 1980 do Chefe do Estado-Maior da Armada para o Comandante de Operações Navais. Brasília, DF. Arquivo Permanente, Caixa Ocean Venture, Rio de Janeiro, 1980 c.

_____Aviso Ministerial nr 0038, Brasília, DF, de 07/05/1980 do Ministro da Marinha para o Presidente da República anexo ao Ofício no. 1090, Brasília, DF, de 27/05/1980 do Ministro da Marinha para o Chefe de Estado-Maior da Armada. Livro de Ofícios de maio de 1980, Rio de Janeiro, 1980 d.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA (Brasil). Letra nr 442/80 JEIN, PRI, Buenos Aires, de 23 de setembro de 1980, do Comandante em Chefe da ARA para o Ministro da Marinha do Brasil anexo ao Ofício nr 2252, Brasília, DF, de 09 de outubro de 1980, do Ministro da Marinha para o Chefe do Estado-Maior da Armada. Livro de Ofícios de outubro de 1980, Rio de Janeiro, 1980 e.

_____Ofício no 2311-FA/22, Brasília, DF, de 11 de agosto de 1980, do Vice-Chefe do EMFA ao Ministro da Marinha anexo ao Ofício no 1807, Brasília, DF, de 21 de agosto de 1980, do Ministro da Marinha ao Comandante de Operações Navais. Livro de Ofícios de agosto de 1980. Rio de Janeiro, 1980 f.

_____Aviso no 0157, Brasília, DF, de 08 de abril de 1980, do Ministro da Marinha ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. Livro de Ofícios de abril de 1980. Rio de Janeiro, 1980 g.

_____Relatório sobre a Conferência inicial de planejamento do Exercício Ocean Venture 81 de 31 de agosto de 1981. Norfolk, VA, EUA. Arquivo Permanente, Caixa Ocean Venture, Rio de Janeiro, 1981 a.

_____Relatório do oficial às ordens do comandante do grupo de planejamento da operação FRATERNO 1982. Rio de Janeiro, setembro de 1981, Ministério da Marinha, Comando do Primeiro Distrito Naval. Arquivo Permanente, Caixa FRATERNO, Rio de Janeiro, 1981 b.

_____Relatório sobre a visita do grupo de planejamento de operações anfíbias da Marinha Argentina. Rio de Janeiro, setembro de 1981, Ministério da Marinha, Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra. Arquivo Permanente, Caixa FRATERNO, Rio de Janeiro, 1981 c.

_____Letra no. 580/80, Buenos Aires, de 31 de dezembro de 1980, do Comandante-em-Chefe da ARA ao Ministro da Marinha do Brasil anexo ao Ofício no 0260, Brasília, DF, de 06 de fevereiro de 1981 do Ministro da Marinha ao Chefe do Estado-Maior da Armada. Livro de Ofícios de fevereiro de 1981. Rio de Janeiro, 1981 d.

_____Carta, Rio de Janeiro, RJ, de 30 de março de 1981 do Cônsul Geral da Argentina no Brasil ao Ministro da Marinha anexa ao Ofício 0789, Brasília, DF, de 09 de abril de 1981, do Ministro da Marinha ao Diretor-Geral do Pessoal da Marinha. Livro de Ofícios de abril de 1981. Rio de Janeiro, 1981 e.

_____Aviso no. 090, Brasília, DF, de 20 de agosto de 1981 do Chefe do EMFA ao Ministro da Marinha anexo ao Ofício no 2138, Brasília, DF, de 09 de setembro de 1981, do Ministro da Marinha ao Chefe do Estado-Maior da Armada. Livro de Ofícios de setembro de 1981. Rio de Janeiro, 1981 f.

_____Carta, Brasília, DF, de 10 de dezembro de 1981, do Ministro da Marinha ao Comandante-em-Chefe da Armada Argentina anexo ao Aviso 0432, Brasília, DF, de 10 de dezembro de 1981, do Ministro da Marinha ao Ministro de Estado de Relações Exteriores do Brasil. Livro de Ofícios de dezembro de 1981. Rio de Janeiro, 1981 g.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA (Brasil). Relatório do Ministro da Marinha, Brasília, DF, dezembro de 1981. Livro do Relatório Anual da Marinha relativo ao ano de 1981. Rio de Janeiro, 1981 h.

_____Ofício no 0368 de 17 de fevereiro de 1982 do Chefe de Estado-Maior da Armada ao Ministro da Marinha. Brasília, DF. Arquivo Permanente, Caixa, Rio de Janeiro, 1982 a.

_____Ofício no 0468 de 26 de fevereiro de 1982 do Ministro da Marinha para o Chefe do Estado-Maior da Armada. Brasília, DF. Arquivo Permanente, Caixa, Rio de Janeiro, 1982 b.

_____Orden de Operaciones CGT 100.1 y 100.2 no 200. Puerto Belgrano (ARG), 10 de setembro de 1982, Comando de Operaciones Navales. Arquivo Permanente, Caixa FRATERNO, Rio de Janeiro, 1982 c.

_____Relatório do Ministro da Marinha, Brasília, DF, dezembro de 1982. Livro do Relatório Anual da Marinha relativo ao ano de 1982. Rio de Janeiro, 1982 d.

_____Aviso DPL/DAM-I/61/627.21(B29)(B46) do Chanceler brasileiro para o Ministro da Marinha, Brasília, DF, de 21 de julho de 1983 anexo ao Ofício nr 1715 do Ministro da Marinha ao Chefe do Estado-Maior da Armada, Brasília, DF, de 11/08/1983. Livro de Ofícios de agosto de 1983, Rio de Janeiro, 1983 a.

_____Relatório do Ministro da Marinha, Brasília, DF, dezembro de 1983. Livro do Relatório Anual da Marinha relativo ao ano de 1983. Rio de Janeiro, 1983 b.

_____Letra nr 88/83 JEIN, PNE do Comandante en Jefe da ARA para o Ministro da Marinha anexo ao Ofício nr 2339 do Ministro da Marinha para o Comandante do Operações Navais, Brasília, DF, 04/11/1983. Livro de Ofícios de novembro de 1983, Rio de Janeiro, 1983 c.

_____Aviso Ministerial nr 0449 do Ministro da Marinha ao Ministro das Relações Exteriores, 19/12/1983. Livro de Avisos Ministeriais de dezembro de 1983. Rio de Janeiro, 1983 d.

_____Aviso Ministerial nr 0344 do Ministro da Marinha ao Ministro das Relações Exteriores, 09/09/1983. Livro de Avisos Ministeriais de setembro de 1983. Rio de Janeiro, 1983 e.

_____Letra 89/94 JEIN, PNE do Estado Mayor General de la Armada para o Ministro da Marinha anexo ao ofício 2824 doMinistro da Marinha para o Diretor-Geral de Pessoal da Marinha, Brasília, DF, 28/12/1984. Livro de Ofícios de dezembro de 1984, Rio de Janeiro, 1984 a.

_____Aviso Ministerial nr 0015 do Ministro da Marinha ao Ministro das Relações Exteriores, 16/01/1984. Livro de Avisos Ministeriais de janeiro de 1984. Rio de Janeiro, 1984 b.

_____Carta do Ministro da Marinha ao Chefe do Estado-Maior Geral da Armada Argentina, 21/01/1985 anexa ao ofício 0155 do Ministro da Marinha ao Chefe do Estado-

Maior da Armada, Brasília, DF, 21/01/1985. Livro de Ofícios de janeiro de 1985. Rio de Janeiro, 1985 a.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA (Brasil). Relatório do Ministro da Marinha, Brasília, DF, dezembro de 1985. Livro do Relatório Anual da Marinha relativo ao ano de 1985. Rio de Janeiro, 1985 b.

_____Ofício 1749 do Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha para o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, Brasília, DF, 20/08/1985. Livro de Ofícios de agosto de 1985. Rio de Janeiro, 1985 c.

_____Letra 480/86 SIIN,RIN, CRI do Jefe do Estado Mayor General de la Armada para o Ministro da Marinha, 13/11/1986, e Carta do Ministro da Marinha ao Chefe de Estado-Maior Geral da Armada Argentina, 19/12/1986, anexas ao ofício 2723 do Ministro da Marinha ao Chefe do Estado-Maior da Armada, 19/12/1986. Livro de Ofícios de dezembro de 1986. Rio de Janeiro, 1986 a.

_____Aviso Ministerial nr 0151 do Ministro da Marinha ao Ministro da Aeronáutica, 12/05/1986. Livro de Avisos Ministeriais de maio de 1986. Rio de Janeiro, 1986 b.

_____Letra 01/87 SIIN, RIN, PNE do Jefe do Estado Mayor General de la Armada, 05/01/1987, anexo ao ofício 0372 do Ministro da Marinha ao Chefe do Estado-Maior da Armada, Brasília, DF, 16/02/1987. Livro de Ofícios de fevereiro de 1987. Rio de Janeiro, 1987 a.

_____Aviso nr 00800/SC-2, Brasília, DF, de 18 de março de 1987, do EMFA para o Ministro da Marinha anexo ao Ofício 0612, Brasília, DF, de 25 de março de 1987 do Ministro da Marinha ao Chefe do Estado-Maior da Armada. Livro de Ofícios de março de 1987, Rio de Janeiro, 1987 b.

_____Ofício nr 0809, Brasília, DF, de 21 de abril de 1998, do Ministro da Marinha ao Chefe do Estado-Maior da Armada. Livro de Ofícios de abril de 1988. Rio de Janeiro, 1988 a.

_____Relatório Anual do EMA, Brasília, DF, dezembro de 1988. Livro do Relatório Anual da Marinha relativo ao ano de 1988. Rio de Janeiro, 1988 b.

_____Aviso Ministerial nr 0611/FA-21, Brasília, DF, de 09 de março de 1989 do Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas para o Ministro da Marinha anexo ao Ofício 0543, Brasília, DF, de 20 de março de 1989 do Chefe de Gabinete do Ministério da Marinha para o Chefe do Estado-Maior da Armada. Livro de Ofícios de março de 1989, Rio de Janeiro, 1989 a.

_____Aviso Ministerial nr 01269/FA-21, Brasília, DF, de 12 de maio de 1989 do Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas para o Ministro da Marinha anexo ao Ofício 0932, Brasília, DF, de 18 de maio de 1989 do Chefe de Gabinete do Ministério da Marinha para o Chefe do Estado-Maior da Armada. Livro de Ofícios de maio de 1989, Rio de Janeiro, 1989 b.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA (Brasil). Ofício nr 1071, Brasília, DF, de 08 de junho de 1989, do Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha para o Chefe do Estado-Maior da Armada. Livro de Ofícios de junho de 1989, Rio de Janeiro, 1989 c.

_____Relatório Anual do Ministério da Marinha, Brasília, DF, dezembro de 1991. Livro do Relatório Anual da Marinha relativo ao ano de 1991. Rio de Janeiro, 1991.

_____Relatório Anual do Ministério da Marinha, Brasília, DF, dezembro de 1992. Livro do Relatório Anual da Marinha relativo ao ano de 1992. Rio de Janeiro, 1992.

_____Relatório Anual do Ministério da Marinha, Brasília, DF, dezembro de 1993. Livro do Relatório Anual da Marinha relativo ao ano de 1993. Rio de Janeiro, 1993 a.

_____Carta do Ministro da Marinha ao Jefe de Estado Mayor General da ARA, Brasília, DF, 10/12/1993 anexa ao ofício nr 2576 do Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha ao Adido Naval na Argentina, Brasília, DF, 14/12/1993. Livro de ofícios de dezembro de 1993. Rio de Janeiro, 1993 b.

_____Carta do Ministro da Marinha ao Jefe de Estado Mayor General da ARA, Brasília, DF, 20/04/1994, anexa ao ofício nr 0827 do Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha ao Adido Naval na Argentina, Brasília, DF, abril de 1994. Livro de ofícios de abril de 1994. Rio de Janeiro, 1994 a.

_____Letra nr 450/94 SIIN, PIN, CRI do Jefe de Estado Mayor General da ARA ao Ministro da Marinha do Brasil, Buenos Aires, 25/08/1994 anexa ao ofício nr 2014 do Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha ao Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, Brasília, DF, 13/09/1994. Livro de ofícios de setembro de 1994. Rio de Janeiro, 1994 b.

_____Letra nr 491/94 SIIN, PIN, CRI do Jefe de Estado Mayor General da ARA ao Ministro da Marinha do Brasil, Buenos Aires, 12/09/1994 anexa ao ofício nr 2353 do Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha ao Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, Brasília, DF, 04/11/1994. Livro de ofícios de novembro de 1994. Rio de Janeiro, 1994 c.

_____Letra nr 051/95 JEPE, PQT, PQ4 do Jefe de Estado Mayor General da Armada ao Ministro da Marinha, Buenos Aires, 25/03/1995 anexa ao ofício nr 0937 do Ministro da Marinha ao Chefe do Estado-Maior da Armada, Brasília, DF, 12/05/1995. Livro de ofícios de maio de 1995. Rio de Janeiro, 1995 a.

_____Carta do Ministro da Marinha ao Jefe de Estado Mayor General da ARA, Brasília, DF, 25/04/1995, anexa ao ofício nr 0805 do Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha ao Adido Naval na Argentina, Brasília, DF, 27/04/1995. Livro de ofícios de abril de 1995. Rio de Janeiro, 1995 b.

_____Carta do Ministro da Marinha ao Jefe de Estado Mayor General da ARA, Brasília, DF, 17/05/1995, anexa ao ofício nr 1032 do Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha ao Adido Naval na Argentina, Brasília, DF, 22/05/1995. Livro de ofícios de maio de 1995. Rio de Janeiro, 1995 c.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA (Brasil). Carta do Ministro da Marinha ao Jefe de Estado Mayor General da ARA, Brasília, DF, 12/09/1995, anexa ao ofício nr 1883 do Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha ao Adido Naval na Argentina, Brasília, DF, 12/09/1995. Livro de ofícios de setembro de 1995. Rio de Janeiro, 1995 d.

_____Carta do Ministro da Marinha ao Jefe de Estado Mayor General da ARA, Brasília, DF, 21/12/1995, anexa ao ofício nr 2517 do Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha ao Adido Naval na Argentina, Brasília, DF, 21/12/1995. Livro de ofícios de dezembro de 1995. Rio de Janeiro, 1995 e.

_____Relatório Anual do Ministério da Marinha, Brasília, DF, dezembro de 1995. Livro do Relatório Anual da Marinha relativo ao ano de 1995. Rio de Janeiro, 1995 f.

_____Carta do Embaixador brasileiro na Argentina para o Ministro da Marinha, Buenos Aires, 23/11/1996 anexa ao ofício nr 2092, Brasília, DF, 02/12/1996, do Chefe de Gabinete do Comandante da Marinha ao Comandante de Operações Navais. Livro de Ofícios de dezembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996 a.

_____Letra nr 136/96 JEPE, PQT, PQ4 do Jefe de Estado Mayor General de la Armada ao Ministro da Marinha do Brasil, Buenos Aires, 16 de julho de 1996 anexa ao ofício nr 1412, Brasília, DF, 12/08/1996, do Chefe de Gabinete do Comandante da Marinha ao Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada. Livro de Ofícios de agosto de 1996. Rio de Janeiro, 1996 b.

_____Letra nr 35/96 JEPE, PQT, PQ4 do Jefe de Estado Mayor General de la Armada ao Ministro da Marinha do Brasil, Buenos Aires, 03/04/1996 e carta-resposta do Ministro da Marinha àquela autoridade, Brasília, DF, 08/05/1996 anexas ao ofício nr 0809, Brasília, DF, 08/05/1996, do Chefe de Gabinete do Comandante da Marinha ao Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada. Livro de Ofícios de maio de 1996. Rio de Janeiro, 1996 c.

_____Relatório Anual do Ministério da Marinha, Brasília, DF, dezembro de 1998. Livro do Relatório Anual da Marinha relativo ao ano de 1998. Rio de Janeiro, 1998 a.

_____Ata de Reunião relativa ao reparo de meia vida de um submarino classe TR 1700 anexa ao ofício nr 1268, Brasília, DF, do Chefe de Gabinete do Comandante da Marinha ao Diretor-Geral do Material da Marinha. Livro de ofícios de agosto de 1998. Rio de Janeiro, 1998 b.

_____Relatório Anual do Ministério da Marinha, Brasília, DF, dezembro de 1999. Livro do Relatório Anual da Marinha relativo ao ano de 1999. Rio de Janeiro, 1999 a.

_____Letra nr. 38/99 SIIN, RIN, CRI, Buenos Aires, 15/07/1999, do Jefe do Estado Mayor de la Armada Argentina ao Comandante da Marinha do Brasil anexa ao Ofício nr 1387, Brasília, DF, 17/08/1999, do Chefe de Gabinete do Comandante da Marinha para o Diretor de Administração da Marinha. Livro de Ofícios de agosto de 1999, Rio de Janeiro, 1999 b.

_____Letra nr. 457/99 SIIN, RIN, CRI, Buenos Aires, 19/08/1999, do Jefe do Estado Mayor de la Armada Argentina ao Comandante da Marinha do Brasil anexa ao ofício nr 1639, Brasília, DF, 17/09/1999, do Chefe de Gabinete do Comandante da Marinha para o Vice-

Chefe do Estado-Maior da Armada. Livro de Ofícios de setembro de 1999. Rio de Janeiro, 1999 c.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA (Brasil). Letra do Comandante de la Infanteria de Marina ao Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, Puerto Belgrano, 14/09/1999, anexa ao ofício nr 1921, Brasília, DF, 29/10/1999, do Comandante da Marinha ao Chefe do Estado-Maior da Armada. Livro de Ofícios de outubro de 1999. Rio de Janeiro, 1999 d.

_____Letra do Jefe de Estado Mayor General de la Armada ao Comandante da Marinha do Brasil, Buenos Aires, 23 de fevereiro de 2001 anexa ao ofício nr 483, Brasília, DF, 27/03/2001, do Chefe de Gabinete do Comandante da Marinha ao Diretor-Geral do Material da Marinha. Livro de Ofícios de março de 2001. Rio de Janeiro, 2001 a.

_____Letra do Jefe de Estado Mayor General de la Armada ao Comandante da Marinha do Brasil, Buenos Aires, 23 de fevereiro de 2001 anexa ao ofício nr 484, Brasília, DF, 27/03/2001, do Chefe de Gabinete do Comandante da Marinha ao Chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Navais. Livro de Ofícios de março de 2001. Rio de Janeiro, 2001 b.

_____Letra do Jefe de Estado Mayor General de la Armada ao Comandante da Marinha do Brasil, Buenos Aires, 27 de fevereiro de 2001, anexa ao ofício nr 674, Brasília, DF, 23/04/2001, do Chefe de Gabinete do Comandante da Marinha ao Secretário-Geral da Marinha. Livro de Ofícios de abril de 2001. Rio de Janeiro, 2001 c.

_____Letra 136/02 JEPE, PQT, PQ4, Buenos Aires, 30/09/2002, do Jefe do Estado Mayor General de la Armada Argentina para o Comandante da Marinha do Brasil anexa ao Ofício nr 2400, Brasília, DF, 22/11/2002, do Chefe do Gabinete do Comandante da Marinha para o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada. Livro de Ofícios de novembro de 2002, Rio de Janeiro, 2002.

SIQUEIRA, Deodécio Lima. Brasil-Argentina: Término ou Transformação do Conflito in Revista de Política e Estratégia, Vol. V, no 3, 1987.

SPYKMAN, John [S.l.:s.n., 19--?] apud MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica: introdução ao estudo. São Paulo: sicurezza, 2006.

THE HENRY L. STIMSON CENTER. Confidence-Building Measures in South Ásia. Disponível em: <http://www.stimson.org/?SN=SA2001112047>. Acesso em: 20 abr. 2002 apud ROTH, Luiz Carlos de Carvalho. As Medidas de Confiança Mútua e suas perspectivas para a MB e as Armadas da Argentina e do Chile. Rio de Janeiro: EGN, 2002, Monografia do C-PEM 2002.

VIDIGAL, Armando A. F. Conflito no Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1985.

_____Dissuasão Convencional nos Países em Desenvolvimento in Revista de Política e Estratégia, Vol. V, no 3, 1987.

_____A Importância da Indústria Bélica para a Segurança Nacional in Revista de Política e Estratégia, Vol. VI, no 3, 1988.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. As Forças Armadas e a Política de Defesa no Brasil e na Argentina in Perspectivas Brasil e Argentina, Volume I, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), 1999. Organizadores: José Maria Lladós e Samuel Pinheiro Guimarães.

_____Entrevista concedida a Artur Luiz Santana Moreira. Rio de Janeiro, 21 de maio de 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Política Externa do Regime Militar Brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, 2ª ed.

WALDNER, Teodoro Guillermo. Propósitos do Simpósio in Revista de Política e Estratégia, Vol. V, no 3, 1987.

WIKIPEDIA. Guerra das Malvinas [S.l.: s.n., 20--?]. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/ Guerra_das_Malvinas > Acesso em 12 dez 2007.